

ESTUDOS AGRÁRIOS

A COMPLEXIDADE DO RURAL
CONTEMPORÂNEO

DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA

ENÉAS RENTE FERREIRA

ADRIANO CORRÊA MAIA

(ORGANIZADORES)

ESTUDOS AGRÁRIOS

CONSELHO EDITORIAL ACADÊMICO
Responsável pela publicação desta obra

Antonio Carlos Tavares
Sandra Elisa Contri Pitton
Auro Aparecido Mendes
Roberto Braga
Fadel David Antonio Tuma Filho

DARLENE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA
ENÉAS RENTE FERREIRA
ADRIANO CORRÊA MAIA
(Organizadores)

ESTUDOS AGRÁRIOS
A COMPLEXIDADE DO RURAL
CONTEMPORÂNEO

CULTURA
ACADÊMICA
Editora

© 2011 Editora Unesp

Cultura Acadêmica

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.culturaacademica.com.br

feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E85

Estudos agrários: a complexidade de rural contemporâneo/Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Enéas Rente Ferreira, Adriano Corrêa Maia. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7983-224-6

1. Geografia agrícola. 2. Agroindústria. 3. Agropecuária. 4. Brasil – Condições rurais I. Souza Neto, Samuel de. II. Silva, Melissa Fernanda Gomes da. III. Título.

11-8107

CDD: 630.981

CDD: 63(09)(81)

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORIAS UNIVERSITÁRIAS

SUMÁRIO

Apresentação 7

Parte 1 – Geografia Agrária: estudos e tendências 11

A Geografia Agrária brasileira – dinâmica, variada e complexa 13

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Questões políticas nos estudos em Geografia Agrária: tendências metodológicas e interdisciplinaridade pós-1990 35

Flamarion Dutra Alves

A multifuncionalidade e a pluriatividade como temas de análise: o turismo rural na produção do programa de pós-graduação em Geografia da Unesp-Rio Claro (2001-2010) 61

Elias Júnior Câmara Gomes Sales • Fadel David Antonio Filho

Socioterritorialidade: a inter-relação cultura-território-educação do campo 77

Ellen Vieira Santos • Ana Ivânia Alves Fonseca • Lucas dos Reis Teixeira Ramony Maria da Silva Reis Oliveira

Parte 2 – Interações espaciais entre o rural e o urbano 97

A construção do lugar do migrante retornado: o caso do povoado norte-mineiro de Cipoal 99

Adriano Corrêa Maia • Darlene Aparecida Oliveira Ferreira

A agricultura e a cidade: a produção de alimentos no espaço urbano de Pelotas (RS) 119

Carlos Vinícius da Silva Pinto • Juliana Cristina Franz • Giancarla Salamoni

As pequenas cidades do norte de Minas Gerais: uma análise das suas relações com o rural	135
<i>Anete Marília Pereira • Priscilla Caires Santana Afonso Cássio Alexandre da Silva • Carlos Henrique Silva Alves Gerlaine Soares Silveira • Edvânia Gisele de Souza</i>	
Parte 3 – A dinâmica do capital agroindustrial	157
O deslocamento da agroindústria canavieira para o oeste do estado de São Paulo	159
<i>Davi Guilherme Gaspar Ruas • Enéas Rente Ferreira Elias Júnior Câmara Gomes Sales</i>	
Regiões competitivas e modernização agrícola: da cafeicultura tradicional à cafeicultura científica globalizada	181
<i>Samuel Frederico</i>	
Paisagem e turismo na região das cuestas paulistas	199
<i>João Carlos Geraldo</i>	
Parte 4 – As distintas faces da pequena propriedade	231
Um olhar sobre a dinâmica da agricultura familiar no Projeto Jaíba: novos conceitos dentro de um velho projeto	233
<i>Ana Ivânia Alves Fonseca • Lílian Damares de Almeida Silva Leonardo Ferreira Gomes • Genilda do Rosário Alves</i>	
Integração ao mercado e produção para o autoconsumo: estratégias socioprodutivas na agricultura familiar de Favila, em Canguçu (RS)	247
<i>Lucimára dos Santos de Moura • Giancarla Salamoni</i>	
Agroecologia e suas relações com a educação ambiental: a questão do lixo doméstico e agrícola	263
<i>Lânderson Antônia Barros • Glauber Sudo Cabana • Giancarla Salamoni Adão José Vital da Costa</i>	
Reforma agrária e a reorganização do território: o caso do assentamento 24 de Novembro em Capão do Leão (RS)	283
<i>Veridiana Soares Ribeiro • Giancarla Salamoni</i>	
Estratégias e organização das populações tradicionais no norte de Minas Gerais	305
<i>Ana Ivânia Alves Fonseca • Genilda do Rosário Alves Eduardo Charles Barbosa Ayres • Vanessa Fonseca</i>	
Reprodução e permanência da agricultura familiar: um estudo de caso no município de Lajeado (RS)	321
<i>Juliana Cristina Franz • Carlos Vinícius da Silva Pinto • Giancarla Salamoni</i>	

APRESENTAÇÃO

Partindo da diversidade espacial como a principal característica do sistema agrário brasileiro temos, ao longo da história, o mundo rural organizado distintamente em contextos regionais, atrelando culturas às áreas específicas. Constata-se também uma diversidade de contextos sociais e econômicos, criando tipos singulares de agricultores e agriculturas.

Consequência desses fatores, como entender a realidade agrária brasileira atual?

Uma das formas conceituais de entendimento de uma parte dessa realidade seria por meio da aplicação da noção de complexidade. A especificidade espacial e econômica de atividades nas unidades de produção agropecuárias direciona o debate para a compreensão do emaranhado de situações presentes no campo.

Pensando a complexidade como um conjunto de coisas ligadas por um nexu comum, a obra que ora se apresenta pretende responder ao entendimento da realidade agrária contemporânea. Trata-se de entender contextos espaciais historicamente construídos nos quais emergem novos atores sociais ou consolidam-se os detentores de estruturas passadas. Observa-se no território nacional um ir e vir de formas e processos, de práticas e estruturas, de passado e presente.

Neste contexto, *Estudos agrários*, em seu segundo volume, “A complexidade do rural contemporâneo”, apresenta um escopo temático e espacial que agrega pesquisadores de três universidades públicas brasileiras. É resultado das interações acadêmicas oriundas do I Colóquio de Pesquisa do Núcleo de Estudos Agrários – NEA (UNESP-Rio Claro-SP), realizado em outubro de 2010, em parceria com o Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA (UFPEL/Pelotas-RS) e com o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Rural – NEPGer (Unimontes – Montes Claros-MG) para discutir as pesquisas desenvolvidas por seus membros.

Dividido em quatro partes, este livro propõe reflexões e apresenta resultados sobre a complexidade do agro.¹ Os trabalhos da primeira parte convergem para a identificação das características e das tendências da Geografia Agrária no Brasil no início do século XXI. Considerado um dos ramos mais desenvolvidos da Geografia Humana e Econômica, o agro, do ponto de vista geográfico, tem na diversidade temática sua característica fundamental, e os textos aqui apresentados discutem tal fato.

Atentando para a interação espacial entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, na segunda parte do livro são discutidos processos como produção e migração, que irão evidenciar empiricamente a interação, representada ainda no contexto das pequenas cidades.

Tema recorrente entre os estudos do agro, o capital agroindustrial e suas representações na cultura canavieira e na cafeicultura são estudados em áreas produtoras do estado de São Paulo e de Minas Gerais, destacando os processos de deslocamento e a competitividade pelo qual passam as duas atividades. No contraponto, fechando a terceira parte do livro, a grande propriedade é apresentada em um estudo de turismo rural, refletindo as mudanças de uso do espaço agrícola.

Também como temática tradicional nos estudos da Geografia Agrária, a pequena propriedade é investigada em suas distintas fa-

1 Compreendemos “agro” como o termo que resume todas as questões relativas ao setor agropecuário em sua referência agrária, agrícola, não agrícola, rural, ao campo e à agricultura, genericamente entendida.

ces: na perspectiva da agricultura familiar e das políticas públicas; do autoconsumo e da busca pelo mercado; do meio ambiente, relacionando agroecologia e educação ambiental; e na perspectiva da reforma agrária como evidência de organização territorial. Como reflexo da complexidade e da diversidade do agro brasileiro, a quarta parte do livro demonstra quanto a Geografia deve contribuir para o entendimento da realidade, e a diferenciação espaçotemporal de processos marca o olhar geográfico sobre essa realidade.

Os organizadores

PARTE 1
GEOGRAFIA AGRÁRIA:
ESTUDOS E TENDÊNCIAS

A GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA – DINÂMICA, VARIADA E COMPLEXA

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira¹

O presente texto pretende ser uma contribuição ao debate sobre as questões metodológicas em torno da Geografia Agrária. A proposta aqui colocada é bastante ampla e deverá produzir discussões com diferentes enfoques. Discutir questões metodológicas é um trabalho exaustivo, que merece uma avaliação quantitativa e qualitativa a ser realizada de forma contínua.

Em um rápido levantamento realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, é possível observar que dinâmica (agrária, territorial, regional) e dinamismo (agrícola, produtivo) são termos frequentes nas linhas de pesquisa e nas palavras-chave que as definem, e retratam, sem dúvida, o que é a Geografia Agrária brasileira.

Dinâmica, variada e complexa. Assim podemos, de forma preliminar, caracterizar a Geografia Agrária brasileira.

Dinâmica porque *está na estrada* há muito tempo e apenas nos últimos vinte anos transformou-se completamente e ganhou uma

1 Professora Assistente Doutora do Depto. de Geografia do IGCE – UNESP-Rio Claro. Professora Orientadora do PPGG – IGCE – UNESP-Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: darlene@rc.unesp.br

dimensão, por que não dizer, gigantesca. Variada porque traz para si distintos temas e enfoques. E a complexidade é resultado dessa dinâmica e dessa variedade. A Geografia Agrária hoje não se restringe ao estudo da agricultura; é muito mais que isso.

Considerando-se essas características e diante do grande número de grupos de pesquisa que foram institucionalizados na última década no Brasil, tratar das questões metodológicas dos grupos é tarefa, no mínimo, abrangente.

O objetivo deste texto é demonstrar, ainda que numericamente, a razão de a Geografia Agrária brasileira ser dinâmica, variada e complexa. Numericamente porque uma análise qualitativa demandaria tempo e acesso a informações bastante amplas que poderão ser almeçadas no futuro.

O enfoque escolhido

O objeto definido para análise foram os grupos de pesquisa. Um grupo está calcado em princípios básicos, conforme cita Spósito (2005). Seriam esses princípios: a figura de um pesquisador; o caráter assumido pelo grupo no interior da instituição que o sedia (pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação); e finalmente a temática, foco principal das pesquisas e dos estudos realizados. Essa proposta está sintetizada na Figura 1.



Figura 1 – Composição organizativa de um grupo de pesquisa a partir do pesquisador.

Sendo assim, pode-se pensar o grupo com a composição organizativa apresentada na Figura 1 sem esquecer que existirão eixos teóricos e metodológicos definidores dos estudos realizados.

Sob outra ênfase pode-se identificar a organização dos grupos como na Figura 2, na qual é a temática o elemento central ou o princípio norteador mediante o qual os grupos se formam.



Figura 2 – Composição organizativa de um grupo de pesquisa a partir da temática.

Como dito anteriormente, utilizaram-se como referencial para o levantamento das informações neste texto os dois princípios organizativos.

Entende-se que todo processo de formação e consolidação do Grupo de Pesquisa deve trilhar tal caminho e que ele não é linear, mas possuidor de muitos meandros. Pode-se aferir que seja objetivo do grupo a busca de uma identidade ou, no sentido inverso, é a partir de uma identidade, constituída por aproximação de pares em torno de um tema, que se cria um grupo.

Como a temática em debate é a Geografia Agrária, trabalhou-se com grupos cuja identidade é dada pelos estudos do agro.² Para contribuir com o debate em torno das questões metodológicas que caracterizam a Geografia Agrária brasileira, escolheram-se como tema os *grupos de pesquisa em geografia agrária*.³

Diante do tema foram definidas as estratégias de pesquisa. Para tanto, seria necessário acesso aos grupos, à produção deles, e procurar identificar se as discussões metodológicas de cada um estavam refletidas nessa produção. As fontes de informação foram os *sites* e páginas na internet de cada grupo.

Entretanto, havia outras questões. Quais são e quem são os grupos? Trabalharíamos com os que participam dos eventos do Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP)? Teríamos a representação de todo o universo em questão?

Na busca dessas respostas foi utilizada a fonte que temos hoje no país para identificação e consulta relativa a grupos de pesquisa: o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. A partir dessa fonte tivemos acesso aos grupos em funcionamento, certificados por suas respectivas instituições. Identificados os grupos efetuamos, em seguida, a busca de seus *sites* ou páginas na internet.

2 Compreendemos “agro” como o termo que resume todas as questões relativas ao setor agropecuário em sua referência agrária, agrícola, não agrícola, rural, ao campo e à agricultura, genericamente entendida.

3 Consideramos Geografia Agrária, de forma bastante genérica e ampla, tudo que se relaciona aos estudos e às pesquisas realizados na área da Geografia que têm como tema central o agro, nas condições definidas na nota 2.

O que é o Diretório dos Grupos de Pesquisa?

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto desenvolvido no CNPq desde 1992, é uma base de dados que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no país. O Diretório mantém uma *base corrente* cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes dos grupos, assim como por pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza censos bianuais que são fotografias dessa base corrente.

As informações contidas nessas bases dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica e tecnológica, e aos padrões de interação com o setor produtivo. Além disso, cada grupo é situado no espaço (região, UF e instituição) e no tempo.

Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. Os levantamentos não incluem os grupos localizados nas empresas do setor produtivo. (CNPq, 2009)

A pesquisa no Diretório pode ser efetuada de várias formas. Optou-se, inicialmente, pela busca por líderes – definidos como os especialistas em Geografia Agrária que trabalham com a temática do agro e tudo a ela relacionada, e que circulam por congressos e reuniões científicas como: Encontro Nacional de Geografia Agrária; Encontro de Grupos de Pesquisa; Encontro Nacional dos Geógrafos; Simpósio Internacional; e Simpósio Nacional de Geografia Agrária.

Em um segundo momento foi realizada uma pesquisa por palavras e expressões peculiares aos estudos rurais. A partir daí, a curiosidade foi aguçada, pois o conjunto numérico e diverso de situações

encontradas, quando se buscou a Geografia Agrária em grupos de pesquisa, foi muito *superior* ao esperado. Decidiu-se, assim, aprofundar a pesquisa nessa fonte, descartando-se a pesquisa em *sites* ou páginas dos grupos, permanecendo o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq como fonte única.

Para que serve?

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq possui três finalidades principais:

- No que se refere à sua utilização pela comunidade científica e tecnológica no dia a dia do exercício profissional, é um eficiente instrumento para o intercâmbio e a troca de informações. Com precisão e rapidez, é capaz de responder quem é quem, onde se encontra, o que está fazendo e o que produziu recentemente.
- Seja no nível das instituições, seja no das sociedades científicas ou, ainda, no das várias instâncias de organização político-administrativa do país, a base de dados do Diretório é uma fonte inesgotável de informação. Além daquelas informações diretamente disponíveis sobre os grupos, seu caráter censitário convida ao aprofundamento do conhecimento por meio das inúmeras possibilidades de estudos de tipo *survey*. A construção de amostras permitirá o alcance de respostas sobre campos não cobertos pelos dados, como, por exemplo, o financiamento, a avaliação qualitativa da produção científica e tecnológica, bem como o padrão fino das interações entre grupos de pesquisa e o setor produtivo. Desta forma, é uma poderosa ferramenta para o planejamento e a gestão das atividades de ciência e tecnologia.
- Finalmente, as bases de dados, na medida em que é recorrente a realização de censos, têm cada vez mais um importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil. (CNPq, 2009)

Os procedimentos adotados

Para a realização da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos:

- Levantamento de informações sobre grupos de pesquisa ligados às temáticas Geografia Agrária, agricultura e desenvolvimento rural, em um primeiro momento. Posteriormente, incluíram-se na pesquisa os termos: rural, mundo rural, organização do espaço e desenvolvimento territorial. Eles apareceram nos primeiros resultados obtidos, enunciados nas linhas de pesquisa em andamento nos grupos, e entendeu-se que também poderiam ser representativos para identificação, além do que alguns deles são frequentes nos textos de Geografia Agrária da atualidade. A filtragem por palavras/expressões e líderes foi complementada pelos filtros grande área do grupo – Ciências Humanas e área – Geografia.
- Organização de um banco de informações para armazenamento, tabulação e obtenção de dados relativos ao objeto estudado.
- Caracterização dos grupos de pesquisa por instituição-sede, localização por região geográfica, ano de formação, nome do grupo, linhas de pesquisa e palavras-chave das linhas de pesquisa.
- Apresentação e discussão dos resultados com proposições para estudos futuros.

Resultados – A Geografia Agrária e a agricultura em grupos de pesquisa

A fim de enfatizar, destacamos que o levantamento de informações sobre os grupos de pesquisa teve como parâmetros:

- A Geografia Agrária como ramo de especialização da Geografia.

- A agricultura como temática central ou de interesse de estudo.
- O desenvolvimento rural na aplicação e nas relações com o setor público e produtivo.

Além disso, essas são palavras/expressões que marcaram, ao longo da história, os estudos do agro do ponto de vista da Geografia.

Os primeiros resultados obtidos para as palavras/expressões pesquisadas nos indicaram que em 2009 existiam registrados no CNPq o que se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1 – Grupos de Pesquisa identificados por palavras/expressões.

Palavras/expressões	Nº de grupos
Geografia Agrária	26
Agricultura	35
Desenvolvimento rural	37
Rural	56
Mundo rural	5
Organização do espaço	15
Desenvolvimento territorial	16

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq 2009).

Observa-se que no primeiro conjunto de palavras/expressões, “desenvolvimento rural” é a que mais concentra grupos do ponto de vista numérico, e isso pode ser explicado considerando-se as repercussões e os setores de aplicação dos trabalhos dos grupos que são elencados no Diretório. Quando retiramos a Geografia Agrária (referência de ramo da ciência) como parâmetro de pesquisa, observamos que os estudos sobre agricultura e desenvolvimento rural ultrapassam os limites desta – Geografia Agrária – e passam a ser temas de outros especialistas da Geografia.

O segundo conjunto de palavras/expressões nos indica que o mundo rural não é uma referência nos grupos levantados. O interessante é que quando efetuamos a pesquisa pela palavra “rural”, temos um crescimento numérico e que reforça nossa hipótese de que quando não consideramos o ramo Geografia Agrária, a pre-

sença da temática rural se amplia consideravelmente e ultrapassa o limite da especialização. Na avaliação das linhas de pesquisa, tal fato será retomado.

Do levantamento realizado, após a eliminação das duplicidades, chegou-se a um total de setenta grupos de pesquisa que têm a Geografia Agrária, a agricultura, o desenvolvimento rural, o rural, o mundo rural e a organização do espaço como norteadores de suas pesquisas e atuações.

Em relação ao nome dos grupos de pesquisa, foi possível identificar que as referências a termos relativos ao agro são comuns. Os que mais se destacam estão representados na Figura 3. É possível observar a presença de referências ao meio ambiente, aos estudos regionais, ao desenvolvimento e à gestão territorial, incorporadas ao que se pode definir como estudos do agro. O meio ambiente é o grande destaque, como se observará também em relação às linhas de pesquisa.

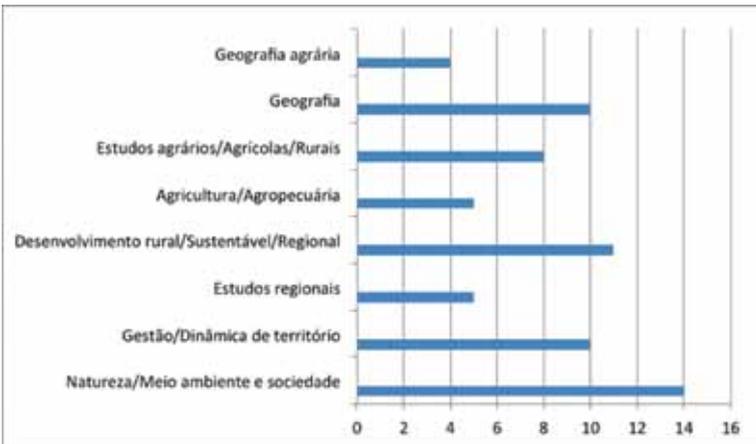


Figura 3 – Número de grupos de pesquisa por nome de grupo.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2009).

Do total de setenta grupos pesquisados, é possível indicar suas instituições-sede, conforme demonstra a Figura 4. As universidades federais concentram 61% dos grupos selecionados, contra 36% nas universidades estaduais.

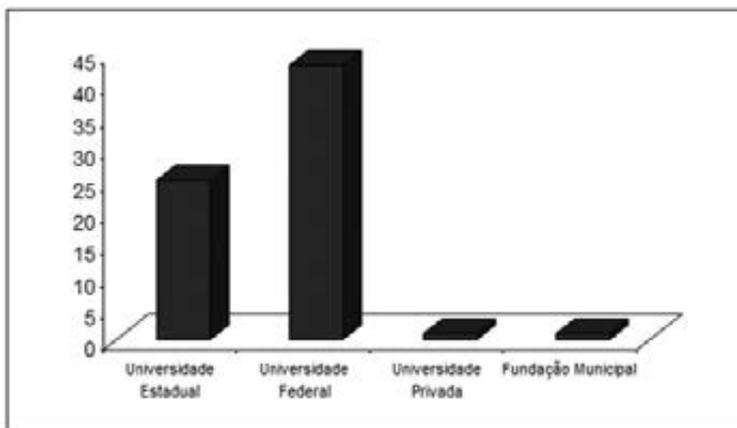


Figura 4 – Tipos de instituições-sede dos grupos de pesquisa.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2009).

A presença majoritária em universidades federais pode ser explicada, conforme se constata na Figura 5, pela distribuição dos grupos no território nacional.

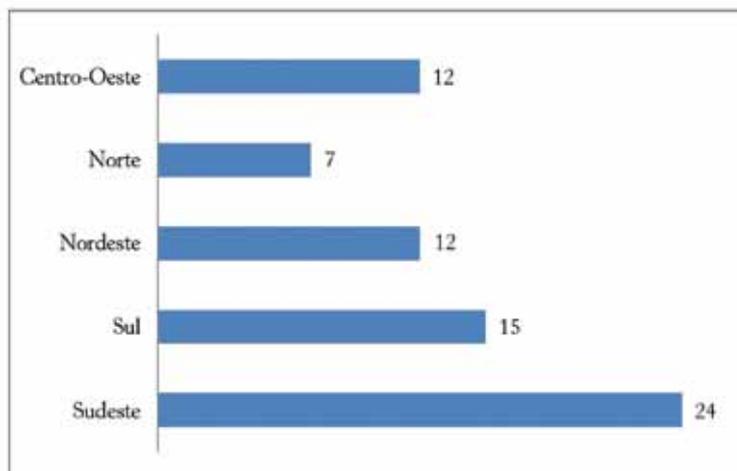


Figura 5 – Frequência dos grupos de pesquisas por grande região.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2009).

Sediando três grandes universidades estaduais e federais consolidadas, a região Sudeste concentra 24 dos grupos encontrados. Muitos desses grupos têm como líderes geógrafos renomados e que são responsáveis atualmente pela dinâmica da Geografia Agrária brasileira, liderando alunos e pesquisadores nos grupos mais antigos.

O Centro-Oeste é região de destaque, já que tem em seu território doze grupos, o que é significativo e pode ser explicado pela expansão das universidades federais. Aí se instalaram também os grupos com trajetória mais recente.

Na região Norte encontramos sete grupos, também recentes e cujas pesquisas estão voltadas prioritariamente para questões ambientais ligadas ao agronegócio, ocupação da fronteira e desenvolvimento rural sustentável.

A referência ao tempo de funcionamento dos grupos é bastante peculiar. O grande número de grupos de pesquisa que desenvolve estudos rurais é resultado de uma expansão que ocorreu particularmente a partir dos anos 2000. Ter grupos de pesquisa institucionalizados e incluídos na base de dados do CNPq tornou-se uma necessidade acadêmica, especialmente após 1992, com a criação do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, e foi estimulada pelas instituições de ensino superior, conforme pudemos verificar no texto “O que é o Diretório dos Grupos de Pesquisa?”.

A Figura 6 demonstra o movimento de surgimento dos grupos.

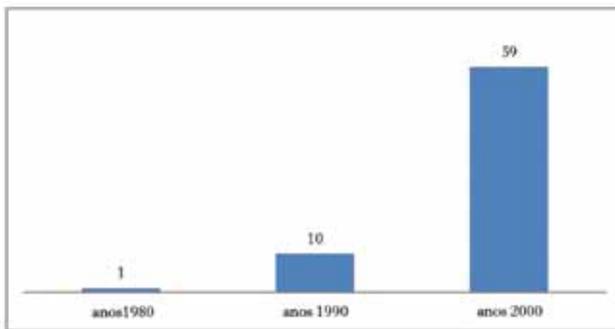


Figura 6 – Número de grupos de pesquisa formados por período.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq, 2009).

É evidente o que significou a institucionalização dos grupos para os estudos do meio rural. Pôde-se identificar pelo levantamento que nos anos 1980 um grupo de pesquisa já realizava atividades no Brasil. Nos anos 1990, a segunda metade da década marca o início do processo de constituição dos grupos, seguindo linearmente com o crescimento até 2009. A Tabela 2 apresenta essa trajetória.

Tabela 2 – Distribuição temporal e número de grupos institucionalizados.

1983	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1	1	2	2	3	2	4	2	10	3	4	5	6	4	17	4

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq 2009).

Salta aos olhos o crescimento do número de grupos de pesquisa nos anos de 2002 e 2008. O que provavelmente explica esse crescimento em 2002 é a presença, nesse ano, de grupos com linhas de pesquisa centradas na temática do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. A análise da agricultura está inserida nessa discussão em linhas que relacionam agricultura e meio ambiente. Nesse mesmo ano de 2002, grupos que não seriam identificados pelos seus nomes como voltados à Geografia Agrária, mas como estudos ambientais, têm como linha de pesquisa a designada Geografia Agrária. Essa é uma evidência da complexidade do tema aqui estudado e que foi enunciada no início deste capítulo.

Também corroborando essa hipótese, o ano de 2008 concentra o maior número de novos grupos. Há várias possibilidades de explicação para esse fato: demanda dos programas de pós-graduação; exigências das instituições de fomento; surgimento de novos temas não atendidos pelos já existentes.

Os novos grupos que surgiram voltaram-se para o estudo de temas variados, permanecendo o princípio da diversidade e não da unidade como identificadora do que seria um estudo geográfico sobre agricultura.

Observa-se que do conjunto de linhas levantadas é possível afirmar que há uma diversidade significativa de temas, o que reforça

a hipótese do dinamismo, variedade e complexidade dos estudos sobre agricultura na atualidade.

Avançando na discussão sobre as linhas de pesquisa trabalhadas, todas as que figuram nos setenta grupos pesquisados são citadas a seguir.

Linhas de Pesquisa

A questão agrária e o meio rural	Análise, planejamento e gestão dos espaços rurais e urbanos
A transformação do campo, implicações sobre a identidade e as novas formas de organização do espaço rural	Análises territoriais e sustentabilidade
Abordagens teórico-metodológicas da Geografia Agrária	Aproveitamento de recursos naturais e de resíduos pela agropecuária
Agricultura camponesa e produção familiar	Área agrária
Agricultura e ambiente	Áreas naturais protegidas no espaço urbano e rural
Agricultura e urbanização: cidades do agronegócio	Arranjos territoriais produtivos agrícolas
Agricultura familiar	As geografias da modernidade: Geografia e gênero-família e trabalho
Agricultura familiar e campesinato	Assentamentos rurais
Agricultura familiar e multifuncionalidade do espaço rural	Atlas dos conflitos fundiários no campo brasileiro
Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural no estado do Rio de Janeiro	Cidade e campo: espaço e trabalho
Agricultura sustentável	Cidade do agronegócio
Agroecologia	Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação
Ambiente agrário e populações rurais das áreas úmidas do Brasil e do mundo	Clima e produção do espaço agrário
Análise geoambiental e políticas públicas	Clima e produção do espaço rural
Análise interdisciplinar do meio ambiente e desenvolvimento rural e urbano	Comunidades rurais e populações tradicionais
Análise populacional sul-americana	Conservação ambiental e turismo
	Desenvolvimento
	Desenvolvimento e economia solidária
	Desenvolvimento regional e Geografia Agrária

Desenvolvimento regional e produção do espaço urbano e rural	Geografia Agrária
Desenvolvimento rural	Geografia Agrária e desenvolvimento sustentável
Desenvolvimento rural sustentável	Geografia Agrária e rural
Desenvolvimento rural/agrário	Geografia da população
Desenvolvimento territorial;	Geografia e educação do campo
Desenvolvimento, ambiente e território	Geografia rural
Dinâmica dos espaços agrícolas	Geografia, meio ambiente, cidadania, desenvolvimento urbano e rural
Dinâmica socioespacial da agropecuária	Geoprocessamento e cadastro rural
Dinâmica socioespacial urbana e agrária	Geotecnologia aplicada a análise socioespacial
Dinâmicas territoriais	Gestão do espaço rural e meio ambiente
Dinâmicas territoriais agroindustriais na Amazônia Oriental	Impactos das ligações urbano-rural nas mudanças no espaço regional
Dinâmicas territoriais rurais e gestão do meio ambiente	Impactos socioambientais do agronegócio
Dinâmicas territoriais, campesinato e populações ribeirinhas na Amazônia	Impactos socioterritoriais
Educação geográfica no campo e imaginário rural	Logística de produtos agrícolas no território brasileiro;
Educação	Mapeamento da representação documental da história da luta pela terra
Espaço agrário e movimentos sociais	Meio ambiente, educação e movimentos sociais no campo
Espaço agrário	Mídia, Mediações, Ambiente e Práticas de Ensino (MMAPE)
Espaço rural e movimentos sociais	Modelagem da produção vegetal
Espaço social e vínculos territoriais	Modernização agrícola e agronegócio
Espaços industriais e agroindustriais	Modernização do campo e da cidade
Estratégias de reprodução econômica e social de produtores rurais	Movimentos camponeses: espacialização, territorialização e mundialização
Estrutura fundiária	Movimentos sociais agrários e transformação da estrutura fundiária
Etnossustentabilidade e populações tradicionais	Movimentos sociais e organizações de luta pela terra
Expansão agrária	
Formação socioespacial: mundo e regiões do Brasil	

- Movimentos sociais no campo
- Multifuncionalidade do espaço rural
- Novas metodologias para o ensino de Geografia Agrária no Rio de Janeiro
- O campo, a cidade, a metrópole, o rural e o urbano no Brasil
- O desenvolvimento territorial percebido a partir das relações entre o urbano e o rural
- O ensino de Geografia no contexto da educação do campo
- Organização do espaço agrário
- Organização dos espaços regional e rural/agrícola
- Organização e dinâmica do espaço rural
- Organização social, instrumentos de intervenção e gestão pública
- Organização sociopolítica no campo
- Os efeitos socioespaciais dos sistemas agroindustriais
- Planejamento e desenvolvimento em agricultura familiar
- Planejamento turístico rural
- Pobreza rural e meio ambiente
- Política de desenvolvimento territorial
- Políticas públicas
- Políticas públicas e agricultura sustentável
- Políticas públicas, desenvolvimento rural e ruralidade
- Políticas públicas, dinâmica regional e desenvolvimento territorial
- Processos de modernização agrária
- Produção animal
- Produção do espaço rural
- Produção do espaço urbano, rural e regional
- Produção e organização do espaço agrário
- Produção familiar
- Questão agrária no Brasil
- Questões fundiárias, modernização do campo e reforma agrária
- Redes agroindustriais
- Reforma agrária e assentamentos rurais
- Reforma agrária, assentamentos rurais e desenvolvimento territorial
- Relações campo-cidade
- Relações de gênero e território
- Representações da paisagem cultural da *plantation* canvieira no Nordeste do Brasil
- Ruralidade e urbanidade
- Sistemas de produção agropecuária
- Técnica, tempo, espaço agrário
- Território e movimentos sociais
- Território, cultura e poder local
- Território, desenvolvimento e relação campo-cidade
- Território, economia, trabalho e desenvolvimento regional
- Territórios do saber: estudos das teorias e ensino de Geografia
- Territórios paradigmáticos da Geografia brasileira
- Transformações socioespaciais no rural fluminense
- Turismo rural
- Uso, manejo e conservação do solo e da água

Observa-se que a variedade é bastante grande. Se tomarmos alguns temas e buscarmos identificar como eles estão refletidos nas linhas de pesquisa, temos o que é demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição das linhas de pesquisa por grandes temas referenciados.

Agrário(a) [18]*	Questão; Geografia; reforma; área de estudo
Agricultura [9]	Conjunto familiar; pluriatividade; multifuncionalidade; relacionada ao ambiente; relacionada à urbanização
Ambiente [10]	Meio; relacionado à agricultura; agrário; desenvolvimento territorial; gestão territorial; dinâmica territorial
Campo [11]	Local de transformação; modernização; relação cidade-campo; educação; movimentos sociais
Desenvolvimento [19]	Rural; regional; economia solidária; sustentável; territorial
Modernização [4]	Do campo; agrícola; agronegócio; campo e cidade; agrária
Rural [28]	Relação cidade-campo; meio; espaço; desenvolvimento; Geografia; turismo; transformações socioespaciais; populações; assentamentos; imaginário; educação

* Número de citações do tema nas linhas de pesquisa.

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq 2009).

Pelo que foi demonstrado até aqui, pode-se considerar o rural, o agrário e o desenvolvimento expressões definidoras da identidade da Geografia Agrária? Eles figuram entre os termos mais citados e, como tais, refletem o conteúdo do que seriam os estudos em Geografia Agrária ou os estudos geográficos sobre o agro, disseminados sob distintas formas, conteúdos e qualificações.

Ampliando o escopo de análise e trabalhando com as palavras-chave indicadas por cada grupo em cada linha de pesquisa em que atua, a Tabela 3 apresenta a frequência de algumas palavras encontradas e selecionadas, seguindo a trajetória do que vem sendo apre-

sentado neste texto, ou seja, são palavras ou expressões que exprimem genericamente o agro como tema de pesquisa.

Tabela 3 – Frequência das palavras-chave selecionadas.

Palavras-chave	Frequência
Agricultura	22
Agricultura familiar	8
Ambiente	8
Campo	26
Desenvolvimento rural	6
Geografia Agrária	9
Modernização	9
Movimentos sociais	12
Políticas públicas	4
Relação cidade-campo/campo-cidade	6
Rural	32
Ruralidade	2

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq 2009).

Rural, campo e agricultura são referências recorrentes e que podem ser parâmetros para análises futuras. As perguntas agora seriam: o que é o rural para a Geografia Agrária? Como a agricultura é estudada na Geografia Agrária contemporânea? O campo é ainda um espaço em organização?

Diante da exposição apresentada que objetivou levantar elementos para a caracterização da Geografia Agrária no Brasil e tendo em vista a consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, entende-se necessário elaborar uma síntese do que foi trabalhado.

Para tanto, recuperou-se um esquema analítico (Figura 7) proposto pelo professor José A. Filizola Diniz (1984, p.58), no qual ele esboça, com objetivo tipológico, o que seria o sistema da agricultura, constituído por elementos internos e externos.

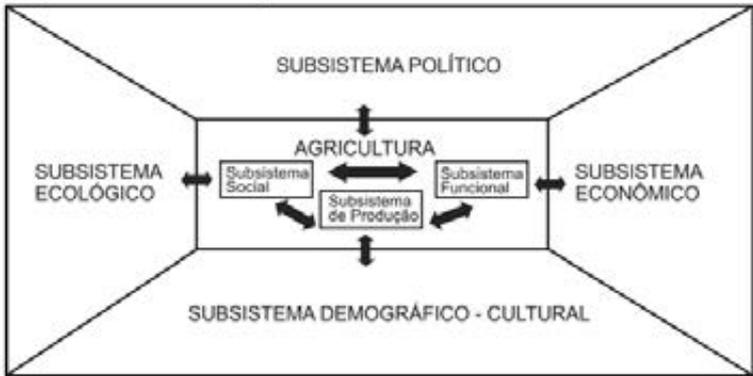


Figura 7 – Sistema da agricultura: elementos internos e externos.

Fonte: Diniz (1984, p.58).

Do que pudemos levantar e avaliar em relação aos grupos de pesquisa, considerando seus nomes, linhas temáticas e palavras-chave, foi possível constatar que todo o conteúdo trabalhado está expresso na Figura 7.

É inegável que temos hoje na Geografia Agrária brasileira grupos de pesquisa preocupados com questões econômicas, políticas, ecológicas, demográficas e culturais, e, além disso, encontramos grupos preocupados com os produtores rurais e as produções destes, bem como com o funcionamento do sistema agropecuário.

Portanto, fica claro que, mais de vinte anos depois da proposta de Diniz (ibidem), os estudos da agricultura, sob nova roupagem, realizados pelos grupos de pesquisa hoje institucionalizados, refletem a preocupação com

[...] uma das atividades mais complexas na superfície terrestre. [...]

Inegavelmente, um estudo de caráter espacial pode contribuir enormemente para decifrar seus enigmas, pois não resta dúvida que variáveis essencialmente espaciais, como distân-

cia, padrão, forma, etc., integram o complexo agrário. (ibidem, p.15)

A pergunta que fica: o que é a Geografia Agrária brasileira hoje? Muitas devem ser as respostas e muitas devem ser as buscas no sentido de obtê-las. Vale a pena essa busca? Como efetuar-la?

Propondo caminhos

Sem querer, neste momento, nos aprofundarmos no assunto, mas para completarmos o raciocínio percorrido até aqui, consideramos importante traçar possíveis caminhos para avançarmos na discussão sobre a Geografia Agrária brasileira.

Devemos sempre lembrar que “os pesquisadores devem estar atentos para a natureza do conhecimento gerado em seu campo de estudos, assim como os fundamentos que norteiam as investigações” (Theóphilo; Iudécibus, 2005, p.148). Para tanto, podemos tomar os grupos de pesquisa como fonte de análises. Eles, absolutamente, não são produção científica a ser analisada, bem como sua organização, formação e funcionamento, mas os produtos intelectuais por eles gerados o são.

Referimos-nos a artigos, trabalhos completos em anais de congressos, relatórios de pesquisa, iniciações científicas, dissertações de mestrado e teses de doutorado. O arcabouço para pesquisa é amplo e distinto, mas atingível.

Para análise do objeto em questão – a produção intelectual dos grupos de pesquisa de Geografia Agrária no Brasil – propomos a adaptação do modelo apresentado por Theóphilo e Iudécibus, para os quais “a geração do conhecimento científico se processa em quatro níveis ou polos: epistemológico, teórico, metodológico e técnico” (ibidem). Para esses autores, os “polos são concebidos como aspectos particulares do processo de conhecimento e espaço científico considerado como um campo dinâmico, sujeito à articulação dessas diferentes instâncias” (ibidem).

A Figura 8 expressa essa concepção.

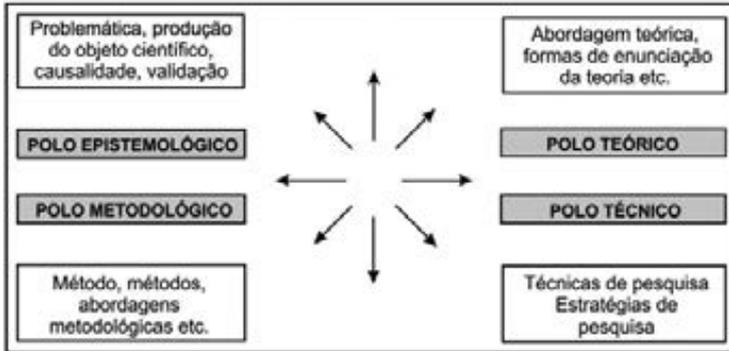


Figura 8 – Esquema paradigmático para análise dos trabalhos: espaço metodológico quadripolar.

Fonte: Theóphilo e Iudécibus (2005, p.149).

Uma análise da produção dos grupos de pesquisa sob essa ótica permitiria um aprofundamento dos estudos sobre as abordagens teórico-metodológicas ainda não efetuado para a Geografia Agrária brasileira.

Da mesma forma, a análise a partir dos elementos internos e externos apresentados por Diniz (1984) permitiria uma avaliação das temáticas de pesquisa que compõem as linhas idealizadas pelos grupos. Definiríamos aqui as escolhas dos grupos em relação aos temas, apontando inovações, permanências e possíveis características de identidades.

São propostas de trabalho para um grupo que há algum tempo busca se conhecer e se autoavaliar. Se conseguirmos congregarmos em um estudo os grupos de pesquisa que têm o agro como tema, há grandes possibilidades de definirmos a identidade desse grupo, contrariando a afirmativa feita no Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) de 1996, em Diamantina-MG, que traçava um futuro nada próspero para a nossa tão cara Geografia Agrária.

Referências bibliográficas

- DINIZ, J. A. F. *Geografia da agricultura*. São Paulo: Difel, 1984. 278p.
- SPÓSITO, E. S. Dinâmica econômica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avaliação da construção de uma temática. In: _____. (Org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: FCT; UNESP; GAsPERR, 2005. p.53-83.
- THEÓPHILO, C. R.; IUDÉCIBUS, S. de. Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. *UnB Contábil* (Brasília), v.8, n.2, p.147-175, jul.-dez. 2005.

Referências eletrônicas

- CNPq. Diretório dos Grupos de Pesquisa. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

QUESTÕES POLÍTICAS NOS ESTUDOS EM GEOGRAFIA AGRÁRIA: TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS E INTERDISCIPLINARIDADE PÓS-1990

Flamarion Dutra Alves¹

Este estudo acerca da Geografia Agrária brasileira produzida pós-1990 tem como referência a tese de doutorado de Alves (2010), que detalhou a evolução teórico-metodológica da Geografia Agrária do final da década de 1930 até 2009. Nesse sentido, centraremos as análises metodológicas em período recente, que compreende os últimos vinte anos (1990-2009), em especial a abordagem política, sendo um momento de afirmações, renovações e projeções dos referenciais metodológicos na área da Geografia.

O período pós-1980 na Geografia brasileira é comumente denominado, na maioria das pesquisas realizadas, de “crítico”, “social” ou “marxista”, e considerado um paradigma na história da disciplina. Entretanto, os estudos realizados por Alves (ibidem) mostram que a Geografia Agrária brasileira pós-1990 apresentou uma diversidade de matrizes teórico-metodológicas. Na prática, não se concretizou esse paradigma marxista, como ocorreu com a Geografia Regional Clássica ou com a Geografia Teorética Quantitativa, que apresentava uma tendência plural com vários enfoques metodológicos. Conforme aponta Roberto Lobato Corrêa: “O movimento

1 Professor Doutor da Universidade Federal de Alfenas – Instituto de Ciências da Natureza. Membro do Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: dutrasm@yahoo.com.br

crítico na geografia brasileira, iniciado em 1978, perdeu o fôlego na década de 1990” (2010, p.65).

Dessa maneira, analisaremos as diversas formas por meio das quais foram conduzidas as pesquisas em Geografia Agrária no Brasil, tecendo considerações sobre a abordagem política presente na metodologia de pesquisa utilizada.

Aspectos teórico-metodológicos na Geografia Humana e Agrária brasileira pós-1990

Considerando o período da multiplicidade de ideias e concepções na Geografia, a partir da década de 1990 encontramos uma teia de possibilidades nas pesquisas geográficas. Tal abertura de opiniões deu-se com o discurso de renovação da Geografia, uma Geografia Crítica que objetivava desmascarar as diferenças socioespaciais. Para tanto, foi necessário utilizar diversas abordagens que embasassem essa postura.

Dessa forma, a pluralidade de visões sobre o espaço reforça a tendência de multiplicidade metodológica existente na Geografia atual, em que questões como a complexidade do espaço e a abordagem sistêmica para entender a organização espacial ou os processos de produção do espaço e das formações socioespaciais estão em voga no discurso epistemológico geográfico.

A fim de dar conta de tantos vieses, os geógrafos foram procurar em outras ciências o marco teórico para desenvolver suas pesquisas, como é o caso de Bernardo Mançano Fernandes (1998), que traz para o debate geográfico questões teórico-metodológicas presentes no estudo dos assentamentos rurais da reforma agrária. O autor entende que a pesquisa interdisciplinar entre Filosofia, Sociologia, História e Literatura pode auxiliar a Geografia Agrária. No caso específico do estudo dos assentamentos rurais:

A interdisciplinaridade pode ser construída pela interação que podemos fazer com diversas áreas do conhecimento, atra-

vés da reflexão filosófica sobre a construção dos conceitos utilizados: sociedade, trabalho, capital, espaço, tempo, território, ambiente, cidade, campo, forma, organização, sujeito, instituição, estrutura, processo, produção, relações sociais, transformação, movimento, classe, cultura etc. (ibidem, p.128)

De acordo com Fernandes (ibidem), os conceitos geográficos podem ser interpretados sob outras nuances e prismas filosóficos em uma pesquisa geográfica. O autor ainda coloca a questão da interdisciplinaridade como uma barreira a ser superada pelos geógrafos, pois a compartimentagem do conhecimento inibe a expansão da ciência:

[...] para a realização de um trabalho interdisciplinar não devemos nos intimidar com o policiamento intensivo que alguns “teóricos” exercem nas fronteiras das áreas do conhecimento. Essa postura em nada contribui para o processo de construção do conhecimento. [...] É fundamental ler trabalhos de outras áreas do conhecimento que possam contribuir para a construção de nossas ideias. (ibidem, p.129)

Essa defesa na multiplicidade de ideias deu o tom das abordagens a partir da década de 1990. No cenário da globalização e da pós-modernidade da sociedade atual, entendeu-se que métodos e teorias únicas não condizem com a complexidade das relações e a velocidade das transformações que ocorrem no espaço geográfico.

O espaço rural foi altamente alterado com o incremento de tecnologias e a aproximação das relações industriais em boa parte do campo brasileiro. Essa mudança, porém, vem sendo realizada paulatinamente, apesar de ter-se acelerado depois de 1990. Nesse sentido, as temáticas sobre a relação campo e cidade, ou urbanização do campo, vêm ganhando força no discurso geográfico brasileiro, conforme salienta Gláucio Marafon (2009) quando discute a contemporaneidade e os estudos do espaço rural. O autor analisa

a diversidade de relações socioespaciais congregadas em uma rede complexa de situações, entre elas a relação campo-cidade:

Configuram-se, então, novas relações entre [o] campo e a cidade, com novas qualidades e impressão fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização, temos novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. (ibidem, p.330)

Nesse contexto, inúmeras relações sociais ocorrem nesse espaço rural. Tais relações são processos geradores de conflitos políticos, como é o caso dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. Marafon (ibidem) destaca este movimento de complexidade que se forma no e transforma o espaço rural a partir de um elemento que compõe o espaço:

A complexidade do espaço rural é decorrente das profundas transformações ocorridas recentemente, e elas são responsáveis pela subordinação desse espaço aos interesses da cidade. Busca-se, então, compreender essas relações e como os movimentos sociais presentes no campo estabelecem estratégias, nas suas relações com o Estado, para que um maior número de trabalhadores rurais passem à condição de produtores rurais. (ibidem)

Na perspectiva campo-cidade estudada na Geografia, João Rua (2005), ao definir o espaço como multidimensional, entende que a relação campo-cidade é resultado de múltiplas relações, transescalares e não hierarquizadas em um movimento histórico:

Buscando um método multidimensional, pretende-se compreender o espaço (rural), percebendo-o como um espaço híbrido (será explicado mais à frente) pleno de possibilidades e onde experiências inovadoras (algumas com características de resistência) podem ser desenvolvidas. (ibidem, p.47)

Entra em questão a complexidade do espaço, os avanços tecnológicos, industriais, e a força que a cidade exerce na dinâmica rural. Por isso salientam-se diversas posturas teóricas para tratar desse assunto. Dimas Peixinho et al. (2003) enfocam o estudo do espaço como um sistema:

Uma instância espacial deve ser vista como um sistema que se hierarquiza na formação do todo, não sendo, portanto, sinônimo de escala, mesmo que a escala seja um recurso para dimensioná-la. Cada instância guarda em si aspectos que particulariza na sua interação com o todo. Nessa perspectiva a escala serve de recurso para focar a dimensão da instância, mas a identidade de cada instância está na função que cada uma exerce dentro do sistema espacial. Portanto, os recortes espaciais que nos ajudam a dimensionar os fenômenos, fundamentais para a nossa análise, não são os constituidores das próprias identidades. (p.85-86)

A abordagem sistêmica sempre esteve presente nos estudos de Geografia Agrária, desde a Geografia Clássica, nas questões funcionais da paisagem em relação aos gêneros de vida, passando pela Geografia Teórica, no entendimento da organização do espaço agrário. Neste início de século, a abordagem sistêmica fundamenta-se em diferentes bases teóricas para explicar os fenômenos rurais e urbanos, mas a questão da complexidade do espaço é salientada por Edgar Morin (2005), sendo essa uma base teórica importante na abordagem sistêmica atual.

Com posição teórica semelhante, Limberger (2006) discute a abordagem sistêmica e a teoria da complexidade como formas de entender a organização espacial na Geografia:

Como a Geografia estuda a organização do espaço, e isto engloba entender vários aspectos tanto do geossistema quanto do sistema socioeconômico e a emergência de sua relação; e como se sabe que tal junção é ainda bastante hipotética (por-

que se se separa estes “sistemas”; então, se perde a característica sistêmica), enfatiza-se a necessidade de aprofundamento nas discussões e pesquisas em torno da complexidade deste tema. Ou seja, apesar de algumas incompatibilidades entre o conceito e a prática da teoria dos sistemas, não se deve deixar de lado esta abordagem que tende a muito contribuir para o progresso da ciência, inclusive e principalmente, a geográfica. (ibidem, p.108)

Outro geógrafo que questiona os tipos de enfoques teórico-metodológicos e o objeto de estudo na Geografia é Paulo César da Costa Gomes (2005, 2009). Para ele, a evolução do objeto de estudo da Geografia sofreu algumas transformações. Contudo, esse autor salienta que toda pesquisa necessita de uma abordagem geográfica, mesmo na atualidade, quando se discute a complexidade do espaço geográfico. Entretanto, ele considera que a Geografia estuda as inter-relações em uma determinada ordem dispersa espacialmente, mas não em sua totalidade, uma vez que isso é impossível:

Nunca chegaremos a envolver todos os aspectos da miríade dos elementos inter-relacionados na composição dos sistemas espaciais. Seus desenhos, embora possam ser traduzidos em esquemas simplificados para fins de apresentação, são o produto de sofisticados processos. (Gomes, 2009, p.26)

Costa Gomes reforça a ideia de ordem, ou de ordenamento espacial, como sendo o enfoque nas pesquisas geográficas. Apesar da multiplicidade de temas que podem e devem ser trabalhados pelo geógrafo, deve-se ter muito clara a questão da ordem espacial:

Há, contudo, sempre uma análise geográfica quando o centro de nossa questão é a ordem espacial, pouco importando o tipo do fenômeno, inorgânico, orgânico ou social, até porque essas fronteiras são de difícil delimitação em muitos casos, quando falamos de natureza e de sociedade. (ibidem, p.27)

Em outro momento, Costa Gomes (2005) analisa o discurso marxista na perspectiva do materialismo histórico-dialético e sua utilização na Geografia:

O materialismo histórico e dialético é o método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento. A primeira etapa deste método é, pois, a busca dos elementos essenciais comuns que estruturam o real [...]. A perspectiva marxista encontra no método materialista-histórico o instrumento capaz de projetar a percepção para além do fenomenológico, fazendo sobressair as verdadeiras essências escondidas atrás das aparências. (p.281-282)

Essa discussão é proposta por Flaviana Nunes (2006), que traz a importância do estudo das relações e dos processos econômicos para as pesquisas em Geografia. Entretanto, a autora deixa claro que tais análises se diferenciam de uma abordagem marxista e dialética do espaço, na qual o econômico faz parte do entendimento histórico-dialético, sendo muitas vezes o centro da pesquisa. Na abordagem econômica, não necessariamente, faz-se uma análise histórica e contraditória do capitalismo e das complexidades do espaço geográfico, mas uma introdução das relações sociais na perspectiva econômica.

Nunes (2006) ressalta também a predominância de estudos histórico-dialéticos na área da Geografia no decorrer da década de 1980, dando espaço a novas visões metodológicas a partir da década de 1990:

Para compreender esta complexidade, verifica-se, nos últimos anos, a presença de uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas na geografia, caracterizando um momento diferenciado em relação aos anos 1980, por exemplo, em que havia uma predominância dos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico e dialético. (p.186-187)

Para Nunes (2006), a estrutura teórico-metodológica da Geografia Econômica esteve pautada no positivismo, passando pelo marxismo e pelo viés fenomenológico:

As influências teórico-metodológicas deste projeto identificam-se com as próprias formas de entender a geografia após a crise do positivismo: o estruturalismo de caráter relativamente marxista e o humanismo fenomenológico impulsionado pelas filosofias pós-modernas, ambos imbuídos de um sentido crítico em relação ao capitalismo imperante e, sobretudo, em relação às suas consequências em todas as escalas e ordens. (ibidem, p.189)

A abordagem econômica é muito útil para a análise do espaço geográfico e de suas relações e processos:

Para a geografia, o econômico é imprescindível para entender a lógica da organização da sociedade a partir de suas expressões espaciais. Como a economia mudou, dinamizou-se e tornou-se mais presente nas diversas esferas das relações humanas devido à mercadorização de todas as relações, isso se reflete na ordem e vivência espacial, cobrando análises pertinentes. (ibidem, p.193)

A partir da década de 1990, Nunes (2006) vê uma multiplicidade de concepções teórico-metodológicas na Geografia em geral, e também nos estudos econômicos:

[...] a partir do momento em que esse referencial teórico-metodológico (o materialismo histórico e dialético) deixa de ser hegemônico e são introduzidas novas abordagens na geografia, outras dimensões da realidade, tais como cultura, gênero, etnia, entre outras, também passam a ser valorizadas. (ibidem, p.195)

Com relação à Geografia contemporânea, Dirce Suertegaray (2009) destaca cinco abordagens adotadas pelo movimento da Geo-

grafia Crítica sob outra perspectiva: Geografia Cultural, Geografia Neomarxista, Geografia Instrumental, Geografia fundada no Desenvolvimento Sustentável e Geografia fundada na Natureza Externalizada, ou seja, a multiplicidade de concepções ganha relevância nas pesquisas geográficas.

Essas discussões acerca do espaço e das múltiplas abordagens são algumas características da geografia agrária pós-1990, a qual já foi estudada por Darlene Ferreira (2002) até 1995. A autora entende que à Geografia Agrária Crítica:

[...] corresponde uma Geografia Agrária preocupada com as questões sociais e econômicas em relação homem-terra e com as relações dos homens do campo entre si e com aqueles das cidades. Essa posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial e com o acirramento dos conflitos sociais numa situação de fechamento de fronteiras à apropriação de terras. É coerente também com preocupações da ordem dos direitos humanos e do uso (e abuso) dos recursos naturais, num mundo que se tecnifica e imediatiza. (p.340)

A autora destaca o aumento da análise sociológica nos estudos geográficos do rural, salientando uma diminuição das abordagens espaciais: “a incorporação de conceitos e teorias sociológicas e econômicas marcou presença nos estudos da década de 1990. A questão espacial foi suplantada pelo social, e a referência a grupos, sujeitos, classes sociais, entidades, lutas, tornou-se evidente” (ibidem, p.333).

Após 1995, não houve levantamentos bibliográficos densos sobre o tema metodológico e historiográfico na área da Geografia Agrária que fizessem algumas constatações acerca do cenário atual e apontamentos para o futuro. Nesse sentido, este texto baseado em Alves (2010) pretende visualizar os principais aspectos metodológicos na Geografia Agrária brasileira, fundamentados na produção bibliográfica presente nas publicações científicas *Revista Brasileira*

de Geografia, Boletim Paulista de Geografia, Boletim de Geografia Teórica, Geografia (Rio Claro), Boletim Goiano de Geografia, Terra Livre, Geosul, Sociedade & Natureza e Geosp.

Principais abordagens metodológicas na área da Geografia Agrária

A definição das abordagens metodológicas seguiu alguns pressupostos classificatórios, na tentativa de sistematizar o material consultado. Tendo em vista os grandes métodos da ciência – indutivo, dedutivo, dialético e fenomenológico –, esforçamo-nos para não agrupar os artigos pesquisados nesse rol de métodos, mas em expandir o horizonte classificatório, pois muitos textos não deixavam claras as suas bases teórico-metodológicas e apresentavam uma junção de ideias desconexas com o método aparentemente prejudgado.

Nesse sentido, criaram-se dezoito abordagens metodológicas,² após as análises realizadas, com o intuito de percorrer o trajeto da Geografia Agrária, contemplando o máximo de concepções. A classificação dos artigos primou pela sua inserção em determinada abordagem, apesar de muitos artigos apresentarem múltiplos aspectos da abordagem escolhida. Assim, neste capítulo, enfocaremos a abordagem política como um subcampo da Geografia, conforme lembra Corrêa (2010), salientando sua utilização pós-1990.

Abordagem política nas questões agrárias

Neste tipo de abordagem, os trabalhos desenvolvidos se preocupam com as questões relacionadas com o poder e a influência dos diferentes níveis de governos (municipal, estadual ou nacional) nas questões territoriais do campo, sejam em relação às políticas de abastecimento, políticas fundiárias, sejam em relação às políticas de preservação ambiental.

2 Para conhecer todas as abordagens empregadas no estudo da história da Geografia Agrária brasileira, ver Alves (2010).

Retomando os clássicos da Geografia, Frederic Ratzel introduziu a discussão do Estado na organização territorial e suas influências na dinâmica da população. Entretanto, na Geografia Agrária, essa abordagem se desenvolverá na década de 1980, com os trabalhos da corrente crítica, em virtude da conjugação de fatores que interferem nas relações sociais. Entre tais fatores está a atuação do Estado e das políticas públicas.

A relação de poder é marcante nessas abordagens, e a categoria *território* ganha espaço nas bases conceituais das pesquisas agrárias porque se refere a um espaço intrínseco, delimitado por relações de poder ou de identidade. Citamos, aqui, Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2004), Marcelo Souza (2003), entre outros geógrafos que analisam a questão territorial sob a perspectiva do poder na abordagem política.

Convém destacar os estudos sobre políticas públicas para os agricultores, crédito, políticas fundiárias, políticas ambientais, ou seja, os impactos de diferentes políticas para o desenvolvimento do espaço agrário.

Produção bibliográfica na década de 1990

Na década de 1990, salienta-se a grande preocupação dos geógrafos em discutir temas relacionados a questões políticas que interferem diretamente na organização agrária, seja para o aumento da produção agrícola, seja para discutir questões fundiárias. O trabalho de Kohlhepp (1991) mostra a evolução dos sistemas agropecuários no Paraná desde a década de 1960, enfatizando as decisões políticas nessas mudanças estruturais:

A exposição a seguir tem por objetivo a análise das sucessões de uso da terra no norte do Paraná desde os anos 60, assim como a pesquisa de suas causas e consequências. No centro do interesse encontram-se as transformações de estruturas agroespaciais da monocultura do café em uma modernização

agropecuária baseada em uma nova política agrária estatal. (Kohlhepp, 1991, p.79)

Esse processo de modernização no campo expandiu a fronteira agrícola atingindo novas áreas produtivas, como o Centro-Oeste e a Amazônia. Sobre isso, Machado (1992) analisa o processo histórico de ocupação da Amazônia, a fronteira agrícola e as políticas governamentais de ocupação e colonização do território amazônico:

[...] o problema mais grave na fronteira agrícola amazônica é a reprodução da mesma estrutura econômica socialmente injusta que gera a organização do conjunto do território brasileiro, reforçado pelo domínio do transitório, fato comum às áreas de ocupação recente, o que permite caracterizá-la como área de instabilidade e incerteza, aumentando as pressões sobre a população além do limiar dos riscos inerentes a uma ocupação pioneira. (ibidem, p.54)

Na mesma linha, Maria Socorro Brito (1995) discute as políticas adotadas pelos órgãos governamentais, a partir da década de 1960, no tocante à ocupação do uso de terras na Amazônia Legal para fins agropecuários e de povoamento:

O fato de essa região ter se constituído em área estratégica do planejamento oficial, no contexto de expansão da fronteira de recursos do País, favoreceu [a] mudança de seu papel de área extrativista, para transformá-la em espaço aberto ao capital, onde a incorporação de terras ao processo produtivo se deu, não só, pela implantação de grandes projetos agropecuários, como pela colonização dirigida e pelo povoamento espontâneo. (Brito, 1995, p.74)

Ainda sobre a região amazônica, José Amaral (1998) apresenta os aspectos políticos e sociais da colonização realizada em Rondônia:

A dimensão espacial envolve trajetórias sociais de regiões distintas, seja no sentido rural/rural, seja no sentido rural/urbano. Estas migrações estão recheadas de conteúdos particulares, porém existe uma reciprocidade nas relações. O colono passa simultaneamente por dois vieses: o da dessocialização em sua região de origem, e o da ressocialização nas novas terras. (p.132)

Ainda para Amaral, o Estado foi decisivo para o aumento das contradições sociais e o acirramento dos conflitos fundiários nos projetos de colonização em Rondônia:

O papel do Estado é ressaltado como “maestro” dos conflitos sociais e dos processos sociais emergentes. Ele exerce funções normativas na acumulação e na legitimação e age como “fio condutor” dos processos sociais. Intervém diretamente em várias escalas espaciais, estimulando diversos fluxos, aliviando tensões sociais localizadas e combatendo frontalmente outros movimentos. (ibidem, p.135)

A respeito das decisões políticas para o desenvolvimento rural, Maria Vargas (1992) mostra as políticas de desenvolvimento adotadas para solucionar o problema das secas no Nordeste a partir da década de 1960:

Na produção do espaço e reprodução de seu espaço, o “Polígono das Secas” é definido territorialmente como área sujeita a secas periódicas, politicamente como área problema e economicamente como área carente de modernização, de transformação de sua base produtiva. [...] A intenção do Estado em converter o sertão em terras agricultáveis com base no desenvolvimento de uma agricultura moderna, realizada por agricultores proprietários e não por agricultores posseiros e arrendatários, passa pela atuação de agentes nos níveis federal, estadual, e principalmente local, geralmente atravessados pelo jogo das forças sociais nos seus diversos níveis. (p.53-54)

Já o trabalho de Candiottto e Soares (1996) discute as políticas públicas voltadas para a prática do turismo em áreas rurais, em especial o ecoturismo. Os autores descrevem os fatores naturais e ambientais positivos em uma fazenda no município de Prata (MG):

O conhecimento dos aspectos físicos da área pesquisada para a atividade turística é fundamental para se determinar com clareza o tipo de uso e manejo do local, ou seja, como pode ser explorada e o que deve ser preservado, o tipo de atividade econômica a ser desenvolvida, com o intuito de minimizar os impactos negativos, pois é necessário para manter a qualidade dos atrativos à visitação de turistas, principalmente no ecoturismo e turismo rural, que dependem da preservação da natureza para seu desenvolvimento e sustentabilidade. (ibidem, p.65-66)

Cyro Lisita (1996) mostra a evolução da estrutura agrária em Goiás e a ligação com as políticas vigentes no país desde a Lei de Terras de 1850, passando pelo Estatuto da Terra de 1964, até as políticas recentes da década de 1980.

A questão fundiária é tema de grande parte dos trabalhos em Geografia Agrária. Entre os autores que trabalham com essa abordagem destacam-se Bernardo Mançano Fernandes (1997), que, por meio de estudos empíricos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), desenvolve teorias sobre a territorialização dos assentados sob o viés do poder, da identidade e da constituição política do movimento. A respeito disso, Fernandes analisa as políticas e formas jurídicas adotadas no trato da questão agrária em relação ao MST e a luta pela terra:

Iniciamos uma reflexão a respeito de uma questão que vem se destacando nos conflitos fundiários: a judicialização da reforma agrária. Discutimos as diferentes respostas que o Poder Judiciário tem dado às ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o objetivo de contribuir com o debate a respeito da questão da reforma agrária. (1997, p.34)

Em outra linha de análise, Paulo Alentejano (2000) discute políticas governamentais e textos acadêmicos com relação ao conceito do “novo rural” para o campo brasileiro:

O objetivo deste texto é analisar os principais processos de transformação em curso no agro brasileiro, de modo a identificar as novidades e as permanências, permitindo uma compreensão do que há de novo neste mundo rural.

Para isto, analisaremos alguns textos que buscam explicar as transformações em curso na realidade agrária brasileira, assim como documentos governamentais e posicionamentos de organizações não governamentais (ONGs) e de movimentos sociais a respeito da questão. (ibidem, p.87)

Esses estudos enfocam os aspectos políticos da questão agrária, e muitas vezes estão associados aos aspectos econômicos de tais políticas. A respeito dessas abordagens, Geraldo Müller (1992) apresenta as consequências da mudança de padrão tecnológico e produtivo na agricultura na década de 1980, em uma abordagem político-econômica:

O subdesenvolvimento no Brasil não radica em sua agricultura, em sua agroindústria e em sua indústria, comércio e serviços, mesmo que nestes setores, como em outros de nossa vida nacional, tenhamos que superar defasagens tecnológicas, organizacionais e institucionais. Nosso subdesenvolvimento se funda na inexistência de instituições capazes de permitir a transferência de fundos intersetoriais, em relação aos quais se considere os serviços sociais como condição indispensável para assegurar o crescimento econômico e uma coesão social dinâmica. (Müller, 1992, p.46)

Espíndola (1999) analisa as possibilidades de integração das agroindústrias do oeste catarinense ao mercado sul-americano, em especial nos países participantes do Mercosul:

[...] os grupos agroindustriais do oeste catarinense, principalmente Sadia, definem suas estratégias em função de uma gama de produtos, chegando a uma agressiva política de penetração nos mercados mais dinâmicos. Com isso, definem suas estratégias nos diferentes espaços regionais e internacionais. Trata-se, portanto, de uma relação intrínseca entre estruturas de sustentação produtiva e estratégias dinâmicas empresariais. (Espíndola, 1999, p.136-137)

Temas políticos ganham força na Geografia como um todo após 1980. Na Geografia Agrária não poderia ser diferente. A luta pela reforma agrária e por uma melhor distribuição dos recursos financeiros entre os agricultores é questão em debate na Geografia. O que deve ser indispensável de ser ressaltado nessa abordagem é o foco na questão espacial, em como as políticas públicas interferem, em especial, na organização da sociedade agrária.

Produção bibliográfica no início do século XXI

Indiscutivelmente, a preocupação da Geografia em expor os problemas e as demandas de políticas públicas para a organização do espaço agrário ganhou relevo neste início de século. Como um instrumento que pode interferir de forma decisiva, tanto social quanto economicamente na vida dos agricultores, as questões políticas denotam o caráter crítico e preocupado com o social que o geógrafo incorporou. É conveniente exaltar essa preocupação, obviamente, quando associada aos princípios e pressupostos da ciência geográfica.

Tratando das políticas direcionadas à agricultura familiar, Flavio dos Anjos et al. (2006) discorrem sobre a política de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a inadimplência nos contratos, revelando as dificuldades encontradas por uma parcela de agricultores. Em outro estudo, Rosângela Hespanhol e Vera Costa (2001)

discorrem sobre a importância de ordem político-econômico do Pronaf e dos conselhos locais na agricultura familiar, situando o caso dos municípios de Alfredo Marcondes e Álvares Machado em São Paulo:

Nesse contexto, deve-se reconhecer, ainda que de forma preliminar, a importância que o PRONAF Infraestrutura e Serviços tem assumido em alguns municípios que foram contemplados com os recursos dessa linha de financiamento, criando condições econômicas e políticas para que as associações de produtores familiares intervenham na realidade local, firmando-se como entidades aglutinadoras e representativas dos agricultores nas demais instâncias do poder local (prefeituras municipais, Conselhos de Desenvolvimento Rural, Casas da Agricultura, etc.). (Hespanhol; Costa, 2001, p.88-89)

As estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares em Urubici (SC) foram discutidas por Walquíria Corrêa (2001). A autora apontou as políticas de crédito e de assistência técnica como alternativas para a cultura da maçã. Para alguns autores, essas políticas estão diretamente associadas ao desenvolvimento rural e, inclusive, ao desenvolvimento sustentável. O estudo de Luciano Candiottto e Walquíria Corrêa (2004) apresenta algumas atribuições do governo federal referentes ao desenvolvimento rural sustentável em relação à agricultura familiar:

Através dos documentos que analisamos, bem como da comparação entre o discurso do governo sobre o desenvolvimento sustentável e de suas ações efetivas – que praticamente não ocorreram, e muitas das que ocorreram nada têm a ver com a sustentabilidade, tanto no governo FHC, como no governo Lula até então –, podemos afirmar que o Brasil está buscando, única e exclusivamente, o caminho do desenvolvimento sustentável. (ibidem, p.278)

Na linha de pesquisa sobre os assentamentos rurais, João Fabrini (2002) aborda o contexto político e econômico do MST na formação e construção do território camponês:

No processo de construção do território, verifica-se que as cooperativas despontaram como forma de participação dos assentados enquanto sujeito político. Entretanto, é a partir da inclusão econômica e produtiva que as cooperativas representam, que o MST entende que os assentados vão se tornar sujeitos políticos. E ainda, é como se a participação política exigisse o desenvolvimento de forças produtivas para existir. (Fabrini, 2002, p.91)

Em uma escala regional das políticas voltadas para a agricultura, Clécio Silva (2001) analisa as políticas de desenvolvimento rural e agrícola europeias, como a Política Agrícola Comum (PAC), e suas contribuições para o desenvolvimento regional.

É certo que a experiência europeia de integração de políticas rurais no desenvolvimento regional é muito particular no universo capitalista e não pode apresentar pistas diretas para a investigação de um processo de integração periférica como, por exemplo, o bloco MERCOSUL. Contudo, pode-se extrair alguns importantes aspectos metodológicos. (Silva, 2001, p.70)

Outro trabalho que segue uma abordagem política também é desenvolvido por Clécio Silva (2004), no qual ele discorre sobre as possibilidades de gestão das bacias hidrográficas e dos recursos hídricos como política de desenvolvimento rural.

Fazendo um levantamento histórico das políticas aplicadas no campo brasileiro desde 1960 até o início do século XXI, Cesar de David e Walquíria Corrêa (2002) discutem a respeito desse tema:

O papel do Estado, como gestor de projetos, deve ser enfatizado quando se analisam os processos econômico-sociais no espaço agrário, efetivados através de políticas públicas: as agrá-

rias, que envolvem os projetos de colonização e reforma agrária; e as agrícolas, voltadas ao crédito e aos preços mínimos. (ibidem, p.24)

O cenário do campo brasileiro da década de 1960 quanto às desigualdades socioeconômicas pouco mudou até o início do século XXI. Conforme estudo desenvolvido por Helena Mesquita (2008), no qual expressa essa desigualdade em relação às políticas governamentais:

O modelo de desenvolvimento do país, especialmente o que se refere ao campo, como no processo de modernização da agricultura, é gerador de concentração e exclusão. A estratégia da modernização adotada foi claramente conservadora, e teve como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho. A forma foi uma renovação tecnológica com utilização de equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos, e o emprego mínimo de mão de obra, com tendência à especialização da mesma. (p.135)

Uma crítica pontual às políticas dos governos FHC e Lula foi discutida por Eduardo Scolese (2004), que, por meio de uma análise de textos de jornal, expôs os números e as informações sobre a reforma agrária do governo FHC e do início do governo Lula:

[...] a exposição, narrada de forma jornalística, sobre os números da reforma agrária nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e início de 2004). A pressão dos movimentos sociais e dos partidos de oposição a tais governos tem ou tiveram como base as metas de assentamentos, deixando a qualidade dos projetos em segundo plano. (p.123)

No mesmo tom de crítica, Ariovaldo Oliveira (2006) explora as questões políticas da ocupação do território amazônico, analisando o crescimento da produção de soja e a luta pela reforma agrária:

Este artigo pretende continuar contribuindo para a discussão sobre o significado da expansão da soja sobre a floresta amazônica, seu estágio e seus cenários futuros. Mas esta discussão não se completa se as questões relativas à grilagem das terras públicas e devolutas não estivessem também na ordem do dia. Por isso, a questão da expansão da soja está relacionada ao movimento dos grileiros de terra sobre a Amazônia. (Oliveira, 2006, p.15)

Em uma perspectiva desenvolvimentista das lavouras modernas, Vencovsky e Castillo (2007) discutem as políticas do sistema ferroviário brasileiro e seu uso para escoamento da produção agrícola no cerrado brasileiro sob a égide do referencial de Milton Santos acerca do meio técnico-científico-informacional:

Para o escoamento da produção de soja dos novos fronts agrícolas, governos e empresas estão fortalecendo ainda mais os corredores de transporte e exportação. Estes são considerados como o espaço dos fluxos que não abrangem todo o espaço, ou seja, são subsistemas formados por pontos, linhas e manchas [...] e utilizados por poucos. (p.129)

Essa modernização no campo, ocorrida pelas políticas que se iniciaram a partir da década de 1960, transformou a forma do espaço rural, acrescentando novos elementos a esse espaço, antes intrínsecos do espaço urbano. Nesse sentido, Josel Corrêa, Walquíria Corrêa e Lucia Gerardi (2001) apresentam algumas definições sobre o espaço rural e urbano de acordo com as leis ordinárias, como a Constituição Federal e o Estatuto da Terra. Esse tema entrará com intensidade na Geografia Agrária, na ruralidade, na multifuncionalidade do espaço e na pluriatividade dos agricultores. Assim, a respeito da multifuncionalidade do espaço rural, Ivo Elesbão (2008) discorre acerca do processo de produção do turismo rural em Portugal do ponto de vista político. Já o artigo de Bernardo Fernandes e Karina Ponte (2002)

3 Santos, 2002, p.296.

explora os problemas políticos da questão da ruralidade e do “novo rural” no estudo das vilas rurais no estado do Paraná:

[...] pretendemos analisar os significados e os componentes do Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná. Para isso, partiremos de questionamentos sobre o método de análise do “novo rural” e buscaremos repensar novos métodos que permitam entender as novas ruralidades que estão se configurando. Sendo assim, contribuirá para uma reflexão dos sentidos assumidos pelas políticas públicas no Brasil e principalmente das Vilas Rurais, o que vem no sentido de viabilizar certos interesses das classes dominantes. (p.113)

Assinalamos a seguinte tendência na Geografia Agrária neste início de século: a inquietação dos pesquisadores com as políticas governamentais que subsidiam os sistemas agropecuários no Brasil, sejam eles para a reorganização da estrutura fundiária, no caso dos assentamentos rurais, sejam para a expansão das atividades empresariais, como é o caso da soja. Entre esses dois polos, começa-se a debater novas políticas de desenvolvimento para o campo que não sejam eminentemente agrícolas. Nesse caso, políticas direcionadas à pluriatividade.

Considerações finais

Destaca-se o crescimento da abordagem de questões políticas tratadas pela Geografia Agrária neste início de século. O geógrafo tende a desenvolver pesquisas que entendam a dinâmica espacial e como as políticas podem interferir positiva e negativamente nessa distribuição e organização do espaço, como é o caso das políticas fundiárias e de reforma agrária. Dessa forma, as atividades econômicas são peças importantes nesse tipo de análise e quase sempre estão associadas à abordagem política.

Tornam-se necessários estudos teóricos que apontem para o cenário futuro da Geografia Agrária diante da *complexidade* do espaço e das transformações que ocorrem em velocidades cada vez mais rápidas e dinâmicas, interligando vários elementos que compõem a organização espacial. Assim, neste início de século XXI, o debate está em descobrir metodologias que contemplem essa diversidade de relações e processos em uma perspectiva geográfica, mas não isolada das outras ciências.

Entra com força o debate da interdisciplinaridade, pois muitos cientistas não consideram suficiente uma base teórica e prática para explicar os fenômenos da sociedade. Na Geografia, o emprego de referenciais de outras áreas do conhecimento sempre esteve presente (na Geografia Clássica – as Ciências Naturais; na Geografia Teorética – as Ciências Exatas). No entanto, o enfoque geográfico (relação sociedade x natureza e a organização do espaço) esteve presente nas análises. A grande preocupação se refere à geograficidade dos trabalhos interdisciplinares.

Dessa forma, adotamos uma postura coerente com as necessidades de cada pesquisa, mas nunca deixando o enfoque geográfico em segundo plano. A questão espacial deve ser a base de qualquer investigação geográfica. A postura da interdisciplinaridade é válida para a ciência, pois aumenta o rol de opções na tentativa de explicar um fenômeno. Entretanto, isso deve ocorrer à medida que o pesquisador tenha conhecimento e base de sua ciência de origem, para posteriormente extrair novas ideias e conteúdos em outra ciência aplicando-os no estudo em questão.

Um dos grandes problemas da interdisciplinaridade na Geografia é a falta de base do geógrafo na área, o desconhecimento dos objetos de estudo, suas categorias e conceitos operatórios, ou seja, muitas pesquisas interdisciplinares realizadas por geógrafos mesclam inúmeros conceitos e autores de diversas áreas, mas não focalizam o objeto de análise geográfico. Isso muitas vezes acaba se tornando um amontoado de ideias sem conexão.

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? *Terra Livre*, n.15, p.87-112, 2000.
- ALVES, F. D. *Trajatória teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. Rio Claro, 2010. 350p. Tese (Doutorado em Geografia – Organização do Espaço) – Universidade Estadual Paulista.
- AMARAL, J. J. de O. O sentido da colonização agrícola de novas terras: o exemplo de Rondônia/Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, v.71, p.131-142, dez. 1998.
- BRITO, M. S. Políticas públicas e padrões de uso da terra na Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Geografia*, v.57, n.3, p.73-94, 1995.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; SOARES, B. R. Fazenda Boa Vista: uma proposta de ecoturismo. *Sociedade & Natureza*, v.8, n.16, p.63-70, 1996.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. *Geografia* (Rio Claro), v.29, n.2, p.265-280, 2004.
- CORRÊA, R. L. A trajetória da Geografia brasileira: uma breve interpretação. *Terra Livre*, v.1, n.34, p.63-69, 2010.
- CORRÊA, W. K. A agricultura familiar e a nova modalidade de integração ao mercado: o caso da cultura da maçã. *Geografia* (Rio Claro), v.26, n.3, p.113-130, 2001.
- CORRÊA, J. M.; CORRÊA, W. K.; GERARDI, L. H. de O. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – Mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da ilha de Santa Catarina. *Geografia* (Rio Claro), v.26, n.1, p.37-58, 2001.
- DAVID, C. de; CORRÊA, W. K. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira – De 1960 aos dias atuais. *Geosul*, v.17, n.33, p.23-43, 2002.
- ELESBÃO, I. A experiência de turismo no espaço rural (TER) em Portugal. *Geografia* (Rio Claro), v.33, n.3, p.553-568, 2008.
- ESPÍNDOLA, C. J. Competitividade das agroindústrias do oeste catarinense no âmbito do Mercosul: considerações preliminares. *Geosul*, v.14, n.28, p.125-138, 1999.

- FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. *Terra Livre*, n.19, p.75-94, 2002.
- FERNANDES, B. M. A judicialização da reforma agrária. *Geosp*, v.1, p.35-39, 1997.
- _____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos da reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia*, v.75, p.83-129, dez. 1998.
- FERNANDES, B. M.; PONTE, K. F. da. As vilas rurais do estado do Paraná e as novas ruralidades. *Terra Livre*, n.19, p.113-126, 2002.
- FERREIRA, D. A. de O. *Mundo rural e Geografia*. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: UNESP, 2002.
- GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, F. de A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (Org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Ademadan, 2009. p.13-30.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HESPANHOL, R. A. de M.; COSTA, V. M. H. de M. A agricultura familiar no âmbito do poder local: a atuação do PRONAF, infraestrutura e serviços municipais. *Geografia* (Rio Claro), v.26, n.2, p.69-90, 2001.
- KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da produção rural no norte do Paraná – Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v.53, n.2, p.79-94, 1991.
- LIMBERGER, L. Abordagem sistêmica e complexidade na Geografia. *Geografia* (Londrina), v.15, n.2, p.95-109, 2006.
- LISITA, C. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, v.16, n.1, p.29-40, 1996.
- MACHADO, L. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v.54, n.2, p.27-56, 1992.
- MARAFON, G. Permanências e mudanças no campo: uma leitura sobre as transformações recentes no espaço rural fluminense. In: MENDONÇA, F. de A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (Org.).

- Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico.* Curitiba: Ademadan, 2009. p.329-347.
- MESQUITA, H. A. de. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. *Boletim Goiano de Geografia*, v.28, n.1, p.127-142, 2008.
- MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. 2.ed. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MÜLLER, G. O agrário verde-amarelo hoje e amanhã. *Revista Brasileira de Geografia*, v.54, n.4, p.29-48, 1992.
- NUNES, F. G. A importância do econômico na Geografia atualmente: algumas questões para o debate. *Terra Livre*, v.2, n.27, p.185-196, 2006.
- OLIVEIRA, A. U. de. A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja. *Terra Livre*, v.1, n.26, p.13-43, 2006.
- PEIXINHO, D. M. et al. A reestruturação espacial e a interação entre o local e o global: o exemplo da soja. *Boletim Goiano de Geografia*, v.23, n.1, p.83-112, 2003.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, v.2, p.45-66, 2005.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCOLESE, E. De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária. *Terra Livre*, v.2, n.23, p.123-138, 2004.
- SILVA, C. A. da. Integração de políticas rurais no desenvolvimento regional: a experiência da União Europeia. *Geosul*, v.16, n.32, p.51-72, 2001.
- _____. Da gestão dos recursos hídricos ao desenvolvimento rural: uma reflexão metodológica. *Geografia (Rio Claro)*, v.29, n.1, p.101-110, 2004.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.77-116.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia contemporânea: movimento e crítica. In: MENDONÇA, F. de A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da. (Org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Ademadan, 2009. p.107-120.

VARGAS, M. A. M. A natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento: sertão sergipano do São Francisco. *Boletim Paulista de Geografia*, v.69, p.27-60, 1992.

VENCOVSKY, V. P.; CASTILLO, R. Sistema ferroviário pós-privatização e fluidez corporativa: o movimento de produtos agrícolas no território brasileiro. *Geosp*, n.21, p.119-134, 2007.

A MULTIFUNCIONALIDADE E A PLURIATIVIDADE COMO TEMAS DE ANÁLISE: O TURISMO RURAL NA PRODUÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP-RIO CLARO (2001-2010)

Elias Júnior Câmara Gomes Sales¹

Fadel David Antonio Filho²

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista UNESP-Rio Claro, no estado de São Paulo, desde sua criação, em 1976, e posterior início das atividades, em 1977, tem a tradição de acolher pesquisadores das mais diversas áreas e de todas as regiões do Brasil, os quais desenvolvem pesquisas que abrangem as mais variadas temáticas, sempre de cunho geográfico.

Ao longo dos anos de sua existência, um número bastante relevante de teses e dissertações foi defendido, e durante esse período foram muitas as transformações ocorridas na realidade brasileira, o que acabou refletindo na produção científica. Acompanhando essa trajetória de mudanças, a academia se defronta com a necessidade de buscar compreender as novas problemáticas estabelecidas e, dessa maneira, tenta construir ou reformular, de modo sistemático, o conhecimento sobre as novas tendências.

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: elias.sales@hotmail.com

2 Professor Doutor do Depto. de Geografia do IGCE – UNESP-Rio Claro. Professor Orientador do PPGG/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: fadeldaf@rc.unesp.br

Entre os desafios atuais, a conjuntura que envolve o meio rural desponta como área promissora para inúmeras investigações, tendo em vista que a relação campo-cidade e rural-urbano mudou e fomentou novas funções, além da agrícola, para esse espaço. Nesse contexto destaca-se o turismo, mais especificamente o turismo rural, o qual tem promovido intensas transformações no referido espaço.

Diante de tal perspectiva, este capítulo apresenta um levantamento bibliográfico utilizando teses e dissertações defendidas no PPGG, no intuito de apontar o que tem sido pesquisado nos últimos dez anos (2001-2010) sobre turismo rural na óptica da multifuncionalidade e da pluriatividade.

A primeira seção deste capítulo faz referência à pluriatividade e à multifuncionalidade como elementos relevantes para a compreensão da nova realidade vivida no espaço rural, o qual apresenta variadas atividades não agrícolas, entre elas o turismo.

Na segunda parte é apresentado o panorama das pesquisas realizadas com a temática do turismo rural, o que revela a tendência investigativa dos últimos anos. Essa seção foi dividida em duas: em uma, o foco da pesquisa está diretamente ligado ao turismo rural; a outra abarca esse componente de maneira indireta, por meio de atividades exercidas no espaço rural.

O capítulo termina com as conclusões a respeito dos estudos envolvendo o turismo rural sob a perspectiva da multifuncionalidade e da pluriatividade, na tentativa de contribuir com a elaboração de documentação científica que possa servir como base para futuras pesquisas.

Pluriatividade e multifuncionalidade: importantes componentes para a pesquisa sobre turismo rural

O debate sobre multifuncionalidade e pluriatividade na agricultura, que se aprofundou nos últimos anos, propicia algumas reflexões sobre as transformações efetivadas no meio rural. Carneiro (2002) aponta que atividades não agrícolas são tidas como estraté-

gias para a reprodução social de grande parte das famílias que vivem no campo. Diante dessa realidade, o rural assume novas funções, o que pode ser mais bem compreendido por meio da noção de multifuncionalidade da agricultura.

A partir da abordagem da multifuncionalidade, não se pode mais pensar as sociedades rurais meramente sob o aspecto econômico ao reiterar sua condição de fornecedoras de produtos agrícolas, forma essa de inserção no mercado, mas a observação deve ser focada nas múltiplas funções dos agricultores.

Essa nova visão integra a agricultura a projetos de desenvolvimento local, respeitando, assim, a diversidade das realidades locais, o que leva ao questionamento da exclusividade do modelo produtivista. Por isso, é possível dizer que a noção de multifuncionalidade da agricultura surge no contexto da busca de soluções para as “disfunções” do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local (ibidem).

Nesse momento, o debate se volta para a questão da ruralidade, pois Carneiro (1998, p.56) sinaliza que “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola”, e complementa que há “[...] procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo por pessoas vindas da cidade” (ibidem). Assim, as análises que pretendem abordar os estudos rurais devem se ater à heterogeneidade da estrutura da agricultura familiar e das múltiplas funções da agricultura, devendo relacioná-la a outras organizações econômicas para abarcar o desenvolvimento local (Carneiro, 2002). O rural já não pode mais ser entendido como estritamente agrícola, mas como um complexo de atividades.

Perante as transformações do espaço rural, o qual desempenha novas funções, o papel das políticas públicas é fundamental para o fortalecimento do tecido social e para revitalizar e potencializar o processo de revalorização dos elementos da cultura local, já que esse espaço abarca uma complexa gama de atividades que vêm transformando-o.

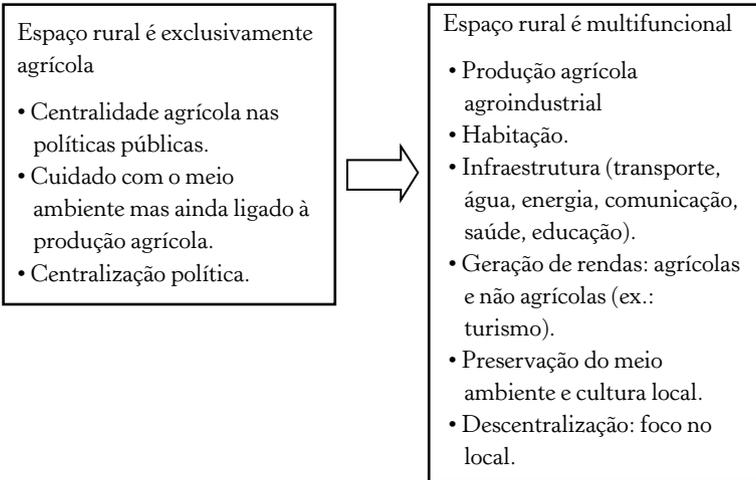


Figura 1 – Mudanças nas políticas de desenvolvimento rural.

Fonte: Silva; Del Grossi; Campanhola (2002).

Como consequência, as novas atividades inseridas no meio rural podem contribuir para a manutenção do homem no campo à medida que, por meio da pluriatividade, ele consegue melhorar sua renda. Ressalta-se que tanto multifuncionalidade quanto pluriatividade provêm da reflexão política sobre a atuação pública no meio rural, a qual é anterior ao conhecimento do tema (Carneiro, 2002).

Reiterando que os espaços campestres vêm sofrendo alterações em sua composição por causa da introdução de atividades anteriormente restritas, ou melhor dizendo, vinculadas às cidades, Silva, Del Grossi e Campanhola (1997) chamam a atenção ao disponibilizar dados sobre a População Economicamente Ativa (PEA) em áreas tidas como rurais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados comprovam a crescente urbanização do campo e o crescimento de atividades não agrícolas nesse espaço, principalmente das voltadas à indústria, mais precisamente à agroindústria, entre as quais se destacam moradia, turismo, lazer e outros serviços.

Nesse novo rural brasileiro, como defendem os autores, o produtor do campo assume um papel diferente do que desempenhava

antes. Agora, além de agricultor, ele exerce também a função de empreendedor, destinando somente uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas agrícolas, o chamado *part-time farmer*, que em português pode ser traduzido como *agricultor em tempo parcial* (ibidem). No entanto, cabe destacar, como aponta Schneider (2003), que o termo *part-time farmer* muitas vezes é empregado de forma confusa. Para esse autor, a condição de agricultor em tempo parcial pode ser usada, “de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (Fuller; Brun apud Schneider, 2003, p.103). Ainda nesse contexto, também se observam mudanças estruturais no que diz respeito à divisão do trabalho, pois nessa nova conjuntura do espaço campestre, o trabalho na unidade familiar não se restringe somente às atividades agrícolas.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas pelos agricultores até mesmo fora de seus estabelecimentos recria uma nova realidade no campo, apesar de algumas delas já terem sido desenvolvidas em períodos anteriores, até mesmo por camponeses. Como podemos observar:

É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc. O sinal visível que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita. (Silva; Del Grossi; Campanhola, 1997, p.4)

Embora a junção de atividades não agrícolas e agrícolas não seja um fato recente, a novidade é que algumas dessas formas desvinculadas do modo de produção agrícola estão se desenvolvendo e ga-

nhando importância no campo. Tais transformações dão suporte aos pesquisadores que acreditam que o campo atravessa uma nova fase, o novo rural, como definem Silva, Del Grossi e Campanhola (ibidem).

Salvo os questionamentos quanto ao uso da expressão “novo rural”, são perceptíveis as mudanças na composição do trabalho familiar e no espaço onde está inserida a diversificação das atividades produtivas. Tal diversidade pode ser identificada na pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural, que “mostrou que o número de produtores rurais que exercem atividades não agrícolas dobrou durante os anos 90. Esse número passou de 20% para 40%” (Campanhola; Silva, 2000, p.146).

A multifuncionalidade dos espaços rurais se apresenta cada vez mais associada às atividades não agrícolas, fato edificado com o processo de urbanização:

É imprescindível levar-se em conta as atividades rurais não agrícolas, decorrentes da crescente urbanização do campo como, por exemplo, moradia, o turismo rural, e outros serviços, além de atividades de preservação do meio ambiente, e pequenos negócios ligados à agropecuária intensiva, como a piscicultura, a horticultura, floricultura, e criação de pequenos animais, todos em busca de nichos propícios à sua inserção econômica no mercado. (Carlini Junior; Silva; Lisboa Filho, 2004, p.9)

Apesar de se acreditar que o uso do termo urbanização do campo é questionável como forma de explicar a nova realidade campestre, corrobora-se a ideia do avanço de várias atividades sobre o campo, muitas das quais já faziam parte do cotidiano de diversos agricultores, embora, na atualidade, estejam se destacando e ganhando maior importância como forma de complementar a renda desses produtores. Diante disso, entende-se que o campo já não pode ser encarado unicamente como agrícola.

As transformações pelas quais tem passado, nas últimas décadas, o meio rural brasileiro, contribuem para não considerá-lo

essencialmente agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento às atividades agrícolas. (Campanhola; Silva, 2000, p.145)

Ao entender que o agricultor e sua família não estão vinculados somente à produção agrícola e realizam outras atividades para complementar a renda, confirma-se que eles se encontram na condição de pluriativos.

É recorrente ressaltar que o debate sobre a pluriatividade é bastante amplo e por isso utilizou-se o conceito de Sérgio Schneider, que assim a retrata:

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. (Schneider, 2003, p.112)

Definidos os parâmetros adotados para a compreensão da multifuncionalidade e da pluriatividade, pôde-se estabelecer a fundamentação teórica necessária para a verificação da utilização dessas abordagens nas teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP-Rio Claro, tendo o turismo rural como foco das análises, uma vez que ganha cada vez mais destaque nas pesquisas acadêmicas e pode ser investigado sob a perspectiva tanto da multifuncionalidade quanto da pluriatividade.

Para a realização da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico utilizando-se o acervo *on-line* da biblioteca da UNESP-Rio Claro, e também material impresso, onde foi feita uma busca por teses e dissertações defendidas entre 2001 e 2010, no intuito de retratar os últimos dez anos da pesquisa científica sobre a temática “turismo rural”. A seleção do material levou em consideração o título e a análise do conteúdo. Outras terminologias, como turismo de aventura, ecoturismo, pluriatividade e multifuncionalidade, por exemplo, foram utilizadas para complementar a investigação.

A pesquisa nas teses e dissertações: diferentes abordagens na construção do conhecimento

As pesquisas expostas a seguir abordaram a temática estudada sob diversas óticas, utilizando, para tanto, metodologias diferenciadas, apesar de o estudo de caso ser adotado por todas as teses e dissertações como forma de fundamentar empiricamente as análises envolvendo o turismo rural dentro da perspectiva da multifuncionalidade e da pluriatividade.

Cabe ressaltar que, no levantamento realizado, a expressão turismo rural nem sempre estava explícita nos títulos, porém, era encontrada nos conteúdos dos trabalhos. Outras terminologias foram utilizadas como fonte de pesquisa na elaboração deste artigo, pois o turismo comporta segmentos diversificados, como o de aventura, por exemplo, que utiliza muitas vezes o espaço rural para sua prática, promovendo nele mudanças estruturais e sociais. Dessa maneira, optou-se por analisar também teses e dissertações que apresentassem em seus conteúdos as práticas turísticas no meio rural.

Desse modo, serão destacadas as abordagens realizadas pelos autores com a finalidade de identificar as especificidades de cada trabalho, demonstrando o perfil das pesquisas sobre turismo rural relacionado à noção de multifuncionalidade e de pluriatividade. Para melhor compreensão, o resultado do levantamento foi dividido em duas partes: na primeira, o turismo rural é o foco da pesquisa

ou está explícito no contexto; na segunda, o objeto de estudo é encontrado de forma indireta.

O turismo rural como foco da pesquisa

Em sua dissertação de mestrado, Weissbach (2001) faz uma apreciação sobre o turismo, destacando sua expansão e importância como vetor de desenvolvimento econômico e social. Além disso, destaca o intenso processo de urbanização e relata que as pessoas buscam cada vez mais contato com a natureza e espaços distantes das atribuições do meio urbano. Ele indica o turismo rural como opção de lazer para essas pessoas, já que se trata de uma forma alternativa ao turismo massivo, e afirma ser esse um vetor de desenvolvimento em áreas com potencialidades específicas. Dessa forma, sinaliza que o município de Cruz Alta (RS) possui potencial para esse segmento turístico. Caracterizando a área estudada, Weissbach faz uma análise do aproveitamento do espaço rural em termos turísticos, avalia suas potencialidades e faz proposições para a implementação do turismo rural de forma integrada à região.

Tiradentes (2004), ao elaborar sua dissertação, analisa as atividades turísticas em quatro propriedades rurais do município de Araponga, na microrregião da Zona da Mata de Viçosa (MG). Ele tenta identificar as mais diversas realidades, buscando compreender a interação do turismo com as propriedades rurais. Destaca que o objetivo da pesquisa foi avaliar se o turismo no espaço rural pode ser fator de desenvolvimento das propriedades, as quais oferecem algum tipo de oferta turística. Os dados encontrados por Tiradentes demonstraram que as atividades turísticas estão inseridas nas propriedades rurais, coexistindo com as práticas agropecuárias, demonstrando, mesmo que de maneira implícita, a pluriatividade. Por fim, o autor sugere que nos locais pesquisados a prática turística pode ser concebida como alternativa de renda, desde que realizada de maneira planejada.

A tese de Vale (2005) objetivou entender a dinâmica do espaço periurbano no município de Araraquara (SP). Procurou também demonstrar a coexistência de atividades urbanas e rurais nesse

espaço, revelando que o processo de urbanização e modernização tecnológica modificou a dinâmica campo-cidade, destacando que o rural sofreu diversas transformações, caracterizando o “novo rural”. O autor chama a atenção para a “nova ruralidade”, na qual o turismo rural tem papel relevante na aproximação do homem com a natureza. A temática da pluriatividade é citada diversas vezes em seu trabalho, já que o turismo, atividade tipicamente urbana, está inserido no espaço rural como mais uma alternativa de renda para as famílias agrícolas. Ele relata, no entanto, que em alguns casos, os espaços rurais em Araraquara são usufruídos como local de lazer, e não necessariamente de turismo. Por fim, Vale analisou a plurifuncionalidade do espaço urbano para promover a caracterização das propriedades rurais, a agricultura e as formas de uso e ocupação do solo, em especial o lazer periurbano.

No intuito de verificar as consequências da atividade turística no espaço rural, observando se ela propicia o desenvolvimento local ou se apenas contribui para o crescimento de uma dada economia, Elesbão (2007) realizou um estudo de caso na localidade citada e concluiu que há uma visão homogênea a respeito do turismo por parte dos moradores envolvidos ou não com a atividade. Segundo o autor, o turismo no espaço rural não promoveu um desenvolvimento efetivo em São Martinho, apesar de ter proporcionado um incremento na economia local. Ele acredita que o turismo afeta a vida das pessoas de diferentes formas, mas destaca que a maioria não sentiu melhorias com o relativo êxito alcançado por esse município na área do turismo rural. Elesbão destaca que o turismo, por si só, não é fator de desenvolvimento, contudo, atribui importância a ele como forma de fomentar recursos e desenvolver capacidades humanas. Desse modo, sinaliza para a necessidade de formulação de políticas públicas que envolvam a agropecuária e outras atividades agroindustriais como alternativas para o desenvolvimento local.

Em outra tese, Weissbach (2007) descreve que o espaço rural convive com atividades agropecuárias e não agropecuárias, e entre estas últimas destaca o turismo e atividades voltadas ao lazer. Comenta também sobre o papel fundamental das atividades agrope-

cuárias na economia do país; no entanto, faz distinção entre o grande e o pequeno produtor, ao desvelar que o primeiro tem vantagens competitivas em relação ao segundo por causa da política de fomento ao agronegócio. O autor analisa a relação do turismo com o espaço rural brasileiro e chama a atenção para o “novo rural”, utilizando muitas vezes o termo pluriatividade como forma de adequação dos pequenos produtores à nova realidade encontrada no espaço rural. Diante dessa lógica, acredita ser necessária a elaboração de políticas públicas que orientem a prática turística e assim beneficiem os pequenos produtores por meio de incentivos para aproveitar as potencialidades da Rota das Terras, roteiro turístico localizado no estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa sobre as novas possibilidades do turismo no espaço rural

Algumas teses e dissertações apresentaram a temática do turismo rural de forma indireta. Mesmo assim, acreditou-se que poderiam contribuir para a discussão uma vez que outras formas de práticas turísticas inserem transformações no espaço rural – e por demonstrarem novas dinâmicas exercidas nesse meio.

A dissertação de Galvão (2004) reflete sobre a constituição da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Brotas (PMTS), relatando a preocupação com o planejamento da atividade nesse município, com vistas a maximizar os efeitos positivos e mitigar os negativos advindos do turismo. O detalhe relevante de seu trabalho em relação à pesquisa aqui apresentada é a conscientização da população rural, que, segundo a autora, pode ser beneficiada pela atividade turística, já que os principais atrativos turísticos desse município situam-se em áreas rurais.

Já Mena (2004) estudou a relação clima e turismo em um município do interior paulista. Ela realizou também um inventário dos atrativos turísticos com base no Plano Diretor de Turismo Municipal, muitos desses encontrados em áreas rurais que, segundo a autora, em conjunto com os recursos climáticos ali encontrados, são favoráveis ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Apesar de o foco principal da tese de Barrocas (2005) ser a relação entre o visitante e o visitado, seu trabalho revela o processo de transformação desse município, o qual tem em sua área rural os mais relevantes atrativos turísticos, o que implica interferências na vida da população rural que habita as localidades onde o turismo é praticado.

O trabalho de Grecco (2006) pretendeu analisar as atividades ligadas ao ecoturismo em um município localizado na Serra da Mantiqueira. Sua dissertação abordou temas relacionados aos prováveis impactos ambientais decorrentes da prática turística e utilizou a paisagem, esta na maioria das vezes com elementos que caracterizam áreas rurais, como categoria operatória para sua investigação. O autor descreve, ainda, a importância do envolvimento do poder público, da população, da iniciativa privada, entre outros, para o desenvolvimento local.

Mamberti (2006) defende em sua dissertação a ideia de que os municípios de Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal, os quais compõem a microrregião de Bananal (SP), deveriam trabalhar em conjunto para implementar e fortalecer o turismo por meio do planejamento regional, já que todos têm características parecidas (históricas, geográficas etc.). Entre essas características observou-se que eles possuem um apelo paisagístico e cultural muito voltado ao meio rural, sendo esse um dos diferenciais para a atração de turistas.

Considerações finais

Desse modo, dada a importância de pesquisas direcionadas ao turismo e suas vertentes, a temática turismo rural foi escolhida para promover um levantamento das pesquisas realizadas no PPGG de Rio Claro, cujos resultados podemos aferir a seguir.

Durante a análise, percebeu-se que tanto multifuncionalidade como pluriatividade foram abordadas de forma transversal na maioria dos trabalhos, tendo a segunda maior participação no total

de trabalhos pesquisados, mesmo nos trabalhos em que o turismo rural surgia de modo implícito.

Percebeu-se que houve grande heterogeneidade nas investigações, já que o turismo rural, como foco das pesquisas, foi abordado de diferentes maneiras nos trabalhos citados. Entretanto, na fundamentação teórica, houve maior aproximação entre os trabalhos. Termos como “pluriatividade”, “novo rural” e a inserção dos pequenos produtores no mercado como forma de manutenção destes e de suas respectivas famílias no campo foram utilizados de maneira sistemática.

Apesar das teses e dissertações que não focaram o turismo diretamente priorizarem outros tipos de análise, verificou-se que houve grande preocupação com os impactos advindos do turismo, sejam eles ambientais, paisagísticos, culturais, entre outros, que afetam a população das localidades rurais. Os autores, em sua maioria, acreditam que o sucesso da atividade está na adoção de políticas públicas que priorizem o planejamento correto, com participação social, e que tenham como objetivo o desenvolvimento sustentável do turismo.

Para finalizar, enfatiza-se que no universo das teses e dissertações pesquisadas, apenas duas foram constituídas com investigações em escala regional, sendo as demais elaboradas com casos de estudos locais, demonstrando a fragilidade das pesquisas brasileiras no contexto da escala nacional.

Referências bibliográficas

- BARROCAS, R. A. *(trans)formação do turismo no município de Brotas-SP: a relação entre o morador e o turista*. Rio Claro, 2005. 100f. Tese (Doutorado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. O agroturismo como uma fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RICEDL, M. (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000. p.145-180.

- CARLINI JUNIOR, R. J.; SILVA, F. J.; LISBOA FILHO, W. A plurialidade na Zona da Mata de Pernambuco: o turismo rural como uma viável alternativa econômica. *Revista Brasileira de Gestão em Negócios*, ano 6, ns.15-16, p.7-14, ago.-dez. 2004.
- CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, F. de C. *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, p.53-75, out. 1998.
- ELESBÃO, I. *Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho-SC*. Rio Claro, 2007. 328f. Tese (Doutorado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E. R. *Estudos agrários: conceitos e práticas*. Rio Claro: IGCE; UNESP – Pós-Graduação Geografia, 2009.
- GALVÃO, J. *O processo de planejamento do turismo de natureza: reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas*. Rio Claro, 2004. 107f. Dissertação (Mestrado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- GRECCO, A. P. *As atividades ecoturísticas e de aventura no contexto paisagístico de São Bento do Sapucaí-SP*. Rio Claro, 2006. 152f. Dissertação (Mestrado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- MAMBERTI, M. M. S. *Planejamento regional do turismo no Vale do Paraíba: estudo de caso na microrregião de Bananal-SP*. Rio Claro, 2006. 78f. Dissertação (Mestrado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- MENA, F. E. de S. *Clima e turismo no município de Botucatu-SP*. Rio Claro, 2004. 172f. Dissertação (Mestrado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- SALES, E. J. C. G.; ANTONIO FILHO, F. D. Atividades pluriativas no espaço campestre em Holambra-SP: o turismo rural como alternativa de geração de renda. In: FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E.

- R. *Estudos agrários: conceitos e práticas*. Rio Claro: IGCE; UNESP – Pós-Graduação Geografia, 2009. p.153-170.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.51, p.99-121, 2003.
- SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* (Brasília: Embrapa), v.19, n.1. p.37-67, jan.-abr. 2002.
- _____. *O novo rural brasileiro*. Belo Horizonte: Nova Economia, 1997.
- TIRADENTES, L. *O canto da Araponga: possibilidades de um turismo no espaço rural da microrregião de Viçosa-MG*. Rio Claro, 2004. 160f. Dissertação (Mestrado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- VALE, A. R. do. *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara-SP*. Rio Claro, 2005. 210f. Tese (Doutorado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- WEISSBACH, P. R. M. *Possibilidade de aproveitamento turístico da área rural de Cruz Alta-RS*. Rio Claro, 2001. 203f. Dissertação (Mestrado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.
- _____. *Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras-RS*. Rio Claro, 2007. 288f. Tese (Doutorado – Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

Referência eletrônica

Base de dados do acervo *on-line* da biblioteca da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F/4V6ID931UNQTL8VGVYGF4QVJD4FIU1BTYJTJIVGS327RGI7Q5KF-04043?func=file&file_name=find-m>. Acesso em: mar. 2011.

SOCIOTERRITORIALIDADE: A INTER-RELAÇÃO CULTURA- -TERRITÓRIO-EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ellen Vieira Santos¹

Ana Ivânia Alves Fonseca²

Lucas dos Reis Teixeira³

Ramony Maria da Silva Reis Oliveira⁴

Em um mundo extremamente globalizado, no qual são impostos constantemente padrões homogêneos de vida, é indiscutível o papel que a educação tem adquirido dentro do sistema capitalista, papel este que perpassa pela atribuição de um novo significado que desconfigura e desconsidera a cultura, a formação humana e cidadã, constituindo-se em mercadoria. Sendo assim, nesta aldeia global em que o capitalismo tem direcionado um processo civilizatório universal e autoritário, criando e recriando condições sociais de vida e trabalho que alimentam as contradições e injustiças presentes nas sociedades contemporâneas, é de fundamental importância falar da

-
- 1 Graduada em Geografia e Especialista em Sociologia e Política pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Assessora de Educação da FETAEMG. Contato: ellen.fetaemg@yahoo.com.br.
 - 2 Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista da Fapemig e coordenadora de projeto do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR. Contato: anaivania@gmail.com
 - 3 Graduado em Geografia pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas – FUnORTE. Especialista em Gestão Ambiental e Ecologia – Unimontes. Professor da rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Contato: lucasteixeirageo@yahoo.com.br
 - 4 Professora do Departamento de Comunicação e Letras da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: ramonyeduc@yahoo.com.br

identidade do campo, confrontar o padrão educacional que temos como um modelo de educação, que propõe resgatar nas pessoas a condição de sujeitos da própria educação, de fortalecer as políticas de território, do desenvolvimento agroecológico e sustentável do campo, e de reorientar as ações de governo para que sejam políticas de Estado. Sendo assim, a educação do campo sempre esteve e ainda está pautada nas bandeiras de luta do movimento sindical e estimula a participação das comunidades locais na construção de ações educativas que, diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de vida para todos, tem lutado por uma educação que passa pelo princípio educativo com formação social e profissional, considerando o pensamento de Paulo Freire ao dizer que: *aprender tem sentido quando o aprendizado nos envolve no compromisso de transformar a realidade*. Nesse sentido, procurou-se, neste capítulo, evidenciar a cultura dos povos do campo, sua identidade, e a proposta de uma educação do campo que considere suas especificidades. A metodologia adotada consiste em fundamentação teórico-conceitual, organizada a partir de levantamento bibliográfico, seminários assistidos, debates e observação empírica.

Contextualizando o agrário brasileiro

A modernização agrícola, alicerçada nos parâmetros da revolução verde no cenário rural brasileiro, foi responsável pela funcionalidade dos lugares e das pessoas, expropriando milhares de brasileiros do campo. Ao perder o seu instrumento de trabalho – a terra –, o camponês percebe-se encurralado pela agroindustrialização que o acorrenta em todas as suas dimensões. Surge outra forma de produção no campo brasileiro, caracterizada pela concentração de terras, pelo intenso uso de tecnologias, financiamento e uso intensivo de insumos agrícolas. Essa forma de produção agrícola coloca em risco a forma de produzir herdada geração após geração pela população rural, que, com seus costumes e crenças, revela o seu modo particular de usar a terra. Assim, a política agrária adotada no Brasil

vem formulando propostas para amenizar e mascarar os conflitos fundiários, aliadas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentado, que foi responsável pela “modernização e dinamização do campo”. Por isso há a ideia de que não é preciso ocupar terras, já que tudo está sendo resolvido com paciência e conversa.

No entanto, a concentração fundiária no Brasil possui raízes históricas, uma vez que a formação e a ocupação do território ainda no período colonial foram realizadas na forma de sesmarias. Inicialmente foi introduzida a monocultura de cana-de-açúcar e, posteriormente, já na década de 1970, a monocultura de eucalipto, grãos e algodão, ocupando grandes extensões de terra e com alta produtividade destinada ao abastecimento do mercado externo. Dessa forma, pequenos produtores rurais remanescentes de quilombos, índios e populações tradicionais foram e vêm sendo expropriados de suas terras em função da necessidade de apropriação de novas terras pelo capital hegemônico.

Portanto, o universo agrário brasileiro passou e vem passando até os dias de hoje por profundas transformações de ordem política, econômica, sociocultural e, sobretudo, de ordem fundiária, levando à exclusão da posse de terra milhares de camponeses, alimentando o êxodo rural e os conflitos rurais. A partir dessa realidade é ensejada com grande força a luta pela construção de um projeto educacional específico para o campo. Assim, os povos do campo tomam consciência de que a educação é o instrumento que liberta e que é capaz de retirar o sujeito da ignorância, transformando-o em construtor do próprio destino.

O Brasil é detentor de um rico universo étnico-cultural, presente secularmente no seu território. Entretanto, as racionalidades capitalistas incentivadas pelas políticas governamentais acirraram ainda mais a questão agrária brasileira e a exploração dos recursos naturais. A imposição desse padrão cultural de base agroindustrial tem encurralado populações tradicionais, colocando como símbolos de atraso as suas culturas, suas tradições, e, sobretudo, expropriado-as do seu “lugar”⁵ de vivência, bem como de seus valores.

5 Lugar, aqui, é considerado uma categoria geográfica, embutido de sentimento de pertencimento, identificação.

Silva (2000) não só confirma, mas enfatiza em seus apontamentos que o povo do lugar, constituído em sua maioria por famílias de camponeses, não foi levado em conta nesse processo de desenvolvimento econômico. O homem do campo passa a vivenciar fortemente a exploração sobre ele, seja através da expropriação de suas terras e apropriação de sua força de trabalho, seja através da apropriação de parte do que produz.

Segundo Gonçalves (2000), a concentração fundiária foi instituída no país pela política das sesmarias ainda no período colonial. Posteriormente, esse quadro foi intensificado pelo advento da industrialização agrícola, dos incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal e de concessão de terras públicas colocadas à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora. Sendo assim, a partir da década de 1970, o fomento de incentivos fiscais para reflorestamento e a expansão da fronteira agrícola e da pecuária extensiva mudaram a paisagem e a vida de quem vive no e do campo. Por isso, a expropriação de povos e comunidades tradicionais provocou o que muitos autores chamam de socioterritorialização.

No entender de Dayrell (2000), quando o processo de “desenvolvimento” chega, as populações camponesas, indígenas e quilombolas são expropriadas de suas terras, ou seja, do seu instrumento de trabalho e subsistência. Com a chamada modernização agrícola, foram privilegiadas as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agroindustriais da sociedade.

Esse conjunto de transformações nas relações sociais e produtivas desencadeou no campo as lutas pela posse e uso da terra, fundamentadas na forte resistência dos camponeses, que se viam encurralados pelos projetos agroindustriais que se expandem até os dias atuais.

No que diz respeito às características de seus processos produtivos, estes são marcados pela economia de subsistência, em que a produção é determinada por questões singulares ligadas às necessidades *versus* possibilidades, destacando-se as dificuldades enfrentadas por esses grupos no campo econômico, sobretudo no que se refere ao acesso ao crédito e ao reconhecimento de suas formas de organização social.

Percebe-se, desse modo, que a conjuntura, a reconcentração fundiária estabelecida é fator preponderante nas relações homem-terra, com o agravamento da situação em virtude das desigualdades do desenvolvimento capitalista. Pode-se inferir, portanto, que a luta pelo território é um retrato fiel do descontentamento dos povos do campo e das comunidades tradicionais, refletido nos movimentos sociais e sindicais na luta pelo patrimônio sociocultural, em defesa não só de um pedaço de chão, mas também por uma vida de equidade de justiça e educação para todos.

Tecendo conceitos: a socioterritorialidade em questão

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural do mundo, no qual existem centenas de grupos e comunidades tradicionais, que incluem, entre outros, seringueiros, caboclos, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco, quilombolas, povos indígenas, pantaneiros, campeiros, geraizeiros, caatingueiros e faxinais. Entre as características que definem as comunidades tradicionais, destacam-se: ligação intensa com seus territórios, incluindo seu domínio cognitivo, com profundos conhecimentos sobre fatores climáticos, solos, unidades vegetacionais; presença de instituições políticas próprias e tradicionais; dependência de sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência; e manutenção da coesão social.

Mesmo sendo parte integral e formadora da sociedade brasileira, essas comunidades vêm, ao longo da história, perdendo os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais. Isso resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes, refletindo diretamente na qualidade de vida de tais populações. Como principal causa desse quadro podemos citar a falta de reconhecimento da importância econômica, social e ambiental das atividades produtivas e culturais dessas comunidades, que têm sido

historicamente excluídas das políticas públicas de promoção social e econômica por serem consideradas “invisíveis”, “atrasadas”, ou mesmo um “obstáculo ao desenvolvimento e ao aumento da produção comercial”.

[...] terras tomadas, exploradas, exauridas; culturas tradicionais que sempre viveram numa relação de sagrada reverência com o solo e foram desalojadas pelo individualista displicente, pelo agressor capitalista. (Shama, 1996, p.23)

Tais populações constituem-se em sociedades diversas, tradicionais, específicas, que ainda mantêm seus processos produtivos com base no uso de insumos locais e no aproveitamento das potencialidades e dos ecossistemas que as cercam; lutam pelo reconhecimento de seus direitos socioculturais, pela qualidade de vida e por uma forma de educação que atenda, de fato, às suas especificidades e necessidades. A respeito disso, faz-se necessário

[...] considerar o campo como espaço heterogêneo, destacando a diversidade econômica em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), a presença de fecundos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada. (Brasil, 2002, p.5-6)

Nesse sentido, pode-se acrescentar que é instituída pelo decreto n.6.040, de 7 de fevereiro de 2007, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, às suas formas de organização e às suas instituições.

No Brasil, a ideia de que apenas os povos indígenas podiam ser considerados diferentes começa a mudar com as lutas das populações tradicionais presentes secularmente não só no norte de Minas Gerais, mas também em todo o país. São povos e comunidades tradicionais, como os veredeiros, os vazanteiros, os geraizeiros, os caatingueiros, os seringueiros, os quilombolas, os indígenas etc.

Como já foi dito, as diferenças desses grupos étnicos residem nos seus sistemas de produção e nas suas manifestações de modo coletivo, o que contradiz a produção que se conhece como convencional, padrão, ou seja, a monocultura, que se estabelece segundo o modelo capitalista, no qual o dono da propriedade detém também a propriedade da força de trabalho e dos meios de produção. Para esses meios funcionarem, a produção tem de gerar produtos, que gerarão riqueza, que é sempre concentrada na mão de uma minoria. O princípio norteador do capitalismo é a reprodução do mercado, enquanto o princípio da população tradicional é a produção da humanidade das pessoas, a produção do homem, a melhoria da vida da coletividade. A família é a unidade de produção; todos trabalham para que o sistema funcione.

Para Gonçalves (2000), esse processo de socioterritorialização é reflexo do vetor globalizado que funcionaliza os lugares, nos quais determinados recursos existentes em determinadas regiões são selecionados, destacados, abstraídos de totalidade local/regional e funcionalizados por determinados vetores que operam de modo a ignorar essas totalidades, que são os lugares de vida. Entre esses recursos, não se encontra somente o território, mas o próprio homem do campo,⁶ seus valores, sua identidade; todo um saber ecológico do lugar que é passado adiante de uma geração para outra ao longo do tempo, perpetuando uma racionalidade que se vê seriamente transformada por essa funcionalidade de lugares e pessoas. Fonseca (2008 apud Brandão, 1986) explicita, de forma peculiar, essa realidade, ao dizer que:

6 Refere-se, aqui, aos camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, caatingueiros, seringueiros... Enfim, aos que reconhecem a si próprios como povos tradicionais.

A busca por um território familiar, um lugar de trabalho, faz com que famílias inteiras de trabalhadores percorram longas e sucessivas travessias. O lugar se transforma através da práxis dos homens, que são totalmente alienadas ao capital, através da ideologia de uma sociedade urbana, mundializada, tecnificada e ilusoriamente “promissora”. Modifica-se o homem, modifica-se o lugar, modifica-se os cenários, as paisagens, enfim, a relação entre e com a natureza.

Dessa forma, as populações tradicionais são policultores que ocupam vários espaços de acordo com seus conhecimentos sobre o terreno, exercendo múltiplas atividades: agricultura, pecuária, extrativismo. São detentoras de direitos diferentes dos que comumente conhecemos e que se baseiam no direito individual consolidado pelo modo de vida europeu. Elas lutam por seus direitos de reconhecimento como povos tradicionais, buscam a retomada de posse de seus territórios, uma vez que são detentoras de território (coletividade) e não de terras (individualidade). Nessa perspectiva, o território perpassa marcas e significados dessa população. Outro ponto a observar é a Convenção 169 criada pela ONU, segundo a qual as populações têm de ser tratadas de modo diferenciado, bem como as ações dentro das comunidades precisam levar em conta os direitos coletivos.

Educação do campo: identidade em construção

[...] Então o (camponês) descobre que tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura: renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história.

Paulo Freire

No contexto brasileiro, predomina a ideia de uma cultura universal, de uma padronização de valores e comportamentos, segundo a qual a maioria da população que vive no e do campo é considerada a

parcela atrasada e deslocada da sociedade moderna. Esse imaginário desvaloriza o campo e a educação que a ela se vincula⁷ no seu esforço de formação humana dos sujeitos, possibilitando-lhes serem sujeitos dessa construção. A concepção dessa forma mais ampla de educação encontra-se na LDB n. 9394/96, que afirma, em seu artigo 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (Brasil, 1996)

É preciso, porém, ir além das perspectivas quanto às possibilidades da educação do campo,⁸ uma vez que temos uma situação nacional problemática que se refere ao campo das políticas públicas, sobretudo na área da educação com essa proposta específica. A dimensão sociopolítica dessa realidade requer ações estratégicas de enfrentamento para o tempo presente junto aos movimentos sociais e sindicais do campo. Isso significa desenvolver o esforço de (re) construção e luta, considerando suas múltiplas práticas educativas.

Na legislação brasileira, a educação do campo é tratada como educação rural, cujos espaços são da floresta, da pecuária, das mi-

7 “Decidimos utilizar a expressão campo e não a mais usual meio rural, com o objetivo de incluir [...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.” Texto extraído do documento-base da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998 em Luziânia (GO).

8 A concepção de educação do campo recupera a visão de educação como formação humana, da qual a escola compõe uma parte; recupera também a visão de educação como processo social, do qual se destacam as relações entre educação e vida produtiva, entre formação social e cultura e entre educação e história. Trata-se de um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações.

nas e da agricultura. No entanto, ultrapassa-os ao incorporar os espaços pesqueiros, extrativistas, ribeirinhos e caiçaras. Sendo assim, o campo passa a ser considerado um espaço de inter-relação entre os seres humanos e as práticas que constroem e reconstróem condições específicas da sua existência social perpassada pela dimensão humana.

Nesse sentido, o campo, visto como espaço heterogêneo, dotado de multiculturalidade e de especificidades, evidencia a luta por uma educação que seja no e do campo, e não para o campo, considerando-se que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁹ contemplem, de fato, os povos do campo.

O Quadro 1 retrata como a educação rural¹⁰ foi tratada nos textos constitucionais:

Quadro 1 – A educação rural nos textos constitucionais.

Constituições brasileiras	Educação
1824	Há uma intensa disputa de poder após a Independência do Brasil. Dom Pedro I, do partido dos portugueses, constituído por comerciantes e funcionários públicos de alto escalão, dissolve a Assembleia Constituinte e, em 1824, impõe seu projeto, que se tornou nossa primeira Constituição e que não deu a devida atenção ao ensino, uma vez que o elemento educação não foi considerado matéria do Estado. Mencionava apenas a garantia da educação primária e a criação de colégios e de universidades.

(continua)

9 Lei específica para as escolas do campo, elaborada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002, com a participação dos movimentos sociais e sindicais, bem como de universidades e ONGs, e homologada pelo ministro da Educação.

10 Expressão utilizada para facilitar o entendimento do leitor sobre o tratamento dado pelo poder público à educação nas áreas rurais.

(continuação)

1891	A Constituição de 1891 é resultado da influência direta das oligarquias latifundiárias, em especial dos cafeicultores, que queriam legitimar o atual regime de poder centralizado em suas mãos (coronelismo). Diante desse quadro, mesmo o Brasil sendo considerado eminentemente agrário, a educação do campo foi tratada com total descaso, não sendo mencionada e, é claro, não sendo considerada. Esse modelo de educação vigente no Brasil priorizou os interesses da metrópole, negando a nascente sociedade brasileira.
1934	No artigo 149 fica estabelecido que a educação é um direito de todos e que o ensino primário integral seria gratuito e de frequência obrigatória. Nessa Constituição firma-se a concepção de Estado educador prevendo a construção do Plano Nacional de Educação e envolvendo a organização do ensino em sistemas. O artigo 152 atribuía ao Conselho Nacional de Educação a elaboração do Plano Nacional de Educação, que seria aprovado pelo Poder Legislativo com sugestões ao governo de medidas que o Conselho julgasse necessárias, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais. Já o artigo 156 determinava que a União e os municípios aplicariam nunca menos de 10%, e os estados e o Distrito Federal, nunca menos de 20%, da receita dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do sistema educacional. Determinava, ainda, que caberia à União reservar pelo menos 20% do orçamento à educação nas zonas rurais. Em síntese, essa Constituição estabelece a educação como dever da família e da União.
1937	Essa Constituição surge após o golpe de Estado de Vargas, que inaugurou o Estado Novo, dando início a um período ditatorial com influência do Fascismo. Nessa época destaca-se a preocupação com o ensino profissionalizante devido ao processo de industrialização que passou a vigorar no Brasil. O enfoque dado aqui ao ensino profissionalizante, destinado a determinado grupo, ficava a cargo do Estado, significando assim um processo de exclusão e discriminação do ensino, caracterizando-se como restritivo e determinador. Destaca-se o artigo 132, que prevê períodos de trabalho para a juventude no campo, auxiliado e protegido pelo Estado. No entanto, desconsiderava-se o ensino nas áreas agrícolas.

(continua)

(continuação)

1946	<p>Instituiu competências para a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. A educação volta, nessa Constituição, a configurar-se direito de todos. Tentava-se conciliar os dois modelos de sociedade: os nacionalistas desenvolvimentistas e os privatistas. O Decreto-lei n.9.613, de 20 de agosto, regulamenta o ensino agrícola. O setor da educação no governo JK foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. A formação de pessoal técnico era a meta 30, que prescrevia a orientação da educação para o desenvolvimento e não se comprometia com o ensino básico, que sequer foi citado. A educação na década de 1930, no Brasil, apresentava um quadro crítico do ponto de vista do acesso e da permanência das crianças na escola, sendo também precária a oferta de ensino público à população. A Lei n.4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Tal Constituição é revogada pelo AI-4 de Castelo Branco.</p>
1967	<p>Institucionalizou e legitimou o regime militar. O AI-5 ampliou o poder político dos militares. Em 1969 foi promulgada a emenda de 24 de janeiro de 1967, que limitava a obrigatoriedade das empresas, inclusive as agrícolas, com o ensino primário gratuito aos filhos entre 7 e 14 anos de seus empregados.</p>
1988	<p>Educação como dever do Estado e direito fundamental subjetivo reconhecido da população brasileira, independentemente de residirem em áreas urbanas ou rurais, e amparada na teoria de colaboração dos entes federados. Inova-se a formulação da gratuidade da educação, assegurando-a em todos os níveis da rede pública, ampliando-a para o ensino médio, que havia sido tratada nas constituições anteriores como exceção, e para o ensino superior, nunca contemplado em Cartas anteriores. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) reabre a discussão da educação do campo. As constituições estaduais e a LDB abrem brechas para o tratamento da educação rural na perspectiva do direito à igualdade e do respeito às diferenças.</p>

Há ainda que se destacar que, com o reconhecimento da autonomia dos estados e Municípios, a educação ficou prejudicada, por causa da ausência de um sistema nacional que assegurasse, pela articulação entre os entes federados, uma política de educação para todo o país. A preocupação era com a demanda oriunda das classes médias emergentes, que tinham na educação escolar oportunidade de ascensão e inserção processo de industrialização então em seus primórdios. Não havia uma proposta que contemplasse os camponeses, uma vez que sua realidade agrícola até então não exigia preparo nenhum.

A educação por volta do século XX passa a ser discutida e avaliada como instrumento para conter a migração (êxodo rural) e como via para elevar a produtividade no campo. Quanto à Constituição de 1934, é discutível a orientação do texto; há alguns que a interpretaram como uma iniciativa de interiorizar o ensino, bem como barrar o domínio das elites; para outros, representava uma estratégia para manter sob controle conflitos sociais de abuso de poder.

A Constituição de 1937 se caracterizou como autoritária, resultado dos desejos de grupos de perpetuar seu poder, poder esse centralizado no Executivo. Logo, ao refletir sobre o poder do Estado, percebe-se convergirem dois centros de interesse: a dicotomia centralização/descentralização da educação no âmbito do Estado, questão central da Federação brasileira; e a educação como norma jurídica das constituições brasileiras.

Contudo, a educação nas décadas de 1980 e 1990 no contexto da redemocratização brasileira recebe maior importância das sociedades civil e política, passando a ser vista como norma jurídica.

É lamentável e alarmante que a educação seja arma de guerra de diversos poderes na atual sociedade capitalista, atrelada por muitos ao desenvolvimento econômico em vez de à cidadania e à formação humana. Diante disso, a educação nas suas diversas modalidades de ensino perpassa, sobretudo, pelo modelo de sociedade vigente inserido em um projeto maior, ideológico e financeiro.

Analisando a conjuntura atual da educação do campo em nossa sociedade, podemos verificar que a educação como projeto nacional

deve sair dos quintais, derrubar cercas. Os avanços conquistados devem ser usados como luta e contestação a toda tentativa conservadora de retrocesso. Há a necessidade de sermos ousados, objetivos e “radicais”, uma vez que a sociedade de hoje está mais tensa e, portanto, é uma verdadeira arena de disputas de poder.

A educação, como afirma a Constituição vigente, é um direito de todos, por isso deve estar atrelada à dinâmica que se apresenta hoje no bojo da sociedade brasileira: direito à vida, à terra, à alimentação, ao teto, à identidade, ao emprego... E não como é tratada nas políticas de governo: como moeda de barganha, uma política compensatória.

Constata-se, portanto, que modelos políticos e sociais continuam determinando a educação escolar brasileira, especificamente no campo, tendo como desdobramentos enorme atraso educacional, sérias deficiências da escola pública, quadro crescente de professores desqualificados e manutenção de uma organização curricular descontextualizada da realidade dos povos do campo, além de precárias estruturas física e geograficamente mal distribuídas. Atualmente as escolas estão submetidas ao processo intensificado de nucleação, o que propicia, por exemplo, a precariedade do transporte escolar. Nesse processo, inúmeras crianças e adolescentes vivem situações desumanas para estudar, como insegurança, pois passam a maior parte do tempo na estrada, chegam cansados, com fome, com uma bagagem de informações e impressões que os leva a olhar a própria realidade como algo ruim e inferior, e começam, a partir daí, a absorver outros valores que não são mais os de seus pais e avós.

Para esse cenário, que se perpetua no decorrer da história, vale ressaltar o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo e de suas articulações na construção de uma agenda educacional e política que garantisse a educação do campo, respaldada pelo artigo 28 da LDB, que dispõe:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Além desse artigo, descrevemos aqui, neste estudo, outros elementos fundamentais da educação do campo, legalmente definidos nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

I – A identidade da escola do campo.

Artigo 2º – A escola do campo precisa estar inserida na realidade do meio rural, nos saberes da comunidade e nos movimentos sociais.

II – A organização curricular (o que e como ensinar na escola).

Artigos 4º e 5º – Destacam-se os seguintes elementos: os temas a serem trabalhados devem ser ligados ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento do campo; a metodologia também deve ser adequada à realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no meio ambiente. Essa metodologia resgata a riqueza das experiências, os diferentes procedimentos de ensino, os vários recursos didáticos e os diversos espaços de aprendizagem.

III – Responsabilidade do Poder Público com relação à oferta educacional e à regulamentação das diretrizes.

Artigos 3º, 6º e 7º – O sistema municipal deverá ofertar educação infantil e ensino fundamental nas comunidades rurais, povoados ou na sede do município.

IV – Organização das escolas.

Artigo 7º, parágrafos 1º e 2º – A escola pode organizar as turmas de diferentes maneiras (classe multisseriada, ciclo, alternância ou séries) e o calendário da escola do campo pode ser

organizado de acordo com a realidade de cada local, desde que não prejudique os alunos na quantidade dos dias letivos.

V – Gestão da escola.

Artigos 10 e 11 – As famílias, os movimentos sociais têm direito assegurado de participar da discussão do funcionamento da escola, da proposta pedagógica e das discussões do uso dos recursos financeiros e sua aplicação. Esta participação pode acontecer em vários espaços, como: Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar, Comitês de Gestão (Caixa Escolar, Merenda, FUNDEF), nas Conferências de Educação, e ainda de outras formas, como: movimentos e sindicatos participarem na elaboração do Plano Municipal e Estadual de Educação.

VI – Formação de professores.

Artigos 11, 12 e 13 – O sistema de ensino municipal ou estadual deverá garantir a formação do professorado que ainda não tem curso normal (magistério) e superior e que os cursos de formação tenham conhecimentos específicos que contribuam para que os professores possam atuar respeitando a realidade do campo. Garantir a formação continuada em serviço e a titulação do professorado leigo que está em sala de aula.

A partir desses elementos, pode-se compreender que a educação do campo ocorre de duas formas:

A – Educação Formal: são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário.

B – Educação Não Formal: são aquelas iniciativas dirigidas para a organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicais, ONGs e outras entidades da sociedade civil. (Contag, 2006)

Portanto, a especificidade da educação do campo é justificada pelo fato de ultrapassar os espaços escolares, pois está presente na organização produtiva e lúdica dos povos do campo. Como nos afirma Brandão (1985):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou várias: educação? Educações. [...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante. (p.44)

Assim, entendemos que a educação do campo é diferenciada, é específica, no entanto, não é adversária das escolas da cidade. É uma particularidade dentro do universal, pois, na educação do campo, o *saber* é construído de forma contextualizada, ou seja, considera os espaços e a realidade que cercam o educando, sua vida, seu trabalho, sua vivência social, suas manifestações culturais.

Pode-se inferir, então, que a construção de escolas do campo significa trazer a escola para a realidade na qual está inserida: combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo; reconhecer o campo não apenas como lugar onde se reproduz, mas também como lugar onde se produz Pedagogia; com a metodologia da humanização das pessoas perpassada pela dimensão educativa do ser humano com a terra.

Esse projeto específico de educação do campo é um processo que forma, fortalece e cultiva identidade, tendo maneiras diferentes de produzir conhecimento, de olhar o mundo; diferentes modos de conhecer a realidade e atuar sobre ela. A luta por uma educação do campo é somada à luta pela humanização das relações de trabalho,

resistência na terra, afirmação cultural, social, política, pedagógica, demarcadas pela identidade e pelos direitos negados aos povos do campo para que se articulem, se organizem e se assumam como sujeitos construtores da própria educação.

Por fim, pode-se concluir que é de fundamental importância o desenvolvimento de um processo de formação de educadores(as) que assumam os mesmos princípios pedagógicos da educação básica do campo, de forma a permitir o desencadeamento de um processo educativo a partir da reflexão sobre as condições e história de tais educadores em formação, assim como os valores e as concepções de educação, de humanidade e de sociedade que carregam; ou seja, é importante que a formação dos educadores(as) assumam o currículo contextualizado e a pesquisa como princípios pedagógicos fundadores.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultural; Brasília, 1985.
- BRASIL. *Constituição*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.
- _____. *Lei n.9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Brasília, 1996.
- _____. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Brasília: Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 2002.
- CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Educação do campo, semeando sonhos... Cultivando direitos. Caderno de Textos Pedagógicos*. 3.ed. Brasília: Contag, 2006.
- DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. In: DAYRELL, C. A.; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000.
- FONSECA, A. I. A.; SANTOS, E. V. Socioterritorialidade no norte de Minas: lugar de vida, tradição e modernidade. *Revista Cerrados* (Unimontes), v.6, p.83-95, 2008.

- GONÇALVES, C. W. P. As minas e os gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do norte de Minas. In: DAYRELL, C. A.; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000.
- FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- SHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, C. E. M. Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte-mineiro. In: DAYRELL, C. A.; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000.

PARTE 2
INTERAÇÕES ESPACIAIS ENTRE O
RURAL E O URBANO

A CONSTRUÇÃO DO LUGAR DO MIGRANTE RETORNADO: O CASO DO POVOADO NORTE-MINEIRO DE CIPOAL

Adriano Corrêa Maia¹

Darlene Aparecida Oliveira Ferreira²

A partir da década de 1950, com a urbanização da sociedade brasileira, a questão da interação entre os espaços rurais e urbanos foi um tema de relevante importância dentro da Geografia brasileira.

Nesse sentido, hoje, as discussões sobre a relação entre o rural e o urbano têm-se pautado na busca da superação de uma abordagem dicotômica, na qual os conceitos de ruralidades e urbanidades trazem importantes elementos teóricos para a dinâmica do espaço geográfico dentro dessa relação (Rua, 2002, 2005).

Em outro texto (Maia; Alves, 2009), propomos o debate de um desenvolvimento teórico para as análises das interações entre o rural e o urbano dentro da Geografia. Estabelecemos a relação entre as categorias geográficas de espaço e lugar, isso concatenado com nossa base empírica: a análise do espaço de migrantes do norte-mineiro em seu lugar de origem e destino, que apresentam em seus

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Membro do Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: adrianocmaia@gmail.com

2 Professora Assistente Doutor do Depto. de Geografia do IGCE – UNESP-Rio Claro. Professora Orientadora do PPGG – IGCE – UNESP-Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: darlene@rc.unesp.br

espaços particulares expressões de urbanidades e ruralidades cujas inter-relações competem para a hegemonia na construção do lugar.

Assim, entendemos que as análises que relacionam elementos do rural e do urbano não podem ser realizadas com a negligência de suas intenções dialéticas, pois, na sua dinâmica, são produzidos elementos que refletem e condicionam o espaço geográfico. Portanto, mediante a relação do conceito de espaço – como uma dialética (Soja, 2000) dos espaços absoluto, relativo e relacional (Harvey, 2006) com o lugar – pretendemos buscar a compreensão profunda e multifacetada da expressão espacial da relação rural-urbano. Para a compreensão do lugar temos, portanto, de buscar o entendimento de como o rural e o urbano constroem de forma dialética esse espaço particular por meio de elementos políticos, econômicos, culturais e vivências expressas localmente, sem jamais deixar de lado as relações estruturais globais, nas quais o rural e o urbano também estão inseridos.

Para este texto pretendemos trazer como contribuição teórico-empírica a discussão da questão da mobilidade (migração interna temporária) e, especificamente, a análise da (re)fixação do migrante de retorno que, de volta ao local de origem, constrói uma espacialidade singular, sendo que a relação entre o rural e o urbano vai ser uma estruturadora na construção desse “novo-velho” lugar.

Desse modo, no contexto de fluxos e movimentos populacionais (Silva, 1999), o propósito deste estudo é refletir sobre as novas espacialidades geradas pela mobilidade temporária, isto é, vamos procurar compreender o migrante de retorno na condição de quem vivenciou outras espacialidades (urbanidades) e está regressando à sua terra natal (ruralidades). Assim, objetivamos apontar algumas interpretações possíveis para explicar a condição socioterritorial de quem retorna ao seu local natal e discutir os espaços construídos por esses migrantes.

Para tanto, analisamos a construção do lugar de um grupo de migrantes temporários em sua terra de origem, o povoado de Cipóal, localizado no município de Monte Azul, no norte de Minas Gerais. Tais migrantes passam nove meses do ano trabalhando na

colheita da laranja no interior paulista, morando especificamente na cidade de Rio Claro.

Inicialmente, discutiremos o espaço da zona rural do município de Monte Azul-MG, especificamente o povoado de Cipoal. Essa análise pretende mostrar o contexto de saída dos migrantes temporários. Em seguida será discutida a base teórica que permite entender o espaço singular oriundo do contexto da migração como população em movimento e os espaços por ela produzidos. A discussão prossegue com o enfoque para a apresentação do perfil do trabalhador migrante do norte de Minas Gerais que vive de colher laranja no interior paulista. O texto finaliza apresentando as espacialidades constatadas por esses migrantes na sua terra de origem, sobretudo na sua condição de transitório.

O espaço do município de Monte Azul e do povoado de Cipoal – o contexto da saída

O município de Monte Azul (MG) localiza-se no norte do estado de Minas Gerais, na vasta área da caatinga (polígono da seca), bioma que ocupa a região Nordeste do país. Essa área vai desde o Piauí até o sopé da Serra Geral,³ e corta longitudinalmente o território norte-mineiro.

O município de Monte Azul é constituído por uma população dependente da área rural, com uma urbanização precária, onde a industrialização possui um papel ínfimo na sua composição econômica.

A zona rural desse município é formada, predominantemente, por pequenas propriedades habitadas por populações tradicionais e descendentes, na maioria, de migrantes portugueses e indígenas. A região tem sua história associada à ocupação colonial com a criação de gado, seguida do desenvolvimento de uma agricultura diversi-

3 A Serra Geral é uma formação rochosa que chega a atingir em seu ponto mais elevado a altura de 1.490 m e serve de divisor de ambientes bem distintos: de um lado, os platôs e chapadas em seu cimo; de outro, a depressão são franciscana que lambe os sopés da serra e se espalha como imensa planície até a calha do rio São Francisco.

ficada praticada por brancos de origem europeia, desenvolvendo, a partir daí, a agricultura caatingueira. Esta, além da produção de carne e alimentos básicos, incorpora o cultivo do algodão ao seu sistema de produção de alimentos.

Tradicionalmente cultivando para o autoabastecimento familiar, os pequenos agricultores familiares da região de Monte Azul incorporaram no século XVIII a cultura algodoeira e seu caráter nitidamente comercial. Foram influenciados, como no restante do sertão nordestino, pelo aumento da demanda provocada pela mecanização do processo manufatureiro da indústria têxtil europeia e pela substituição da lã pelo algodão, bem como pela escassez de produto em virtude da guerra de secessão norte-americana. O período de auge da cultura do algodão proporcionou certo conforto financeiro, que beneficiou os agricultores familiares da região, que tinham, além da renda da cultura algodoeira, seus sistemas tradicionais diversos, destinados à produção de fibras, à alimentação e à criação de animais, associados, por sua vez, ao aproveitamento alimentar e medicinal.

Essa situação perdurou durante todo o século XX. Contudo, a partir do início da década de 1950, uma crise assolou a produção de algodão na região, deixando os agricultores em situação precária, com poucos recursos para a obtenção de um mínimo de rendimentos que possibilitasse a manutenção econômica de suas propriedades.

Nesse contexto de precariedade ocorre na região, a partir da década de 1970, um intenso fluxo migratório permanente e temporário para outras áreas do Brasil na busca de “uma vida melhor”.⁴ Pode-se afirmar que é rara a família de agricultores do município e redondezas que não tenha algum membro que trabalha ou mora no interior do estado de São Paulo. Portanto, a busca de um trabalho que proporcione melhores rendimentos financeiros é o principal fator de estímulo responsável pela migração que ocorre em Monte Azul.

Dentro desse contexto de mobilidade constatado na região (Maia; Alves, 2009), temos o caso específico de um grupo de agricultores familiares que possuem suas propriedades em torno do

4 Fala de um migrante.

povoado de Cipoal – sudeste do município –, e que imigram anualmente para o município de Rio Claro, no interior paulista, para trabalhar na colheita de laranja.

Assim, principalmente o contingente masculino de agricultores, que são afetados pela falta de opção na obtenção de rendimentos em sua propriedade na região norte-mineira, vivenciam uma diáspora⁵ “temporária”.

Tomando como base esse fenômeno, o propósito da continuidade do texto está na reflexão sobre as dinâmicas espaciais (as espacialidades) produzidas dentro desse processo; as implicações para o migrante que se desloca temporariamente e, no seu retorno, tem uma nova maneira de construir o lugar de origem durante a sua reinserção nesse espaço.

Como escreve Almeida (2009), em outro contexto migratório, a

[...] diáspora é um fenômeno que pressupõe a territorialidade, a desterritorialização e a reterritorialização, que podem envolver uma ou mais pessoas e alterar relações entre espaço e tempo. É, pois, pertinente discuti-la contemporaneamente considerando os territórios criados em um espaço em movimento [...]. (p.210)

Portanto, temos por objetivo analisar como as “novas” espacialidades estão imbricadas nos processos de retorno dos imigrantes focalizados. Para isso, vamos nos basear na experiência de um espaço rural (ruralidades) particular, que constitui a base para a formação cultural do grupo de agricultores familiares, e nas permanências que o espaço urbano (urbanidades) introduz no migrante temporário catador de laranja.

Decorrente do exposto até aqui, temos o seguinte questionamento: como a condição de ex-migrante o faz reelaborar “outro” espaço quando do seu retorno?

Assim, pretendemos responder a essa questão levando em consideração a visão desses migrantes sobre seu espaço de origem, uma

5 Diáspora no sentido colocado por Hall (2003).

vez que o ser humano atribui valores aos lugares e projeta sobre o espaço o seu ser.

Migração, espaços móveis e interespacialidade: o lugar como a dialética entre o rural e o urbano

Para o debate sobre a construção do espaço do migrante que retorna, vamos partir da categoria analítica de lugar. Considerando o conceito de lugar constituído pelos espaços absoluto, relativo e relacional em sua expressão dialética, temos que ele corresponde a uma expressão singular, composta por um “encontro de trajetórias” particulares (Massey, 2008) e constituído por diferentes elementos sociopolíticos, sendo, assim, um elemento híbrido (Rose, 1994). Aqui, o rural (e as ruralidades) e o urbano (e as urbanidades) estão na base de sua constituição.

Outro elemento importante para a discussão teórica da espacialidade desses migrantes temporários é a questão da fluidez espaço-temporal em suas relações com o lugar de origem, uma vez que o migrante retornado vai construí-lo de uma maneira diferenciada, na qual elementos rurais e urbanos vão estar em constante transfiguração⁶ (Maffesoli, 1995).

Para o desenvolvimento teórico, vamos buscar a contribuição de Retaille (2010), que, ao discutir a temática da fluidez no mundo contemporâneo, apresenta uma interessante concepção de espaço, que seria fluida, mas não desprovida de subsistência: *o espaço móvel*.

L'espace géographique est un espace anthropologique et non pas seulement un théâtre ni une abstraction méthodologique. Le mouvement devenant “saillant”, les lieux éphémères et les directions incertaines, l'espace est devenu mobile. C'est-à-dire qu'un même lieu (croisement) peut se déplacer dans le

6 O termo transfiguração aqui adotado é entendido conforme o apresenta Maffesoli (1995): “Transfiguração é a passagem de uma figura para a outra. Além disso, ela é de uma certa maneira, mesmo que mínima, próxima da possessão”. Assim, uma natureza possuída pelo homem transfigura-se, adquire uma outra dimensão.

systeme des références qui se trouve démultiplié. C'est-à-dire aussi qu'en un même site et dans une même localité, plusieurs lieux peuvent coexister, ce qui bouleverse les modalités de la coprésence. (p.4)⁷

De acordo com Retaille (ibidem), o espaço móvel é “um espaço de uso constantemente recomposto, com um sistema de distância no qual as medidas variam nos mesmos princípios”. Portanto, os espaços móveis conferem uma espacialidade complexa aos lugares, apesar de as propriedades de superfície e de localização (os espaços relativos e relacionais) serem mantidas constantes.

Dentro do caso empírico tratado, a espacialidade colocada em curso pela migração e seu retorno, baseando-nos, ainda, em Retaille (ibidem, p.5), seria o espaço no qual é impressa a maneira como os migrantes são com o lugar, através de “uma combinação de seu trabalho sobre o espaço e no espaço”.

Decorrente dessa concepção, os migrantes retornados do povoado de Cipoal, em Monte Azul, são fortes produtores de espaços móveis. Sendo assim, podemos pensar a dinâmica da migração como usuária e reelaboradora do espaço e dos processos de espacialidades.

A migração é um fenômeno que promove uma reflexão sobre as atuais concepções de sedentarismo e de mobilidade, pois ambas encerram a ideia mais ou menos abstrata de espaço, bem como de esferas identitárias e de zonas de produção de evidências mais ou menos compartilhadas. Discutir a imigração implica considerar conceitos como os de territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, que podem envolver uma pessoa ou várias. (Almeida, 2009, p.212)

7 Do francês: “O espaço geográfico é um espaço antropológico, e não apenas um palco ou uma abstração metodológica. O movimento tornou-se ‘importante’, e assim os lugares tomaram direções efêmeras e incertas, o espaço tornou-se móvel. Isto é, o mesmo local (cruzamento) pode mover-se em um sistema de referências que é múltiplo. Isto é, em um único local, lugares diferentes podem coexistir, o que perturba as condições de copresença” (tradução nossa).

Tomando como exemplo outros autores que também tratam dessa relação de fluidez no espaço,⁸ como Mbembé (2005), que se refere a uma territorialidade itinerante, fluida, múltipla e plural,⁹ nossa preocupação aqui é revelar a natureza e a particularidade do espaço-lugar em um contexto influenciado pela mobilidade, pela migração e por seu retorno. Sem dúvida, essa dinâmica pela qual passa o migrante temporário vai modificar o sentido e a natureza do lugar de origem.

Outra contribuição importante para a nossa análise está na leitura do conceito de território proposta por Vanier (2008), que coloca os territórios como um elemento que extravasou suas escalas para além de seus limites, constituindo-se em um espaço inter-territorial. O autor, no contexto da globalização, afirma que essa inter-territorialidade é motivada pelas alianças, ligações e articulações entre os territórios, que criam redes com fluxos entre si. Para Vanier, existem combinações múltiplas entre o inter-território e o intraterritório, pois ambos podem compartilhar os mesmos territórios. Entre essas duas categorias, a maioria das vezes atuam constantemente “entre um pouco da territorialidade com [um] pouco de inter-territorialidade, um pouco de identificação a um grupo, real ou projetado, com pouco exercício da diferenciação individual” (ibidem, p.21).

Decorrente das questões que buscamos investigar, os desenvolvimentos sobre inter-territorialidade de Vanier (ibidem) e de espaços móveis de Retallé (ibidem) contribuem com o entendimento da concepção de espaço-lugar adotado, sendo importante para uma leitura apropriada sobre a espacialidade dos migrantes retornados.

Um desenvolvimento análogo pode ser visto, em um contexto urbano, na construção do espaço por um grupo de migrantes permanentes que analisamos em outro momento (Maia; Alves, 2009a, 2009b). Tratava-se de indivíduos oriundos de um contexto rural¹⁰ que constroem em seu espaço urbano um novo “ambiente”, entre-

8 Como são autores da linha francesa de Geografia, a categoria analítica que expressa a maioria dos desenvolvimentos teóricos é a de território.

9 Mobilidade no espaço da porção norte da África.

10 Indivíduos localizados no norte de Minas que migraram para a cidade de Rio Claro, no interior de São Paulo.

laçado entre os contextos do espaço rural (origem) e do espaço urbano (destino).¹¹

No fato estudado, constatamos esse entrelaçamento entre o rural e o urbano na composição de suas casas¹² no ambiente citadino (Maia; Alves, 2009b). Na pesquisa mostramos que a casa para o migrante representa mais que uma simples construção para a moradia: é o ambiente em que ele circunscreve sua vida, seu projeto de vida.

Desse modo, a casa no ambiente citadino, para o migrante mineiro, tem uma configuração particular, a qual traz todas as relações do rural de Minas Gerais para a periferia interiorana de São Paulo. Isso pode ser notado no caráter estrutural diferenciado em relação às demais casas do bairro em que moram. São geralmente abertas em sua fachada, sempre “inacabadas”, com vários cômodos vazios para receber outros familiares, mas somente com uma sala e uma cozinha, o que indica o caráter espacial transitório presente no local e lembra muito a constituição da “casa” rural do norte-mineiro.

Outra característica marcante presente na “casa” refletida na construção do espaço urbano é a posição ocupada pelo pai na sua configuração. A sala sempre tem um lugar reservado e somente ocupado por ele, com um assentamento especial de acesso privilegiado ao domínio sobre a televisão, tendo, em contrapartida, a cozinha como o espaço de domínio da mulher, que a mantém sempre extremamente asseada, como na “casa” rural.

11 O lugar, no espaço urbano, construído por esses migrantes, é constituído pelos espaços (absoluto, relativo e relacional) do mundo rural, expressos principalmente através da sua interação dialética com os espaços (absoluto, relativo e relacional) do ambiente urbano. Isso é observado claramente no espaço vivido dia a dia por esses migrantes.

12 Os trabalhos sobre residência (“house”), casa (“home”), lar (“household”) e o mundo doméstico se tornaram, de fato, um rico território para o entendimento do social e do espacial. Assim, dentro da Geografia, temos a consolidação de um campo de estudo, as “geografias da casa” (*geographies of home*). Desse modo, observamos que o “conceito de casa” pode trazer, dentro das pesquisas geográficas, uma grande contribuição para a análise material e afetiva do espaço, por meio da qual ela pode revelar as formas de práticas cotidianas, experiências de vida, relações sociais, memórias e emoções. Isto é, a análise do espaço pode ser apreendida através dos significados e experiências vividas na casa.

Assim, podemos afirmar que na construção do espaço urbano, esses migrantes sustentam o paradoxo do entrelaçamento entre o rural e o urbano. Tal fato é contemplado por meio da análise da sua “casa”, a qual está sempre “por fazer”, uma vez que ela é um elemento básico para o seu objetivo de vida: o retorno ao norte-mineiro. Então, a casa presente em Rio Claro é sempre transitória, mal-acabada, e representa uma possibilidade de capitalização, sendo esta sempre reservada para um futuro retorno “à terrinha lá de Minas”.¹³

Decorrente do panorama mostrado no contexto contemporâneo, para a análise da relação entre os espaços rural e urbano (para a relação campo-cidade), não podemos deixar de considerar as imbricações entre esses dois espaços e suas respectivas espacialidades. Desse modo, a fim de obtermos um entendimento do espaço de retorno dos migrantes temporários do povoado de Cipoal, temos de capturar as urbanidades e ruralidades singulares de seus espaços (rural e urbano), pois o lugar de retorno dos referidos migrantes apresenta uma dialética entre o rural e o urbano.

Vou, mas volto logo...

O imigrante é, sobretudo, uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito (Sayad, 1998; Silva, 1999). O trabalho faz surgir o imigrante, mas quando aparece sua escassez, é decretada sua negação, e, assim, “empurra” o migrante para o não ser, ou para o ser que era, a volta para o local de origem.

Os migrantes entrevistados relataram que, em Monte Azul, tanto na cidade como na zona rural, há falta de oferta de trabalho, além de a remuneração não ser condizente com as expectativas para uma melhoria de vida. Assim, a migração se apresenta como uma solução para a situação.

13 A maioria tem propriedades rurais em Minas Gerais.

Aqui em Minas é uma vida muito custosa, nós saímos daqui porque falta dinheiro, não tem quem faz nada; nenhuma firma pra trabalhar [...] aí tem que sair do lugar nosso pra sofrer. Por que o lugar nosso não cresce? Por que não tem um conforto, não tem uma firma, nada pra gente trabalhar. Aí fica todo mundo à toa, fazendo o quê? Tem que ir... (G.)

No grupo de agricultores pesquisados, o fluxo de migração temporária se dá pela colheita da laranja no interior paulista,¹⁴ atividade realizada durante o período de junho a fevereiro.

O mercado de trabalho é majoritariamente sazonal – absorve mão de obra durante as safras, pois a maior parte do cultivo foi mecanizada e a terra foi concentrada em grandes latifúndios. Em período de colheita, migrantes assentam-se em acampamentos dentro das plantas, ou em quartos alugados, principalmente nas cidades menores da região. (Rolnik, 2004, p.120)

Com a abertura da contratação de mão de obra para a colheita da laranja, aproximadamente quarenta homens migram do povoado de Cipoal, na zona rural de Monte Azul-MG, local para o qual retornam anualmente no período de janeiro-fevereiro, permanecendo até junho-agosto.

Durante o período de migração, o contado com as famílias que permanecem em Monte Azul é escasso. Uma ligação telefônica é onerosa para esses trabalhadores braçais. A saudade é grande, mas a união do grupo na cidade-destino ajuda a camuflar a saudade do espaço de origem e o desconforto do local de destino.

Segundo os entrevistados, ganha-se bem na colheita da laranja em relação ao que se pode obter em Monte Azul. Em nove meses de trabalho na colheita pode-se economizar um “bom dinheiro” para manter a família ao longo do ano.

14 O início desse fluxo migratório ocorreu através da indicação de trabalho por outro grupo de migrantes, que trabalhava na construção civil na cidade de Rio Claro.

[...] serviço meio pesado, mas graças a Deus tem a safra; já tô com mais de quatro meses que tô aqui e nem cheguei a tirar R\$ 100,00. Aí assim não dá pro cara viver com a família. Só daqui mesmo; então tem que buscar lá mesmo para ver se dá pra viver com a família aqui. Tem que ir lá, é o jeito; é duro mais é o jeito. A gente vai se Deus quiser... (F.)

Tornar-se um imigrante temporário tem um custo elevado, provoca um angustiante sentimento de desorientação, ou melhor, de desconstrução de uma espacialização já estabelecida. A escolha de tal alternativa, às vezes a única oferecida, traz graves consequências para a vida do migrante. Raros são os que mencionam ou gostam de comentar o tempo vivido no interior paulista.

Na próxima safra eu não tô com propósito de voltar não. A gente tem que parar um pouco. É que se ficar trabalhando colhendo laranja todo ano, é muito pesado. Lá a barra é pesada, não tem diversão não. É trabalhar de sol a sol; a gente sai de noite e chega de tardezinha, escurecendo... (G.)

Após essa empreitada heroica, a migração para de trabalhar na colheita da laranja e o retorno para a zona rural de Monte Azul traz diversas marcas. Na sua volta, F. sente-se deslocado das atividades locais: “tem um vazio, sem nada para fazer”. No caso de I., a longa ausência o fez estranhar a paisagem rural do Cipoal, além de achar “pequena demais” a cidade de Monte Azul. O entrevistado L. afirmava que “no início estranhava até a secura daqui”, sendo que L. morou por três anos no interior paulista, de 2007 a 2009, e confessou que retornou “pra roça porque sua vida está no norte de Minas”, e que o trabalho com a laranja “judiava muito, não dá pro cabra continuar trabalhando seguidamente na colheita, se não ela quebra de vez; se bobear, vai mingando até morrer”.

O sítio *Maxixeiro* não mudou nada durante a ausência de D.: as roças continuam as mesmas; os filhos pequenos continuam na es-

cola. A mulher tomou conta de tudo enquanto ele esteve colhendo laranja em Rio Claro.

A gente faz todo esse esforço pra melhor criar os filhos da gente. O D. vai para São Paulo colher laranja e eu fico aqui cuidando da rocinha que nós tem pro sustento da casa; também cuido das galinhas e das vaquinhas que dá leite. É tristeza só quando ele... mas fazer o quê, aqui não tem como ganhar... (L.)

Apesar de conceber Rio Claro como um lugar difícil de viver, D. afirma que, se pudesse, levava a mulher e os filhos para residir no município paulista, porque acha que a cidade oferece um maior número de oportunidades de trabalho para o casal, além de escola de melhor qualidade para os filhos.

Os migrantes, ao retornarem da temporada de colheita da laranja, aplicam suas economias principalmente na manutenção da vida doméstica: roupa para a família, melhorias nas propriedades, pagamento de dívidas, compra de sementes e, em alguns casos, no sonho de todo migrante – a compra de uma motocicleta ou de um “carrinho velho”, que constitui o principal símbolo do migrante bem-sucedido.

Na opinião corrente do círculo de relações que os envolve, a migração temporária é um elemento positivo, uma vez que permite a reprodução das suas pequenas propriedades familiares de maneira mais tranquila, se comparada aos outros habitantes da região.

Outro aspecto decorrente desse processo de mobilidade está refletido e é reflexo da construção do lugar de origem. Eles vivem na sua terra natal, mas, após a migração e o retorno, adquiriram uma condição sociocultural diferenciada. Segundo um morador local, ele não é mais como “nós”, pois “saiu e voltou diferente”, “com jeito de homem da cidade”.

Em suma, ele deixa de ser um sertanejo mineiro para se tornar um sertanejo que migrou e voltou: sempre um estrangeiro, lá ou cá.

O imigrante retornado: novas espacialidades e a dialética entre o rural e o urbano

Tornar-se um migrante retornado suscita um caráter de desorientação socioespacial, ou melhor, transformar o indivíduo em um ser em (re)construção em um espaço móvel (Retailié, 2010), um estar entreterritórios (Vanier, 2008), no qual o contexto urbano (e suas urbanidades) e o rural (e suas ruralidades) estão dialeticamente relacionados.

[...] alegre, também porque o retorno traz de volta o lugar. Triste, ao mesmo tempo, porque o lugar nunca é o mesmo de antes, muita coisa mudou, o tempo deixou sua marca e quem chega também já é outro. A viagem, o trabalho, imprime cicatrizes. (F.)

Decorrente disso, a condição de ser um migrante retornado tem várias implicações culturais, identitárias, e principalmente espaciais. O imigrante está sempre onde não tem nem a condição de um ser local nem a de um ser estrangeiro; ele ocupa a fronteira entre o ser e o não ser socioespacial.

Migrar é não ser mais do lugar de onde nasci e não ser também do lugar onde eu vou colher laranja. Não sou um homem da roça, mas também não sou um homem da cidade. Na verdade sou um eterno estrangeiro, tanto lá em São Paulo como aqui em Minas. (F.)

No caso do imigrante retornado, o meio urbano do interior paulista e o ambiente rural de Monte Azul atuam conjuntamente nos processos de construção social do lugar presente. É a construção de um lugar por meio de novas trajetórias¹⁵ (urbanidades), fornecendo novos “sentidos de lugar”.

Assim, diversas espacialidades convergem para aquele lugar. É a constituição de elementos que superpõem o espaço urbano com

15 O estar entreterritórios distintos.

suas urbanidades e o espaço rural com suas ruralidades. Com isso, esse “novo” espaço, o lugar, passa a ter seu significado transfigurado (“o lugar nunca é o mesmo de antes”), reconfigurado não apenas na materialidade visível e no que é mensurável, mas também no conjunto das relações que mantêm toda a sua vida social. Portanto, o lugar, através da especificidade do espaço relacional – que inclui os processos sociais – e dos espaços materiais (espaço absoluto e relativo), é construído em um movimento que leva em conta os elementos do espaço urbano e as permanências do espaço rural.

As novas reconfigurações, as quais são experienciadas pelo migrante retornado, trazem um *desencaixe*¹⁶ do migrante em relação ao lugar de origem. Sua posição torna-se dúbia, não possibilitando uma sensação de pertencimento completo àquele espaço. Isso ocorre, principalmente, porque as urbanidades trazidas do interior paulista entram em contradição com os elementos do mundo rural.

Além disso, a volta não é compensadora; o dinheiro é pouco, diante de tanto esforço. E a cada viagem aumenta o sofrimento e diminui o rendimento. Em vez de subir na vida, o migrante desce. A cada ano parece ficar mais pobre – como dizem, migrando e minguando. É preciso regressar a São Paulo na próxima safra, na outra, na outra e na outra. Sempre sair, arrumar um dinheirinho, e tocar a roça. Sem isso, o migrante será obrigado a sair de vez. São os recursos de lá que permitem continuar firmes do lado de cá. (F.)

Isso se torna claro nas ações praticadas por esses migrantes, e, conseqüentemente, são refletidas no lugar. Como o tempo de permanência em sua propriedade no norte de Minas Gerais é limitado, as roças desses agricultores migrantes são pequenas, se comparadas às dos habitantes locais. Isso ocorre principalmente em virtude da

16 Vejamos a definição de Giddens (1991, p.29): “Por *desencaixe* me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. “Este [desencaixe] retira a atividade social dos contextos localizados, reorganizando as relações sociais através de grandes distâncias tempo-espaciais” (ibidem, p.58).

ausência do dono da propriedade, que não tem tempo hábil para realizar o ciclo completo das culturas locais. Desse modo, plantam bem pouco, para que, na sua ausência, a mulher e os filhos, ainda meninos, possam cuidar da roça.

Quando eu volto aqui para Minas, nós fazemos a uma rocinha. Não pode plantar muito porque é pouca gente em casa, e não tem jeito de plantar muito [...] Aí, quando volta para Rio Claro colher laranja, é minha mulher que cuida. Sabe, ela sempre foi da roça, então sabe como faz; ela é bem caprichosa. (F.)

Isso gera uma diferenciação espacial entre os migrantes e os pequenos proprietários vizinhos, denunciando material e socialmente a condição de temporário naquele lugar.

Assim, a agricultura de subsistência praticada na região, para o migrante retornado, é um elemento descartado, uma vez que sua renda provém de outra fonte. Conseqüentemente, nas relações de vizinhança e parentesco, esse migrante é sempre balizado como um elemento que extrai sua renda de fora, não sendo, portanto, um igual, pois não tem a preocupação com o lugar como “nós”. Sua condição é a de um ser que “não é totalmente daquele lugar”.

Esse envolvimento com o lugar original e a agricultura de subsistência transforma muitos ex-agricultores em comerciantes no período que permanecem no norte de Minas Gerais. Muitos “fazem a sacola” e saem vendendo roupas, perfumes e aparelhos eletrônicos na roça, no povoado de Cipoal e arredores, onde o círculo de parentesco e compadrio alcança. Com isso, observa-se uma reconfiguração do lugar, onde alguns “comerciantes” venderam suas propriedades na área rural para residir no povoado de Cipoal e até na cidade de Monte Azul.

No caso do migrante retornado, temos que suas espacialidades do interior paulista e do norte-mineiro estão presentes nos processos de construção socioeconômica da situação presente, do lugar. Dessa forma, o ser migrado constrói um lugar distinto do dos que permaneceram.

Mas também não podemos concluir que esses lugares diferenciados são suficientes para afirmar que os migrantes retornados encontram-se entre culturas e, conseqüentemente, entre-espacos. Evoca-se aqui o que Hall (2003) denomina “transcultural”, como uma explicação para a condição cultural do migrante retornado. Um processo transcultural envolveria a “zona de contato”, em que “a copresença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por conjunturas geográficas e históricas agora se cruzam” (ibidem, p.31).

Para nós, essa perspectiva seria mais apropriada para definir a condição de identidade cultural, e, conseqüentemente, de construção espacial do lugar dos migrantes retornados do norte de Minas Gerais. A despeito de uma coabitação espacial e temporal, o cruzamento da cultura urbana do interior paulista com a cultura rural do norte de Minas Gerais ocorria em níveis horizontais distintos – mas com um entrelaçamento, integração ou inclusão entre elas.

Considerações finais

Através do texto apresentado, sobre os migrantes retornados do povoado de Cipoal, procuramos mostrar como os lugares tornam-se práticas passageiras de indivíduos e grupos que por eles transitam, atuam e os reconhecem como portadores de espacialidades particulares. Espaço esse onde as urbanidades e ruralidades são as matrizes da construção para esse espaço.

Sem a pretensão de emitir respostas definitivas sobre o tema, objetivamos colocar um entendimento do espaço como um elemento dinâmico, firmando assim a concepção de entender espacialidade como processo.

Posto isso, concluímos que o contexto de reinserção dos migrantes temporários em seus lugares originários, as pequenas propriedades do sertão mineiro, cria processos diferenciados conforme a inclusão e a experiência cultural no espaço de acolhimento e de migração.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. G. As ambiguidades do ser migrante: o retorno e o viver entre territórios. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). *Territorialidades na América Latina*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás; FUNAPE, 2009. p.208-218.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARVEY, D. *Spaces of Global Capitalism*. Londres; Nova York: Verso, 2006.
- MBEMBÉ, A. À la lisière du monde. Frontières, territorialité et souveraineté en Afrique. In: ANTHEAUME, B.; GIRAUT, F. (Eds.). *Le territoire est mort. Vive les territoires!* Paris: IRD Editions, 2005. p.47-78.
- MAFFESOLI, M. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MAIA, A. C.; ALVES, F. D. Análise das categorias geográficas e a relação rural-urbano. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2009, São Paulo. *II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, 2009.
- _____. Produção do espaço e cultura: a relação rural-urbano entre os migrantes mineiros em Rio Claro-SP. In: 12º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2009, Montevidéu. *12º Encontro de Geógrafos da América Latina: caminando en una América Latina en transformación*. Montevidéu: Imprenta Gega, 2009a. v.12. p.1-14.
- _____. A relação rural-urbano e a construção do espaço: considerações teóricas e o caso dos migrantes mineiros em Rio Claro-SP. In: FERREIRA, D. A. O.; FERREIRA, E. R. (Orgs.). *Estudos agrários: conceitos e temas*. Rio Claro: IGCE; UNESP – Pós-Graduação em Geografia, 2009b. p.65-86.
- MASSEY, D. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência – O caso de São Paulo. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (Orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.111-130.

- ROSE, G. The Cultural Politics of Place. Local Representation and Oppositional Discourse in Two Films Author(s): Gillian Rose Source. Transactions of the Institute of British Geographers. *New Series*, v.19, n.1, p.46-60, 1994.
- RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Orgs.). *Estudos de Geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002.
- _____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, n.2, ano 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2/resignificacao.pdf>>
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Basil Blackwell, 2000.
- VANIER, M. *Les pouvoirs des territoires: essai sur l'interterritorialité*. Paris: Economica, 2008.

Referências eletrônicas

- RETAILLÉ, D. L'espace mobile. Disponível em: <http://www.pacte.cnrs.fr/IMG/pdf_Retaill_.pdf>. Acesso em: 2010.

A AGRICULTURA E A CIDADE: A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ESPAÇO URBANO DE PELOTAS (RS)

Carlos Vinicius da Silva Pinto¹

Juliana Cristina Franz²

Giancarla Salamon³

Busca-se compreender, neste capítulo, como a agricultura se desenvolve no espaço urbano do município de Pelotas (RS), mais precisamente na Zona Norte da cidade. Para tanto, entende-se como agricultura urbana a prática da agricultura no interior (agricultura intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma localidade, cidade pequena, média ou até mesmo de uma metrópole, voltada tanto para a produção vegetal como para a animal; ou seja, representa o fornecimento de uma diversidade de alimentos para a cidade, bem como a demanda de serviços e produtos provenientes da zona urbana, facilitada pela proximidade com esta. Assim, a noção de agricultura urbana pode ter várias interpretações, como, por exemplo, a da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que utiliza a expressão agricultura periurbana para a

1 Acadêmico do curso de Graduação em Geografia pela UFPel. Bolsista do PIBIC/CNPq do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais da Universidade Federal de Pelotas. Contato: carlosv.sp@hotmail.com

2 Acadêmica dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Membro do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA. Contato: juliana-franz@gmail.com

3 Professora Associada I da Universidade Federal de Pelotas. Professora Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FURG. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/ICH/UFPEL.

atividade realizada fora do perímetro urbano (no espaço rural que circunda a cidade), e não somente na periferia da cidade.

A prática da agricultura urbana é realizada, geralmente, em pequenas áreas destinadas ao autoconsumo das famílias produtoras e para a venda em pequena escala no mercado local, e, também, por escolas localizadas no perímetro urbano que desenvolvem essa atividade por meio de projetos sociais e de educação ambiental, buscando a conscientização das crianças a respeito da importância de cultivar o próprio alimento.

A diferença da agricultura urbana com relação à realizada no espaço rural é justamente o ambiente. Sendo assim, a prática da agricultura urbana, que compreende as diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e à conservação de hábitos e práticas rurais – ruralidades – nas periferias dos centros urbanos representa, muitas vezes, uma estratégia de reprodução socioterritorial das famílias, voltada para a produção de alimentos e até mesmo para a geração de emprego para a mão de obra familiar.

A expansão do perímetro urbano por meio de decisões normativas das câmaras municipais incorpora áreas com características e dinâmicas rurais que adquirem um novo sentido funcional para a urbanização. Esse uso, por sua vez, não descaracteriza as áreas periféricas do sítio urbano pela presença de atividades agrícolas, como os cultivos e a criação de animais. O fato é que a expansão territorial urbana acontece pela implantação de loteamentos, pela especulação imobiliária e pela organização urbana – normas e diretrizes do uso do solo – do município através do plano diretor, como no caso de Pelotas, o qual vai estabelecer a direção do crescimento urbano e, conseqüentemente, quais áreas serão incorporadas pelo crescimento da cidade. Sposito (2006) explica como isso ocorre:

Os processos de suburbanização transformam, paulatinamente, os arrabaldes da cidade, inicialmente ocupados por atividades rurais, em espaços que iam se tornando suburbanos para, com o decorrer do tempo, virem a ser, de fato, urbanos. Esse processo relativamente lento resultava da somatória de pe-

quenas iniciativas individuais, não articuladas entre si, referentes à mudança do uso de uma parcela da terra rural, para o uso urbano referente à mudança e/ou desmembramento de uma parte dela para fins residenciais [...]. (ibidem, p.122)

O município de Pelotas está localizado na porção sul do estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma área de 1.608,77 km². Situa-se às margens do canal São Gonçalo e conta com uma população de 345.181 habitantes, segundo dados do IBGE (2000). É a terceira maior população do estado por município, superada apenas por Porto Alegre e Caxias do Sul. Trata-se do município com maior população da região Sul do estado, exercendo assim uma forte hierarquia urbana com relação aos municípios próximos. A maioria da população, cerca de 93,2% dos habitantes (ibidem), é urbana, e apenas 6,8% vivem na área rural do município, questão relevante quando se trata de analisar as categorias rural e urbana em um lugar onde as fronteiras entre campo e cidade se confundem.

O problema da urbanização acentuada e as relações com a agricultura urbana

Decorrente do processo de industrialização e urbanização, o êxodo rural, não só no Brasil, mas também em escala mundial, originou o crescimento desordenado das cidades e o aumento da população urbana, o que agravou os índices de pobreza e de desemprego. As consequências da implantação do modelo excludente da Revolução Verde, responsável pela modernização da agricultura, liberou igualmente um contingente expressivo de trabalhadores e de pequenos proprietários rurais das atividades produtivas no campo. Rosa e Ferreira (2006) explicam que:

Em parte, o aumento da população urbana e o crescimento territorial da área urbanizada do município podem ser explicados por um processo mais geral, em que grande parcela da po-

pulação rural – por conta da instabilidade das condições de vida no campo, e das políticas de modernização da agricultura – se dirigiam para as cidades. (ibidem, p.197)

A discussão que permeia este estudo é a de que a agricultura urbana pode ser concebida como alternativa para os problemas gerados pela urbanização acentuada: um dos mais evidentes é a falta de emprego nas cidades e a conseqüente dificuldade de geração de renda familiar. Em alguns casos, a prática da agricultura urbana pode representar a única possibilidade de emprego da mão de obra familiar e de obtenção de renda com a comercialização dos excedentes agrícolas. Como explicam Aquino e Assis (2007):

A urbanização não planejada se apresenta como um dos principais problemas da humanidade. A FAO-Sofa (1998) estima que, para o ano de 2015, mais de 26 cidades em todo o mundo estarão com mais de 10 milhões de habitantes. Para alimentar essa população de acordo com a FAO (1998), seria necessário importar pelo menos 6.000 toneladas de alimentos por dia. Dessa crescente urbanização, além do fornecimento de alimentos, resultam outros problemas, como a preservação ambiental e a oferta de empregos. (ibidem, p.137)

O problema da urbanização, quando não acompanhada do planejamento e do ordenamento territorial, produz o crescimento de cidades com elevados índices de densidade populacional, e, muitas vezes, com disponibilidade de mão de obra que não consegue ser absorvida pelo mercado de trabalho urbano-industrial. A agricultura urbana, em comparação com a agricultura eminentemente rural, destaca-se como alternativa evidente em países subdesenvolvidos para as populações que, muitas vezes, são provenientes da zona rural e que, pela sua trajetória de vida, estabelecem formas de ocupação do solo e de organização socioeconômica fundamentadas na prática da produção de alimentos. Em casos de países como o Japão, onde a questão da falta de terras cultiváveis é um problema para

uma população que beira os 130 milhões de pessoas, a agricultura é comum em grandes cidades: a solução encontrada, nesse caso, foi a destinação de espaços para o cultivo agrícola, principalmente da rizicultura, no interior do perímetro urbano.

A cidade de Pelotas está dividida em setores geoeconômicos de acordo com as atividades predominantes por eles desempenhadas. Um deles é a zona “rururbana”, que se destaca pela presença de atividades produtivas com características agrícolas e por ser localizada em um espaço intermediário entre a cidade e o campo. Nesse caso, a agricultura desenvolvida na denominada zona “rururbana” é definida como urbana ou periurbana.

Portanto, a Zona Norte da cidade de Pelotas, mais especificamente, a região macroeconômica das Três Vendas, é a área definida pelo III Plano Diretor de Pelotas como espaço “rururbano”. Nesses espaços, a chamada agricultura urbana e demais atividades não agrícolas, mas relacionadas às dinâmicas rurais, se inserem no contexto da expansão urbana. Enfim, no caso de Pelotas, esse processo não é resultado de iniciativas ou de propostas de planejamento e gestão do território, mas expressão espontânea dos moradores desses locais, porém assume uma nova funcionalidade para essas áreas no entorno da cidade já constituída. E, segundo Sposito (2006):

Primeiramente, há que se considerar que a cidade cresce transformando terra rural em terra urbana. São possíveis de serem loteadas as terras que estiverem mais próximas da cidade já constituída e que podem, por essa razão, ser objeto de iniciativas de extensão do perímetro urbano. Nesses termos, no plano político-administrativo, são passíveis de serem loteadas as terras que compõem o cinturão que está em torno da cidade já constituída e compreendida por seu perímetro urbano da cidade. (p.124)

Historicamente, a área de estudo foi incorporada ao perímetro urbano prevendo que o crescimento da cidade se daria em direção ao norte, e quando isso ocorreu, abarcou propriedades que mesmo

localizadas no perímetro urbano, por uma decisão normativa, mantêm suas características e atividades ligadas ao rural e à constituição de expressões da ruralidade em espaços urbanos. Contudo, existe o caso de famílias provenientes de áreas rurais, tanto de Pelotas quanto de municípios vizinhos, que, por motivos diversos, compraram lotes nos bairros da Zona Norte e lá se instalaram, mantendo as atividades agrícolas que já desempenhavam anteriormente. No entanto, agora dentro dos limites urbanos do município de Pelotas.

É importante destacar que existe uma diversidade de fatores que possibilitou a existência de produtores de alimentos no espaço urbano de Pelotas. Existem famílias que vieram em busca de emprego, mas que, sem sucesso, resolveram, então, permanecer no lote em que já estavam instaladas, e passaram a desempenhar atividades agrícolas para a obtenção de alimentos. E, ainda, casos de famílias que foram “engolidas” pelo perímetro urbano. Independentemente do motivo, é interessante notar que esses agricultores têm uma alternativa à geração de renda para as suas necessidades básicas, e que a proximidade com a cidade representa uma vantagem na comercialização dos seus produtos.

Os bairros Sanga Funda e Arco-Íris destacam-se pela proximidade com o centro de Pelotas, o último distante apenas 6 km. Essa proximidade é facilitada pelas vias que ligam esses bairros ao centro. Na avenida Idelfolso Simões Lopes Neto, principal via de destino aos mesmos bairros, é possível notar a presença de lotes utilizados com atividades agrícolas ao longo da avenida. Percebe-se, então, nesse local, o contraste entre o rural e o urbano no que diz respeito à paisagem. Futuramente, esse pode se tornar um problema bastante pertinente, em especial em relação ao bairro Arco-Íris, tendo em vista que o surgimento de outro bairro naquelas proximidades já é possível de ser observado, gerando preocupação para os agricultores urbanos, que temem conflitos deflagrados pela especulação imobiliária. Assim, compreende Sposito (*ibidem*):

Há, assim, duas cidades: a que já está loteada, edificada e onde se vive, e aquela que está potencialmente pronta para ser

loteada por compor a faixa de terra que se estende dos arrabaldes da cidade até a linha que, por força de lei municipal, é o perímetro urbano da cidade. (p.124)

Sendo assim, este trabalho se justifica ao propor a compreensão dos processos presentes na organização socioterritorial da agricultura urbana na escala do local, mais precisamente na Zona Norte da cidade de Pelotas, e como essas formas de agricultura conseguem desempenhar o papel de gerador de renda e segurança alimentar para as famílias que vivem e se reproduzem socialmente nesse espaço.

Processo histórico e ruralidade na Zona Norte de Pelotas

A ruralidade pode ser entendida como o modo de vida ligado intimamente ao campo e às práticas e hábitos rurais, ou seja, dedicação, principalmente, às atividades socioprodutivas relacionadas ao trabalho da família na terra – representa a intimidade do homem com a natureza, propiciada graças à necessidade deste de retirar da terra a sua sobrevivência, e, assim, garantir sua reprodução biológica e social. Entretanto, a ruralidade ultrapassa os limites do rural quando se faz presente no perímetro urbano dos municípios, sendo representada pela presença, nesses locais, de hábitos e práticas rurais.

Parte considerável da Zona Norte da cidade de Pelotas, até meados da década de 1970, fazia parte da zona rural do município, com a presença de algumas localidades rurais, como Sanga Funda. Porém, essa área foi incorporada ao perímetro urbano prevendo que a urbanização se daria na direção norte, pois em outras direções enfrentaria limitações naturais, como, por exemplo, a presença do canal São Gonçalo ao sul, impossibilitando o crescimento urbano naquele sentido, bem como a presença da Laguna dos Patos a leste, também representando uma barreira à expansão da cidade.

Buscando ocupar as áreas consideradas pelo Plano Diretor como passíveis de expansão urbana, foi incentivado o surgimento de lo-

teamentos, como o Parque Residencial Arco-Íris, o Conjunto Habitacional Pestano, o Bairro Getúlio Vargas, a Vila Princesa e o Sítio Floresta; por fim, a incorporação ao perímetro urbano de Sanga Funda e do balneário do Laranjal. Em meio a áreas não utilizadas (propriedades voltadas para a especulação imobiliária) encontram-se lotes onde a produção de alimentos e a criação de animais é bastante presente, evidenciando a existência da ruralidade, ainda que contrastando com uma paisagem urbana ao fundo.

A manifestação da ruralidade possibilita à Zona Norte da cidade a construção de uma identidade própria, ainda que o futuro crescimento urbano possa interferir na sua manutenção, ou seja, nas estratégias de reprodução socioterritorial dos moradores e agricultores, agora sob a condição normativa urbana. Eles estão voltados à manutenção de seus lotes produtivos e, principalmente, à continuidade dos hábitos e práticas ligados à ruralidade, entretanto, a proximidade com o centro urbano é, ao mesmo tempo, uma vantagem e uma ameaça à permanência das dinâmicas sociais e produtivas da agricultura.

Na década de 1980, segundo Rosa (1985), o distrito-sede:

É o mais populoso e também o mais povoado dos distritos, porque nele se localiza a cidade, que concentra 80% da população municipal. Na pequena zona rural que cerca a área urbana, existem pequenas propriedades onde se cria gado leiteiro e se cultivam hortigranjeiros. Em 1980, a área do 1º distrito foi ampliada, com a inclusão da zona dos balneários do Laranjal. Alguns dos seus povoados rurais dispersos são as Terras Altas, a Sanga Funda, Dunas, Boa Vista, Vila Princesa, Sítio Floresta e Vila Jacob Brod. (p.208; com adaptações)

Então, ainda de acordo com Rosa (*ibidem*), no entorno do distrito-sede existiam propriedades dedicadas à criação de animais e ao cultivo de alimentos. Hoje, sabe-se que a zona rural que cercava a área urbana, mencionada pelo autor, faz parte do espaço urbano do município, e que os povoados rurais foram transformados em bairros. Esses povoados, que faziam parte do distrito-sede ainda

na década de 1980, revelam através de sua denominação que se distinguiam do restante da cidade, ou seja, mesmo fazendo parte da área urbana do município, eram considerados rurais. Graças a isso é possível compreender que, de acordo com o processo histórico que desencadeou a ocupação do solo na Zona Norte da cidade de Pelotas, esta ocorreu de forma diferenciada das demais áreas do perímetro urbano, e isso fundamentalmente por conta da presença de uma população que tem como base econômica o cultivo da terra e a criação de animais, e que mantém traços sociais e culturais que remetem ao modo de vida rural.

A partir da Tabela 1, a seguir, é possível perceber que o distrito-se-de, ou seja, a cidade de Pelotas, possuía uma população rural tanto em 1970 quanto em 1980. E é claramente perceptível o crescimento acentuado dessa população rural, passando de 6.016 na década de 1970 para 12.115 na década seguinte; um crescimento de mais de 100% em apenas dez anos. Isso se explica pelo fato de o crescimento do perímetro urbano ter agregado as localidades rurais e assim classificado essa população como rural, mesmo sendo ela pertencente à área urbana de Pelotas. E também, como é possível notar na tabela, houve a migração de pessoas dos demais distritos do município para a cidade, sendo que em quase todos eles, ainda de acordo com a mesma tabela, apresentam uma queda tanto na população urbana quanto na rural.

Tabela 1 – População urbana e rural por distrito nas décadas de 1970 e 1980.

Distrito	1970				1980			
	Urbana	Rural	Classificação		Urbana	Rural	Classificação	
			Urbana	Rural			Urbana	Rural
Pelotas	150.140	6.016	1º	2º	196.155	12.155	1º	1º
Arroio do Padre	55	5.733	10º	5º	77	5.440	10º	4º
Capão do Leão	2.820	3.884	2º	9º	3.774	2.699	2º	10º
Cascata	234	5.832	5º	4º	299	4.824	6º	6º
Cerrito Alegre	113	3.791	7º	6º	103	4.702	8º	7º
Laranjal	692	4.976	3º	10º	2.389	4.588	3º	8º
Monte Bonito	150	4.976	6º	8º	387	4.529	5º	9º
Morro Redondo	435	5.972	4º	3º	649	5.147	4º	5º
Quilombo	96	6.202	8º	1º	116	5.575	7º	2º
Santa Silvana	92	5.276	9º	7º	90	5.488	9º	3º

Fonte: Rosa (1985, p.181).

Atualmente, todo habitante do distrito-sede é considerado urbano. O que anteriormente se diferenciava, mesmo que dentro do perímetro urbano, é que a população rural e urbana hoje só é percebida pelas diferenças na paisagem, na organização do espaço e no modo de vida das pessoas.

Esse processo histórico é importante para entender como são definidos os espaços rurais e urbanos e como os conceitos de “ruralidade” e de “urbanidade” podem ter suas expressões empíricas encontradas em diferentes contextos, ou seja, a ruralidade no urbano e a urbanidade no rural. Comumente, o termo rural é associado às atividades agrícolas ou ao chamado setor primário da economia, mas, segundo Saraceno (apud Abramovay, 2003), ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, assim como no que se refere à noção de urbano. O mesmo autor acrescenta que as cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura.

No caso em questão, a definição de “rururbano” tem um caráter normativo, não constituindo uma categoria analítica, mas utilizada para classificar uma área em transição, e por se tratar de um espaço em transformação, é entendido como uma zona econômica diferenciada dentro da cidade, classificada segundo as atividades ali desempenhadas, a saber: a agricultura urbana.

Estratégias socioprodutivas da agricultura urbana

As estratégias socioprodutivas presentes no espaço “rururbano” pelotense estão intimamente ligadas à possibilidade de obtenção de alimento e renda para as famílias. Muniz (2003) explica como isso ocorre:

Pode-se considerar, que os empregos e rendas oferecidos pela agricultura urbana e periurbana, também são responsáveis pela segurança alimentar, junto à população de baixa renda, principalmente, nos grandes centros, onde o índice de desemprego é maior. (p.2)

Ao fazer uma análise das características da agricultura que se encontra bastante próxima do centro urbano e, especificamente, como ela se desenvolve na Zona Norte da cidade de Pelotas, nota-se a existência de uma forte ligação desses produtores urbanos com a cidade. Por se tratar de relações de troca mais próximas, essas famílias consideram-se em vantagem em relação às que produzem no espaço rural, embora a área para a prática da agricultura na cidade seja reduzida. No perímetro urbano, o espaço é limitado devido ao tamanho físico dos lotes e, muitas vezes, corre-se o risco de que o crescimento urbano incorpore essas áreas produtivas por conta da forte especulação imobiliária. Ainda assim, as vantagens são apontadas devido ao fato de que os alimentos que ali são produzidos chegam com mais facilidade ao mercado consumidor graças às menores distâncias percorridas, barateando o valor final do alimento e tornando possível obter melhores rendimentos com a comercialização dos produtos. Muniz (*ibidem*) acrescenta ainda que:

As atividades ligadas à agricultura urbana e periurbana podem trazer benefícios à comunidade devido ao fácil acesso aos mercados consumidores, ao armazenamento, ao transporte e à geração de empregos. Estas atividades podem contribuir com a segurança alimentar devido à proximidade com a população, e também, porque há um aumento de produtos disponíveis, principalmente, às pessoas de renda mais baixa, as quais irão incrementar a variedade de alimentos e acrescentar à alimentação um maior valor nutritivo. (p.1-2; com adaptações)

É interessante entender essa proximidade dos agricultores urbanos com a cidade a partir não só da facilidade de atingir o mercado local, que é bastante próximo, diminuindo assim os custos de transporte e facilitando o manejo dos produtos perecíveis, mas também da possibilidade de a família continuar no espaço que lhe garanta renda e, ao mesmo tempo, acesso aos serviços que a cidade proporciona. Sendo assim, permite também que os filhos desses agricultores estudem na cidade, mantenham contatos com o centro urbano, mas

retornem para a casa diariamente. Desse modo não há necessidade de deslocamentos temporários ou mesmo da migração rural-urbano em busca de educação formal. Isso fica mais evidente quando existe ensino técnico ou superior na cidade, como é o caso de Pelotas.

A zona “rururbana” de Pelotas produz alimentos diversificados, que, em sua totalidade, são comercializados no próprio perímetro urbano do município. Além de servir para o próprio consumo familiar, também destina-se ao abastecimento dos mercados locais.

As estratégias produtivas variam em cada família, de acordo com suas necessidades e condições de produção. Famílias com lotes pequenos produzem menos, portanto, a renda é menor do que as que possuem lotes maiores.

Inicialmente, foram entrevistados dois proprietários que possuem lotes no bairro Sanga Funda, e constatou-se que apenas um deles possui maquinário – como trator – e presta serviços para as demais famílias do bairro, arando as terras a serem cultivadas. Também se observou a presença de caminhões de pequeno e grande porte na mesma propriedade, e que são utilizados para o transporte da produção agrícola. Já o outro agricultor entrevistado, que possui um lote menor, contrata os serviços do primeiro, o que revela a dependência de alguns agricultores do trator, como é o caso deste, uma vez que possui apenas um pequeno caminhão.

A pesquisa de campo revelou ainda que a demanda do mercado local é parcialmente atendida, uma vez que os alimentos produzidos na zona rural também abastecem a cidade. Com relação ao comércio dos alimentos produzidos no espaço “rururbano” de Pelotas, percebe-se que a comercialização de legumes, frutas e hortaliças é realizada em feiras em diferentes pontos da cidade. O acesso aos pontos de venda é facilitado, pois a produção e a comercialização estão próximas, variando entre 3 km e 5 km de distância uma da outra, ou, no máximo, 10 km. Tal proximidade facilita a redução do custo final do produto e as suas condições no que diz respeito à qualidade dos alimentos.

Porém, a criação de animais atende a mercados diferentes: por exemplo, o rebanho bovino destina-se, prioritariamente, à produ-

ção de leite, a qual é comercializada com uma grande cooperativa de laticínios do município, que por sua vez se encarrega de colocar no mercado o leite produzido na cidade, além do que é produzido na zona rural do município. Existem também casos em que a criação de vacas leiteiras é voltada principalmente para o próprio consumo da família, mas o excedente é vendido na própria residência, identificado, muitas vezes, apenas por uma placa do tipo “Vende-se leite”, e representa uma estratégia para atrair consumidores urbanos, garantindo a geração de renda complementar.

A criação de outros tipos de animais, como aves ou equinos, se dá basicamente para a utilização na propriedade, onde o cavalo serve de meio transporte e como tração animal, e as aves e a produção de ovos para o consumo familiar. No entanto, a criação de suínos, nos lotes visitados, é destinada à venda, principalmente, para dois frigoríficos instalados no próprio bairro Sanga Funda.

Considerações finais

Diante de questões tão pertinentes como a compreensão de categorias analíticas e normativas que permitem o entendimento de fenômenos relacionados ao rural e ao urbano é que se propôs o presente trabalho. Na tentativa de associar as questões que envolvem o mundo rural e a sociedade urbana, o estudo apresentou uma compreensão teórica e empírica a respeito do que ocorre com a realidade da cidade de Pelotas e de sua organização socioespacial.

As perspectivas do “rururbano” pelotense como fornecedor de alimentos para a cidade e a geração de renda para as famílias produtoras representam estratégias de reprodução socioterritorial e estão intimamente ligadas à localização dos agricultores urbanos – mais próximos do consumidor final –, o que os favorece em relação aos agricultores localizados na área rural. Além disso, a criação de animais atende ao mercado agroindustrial de leite e de carne da região.

Entende-se que tais estratégias são resultado de um processo histórico e normativo de configuração do perímetro urbano, que,

por sua vez, possibilitou que sua organização espacial mantivesse características – formas e funções – relacionadas ao espaço rural. E garantindo aos moradores dessas áreas, tanto pelos cultivos agrícolas quanto pela criação de animais, a produção de alimentos para o próprio consumo e, ainda, uma alternativa à falta de empregos na cidade, por conta da geração de renda familiar.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- COMPANIONI, N. et al. La agricultura urbana em Cuba. In: FUNES, F. et al. (Ed.). *Transformando el campo cubano*. La Habana: ACTAF, 2001. p.93-110.
- MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. *Agricultura urbana*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.
- MARAFON, G. J.; PESSÓA, V. L. S. (Orgs.). *Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisas no rural e no urbano*. Uberlândia: Assis Editor, 2008.
- MOREIRA, R. J. (Orgs.). *Identidades sociais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M.; BELTRÃO, E.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ROSA, M. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: UFP, 1985.
- SPOSITO, M.; BELTRÃO, E.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SPOSITO, M.; BELTRÃO, E. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M.; BELTRÃO, E.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2003.

Referência eletrônica

MUNIZ, T. R. de P. et al. Agricultura urbana e periurbana em Uberlândia: um estudo de caso. *Anais do II Simpósio regional de Geografia: perspectivas para o cerrado no século XXI*. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-167.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

AS PEQUENAS CIDADES DO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DAS SUAS RELAÇÕES COM O RURAL¹

Anete Marília Pereira²

Priscilla Caires Santana Afonso³

Cássio Alexandre da Silva⁴

Carlos Henrique Silva Alves⁵

Gerlaine Soares Silveira⁶

Edvânia Gisele de Souza⁷

Os estudos sobre o urbano e o rural no Brasil representam um significativo referencial teórico envolvendo abordagens e metodologias diversas, e, em certos casos, com resultados polêmicos. As mudanças ocorridas no cenário nacional após a década de 1950 in-

-
- 1 O presente trabalho é um dos resultados da pesquisa *Urbanização e Novas Ruralidades no Norte de Minas Gerais: Relações entre a Pequena Cidade e o Espaço Rural*, desenvolvida no âmbito do Laboratório de Estudos Urbanos e Rurais (LAEUR), no período 2008-2010, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).
 - 2 Professora Doutora do Departamento de Geociências e dos programas de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Desenvolvimento Social e em História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Contato: anete.pereira@unimontes.br
 - 3 Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.
 - 4 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Contato: cassio_alexandre_davis@hotmail.com
 - 5 Acadêmico do curso de Graduação em Geografia e bolsista da Unimontes. Contato: carlos.henrique@universomicos.com.br
 - 6 Acadêmica do curso de Graduação em Geografia e bolsista da Unimontes. Contato: gerlainess@yahoo.com.br
 - 7 Acadêmica do curso de Graduação em Geografia pela Unimontes. Bolsista da Fapemig. Contato: edvanciasouza@msn.com

duziram a primazia das grandes cidades nos estudos da Geografia Urbana, com um enfoque mais expressivo para o intraurbano do que para a relação com o rural. Muitos e importantes foram os estudos produzidos nessa perspectiva, porém as áreas não metropolitanas mantiveram-se quase excluídas da atenção dos pesquisadores.

Essa situação começou a ser modificada a partir do momento em que alguns centros urbanos localizados fora do contexto metropolitano, as cidades médias, ganharam destaque em âmbito nacional, tanto pelo crescimento populacional quanto pela dinâmica econômica que passaram a apresentar. O censo do IBGE (2000) mostrou o crescimento das cidades médias em um percentual superior ao das metrópoles. Entretanto, as pequenas cidades, que são a maioria no território brasileiro, ainda têm ficado à margem nos estudos urbanos. Autores como Santos (1979, 1981), Santos (1989), Fresca (1990), Endlich (1998), Corrêa (1999), Wanderley (2001), Oliveira e Soares (2002) enfatizam que em tais cidades, apesar de agregar pequena parcela da população total do país, por serem muitas, a análise desses espaços ganha relevância.

Diante do exposto, interessa-nos compreender o papel das pequenas cidades no sistema urbano do norte de Minas Gerais em sua relação dialética com a região na qual se inserem e com seu entorno rural. Para tanto, realizamos uma revisão da literatura específica, pesquisa de dados secundários e visita a municípios previamente selecionados, cuja população urbana era, segundo o censo do IBGE de 2000, inferior a 20 mil habitantes.

Apoiados em entrevistas semiestruturadas, bem como em registros iconográficos, foi possível obtermos um perfil das áreas visitadas, pertencentes ao sistema urbano do norte de Minas Gerais. Em cada cidade, tentamos identificar o exercício das funções propriamente urbanas, considerando, sobretudo, as ligadas às atividades sociopolíticas e econômicas; da intensidade do processo de urbanização, que de modo geral é, no caso das pequenas cidades, imbuído de grande fragilidade e precariedade, tanto no que se refere aos serviços urbanos quanto à rede de comunicação neles existentes; da presença do mundo rural, que foi analisada através de vários indi-

cadres, como a taxa da população rural no conjunto da população municipal; do percentual de trabalhadores que, vivendo nas áreas urbanas, exercem funções ligadas ao rural; da proporção de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias em relação ao conjunto de pessoas ocupadas no município; e das condições de vida da população, ou seja, o modo de vida predominante. Foram observados comportamentos da população que expressam atitudes típicas do meio rural: o reduzido povoamento, o predomínio de relações sociais primárias, bem como os recursos materiais, sociais e culturais locais, além da dinâmica da sociabilidade local, tendo por premissa os conflitos e as redes de relações locais, como associações de moradores, as diferenças sociais e a constituição identitária local ou a formação de territórios de resistência.

Após essa minuciosa caracterização, buscamos propor uma tipologia das pequenas cidades, baseada na infraestrutura urbana encontrada e nas trajetórias de desenvolvimento, identificando as cidades mais dinâmicas, as intermediárias, e as tipicamente estagnadas. Antes de apresentarmos os resultados do estudo realizado, consideramos importante apresentar também algumas reflexões teóricas acerca do tema proposto: as pequenas cidades.

Pequenas cidades: um conceito ou uma classificação

A discussão acerca do conceito de pequena cidade não é, do ponto de vista teórico, uma tarefa fácil, pois se trata de uma abstração calcada principalmente na opção teórico-metodológica. Há que se considerar, ainda, a dificuldade até hoje existente na conceituação de cidade. Vários autores se dedicaram a essa tarefa, o que faremos aqui de forma simplificada, para não tornar nossa análise exaustiva e por não ser esse o nosso objeto de análise.

As normas legais que definem o que é uma cidade são bastante diferenciadas em vários países. De modo geral, as definições se apoiam no critério demográfico. Segundo Abramovay (2000), as or-

ganizações internacionais adotam um parâmetro de 20 mil habitantes para definir uma localidade como urbana. No caso brasileiro, a definição legal de cidade remonta ao Decreto-Lei n.311/38, segundo o qual todas as sedes de municípios são consideradas cidades, independentemente da sua dimensão demográfica.

Consideramos importante, porém, resgatar alguns conceitos mais atuais sobre cidade, como o apresentado por Carlos (2004, p.14), que considera a cidade “enquanto construção humana, produto histórico e social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza”.

Nessa mesma linha de raciocínio, Remy e Voye (1992) afirmam que:

Quando pensamos no surgimento da cidade alguns elementos vêm à nossa mente como sejam, a autorreprodução de vários bens socialmente valorizados, assim como serviços, bem como um espaço em que o processo produtivo já assumiu estágios ultraspecializados, refletindo assim, o domínio do saber fazer legítimo. A cidade além de ser vista como um lugar de mercado, é também compreendida como espaço da organização de produção e de infraestrutura. (p.14)

Diante do exposto, a definição de cidade, na atualidade, vai além da dimensão populacional, constituindo um espaço no qual se estruturam diversas atividades que reproduzem a sociedade. É, enfim, o lugar de articulação entre os demais espaços, independentemente de seu tamanho.

Consideramos importante destacar que, também nos estudos sobre pequenas cidades no Brasil, o critério de referência para sua definição tem sido o tamanho da população, sendo o limiar de 20 mil habitantes o mais utilizado. Esse parâmetro é utilizado por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Também é comum analisá-las segundo a sua influência no contexto local, sob a óptica da hierarquia urbana, como é feito pelo IBGE. Para Fais-

sol (1994), as pequenas cidades são consideradas cidades sem centralidade, um segmento inferior, cujo papel é secundário.

Conforme destacamos no início deste texto, o nosso entendimento de pequena cidade vai além desses pressupostos, apesar de ter como ponto de partida o tamanho populacional. Buscamos apreender tais espaços a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional no qual se inserem. Nesse sentido, a definição da pequena cidade leva em conta o seu papel na divisão territorial do trabalho, dentro da lógica de produção e reprodução do capital. As cidades, por menores que sejam, não estão isoladas, há uma rede de relações que se materializa através dos centros de consumo, comercialização, serviços, transporte e distribuição.

Corroboramos com nossa análise as ideias de Santos (1979), quando ele destaca que:

[...] As cidades locais dispõem de uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência. [...] A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função estante que implica uma vida de relações. (p.70-71)

O entendimento do significado de pequena cidade implica a compreensão do cotidiano, os laços de sociabilidade e os processos de sua construção. Para tanto, faz-se necessária uma análise não apenas de seus indicadores socioeconômicos, mas também da paisagem urbana, na qual se expressa o modo de apropriação e conformação desigual.

Um ponto que não poderia deixar de constar da nossa análise encontra respaldo nas palavras de Soares e Melo (2005), quando destacam que:

[...] as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional onde estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese bem como no conjunto de sua formação espacial. Nesse sentido ressalta-se que a definição de parâmetros nacionais rígidos para classificação e definição desses espaços pode incorrer em sérios problemas, impedindo uma melhor aproximação com a realidade socioespacial, dada a complexidade e diversidade do espaço brasileiro. (p.6)

Constatamos, diante dos autores supracitados, a relevância das funções, das estruturas e dos processos em um mesmo movimento a favor do desenvolvimento socioespacial. Baseada nesses pressupostos, a análise das pequenas cidades do norte de Minas Gerais, aqui realizada, propõe uma leitura dos espaços em questão na sua totalidade, apesar das singularidades que caracterizam cada cidade.

O perfil das pequenas cidades do norte de Minas Gerais e sua relação com o rural

A região norte de Minas Gerais ocupa uma área de 128.602 km², da qual constam 89 municípios, conforme mostram as figuras 1 e 2. Trata-se de um espaço imbuído de grandes peculiaridades devido, principalmente, à sua formação socioespacial baseada no latifúndio pecuarista, o que ocasiona um povoamento esparso. Esse é um dos fatores que explica por que se aplica a expressão “sertão” a essa região. Ribeiro (2005) argumenta que as áreas tidas como sertão são características de muitas regiões do país, sendo a elas legada a posição de área periférica, isto é, fora dos centros dinâmicos do mundo moderno.

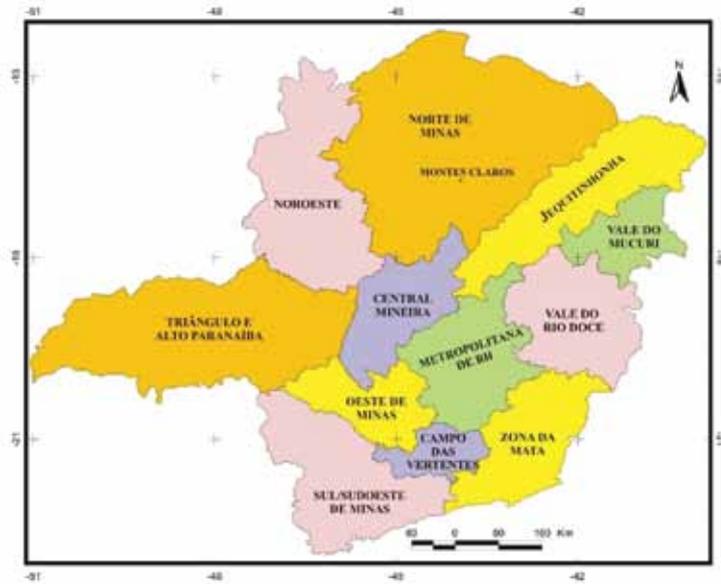


Figura 1 – Minas Gerais – Mesorregiões geográficas – IBGE 1990.

Fonte: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Organização: Pereira (2008).

Ao longo da sua formação socioespacial, a região norte de Minas Gerais passou por vários processos de desestruturação/reestruturação a partir da conexão de algumas cidades da região à rede urbana nacional e daí ao mercado mundial capitalista. A inserção do norte de Minas no processo de modernização do campo e da cidade ocorreu de forma mais contundente a partir de meados da década de 1960, quando a região passou a integrar a área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A região norte-mineira passou então por processos que conduziram a diversas transformações que, por sua vez, estabeleceram novas urbanidades e ruralidades.

Assim sendo, entendemos que a origem das pequenas cidades do norte de Minas Gerais se deu no contexto de produção do espaço regional, tendo como suporte as atividades agropastoris. Contudo, as transformações na estrutura produtiva advindas da Sudene não privilegiaram todos os espaços, trazendo, por conseguinte, várias

implicações na divisão territorial do trabalho. Não se desenvolveram novas atividades que garantissem sustentação econômica a toda a região. Constatamos que os municípios têm uma frágil urbanização, justamente devido à sua vocação rural. Essa vocação, aliada ao tipo de política pública, não se adequa às necessidades regionais e acaba por “impedir” o seu desenvolvimento rural.

Partindo do critério demográfico, do total de 89 cidades que compõem a região, 79 podem ser consideradas pequenas cidades, por possuírem população urbana inferior a 20 mil habitantes. Entretanto, elas não constituem um conjunto homogêneo, pois apresentam níveis de desenvolvimento diferenciados, assim como processos de urbanização e características sociais econômicas, sociais e culturais também variados.



Figura 2 – Municípios do norte de Minas Gerais.

Fonte: IBGE (2000). Organização: Pereira (2008).

Do ponto de vista demográfico, somente Porteirinha, Brasília de Minas, Espinosa, Manga, Coração de Jesus, Itacarambi, Francisco Sá, Jaíba, Monte Azul e Rio Pardo de Minas têm entre 10 mil e

20 mil habitantes na área urbana. As demais cidades têm população urbana inferior a 10 mil habitantes, sendo que Santa Cruz de Salinas, Gameleiras, Cônego Marinho, Glaucilândia, Miravânia e Itacambira têm menos de mil habitantes.

Tabela 1 – Norte de Minas Gerais – Municípios com população urbana inferior a 20 mil habitantes (2000).

Cidade	População Em 2000	Cidade	População Em 2000
Porteirinha	18.140	Lagoa Dos Patos	2.902
Brasília De Minas	17.580	Catuti	2.900
Espinosa	16.811	Ibiracatu	2.856
Manga	13.972	Cristália	2.595
Coração De Jesus	13.948	Francisco Dumont	2.592
Itacarambi	13.304	Japonvar	2.577
Francisco Sá	13.191	Rubelita	2.521
Jaíba	13.148	Guaraciama	2.406
Monte Azul	11.478	Montezuma	2.308
Rio Pardo De Minas	10.495	Luislândia	2.208
Capitão Enéas	9.967	Pintópolis	2.204
Mirabela	9.476	Ponto Chique	2.120
Mato Verde	9.349	São João Das Missões	2.089
Varzelândia	8.531	Berizal	2.067
Montalvânia	8.473	Fruta De Leite	2.042
São João Do Paraíso	8.231	Patis	2.034
Águas Vermelhas	8.115	Josenópolis	2.020
São João Da Ponte	7.862	Vargem Grande Do Rio Pardo	1.977
Jequitaí	5.981	Santa Fé De Minas	1.967
São Romão	5.169	Icaraí De Minas	1.942
Ibiaí	5.141	Ninheira	1.942
Claro Dos Poções	5.057	São João Da Lagoa	1.928
Pedras De Maria Da Cruz	4.983	Olhos D'água	1.890
Lontra	4.954	Juramento	1.873
Grão Mogol	4.831	Mamonas	1.785
Engenheiro Navarro	4.714	Pai Pedro	1.592

(continua)

(continuação)

Cidade	População Em 2000	Cidade	População Em 2000
Divisa Alegre	4.656	Serranópolis De Minas	1.567
Ubaí	4.621	São João Do Pacuí	1.525
Uruçuia	4.319	Bonito De Minas	1.420
Juvenília	4.213	Campo Azul	1.322
Nova Porteirinha	4.182	Santo Antonio Do Retiro	1.257
Riachinho	3.899	Novorizonte	1.242
Matias Cardoso	3.743	Indaibira	1.233
Verdelândia	3.687	Santa Cruz De Salinas	911
Curral De Dentro	3.566	Gameleiras	855
Botumirim	3.306	Cônego Marinho	764
Lassance	3.275	Glaucilândia	763
Riacho Dos Machados	3.084	Miravânia	687
Chapada Gaúcha	3.080	Itacambira	656
Padre Carvalho	2.970		

Fonte: IBGE (2000). Organização: Pereira (2008).

Com relação ao perfil intraurbano das cidades estudadas, verificamos em quase todas um arranjo arquitetônico simples, com predomínio de moradias horizontalizadas, atividades comerciais e de prestação de serviços na área central, onde também estão localizadas a praça principal e a igreja do santo padroeiro. Essa organização não significa uma homogeneidade social; ao contrário, reflete uma divisão social do espaço, com áreas periféricas cujos moradores não têm acesso a determinados serviços básicos, como saneamento básico, ruas asfaltadas, energia elétrica, entre outros. Escolas de ensino básico, postos de saúde e escritórios de alguns órgãos governamentais também estão presentes, normalmente na área central, em todas as cidades visitadas.

Ainda em relação à estrutura urbana, Pereira (2008) escreve que:

Observamos, em praticamente todas as cidades, o papel importante que as praças centrais e as igrejas desempenham, pois, na ausência de outros espaços públicos, é nestes locais que ocorrem os encontros, as festas e outras manifestações culturais

da população. A vida social nessas cidades tem na praça um importante centro de convívio. Notamos, em todas as cidades visitadas, uma preocupação da administração pública em manter a praça principal, geralmente a da igreja, bem cuidada, como se fosse o “cartão-postal” da cidade. (p.6)

Nas visitas feitas às cidades da região, encontramos um modo de vida que mescla o rural e o urbano, evidenciado no uso do telefone celular como meio de comunicação e do cavalo como meio de transporte. São traços da vida rural no tecido urbano, que se expressam, entre outros, pela ocupação da população em atividades rurais tradicionais, pela manutenção de hábitos ligados ao rural, pela presença dos currais nos arredores das cidades, isso sem falar nos animais domésticos, que normalmente perambulam pelas ruas. Sobre esse aspecto, Maia (2005) atesta que:

é com base nas observações *in loco* que podemos afirmar que a vida nessas localidades, normalmente definidas como pequenas cidades, está fundada na imbricação do campo na cidade, ou ainda de uma vida rural na vida urbana. Tal imbricação não se pode desvendar a partir unicamente da análise das atividades econômicas, mas principalmente do conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades. Constata-se que nessas localidades a vida urbana se faz presente não pelo que se faz ou pelo que se produz ali, mas pelo que vem de fora, pela televisão, pelo videogame, pelo telefone, pelo celular, pelos ônibus ou pelos visitantes. O que na verdade a maioria dos habitantes faz é cuidar do roçado, tirar ou pegar o leite no curral, levar os animais para o pasto e à noite colocar a cadeira na calçada e esperar o horário da novela e/ou do jornal na televisão e também o vento chegar para poder dormir. (p.15-16)

Do ponto de vista cultural, percebemos em quase todas as cidades a ausência de bibliotecas públicas, de bancas de jornal e re-

vistas, de livrarias, de centros culturais. Entretanto, as informações chegam através da televisão, que em vários lugares depende da antena parabólica para ser sintonizada. A internet se faz presente, uma vez que há em todas as cidades telecentros comunitários. Todas também disponibilizam de telefonia fixa e móvel.

Quanto às opções de lazer, além das já citadas praças, há em todas as cidades visitadas áreas para a prática de esportes (quadras, campos de futebol, ginásios poliesportivos) e bares. Em municípios como São João do Paraíso, Indaiabira e Rio Pardo de Minas, as praças foram citadas como locais que continuam sendo usados para promover o encontro dos habitantes nos finais de semana. A ação recreativa também se estende ao futebol, que, além de proporcionar momentos de lazer e descontração, possibilita a interação entre municípios circunvizinhos, através dos campeonatos organizados pela população. As vaquejadas e as festas religiosas se convertem em outras opções de lazer comuns nas pequenas cidades. Entretanto, é possível identificar a incorporação de alternativas de lazer que até então eram específicas dos centros urbanos maiores. As micaretas são exemplos de festas que já pertenciam ao calendário anual de algumas cidades, como é o caso de Brasília de Minas e de Divisa Alegre, entre outras. Em algumas cidades, como Juramento, Montezuma e Francisco Drumont, atividades como a pesca e o balneário mereceram destaque, enquanto em Serranópolis de Minas foi citado o turismo ecológico, apesar da falta de infraestrutura. É importante salientar que as cidades carecem de espaços e de equipamentos urbanos específicos destinados a atividades de recreação e de cultura da população.

O setor de serviços nas pequenas cidades também é precário, sendo poucas as que contam com hospitais e ensino de nível superior. A maioria possui apenas postos de saúde nos quais é possível obter cuidados básicos com a saúde e/ou ter acesso a equipes do Programa Saúde da Família (urbanas e/ou rurais). Existem em determinadas cidades da região consórcios de saúde, com pactos que garantem, ainda que parcialmente, o atendimento de média complexidade, convergindo nos casos de alta complexidade para Montes Claros, a macrorregião em termos de saúde. Todas as cidades

possuem escolas de ensino básico, sendo muito comum a existência de escolas na zona rural, principalmente em municípios de grande extensão territorial ou com estradas vicinais de difícil acesso.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas nas pequenas cidades da região, percebemos uma baixa dinâmica comercial, com produtos destinados ao consumo mais imediato da população, como padarias, bares, açougues, lojas e supermercados (que, em algumas cidades, só substituíram, no nome, as antigas “vendas”⁸ ou empórios). Alguns centros, como Montalvânia, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Monte Azul e Porteirinha, têm uma área comercial mais ampla e variada, com mercados municipais funcionando regularmente, nos quais são encontrados tanto produtos típicos da região, como hortaliças, rapadura, cachaça, goma, farinha, queijos, doces e biscoitos, quanto produtos industrializados. Em algumas cidades, não há feira semanal, como é o caso de Ibiracatu, Varzelândia, Patis, Nova Porteirinha, Montezuma, Padre Carvalho, Josenópolis, Ubaí, Campo Azul, Mirabela, Luislândia, Itacarambi, Bonito de Minas, entre outras. Esse é um fato preocupante, porque a falta de um local para comercializar a produção afeta o pequeno produtor, que passa a ser explorado pelo atravessador ou deixa de produzir bens que poderiam auferir renda para a sua família. Os produtos hortifrutigranjeiros são os principais componentes das feiras livres em algumas cidades que, mesmo não possuindo o tradicional mercado municipal, realizam a feira aos sábados e domingos.

Ao analisar os aspectos econômicos, constatamos que a agropecuária é a base econômica da maioria das cidades, com exceção de Várzea da Palma e Capitão Enéas, que possuem indústrias como principal atividade econômica. Há variações entre os municípios, sendo que em alguns a agricultura familiar é mais expressiva, ao passo que outros têm na pecuária sua principal atividade. Normalmente, são essas duas atividades que compõem a base da economia

8 Venda é um termo regional utilizado nas pequenas cidades para os estabelecimentos comerciais que vendem diversas mercadorias, de alimentos, material de papelaria, material de limpeza a utensílios domésticos.

dos municípios analisados, sem deixarmos de considerar o reflorescimento e a produção de carvão fontes de recursos em algumas áreas (Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas).

Entretanto, essas atividades não são desenvolvidas de forma a gerar emprego e renda para a população e para os municípios. Notamos que, com exceção de Capitão Enéas, Rio Pardo de Minas, Várzea da Palma, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Divisa Alegre e Monte Azul, que recebem impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os demais municípios dependem quase exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por isso os municípios ficam à mercê dos repasses de outras esferas da gestão pública. Carvalho (2002) chama a atenção para o fato de que

[...] estes pequenos municípios, geralmente de base econômica tipicamente rural, não possuem uma massa de contribuintes, quantitativamente e qualitativamente capaz de lhes possibilitar uma receita tributária expressiva. [...] Registra-se que para a maioria dos municípios brasileiros a arrecadação do IPTU e do ISS é difícil de ser realizada, pois demanda a constituição e atualização de cadastros de contribuintes e a contratação de pessoal altamente qualificado. (p.545)

Como não há uma dinâmica econômica expressiva nas pequenas cidades, o comércio não é um grande gerador de empregos. Cabe ao setor de serviços abarcar o maior número de trabalhadores. Resta-nos questionar que tipos de serviços são esses, pois não há dúvida de que o emprego público, além das transferências de recursos das políticas compensatórias (bolsa-família, bolsa-escola, leite pela vida etc.), constitui as principais fontes de renda para as populações dessas regiões. Segundo o depoimento de vários entrevistados, tais medidas resolvem a necessidade imediata de parte da população, mas são um elemento negativo para o município. Os orçamentos municipais, já carentes de recursos, são comprometidos cada vez mais pelo

excesso de funcionários, dificultando a realização de obras ou de políticas públicas que poderiam atender a toda a população. Nas pequenas cidades do norte de Minas Gerais, as prefeituras são a principal fonte empregadora, o que cria uma dependência da população em relação à administração.

Outro dado que nos chamou a atenção, segundo relato dos entrevistados, foi o elevado número de aposentados nos municípios, notadamente na zona rural, o que também afeta a produtividade agrícola tradicional. Todos os municípios, porém, possuem inúmeras associações comunitárias, tanto na zona urbana como na rural, o que é importante para viabilizar projetos comunitários. Talvez seja esse um dos elementos que caracteriza a vida nas pequenas cidades: a “solidariedade” através de processos de cooperação entre indivíduos. Certamente, é essa “solidariedade” que produz outro elemento típico dessas áreas: a resistência.

Quando questionados acerca dos principais problemas existentes na cidade, as respostas dos entrevistados indicaram o desemprego como sendo o maior problema, fato relacionado à fraca dinâmica econômica dessas áreas e à baixa qualificação profissional da população local. As drogas, até então típicas dos grandes centros, foram citadas como o segundo mais sério problema das pequenas cidades visitadas. Em seguida, mereceram destaque alguns problemas ambientais, principalmente a falta de rede de esgoto (em mais de 30% das cidades) e a questão do destino final do lixo, sendo os lixões a céu aberto uma paisagem comum na região.

Outro problema que tem se tornado característico da região é a migração sazonal, que ocorre na entressafra, quando parte da população sai para trabalhar em outras regiões do país, principalmente em atividades que exigem grande mão de obra, como o corte da cana, as colheitas de café e laranja, entre outras. Essa migração acaba causando um problema característico de regiões atingidas pela seca: a grande quantidade de mulheres que ficam, as chamadas “viúvas de maridos vivos” ou “viúvas da seca”. As migrações sazonais mais comuns são de Santo Antônio do Retiro para as colheitas da laranja e para o corte da cana em São Paulo; de Novo Horizonte para as

plantações de café e cana-de-açúcar; de Riacho dos Machados para a região do Triângulo Mineiro e São Paulo para a colheita de café, cana-de-açúcar e capim. Dos municípios de Pai Pedro e Varzelândia saem trabalhadores para o corte de cana e para a colheita do café em São Paulo, sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro, enquanto os migrantes de Monte Azul vão para a colheita da laranja e para o corte da cana no sul de Minas Gerais e em São Paulo. Trabalhadores também deixam Mato Verde e Espinosa para o corte da cana e a colheita da laranja em São Paulo, no sul de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro. De Josenópolis, os moradores saem em busca de trabalhos temporários em São Paulo, Atibaia e Ilha Bela (trabalham em indústrias de montagem de piscinas, na colheita de café e laranja, em hotéis e restaurantes).

Sobre a migração sazonal, cabe acrescentar que:

[...] como o capitalismo parece ser [...] próprio da modernidade, e as migrações, próprias do capitalismo, estas podem ser entendidas como um fenômeno moderno, à medida que ganham significância no capitalismo. Além disso, a aceitação de que a modernidade tem sentido ambivalente – destruição e criação – provoca novos desdobramentos para a reflexão sobre as práticas migratórias, ou seja, é possível pensar na existência desse sentido ambivalente como sendo também imanente da prática cotidiana daqueles que migram tanto em seus locais de origem quanto nos locais a que se destinam. Nesse sentido, a migração sazonal pode ser entendida como a sintetização da modernidade: por um lado, é algo que lhe é próprio; por outro, apresenta o mesmo movimento interno. (Botelho, 2003, p.3)

A migração definitiva também continua a ocorrer, principalmente de jovens que saem para estudar e não têm como voltar, pois as pequenas cidades não têm mercado de trabalho para várias profissões.

A dependência da população em relação à prefeitura foi citada em várias cidades como sendo um problema. De certa forma, en-

tendemos essa dependência pode ser considerada um vínculo econômico, pois inúmeras pessoas são empregadas pela prefeitura ou, de algum modo, dependem dela para viver. A solicitação de isenção de taxas, compra de remédios, alimentos e material para construção são alguns exemplos dessa dependência.

A pobreza, problema que faz parte do discurso regional, está intrinsecamente relacionada à falta de empregos, à migração e à forte dependência da prefeitura, bem como a outros problemas que afetam a população das pequenas cidades. De acordo com Santos (1979c), é a partir da expansão das desigualdades geradas pelo acúmulo do capital que a pobreza se manifesta de forma mais intensa e perceptível nas cidades. Além da exclusão do acesso às condições básicas de sobrevivência, ele constata que a pobreza se dá por uma participação maior ou menor na modernização. Associados à pobreza, podemos elencar outros problemas nos municípios visitados: falta de moradia; falta de acesso a serviços de educação e saúde; histórica luta pela posse da terra; endividamento de agricultores familiares; falta de acesso à água; precárias condições das estradas vicinais; prostituição; violência; persistência de doenças como mal de Chagas; aumento da criminalidade, entre outros.

Durante as entrevistas, a seca também foi um problema destacado. Trata-se de um fenômeno periódico e associado a práticas de exploração inadequadas, contribuindo, desse modo, para ampliar a pobreza, a migração e a escassez de água potável em alguns municípios. É comum o abastecimento na zona rural através de caminhões-pipa.

Com base na sucinta análise aqui efetuada, podemos afirmar que há entre as pequenas cidades uma hierarquia, pois centros como Brasília de Minas, Porteirinha, Rio Pardo de Minas e Coração de Jesus possuem uma melhor estrutura de serviços urbanos, maior dinamismo econômico, comércio e prestação de serviços mais diversificados, polarizando as cidades do seu entorno. Constatamos que há certa estagnação na economia das demais pequenas cidades estudadas, que se aproximam mais do rural, apesar de possuírem equipamentos urbanos. Todavia, essa situação não é exclusiva da região

norte-mineira. No Brasil, cerca de 4 mil municípios encontram-se estagnados ou decadentes. Apresentam economias frágeis e sem dinamismo, ocorrendo retração ou estabilização da oferta de emprego, com as administrações municipais dependendo exclusivamente do FPM. Sem crescimento econômico e sem arrecadação de impostos municipais, eles não conseguem financiar pequenos programas de obras. Lembramos, ainda, que a estagnação da grande maioria dos municípios brasileiros tem funcionalidade política, pois as emendas de orçamento, repasses e convênios estaduais e federais vêm servindo principalmente como moeda política, e, com isso, os municípios não conseguem superar a estagnação econômica.

Considerações finais

Devido às inúmeras discussões teóricas e metodológicas que temos no país acerca do assunto em estudo, escolhemos o “discurso” das urbanidades e ruralidades como foco principal de análise, tendo como recorte espacial os municípios do norte de Minas Gerais que possuem como sede uma pequena cidade. As considerações que estabelecemos diante da metodologia escolhida e desenvolvida conferem ao estudo um resultado que “movimenta” junto a práxis e a teoria. As novas funções, estruturas e processos que esses espaços dinamizam configuram a realidade também movimentada pelos atores, sejam eles da população rural ou urbana, com suas necessidades de ampliar e melhorar esses espaços.

As pequenas cidades do norte de Minas Gerais possuem estreita ligação com o espaço rural, primeiro pela formação socioespacial derivada da pecuária, segundo pelo fato de a urbanização regional ser concentrada, havendo municípios em que a população rural é predominante. Nas áreas urbanas, percebemos vários elementos típicos do rural, do modo de vida simples, sem pressa, à prática de atividades econômicas rurais no espaço urbano. O uso de carroças, cavalos, e a comercialização de produtos nas feiras locais também demonstram essa aproximação.

Nas áreas rurais, encontramos espaços em que o urbano se faz presente como modo de vida. O uso da telefonia móvel, a presença da televisão e de outros eletrodomésticos comprova essa ideia. Além disso, são desenvolvidas a agricultura irrigada, a pecuária melhorada, o agronegócio, a agroindústria, o que denota a inclusão de partes da região na modernização globalizada. Entretanto, o que predomina ainda é a agropecuária tradicional, carente de tecnologias e de capital. A agricultura familiar enfrenta dificuldades para se consolidar e gerar o sustento das famílias.

Sendo a falta de emprego um dos maiores problemas das pequenas cidades, pensamos que a busca de estratégias locais para a geração de emprego e renda, que possam beneficiar a população, pode ser uma alternativa para a administração municipal, uma vez que elas não conseguem atender à demanda populacional por conta dos escassos recursos provenientes de repasses federais e estaduais. Isso contribuiria também para reduzir a dependência da população em relação à prefeitura. Uma maior participação da sociedade civil na gestão municipal também é necessária para a melhoria dos sistemas de planejamento e administração. Mas, para isso, a população tem de estar bem informada sobre seu papel, o que ainda não é uma realidade na região, cuja cultura deriva do paternalismo político.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão n.702).
- BOTELHO, M. I. V. Experiências e vivências na migração sazonal. *Unimontes Científica* (Montes Claros), v.5, n.2, jul.-dez. 2003.
- CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. *Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da USP* (São Paulo), n.1, 1982.
- _____. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004. v.1, n.1.

- CARVALHO, A. M. de. Estado, descentralização e sustentabilidade dos governos locais no Brasil. *Economia, Sociedad y Territorio* (México), v.III, n.12, p.539-556, 2002.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território* (Rio de Janeiro), v.4, n.6, p.4153, jan.-jun. 1999.
- ENDLICH, A. M. *Maringá e o tecer da rede urbana regional*. Presidente Prudente, 1998. 221f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Unesp.
- FAISSOL, S. *O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- FRESCA, T. M. *A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista*, Florianópolis, 1990. 282f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 2000. CD-ROM.
- MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as cidades pequenas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, 2005, Manaus. *Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Manaus, 18-21 out. 2005. CD-ROM.
- OLIVEIRA, B. S. de – SOARES, B. R. Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba-MG: algumas considerações. *Caminhos de Geografia* (Uberlândia), v.3, n.5, p.5.272, fev. 2002.
- PEREIRA, A. M. Reflexões sobre as pequenas cidades do norte de Minas Gerais-BR. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2008, São Paulo. *Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo, 20-26 jul. 2008.
- REMY, J. – VOYE, L. *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Apontamentos, 1992.
- RIBEIRO, R. F. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SANTOS, M. *As cidades locais no Terceiro Mundo: o caso da América Latina*. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979a. p.69-75.
- _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979b.

- _____. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979c.
- _____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.
- SANTOS, W. dos. *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- SOARES B. R.; MELO, N. A. de. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, Manaus, 2005. *Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Manaus, 18-21 out. 2005. CD-ROM.

Referências eletrônicas

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). Disponível em: <www.ibam.org.br>. Acesso em: dez. 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2001. Disponível em: <www.ipese.com.br>. Acesso em: set. 2009.

PARTE 3
A DINÂMICA DO CAPITAL
AGROINDUSTRIAL

O DESLOCAMENTO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PARA O OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Davi Guilherme Gaspar Ruas¹

Enéas Rente Ferreira²

Elias Júnior Câmara Gomes Sales³

Até junho de 2010, o país contava com 432 unidades industriais inscritas no cadastro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sendo 166 destilarias de álcool, 16 usinas produtoras somente de açúcar e 250 usinas produtoras de açúcar e álcool (Mapa, 2010), distribuídas em 23 estados da federação, conforme ilustrado na Figura 1. São Paulo consta com 197 unidades industriais (45,6% do nacional), sendo seis unidades produtoras de açúcar, 61 unidades produtoras de álcool e 130 unidades produtoras de açúcar e álcool.

1 Professor Doutor do DTAiSER/CCA/UFSCAR – Araras – Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: ruas@cca.ufscar.br

2 Professor Doutor do Depto. de Geografia do IGCE – UNESP-Rio Claro. Professor Orientador do PPGG – IGCE – UNESP-Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: eneasrf@rc.unesp.br

3 Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: elias.sales@hotmail.com

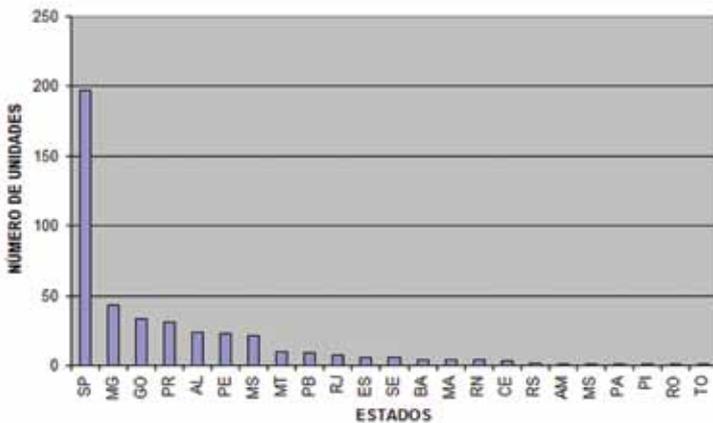


Figura 1 – Unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia do Mapa.

Fonte: Mapa (2010).

A previsão é que até 2025 o país tenha 615 usinas de etanol. Essa expansão está sendo aquecida pelo Programa Nacional de Biocombustíveis, com grandes subsídios por parte do governo.

ProCana: programa incentivador da desconcentração

O governo do estado de São Paulo,⁴ por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), pertencente à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), teve a iniciativa de tentar direcionar a instalação de novas destilarias enquadradas no Proálcool para a região Oeste do estado. Para tanto, elaborou o documento “Bases para um Plano de Desenvolvimento Agrícola do Oeste do Estado de São Paulo (Proeste)”, que, dentre seus objetivos, constavam:

⁴ Na época, o engenheiro Paulo Salim Maluf era governador de São Paulo (de 15/3/1979 a 16/6/1982; e seu vice de 15/3/1979 a 15/3/1983).

Aproveitamento da infraestrutura existente, sem necessidade de investimentos públicos adicionais para a sua consecução; interiorização do desenvolvimento pelo fortalecimento das economias regionais; e preservar e ampliar a oferta de alimentos, bem como manter a expressiva participação do setor agropecuário paulista na pauta de exportação. (São Paulo, 1980, p.2)

Dentro desse plano, o primeiro programa a ser estabelecido foi o “Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo – ProCana”, que em sua apresentação coloca:

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, preocupada com a possibilidade de expansão desordenada da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e a conseqüente ocupação de terras utilizadas para a produção de alimentos, resolveu promover ação visando orientar a instalação daquela cultura destinada à produção de álcool em regiões onde a cana representará a melhor opção para as terras susceptíveis à erosão, além de constituir fator gerador de desenvolvimento local sem desalojar as explorações existentes face ao atual sistema de ocupação das regiões selecionadas para o programa. (ibidem, p.3)

Por meio dessa apresentação, observamos que o programa se baseia na premissa de que, com a substituição da pecuária extensiva pelo plantio de cana-de-açúcar, ocorrerá uma melhoria no desenvolvimento da agricultura regional. Isso é válido se considerarmos que a ocupação de mão de obra na cultura da cana-de-açúcar, mesmo sendo sazonal, é maior que na pecuária, assim como a movimentação de recursos financeiros também é maior.

Tal preocupação em melhorar a distribuição da produção de álcool no estado de São Paulo vem ao encontro das análises feitas na época sobre o Proálcool, como colocado por Bueno (1980):

Um estudo do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) faz duras críticas ao abandono dos objetivos sociais do Proálcool. Os órgãos que atuam no programa, como o Banco do Brasil, o Banco Central e o Ministério da Indústria e Comércio repassam os recursos para os projetos sem se “preocupar com os desequilíbrios regionais, com a fixação do homem no campo, com o desemprego rural e com a má distribuição da renda”. Esse estudo revela que apenas dois grandes grupos (Ometto e Biagi) ficaram com nada menos que 41% dos recursos destinados a projetos para produção de álcool de 1976 a 1978, “o que mostra claramente que os financiamentos são canalizados prioritariamente aos grandes empreendimentos”, diz o *Jornal do Brasil* (26/08/79). (ibidem, p.22-3)

Dentro do ProCana, não existiu uma meta clara e definida a ser alcançada, somente a orientação para trabalhar e implantar a cultura da cana-de-açúcar em área prioritária do estado de São Paulo. O programa estabelece como área de abrangência a região Oeste do estado, dividida em duas regiões: a Região Prioritária, com 153 municípios, e a Região Marginal, com 69 municípios.⁵

Quanto ao restante da área do estado de São Paulo, a consideramos tradicional quando tratamos do ProCana. Mesmo com essa regionalização, algumas áreas internas foram consideradas inaptas para o cultivo da cana, mas não estão representadas no mapa, pois o nosso interesse é analisar se realmente houve um direcionamento ou não na implantação de novas unidades industriais na região, se sua participação se deu em todo o estado, e se nessas áreas não foram implantadas destilarias autônomas.

Sobre a meta de produção de álcool no estado de São Paulo e sua participação no global brasileiro, no qual o ProCana se insere, o documento sobre zoneamento das áreas para implantação de destilarias de álcool, elaborado pela Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, admite:

5 O número de municípios refere-se à divisão política existente no ano do projeto. Não consideramos os desdobramentos ocorridos em anos recentes.

Para efeitos de planejamento da produção de álcool a nível nacional, estipula-se, neste primeiro momento, a capacidade paulista de produzir 7 milhões de metros cúbicos de álcool, em 1985, ficando os acréscimos na dependência da produtividade agrícola e industrial. Ressalta-se que o volume de produção aqui assinalado refere-se ao álcool a ser obtido na linha de cana-de-açúcar com a complementação do sorgo sacarino no período da entressafra. Não estão enquadrados os possíveis volumes de produção complementar das minidestilarias que porventura vierem a ser instaladas no território paulista. (São Paulo, 1979a, p.3)

Essa segunda colocação decorre do fato de que o governo paulista advogava na época a implantação dessas unidades através do documento “Subsídios para o Programa Nacional de Mini e Microdestilarias de Álcool Carburante” (São Paulo, 1979b), mas poucas microdestilarias foram implantadas e as que foram não conseguiram cotas para comercializar o álcool produzido, sendo o sorgo utilizado somente em experimentos.

Utilizando-se somente de dados numéricos, um dos itens constantes da conclusão do documento referente ao ProCana (São Paulo, 1980) explicita que:

Dos 65.302 km² disponíveis de terras aptas da Região Prioritária, se utilizarmos apenas 16% para a implantação de novas lavouras, teremos uma área aproximada de 10.000 km², ou seja, 1.000.000 de ha que corresponde a uma área de cana de 750.000 ha que poderá produzir 3.000.000 m³ de álcool, o que representa quase um terço da meta estimada pelo PROÁLCOOL para 1985. (ibidem,p.17)

Com a entrada de um novo governador em março de 1983, houve uma mudança de prioridades no âmbito da Secretaria de Agricultura, não mais se cogitando estímulos ao ProCana. Esse programa de desenvolvimento baseou-se na atuação dos engenheiros

agrônomos das Casas de Agricultura para orientação técnica, quando sabemos que o setor sucroalcooleiro sempre se caracterizou pela não utilização dos órgãos oficiais de extensão por possuírem, além dos próprios técnicos, os técnicos das cooperativas ou das próprias indústrias, que davam assistência aos fornecedores. Como a CATI não possuía poder político nem financeiro para interferir no desenvolvimento do setor, o governo do estado de São Paulo criou um órgão mais abrangente.

O novo governo paulista tentou criar uma política própria no setor energético, e tal ação teve início com a criação do Conselho Estadual de Energia (CEE).⁶ Uma das primeiras medidas tomada pelo Conselho foi a edição das “Diretrizes para a Análise de Projetos do Proálcool no Estado de São Paulo” (CEE, 1984). Essas diretrizes propunham uma política para o setor sucroalcooleiro paulista e reafirmavam as diretrizes estabelecidas no Proeste. O documento contém três partes: I – Normas gerais; II – Critérios específicos; e III – Grupo de análise. Dentro das “Normas gerais”, o primeiro item coloca: “1. Limitar a instalação de novas unidades ou ampliações das já existentes na área definida como não prioritária pelo PROESTE (conforme SAA/GSAA n.777/81), quaisquer que sejam as origens dos recursos financeiros para a execução dos projetos”.

Baseando-se nos dados de área pertencentes a estabelecimentos rurais publicados pela FIBGE (1991) e referentes ao censo agropecuário realizado em 1985, observa-se que a Região Prioritária abrange área menor que a prevista no documento do ProCana (Tabela 1). Verifica-se que a previsão de alcançar 16% da área prioritária com cana-de-açúcar só foi realizada em um quarto do previsto. Apesar de ocupar 14,7% da área total cultivada com essa cultura no estado de São Paulo (248.801 ha), esta representava somente 4% da área agricultável da Região Prioritária.

6 O Conselho Estadual de Energia foi criado pelo governador Franco Montoro em 11/5/1983 e era composto por um colegiado no qual tinham assento membros do Executivo, do Legislativo e da sociedade.

Tabela 1 – Área total e área colhida com cana-de-açúcar no ano de 1985, separada por regiões do ProCana.

REGIÃO	ÁREA TOTAL		ÁREA COM CANA	
	Ha	%	Ha	%
Prioritária	6.248.903	30,56	248.801	14,68
Marginal	2.098.554	10,27	114.727	6,77
Tradicional	12.097.832	59,17	1.331.466	78,55
São Paulo	20.445.289	100,00	1.694.994	100,00

Fonte: FIBGE (1991). Elaboração: Davi G. G. Ruas

Com base nos dados publicados pela FIBGE (2008) referentes ao censo agropecuário realizado em 2006, observa-se que a Região do ProCana (Tabela 2) passou de 21,4% da área colhida com cana-de-açúcar no ano de 1985 para 33,4% no ano de 2006.

Tabela 2 – Área colhida com cana-de-açúcar no ano de 2006, separada pelas regiões do ProCana e Tradicional.

REGIÃO	ÁREA COM CANA	
	Ha	%
ProCana	1 000 529	33,46
Tradicional	1 989 677	66,54
São Paulo	2 990 206	100,00

Fonte: FIBGE (2008). Elaboração: Davi G. G. Ruas

Evolução do número de unidades industriais

Analisando a evolução do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo em comparação com a da região abrangida pelo ProCana, e estudando as unidades industriais já existentes e as enquadradas na Comissão Executiva Nacional do Álcool (Cenal) para a região, antes e após a data de abril de 1980, que consta em tabela do documento, podemos concluir se houve ou não um direcionamento em relação ao estado como um todo.

Utilizamos como base as safras 1970-1971 (início do nosso estudo), 1975-1976 (início do Proálcool) e o período das safras de 1980-1981 (lançamento do ProCana) a 1985-1986, referente à meta definida pelo Proálcool para a produção de 7 bilhões de litros de álcool no estado de São Paulo. Após esse período, tivemos somente o aumento de criação de novas unidades na região no início deste século. A criação dessas novas unidades se deu principalmente por empresários que possuíam unidades na Região Tradicional e se expandiram para a Região Oeste do Estado.

Na safra de 1970-1971 operaram 92 usinas no estado de São Paulo. Dessas, dez usinas estavam instaladas na região do programa denominado ProCana, sendo cinco na área Prioritária e cinco na área considerada Marginal, e não existia nenhuma destilaria autônoma em operação. Na safra de 1975-1976, apenas uma destilaria autônoma operou no estado de São Paulo, a Destilaria Santa Maria (Lençóis Paulista), incluída na área Prioritária do ProCana. Na safra de 1980-1981, no início desse programa, 73 usinas e 16 destilarias autônomas operaram no estado de São Paulo. Dessas 73, quatro operavam na área Prioritária e cinco na área Marginal, enquanto as outras 65 operavam na área Tradicional, ou seja, não prioritária para a instalação de novas unidades. A usina que paralisou suas operações na área Prioritária foi a Miranda (Pirajuí). Esses dados e os das outras safras com a distribuição das unidades (usinas e destilarias) nas três regiões são apresentados na Tabela 3.

Verifica-se que houve uma grande expansão no número de unidades (destilarias autônomas) que entraram em operação na Região Prioritária nas safras de 1981-1982 (mais quatro unidades) e de 1983-1984 (mais oito unidades), números esses maiores que os da área Tradicional, que apresentou um crescimento superior nas safras de 1982-1983 (mais nove unidades), 1984-1985 (mais cinco unidades), e de 1985-1986 (mais oito unidades).

Tabela 3 – Número de unidades que operaram na Região do ProCana e no estado de São Paulo de 1970-1971 a 1985-1986. Safras escolhidas.

SAFRA	REGIÃO				TOTAL	
	ProCana		Tradicional		SÃO PAULO	
	Usina	Dest.	Usina	Dest.	Usina	Dest.
1970/71	10	-	82	-	92	-
1975/76	9	1	68	-	77	1
1980/81	8	8	65	8	73	16
1981/82	9	13	66	10	75	23
1982/83	9	24	65	19	74	43
1983/84	9	34	64	25	73	59
1984/85	9	36	64	30	73	66
1985/86	9	38	62	38	71	76

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) Elaboração: Davi G. G. Ruas

Em termos de número de unidades, considerando somente o período das safras de 1980-1981 a 1985-1986, a Região Prioritária foi a que mais cresceu, e quando levamos em consideração a última safra, verificamos que a Região Tradicional apresentou um maior número de unidades que paralisaram a produção. Tal paralisação teve, na grande maioria, a parte agrícola transferida para uma unidade já existente, aumentando a concentração da produção em grandes unidades, fato esse que pode não ter ocorrido na Região Prioritária, pois as unidades, em sua maior parte, estão isoladas.

Enquanto na Região Prioritária ocorria o aumento da produção pela entrada de funcionamento de novas unidades, na Região Tradicional ocorria a concentração da produção nas unidades já existentes.

Diante dessa dinâmica de instalação de unidades industriais na região, utilizamos as safras de 2004-2005 a 2008-2009 (Tabela 4) para efeito de comparação do que ocorreu com a região. Na Região do ProCana operaram nove usinas e 38 destilarias autônomas na safra de 1985-1986; já na safra de 2008-2009, operaram 54 usinas e 23 destilarias autônomas, enquanto que na área Tradicional o número de usinas passou de 62 para 79, e o de destilarias autônomas,

de 38 para dez. Esses números caracterizam bem a transformação das destilarias autônomas em usinas, deixando de ser, assim, produtoras exclusivas de álcool.

Tabela 4 – Número de unidades que operaram na Região do ProCana e no estado de São Paulo entre 2004-2005 a 2008-2009. Safras escolhidas.

SAFRA	REGIÃO				TOTAL	
	ProCana		Tradicional		SÃO PAULO	
	Usina	Dest.	Usina	Dest.	Usina	Dest.
2004/05	43	14	73	7	116	21
2005/06	42	15	76	8	118	23
2006/07	49	18	76	9	125	27
2007/08	50	26	77	13	127	39
2008/09	54	23	79	10	133	33

Fonte: Única (2010). Elaboração: Davi G. G. Ruas

Realmente, no período considerado como do ProCana, ocorreu uma expansão das destilarias autônomas na região considerada Prioritária. Mas não podemos dizer que tal expansão seja decorrente do programa instituído pelo governo paulista, pois da concepção de um projeto até a instalação da unidade industrial decorrem de quatro a cinco anos para o início da operação, e todas as unidades que entraram em operação já tinham seus projetos enquadrados no Cenal.

A produção de açúcar

Na Tabela 5 e na Figura 2 estão os volumes de açúcar produzidos no estado de São Paulo, dados esses separados pelas regiões do ProCana e Tradicional. Verifica-se que no período das safras de 1980-1981 a 1985-1986, a variação na produção de açúcar na Região do ProCana foi bem inferior à variação ocorrida na Região Tradicional do estado.

Tabela 5 – Produção de açúcar em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em toneladas, de 1970-1971 a 1985-1986. Safras escolhidas.

SAFRA	REGIÃO		TOTAL
	ProCana	Tradicional	SÃO PAULO
1970/71	185.969	2.250.396	2.436.365
1975/76	268.716	2.600.617	2.869.333
1980/81	386.332	3.456.016	3.842.348
1981/82	365.606	3.549.562	3.915.168
1982/83	474.748	3.825.592	4.300.340
1983/84	510.528	3.831.000	4.341.528
1984/85	511.581	3.594.357	4.105.938
1985/86	403.200	3.012.608	3.415.808

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)Elaboração: Davi G. G. Ruas

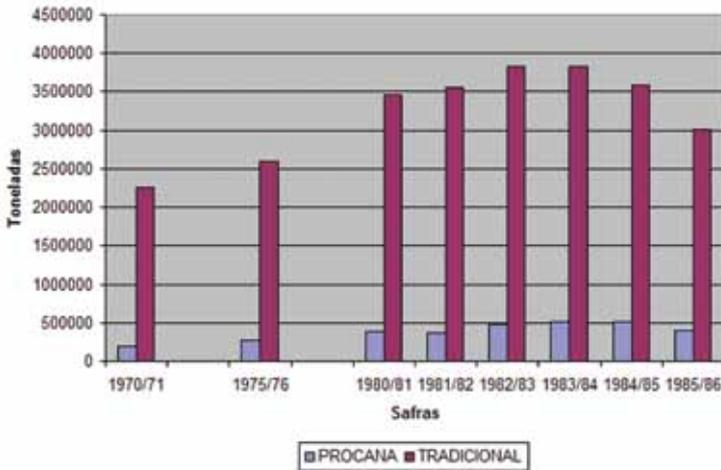


Figura 2 – Produção de açúcar em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em toneladas. Safras de 1970-1971, 1975-1976, 1980-1981 a 1985-1986.

Na Tabela 6 e na Figura 3, o que podemos observar é um aumento na participação da produção de açúcar da Região do ProCana em relação à Região Tradicional. Enquanto a Região do ProCana

era responsável por 11,8% da produção do estado na safra de 1985-1986, ela passou a ser responsável por 31,7%. Esse aumento reflete a transformação das destilarias autônomas em usinas de açúcar.

Tabela 6 – Produção de açúcar em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em toneladas. Safras de 2004-2005 a 2008-2009.

SAFRA	REGIÃO		TOTAL
	ProCana	Tradicional	SÃO PAULO
2004/05	4.413.329	12.081.602	16.494.931
2005/06	4.145.144	12.688.451	16.833.595
2006/07	5.844.848	13.658.184	19.503.032
2007/08	5.869.121	13.238.773	19.107.894
2008/09	6.239.631	13.423.164	19.662.794

Fonte: Única (2010). Elaboração: Davi G. G. Ruas

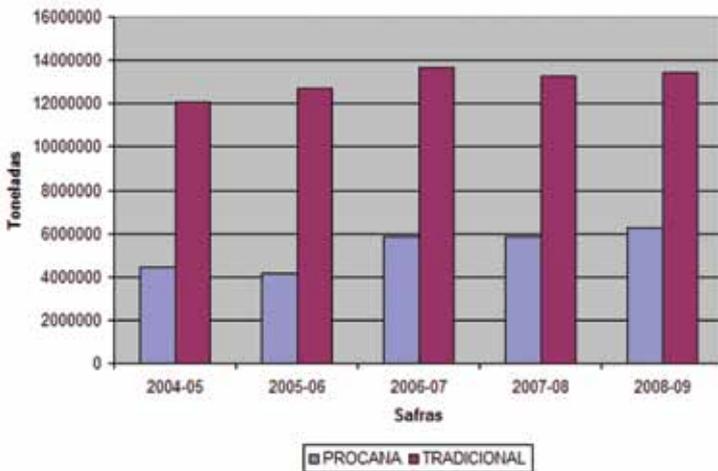


Figura 3 – Produção de açúcar em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em toneladas. Safras de 2004-2005 a 2008-2009.

A produção de álcool

A produção de álcool apresentou crescimento em todo o período analisado (Tabela 7 e Figura 4) nas regiões destacadas. O crescimento a partir da safra de 1984-1985 deu-se pela expansão das unidades já instaladas e pela entrada em operação de novas unidades.

Tabela 7 – Produção de álcool em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em metros cúbicos. Safras escolhidas de 1970-1971 a 1985-1986.

SAFRA	REGIÃO		TOTAL
	ProCana	Tradicional	SÃO PAULO
1970/71	36.245	400.468	436.713
1975/76	32.126	330.160	362.286
1980/81	361.917	2.245.978	2.607.895
1981/82	424.289	2.409.353	2.833.642
1982/83	731.525	3.083.249	3.814.774
1983/84	1.195.592	4.195.469	5.391.061
1984/85	1.405.357	4.618.011	6.023.368
1985/86	1.629.590	5.994.411	7.624.001

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (Anuários 1970-1986). Elaboração: Davi G. G.

Ruas

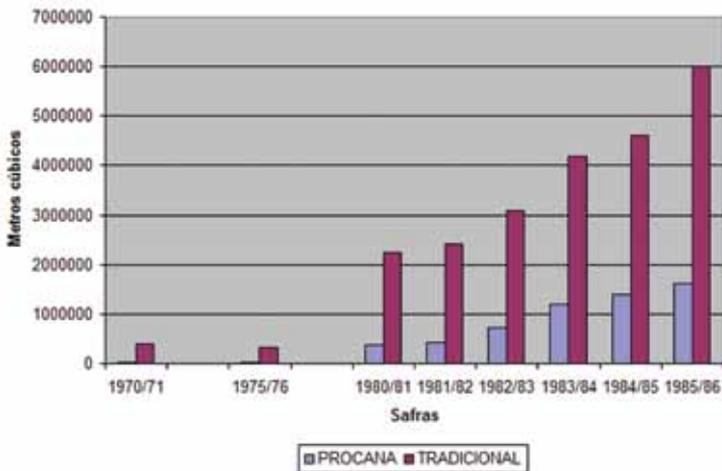


Figura 4 – Produção de álcool em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em toneladas. Safras de 1970-1971, 1975-1976, 1980-1981 a 1985-1986.

Se analisarmos o crescimento na produção de álcool (safras de 1980-1981 a 1985-1986), observaremos que o crescimento na Região do ProCana foi de 350,2%, enquanto na Região Tradicional foi de 166,9%. Em termos numéricos, a Região do ProCana passou de 361.917m³ para 1.629.590m³, e na Tradicional, de 2.245.978 m³ para 5.994.411 m³.

Um dos problemas surgidos com a falta de álcool em 1989 está relacionado à forma como os novos produtores da região de Aracatuba atuavam, com a falta de matéria-prima para as destilarias autônomas. Rego (1990), analisando esse aspecto, coloca:

Proprietários de destilarias têm lucro com o álcool, mas não concebem repassar para a produção de cana parte desse lucro, como investimento próprio. Considerando as suas atividades como empreendimentos separados e, sem crédito e melhores preços para a cana, afirmam estar subsidiando o álcool. Querem, na verdade, que o conjunto da sociedade continue pagando para que eles produzam e embolsem os lucros. Por isso, está fal-

tando álcool. Certamente esta é uma das mercadorias mais caras para a sociedade brasileira, não só pelos subsídios oferecidos aos proprietários das destilarias, como também pelo custo social que a atividade traz como consequência, do ponto de vista dos trabalhadores e do espaço produzido. (ibidem, p.84)

Não estão disponíveis na literatura muitas análises do Proeste (ProCana) como programa de localização de unidades industriais, mas somente uma citação feita por Martins (1991), que transcrevemos a seguir:

O PROÁLCOOL foi inserido no contexto dos objetivos a serem alcançados na revalorização do Oeste Paulista. O PROÁLCOOL, na verdade, constitui-se na principal fonte de recursos para a viabilização do PROESTE. A CATI elaborou um zoneamento onde se determinou três regiões para efeito de expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: prioritária, marginal e não prioritária. O fato é que esse trabalho evitou a instalação indiscriminada de destilarias de álcool no Estado de São Paulo nas regiões produtoras de alimentos e produtos importantes como citrus e café, evitando o deslocamento dessas culturas pela cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, orientou a implantação de projetos de produção de álcool em zonas de pastagens (localizadas a Oeste do Estado), causando com isso um considerável efeito multiplicador no desenvolvimento de tais regiões. Das 56 destilarias instaladas até 19 de agosto de 1982, grande número delas estão localizadas na área recomendada pelo zoneamento. (p.500)

Martins coloca que foram instaladas 56 destilarias no estado de São Paulo, mas na safra de 1982-1983 só operaram 43. O que pode ter ocorrido é ter-se considerado os projetos enquadrados como destilarias, apesar de muitas unidades possuírem mais do que um projeto, o que significava ampliação da capacidade e não implantação de indústria. Deve-se ressaltar que essas unidades já tinham seus projetos enquadrados na Cenal antes da criação do ProCana.

Ferreira e Bray (1984), em estudo referente às transformações ocorridas nas áreas canavieiras paulistas, principalmente pelo ProCana, colocam:

O PRO-ESTE, através do PROCANA, conforme foi analisado anteriormente, mostrou na aparência o objetivo de deslocar as novas destilarias de álcool para o oeste do Estado devido: – à necessidade de ordenar a expansão desordenada da cultura da cana-de-açúcar em São Paulo; – à consequente ocupação das terras utilizadas para a produção de alimentos pela agricultura canavieira e, – visando à instalação da cana-de-açúcar em regiões onde terá melhor opção para a sua expansão no Estado de São Paulo.

Entretanto, na essência, o Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo veio contribuir com a expansão dos tradicionais grupos usineiros do leste paulista, deixando o “território livre” e evitando um maior conflito na disputa de terras entre esses grupos, como também com os novos grupos das destilarias autônomas que se instalassem nas áreas canavieiras de Piracicaba, Sertãozinho/Ribeirão Preto, Jaú e Araraquara. (ibidem, p.109)

O que realmente ocorreu foi uma decisão anterior do empresário paulista em implantar destilarias autônomas no oeste paulista, pois o documento da Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool (Sopral) (1975), associação constituída em 20 de maio de 1975, já propunha que essa deveria ser a área prioritária para a instalação das novas unidades, quando sugeria a instalação de destilarias na região de São José do Rio Preto (30 unidades), Araçatuba (24 unidades) e Presidente Prudente (36 unidades), pois nessas localidades existiam muitas áreas não aproveitadas e/ou com pastagens, o que permitia gastos menores com terras.

Como a decisão empresarial já tinha sido tomada no sentido de implantar novas destilarias em regiões de terras mais baratas, conforme proposto no citado documento da Sopral (ibidem), fica para nós a impressão de que o ProCana foi apenas mais um programa do

governo do estado de São Paulo utilizado como propaganda, sabendo-se de antemão o que iria acontecer.

Na Tabela 8 e na Figura 6 podemos observar a evolução na produção de álcool nas regiões do ProCana e Tradicional no período das safras de 2004-2005 a 2008-2009. Enquanto a Região do ProCana produziu 21,3% do álcool do estado na safra de 1984-1985, na de 2008-2009 foi responsável pela produção de 42,2% do total do estado.

Tabela 8 – Produção de álcool em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em metros cúbicos. Safras de 2004-2005 a 2008-2009.

SAFRA	REGIÃO		TOTAL
	ProCana	Tradicional	SÃO PAULO
2004/05	3.294.657	5.812.800	9.107.457
2005/06	3.435.178	6.550.098	9.985.276
2006/07	4.311.502	6.598.511	10.910.013
2007/08	5.279.428	8.065.779	13.345.207
2008/09	7.059.022	9.663.457	16.722.479

Fonte: Única (2010). Elaboração: Davi G. G. Ruas

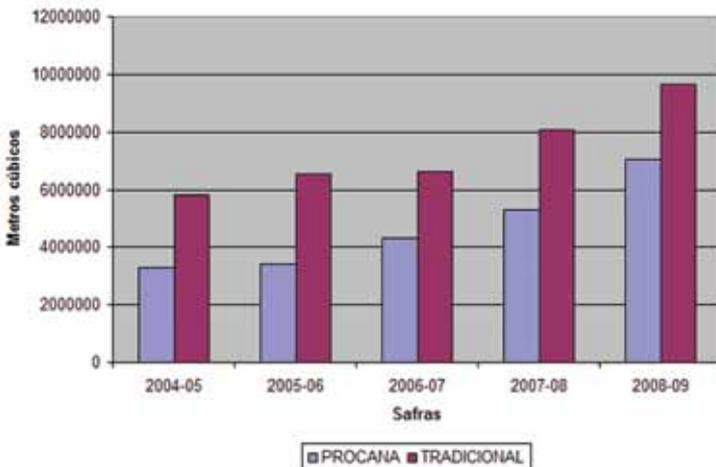


Figura 5 – Produção de álcool em regiões do ProCana, do estado de São Paulo, em metros cúbicos. Safras de 2004-2005 a 2008-2009.

Considerações finais

A meta do Proálcool para o estado de São Paulo foi de 7 bilhões de litros na safra de 1985-1986, que também foi atingida apesar da não instalação de todas as destilarias enquadradas e da paralisação de outras. Entretanto, não se conseguiu atingir totalmente a meta do ProCana, tendo ocorrido uma maior concentração da produção de álcool nas áreas tradicionais do Centro-Leste paulista.

A maioria das unidades industriais instaladas como destilarias autônomas e financiadas dentro do programa do álcool se transformou em usinas, isto é, reequipou as unidades industriais com equipamentos para a produção de açúcar, mudando a característica de destilarias autônomas para usinas, sendo que o açúcar passou a ser a principal atividade, deixando o álcool em segundo plano.

As crises observadas pela falta de álcool que ocorreram no Brasil desde a criação do Proálcool até os dias de hoje deveram-se à elevação do preço do açúcar no mercado internacional, uma vez que os usineiros preferem produzir açúcar para exportar a produzir álcool para o abastecimento interno.

Tal fato se agravou depois da extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que controlava o setor estipulando cotas de produção. Sem essa obrigatoriedade, as unidades industriais ficaram livres para tomar as próprias decisões sobre o que produzir, não sendo mais obrigadas a seguir um planejamento global para o setor.

Referências bibliográficas

- BUENO, R. *Pró-Álcool: rumo ao desastre*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERREIRA, E. R.; BRAY, S. C. As influências do Pró-Álcool e do Pró-Oeste nas transformações das áreas canavieiras do estado de São Paulo. *Geografia*, v.9, n.17-18, p.101-113, out. 1984.
- FIBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1974*. Rio de Janeiro, v.35, 1974. 960p.
- _____. *Censos Econômicos de 1985. Censo Agropecuário: São Paulo n.21*. Rio de Janeiro, mar. 1991. 1.332p.

- _____. *Anuário Estatístico do Brasil – 1992*. Rio de Janeiro, v.52, 1992. 1.119p.
- _____. *Censos Econômicos de 2006*. Rio de Janeiro, 2008.
- IAA – DELEGACIA REGIONAL DE SÃO PAULO. *Safra de 1971/72: posição final*. São Paulo, 1972. 4p.
- IAA – DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E CADASTRO. *Resultado final da safra de 1970/71: usinas, açúcar produzido e canas esmagadas*. Rio de Janeiro, 1972a. 8p.
- _____. *Produção de álcool na safra de 1970/71*. Rio de Janeiro, 1972b. 6p.
- IAA – COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO. DIVISÃO DE ESTATÍSTICA. *Produção de álcool na safra de 1975/76*. Rio de Janeiro, 1976. 5p.
- IAA – COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO. DIVISÃO DE ESTATÍSTICA. *Resultado final das safras de 1948/49 a 1983/84: produção de açúcar por tipo*. Rio de Janeiro, 1983. 36p.
- _____. *Produção de açúcar: por regiões, unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1983/84*. Rio de Janeiro, 1984. 14p.
- _____. *Produção de álcool: por regiões, unidades da federação e destilarias segundo os diferentes tipos, safra de 1983/84*. Rio de Janeiro, 1984. 17p.
- _____. *Canas moídas: por regiões, unidades da federação e fábricas segundo os diferentes tipos, safra de 1984/85*. Rio de Janeiro, 1985. 19p.
- _____. *Produção de açúcar: por regiões e unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1984/85*. Rio de Janeiro, 1985. 14p.
- _____. *Produção de álcool: por regiões, unidades da federação e destilarias segundo os diferentes tipos, safra de 1984/85*. Rio de Janeiro, 1985. 17p.
- _____. *Produção de açúcar: por regiões e unidades da federação e usinas segundo os diferentes tipos, safra de 1985/86*. Rio de Janeiro, 1986. 9p.
- _____. *Produção de álcool: por regiões, unidades da federação e destilarias segundo os diferentes tipos, safra de 1985/86*. Rio de Janeiro, 1986. 10p.

- IAA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO. *Safra de 1975/76: posição final*. São Paulo, 1976. 4p.
- IAA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO. *Boletim VIII: posição final. Safra de 1979/80*. São Paulo, 1980. 22p.
- _____. *Boletim VIII: posição final. Safra de 1980/81*. São Paulo, 1981. 30p.
- MARTINS, Z. *Agricultura paulista: uma história maior que cem anos*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.
- REGO, M. T. R. *O Proálcool na Região de Araçatuba: o doce fel do binômio cana-boi*. São Paulo, 1990. 187p. Tese (Doutorado – Depto. de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Rezzoneamento das áreas para implantação de destilarias de álcool. Subsídios e diretrizes para o Estado de São Paulo 1979-85*. São Paulo, 1979a. 88p.
- _____. *IPT São Paulo. Subsídios para o programa nacional de mini e microdestilarias de álcool carburante*. São Paulo, 1979b. 57p.
- SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. CATI. SÃO PAULO. *Bases para um plano de desenvolvimento do oeste do estado de São Paulo – Proeste*. São Paulo, 1980. 30p.
- SÃO PAULO (Estado). *Resumos dos trabalhos: período: 16/10/79 a 15/3/83*. Campinas, 1983. 21p. e anexos.
- SOPRAL. *Álcool anidro – Estudo para implantação de destilarias autônomas em São Paulo*. São Paulo, 1975.

Referência eletrônica

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA. DEPARTAMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR E AGROE-

NERGIA. *Relação das unidades produtoras cadastradas no departamento da cana-de-açúcar e agroenergia*: Posição em 25/6/2010. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/url/ITEM/89E16CC2B9188DD4E040A8C075027524>>. Acesso em: 4 jul. 2010.

ÚNICA. DADOS E COTAÇÕES – ESTATÍSTICAS. *Ranking da produção de cana, açúcar e etanol das unidades da Região Centro-Sul*. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica/>>. Acesso em: 28 jun. 2010.

REGIÕES COMPETITIVAS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: DA CAFEICULTURA TRADICIONAL À CAFEICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA

Samuel Frederico¹

Este capítulo analisa, de maneira ainda preliminar, a emergência da cafeicultura científica globalizada e a constituição de regiões competitivas do café no território brasileiro. Um de seus principais objetivos é contribuir para a substantivação dos conceitos de agricultura científica globalizada (Santos, 2000) e região competitiva (Castillo, 2008b; Castillo; Frederico, 2010) como componentes de uma teoria processual (Santos, 1988) mais ampla.

Desde a última década do século XX, a inserção efetiva da formação socioespacial brasileira no atual período da globalização (Santos, 2000) – com a adoção de políticas de cunho neoliberal, a difusão das novas tecnologias da informação e o predomínio da lógica financeira na esfera pública e privada – tem promovido uma maior vinculação de determinados produtos e regiões ao mercado mundializado.

As políticas de reforço às exportações, dentro da lógica das “vantagens comparativas”, para atender, sobretudo, ao nexo financeiro da economia (pagamento dos juros da dívida pública), têm acentuado, entre outros, a especialização regional em produtos agroexportadores.

1 Professor Assistente Doutor do Depto. de Geografia do IGCE – UNESP-Rio Claro. Contato: sfederico@rc.unesp.br

No caso do café, apesar de não ser mais o principal produto de exportação brasileiro, situação que prevaleceu até a década de 1960, e que atualmente representa apenas 2% do valor total das exportações do país, diversas regiões ainda continuam quase exclusivamente voltadas para a sua produção. Trata-se de regiões competitivas do café, caracterizadas pela reunião de fatores produtivos de ordem técnica e normativa que lhes confere uma inserção proeminente nos mercados internacionais, mas que também as torna vulneráveis devido à regulação política externa.

O artigo propõe uma periodização das transformações de ordem técnica e política da cafeicultura, relacionando-as com a sucessão dos meios geográficos no território brasileiro para, em seguida, tecer algumas considerações sobre as atuais regiões competitivas do café.

Da cafeicultura tradicional à cafeicultura científica globalizada

A cafeicultura brasileira completou, neste início de século XXI, seu bicentenário. Mais do que qualquer outro produto, o café acompanhou de perto as consecutivas divisões territoriais do trabalho, que criaram e foram condicionadas, de maneira contraditória, pela sucessão e coexistência dos meios geográficos no território brasileiro. A produção cafeeira foi uma das principais atividades responsáveis pela mecanização do território em meados do século XIX, assim como gerou as divisas necessárias para a sua industrialização (via substituição de importações) e modernização na segunda metade do século XX.

Muitas são as propostas de periodização da cafeicultura brasileira e mundial. A maioria delas refere-se aos ciclos econômicos do café, enfatizando as alterações na mão de obra empregada (escrava, colonato, trabalhadores temporários), na regulamentação do mercado nacional e internacional (maior ou menor intervencionismo estatal) e na produção em si do café (ciclos de maior ou menor produção). Entre as principais periodizações destacam-se as

realizadas por Delfim Netto (1981), referentes aos ciclos dos preços internacionais do café; por Bacha (1988), sobre as modificações no comércio internacional da quantidade produzida e das políticas do governo brasileiro para a cafeicultura; por Saes (1995), com relação à racionalidade econômica da regulamentação brasileira do mercado cafeeiro; por Cano (1998), sobre as regiões cafeeiras e a formação do complexo cafeeiro paulista; e, em uma perspectiva mais ampla, a proposta de Daviron e Ponte (2007) com base na regulação e governança da “cadeia de valor mundial” do café.

Essas propostas de periodização são frutíferas para a compreensão das transformações de ordem econômica, política e normativa da produção cafeeira, mas desconsideram, em grande parte, a “materialidade e o dinamismo do território”, isto é, a técnica, entendida de maneira indissociável, “como formas de fazer e regular a vida”, e também como “objetos geográficos” (Santos; Silveira, 2001, p.26). Dessa forma, propõe-se pensar a evolução da cafeicultura brasileira paralelamente às mudanças no uso, organização e regulação do território brasileiro, ou seja, como a quantidade, a qualidade, a distribuição, a articulação, o uso e a normatização dos sistemas técnicos presentes no território autorizam e condicionam as ações nessa área.

A sucessão dos meios geográficos (ibidem) permite uma periodização da formação do território brasileiro tomada em um sentido mais amplo, assim como de suas situações geográficas particulares, como a modernização e a especialização regional da cafeicultura. A cada período, a indissociabilidade das variáveis de ordem técnica e política transforma o território como um todo, assim como a cafeicultura de forma particular.

Diante dessa proposta teórico-metodológica, também propomos subdividir a história da cafeicultura brasileira em três momentos: um primeiro grande período, que vai do início do século XIX até a década de 1960, denominado “cafeicultura tradicional”, que se caracteriza pela passagem do meio natural para o meio técnico, com o deslocamento da cafeicultura do Vale do Paraíba (fluminense e paulista) principalmente para o oeste paulista e o norte-paranaense; um segundo período, entre as décadas de 1960 e 1980,

caracterizado por uma “cafeicultura moderna” e pela sua expansão, sobretudo, no sul de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro; e, por fim, a emergência, a partir da última década do século XX, de uma “cafeicultura científica globalizada” e a sua consolidação em algumas regiões produtoras tradicionais, além da expansão para áreas de fronteira agrícola moderna, como o oeste da Bahia.

Cafeicultura tradicional e tecnificação do território

A primeira fase caracteriza-se por um longo período, que vai desde a implantação da produção cafeeira em solos brasileiros, a partir do início do século XIX, até as inovações técnico-científicas da década de 1960. As primeiras plantações significativas de café em território brasileiro (Taunay, 1945) localizaram-se no Vale do Paraíba fluminense, com posterior deslocamento para a Zona da Mata mineira, o Espírito Santo e São Paulo (Cano, 2002).

Trata-se de uma cafeicultura que se difundia sobre um meio natural, isto é, com escassez de instrumentos técnicos, cujas condições naturais (clima, relevo, solos, hidrografia) se impunham como um limitante às ações humanas. A precariedade dos sistemas técnicos disponíveis e a falta de uma maior racionalização dos métodos produtivos promoviam rapidamente o esgotamento dos solos, tornando a cafeicultura uma atividade itinerante.

Naquele momento, as melhorias das técnicas produtivas ocorriam por ordem do acaso (Ortega y Gasset, 1963), por tentativas e erros dos fazendeiros, que “procuravam criar um modo de produzir adequado à realidade brasileira” (Argollo, 2004, p.25). O uso de mão de obra escrava e o transporte feito por tropas de muares limitavam, respectivamente, o desenvolvimento do mercado consumidor e a ocupação de terras interiores – localizadas a mais de 100 km dos portos exportadores (Araújo Filho, 1956).

A partir das décadas de 1870-1880, o café torna-se o motor do desenvolvimento capitalista brasileiro, decorrente da crescente demanda do mercado internacional e do expressivo crescimento

da produção interna (Silva, 1986). Naquele momento, a produção cafeeira se desloca do Vale do Paraíba para o planalto ocidental paulista e sofre profundas transformações: a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, com a incorporação de colonos europeus; a mecanização, ainda que parcial, das operações de beneficiamento; a criação de um sistema de financiamento e comercialização (casas de exportação e bancos); a construção de ferrovias e portos; a criação de novas cidades; e a ocupação de novas terras.

Como denota Silveira (2007), a segunda metade do século XIX marca a emergência do espaço mecanizado: “[...] são as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza com a emergência de sucessivos meios técnicos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos” (ibidem).

A difusão sistêmica das técnicas da máquina circunscritas à produção cafeeira (secadores, classificadores, lavadores, limpadores) exigiu melhorias nos tratos culturais (curvas de nível, espaçamento, adubação), alterações na arquitetura das fazendas (terreiros de alvenaria, casa de máquinas) e a proliferação de sistemas técnicos que funcionavam como prolongamentos (próteses) do território, como a energia elétrica, o telégrafo, as ferrovias e os portos. Todo o território circunscrito pela produção cafeeira se mecaniza, segundo Monbeig (1984, p.88); é o triunfo do “metal e do vapor” sobre a “madeira e a água”.

A construção da rede ferroviária paulista, associada aos novos procedimentos de beneficiamento do café, permitiu a expansão das plantações, que, segundo Monbeig (ibidem), se difundiam em várias frentes e de forma difusa, acompanhando as faixas de terra roxa pelo interior paulista e norte-paranaense.

A expansão concomitante das plantações e das ferrovias fez surgir novas cidades, fazendo-se confundir, segundo Monbeig (ibidem, p.338), “a geografia das cidades com a das comunicações”. As localizadas em pontos estratégicos da malha ferroviária paulista (que adentrava os estados de Minas Gerais e Paraná) passaram a deter o controle sobre o espaço regional, dando origem a uma embrionária rede urbana.

Como demonstrado por diversos autores (Furtado, 1976; Cano, 1998; Silva, 1986), a cafeicultura paulista forneceu o excedente necessário para a modernização da economia e do território, estimulando a industrialização (ainda que “restrita”), a urbanização, o desenvolvimento do sistema financeiro e de serviços, a imigração (mão de obra assalariada e qualificada), a criação de redes de transporte e comunicação (momento preliminar da integração territorial brasileira), e a conformação de São Paulo como uma emergente metrópole industrial.

Cafeicultura moderna e a integração do território

A partir das décadas de 1960-1970, a agricultura brasileira sofreu profundas transformações com a difusão de novos sistemas técnicos e a presença significativa do Estado como principal articulador e financiador de sua modernização. Tais alterações estavam inseridas dentro de um contexto maior de tecnificação e cientificização do território (Santos, 1994). A nova situação geográfica (Silveira, 1999) se caracterizava pela difusão de uma psicosfera (Santos, 1997) pautada na ideologia do consumo, do crescimento econômico e do desenvolvimentismo; e de uma tecnoesfera (ibidem) por meio da construção de macrossistemas técnicos (rodovias, portos, usinas hidrelétricas, infraestruturas urbanas, sistemas de comunicação etc.) que possibilitou uma maior fluidez e gradativa integração do território brasileiro.

No caso da cafeicultura, até a década de 1950, segundo Silva (1994, p.17), as intervenções estatais eram muito mais “políticas públicas para a manutenção da renda” dos grandes produtores do que um planejamento sistemático de modernização da produção em bases científicas. A relação se altera com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1952, e dos Acordos Internacionais do Café (AIC) entre 1962 e 1989, que tinham como objetivos principais, respectivamente, regular e modernizar a cafeicultura brasileira e regulamentar o comércio internacional de café através do estabelecimento de cotas e preços de exportação e importação.

O café, ainda na década de 1970, era o principal produto brasileiro de exportação, responsável direto pela geração das divisas necessárias à industrialização (via substituição de importações). Apesar das sucessivas superproduções, recorrentes desde o início do século XX, o Estado, por meio do IBC, patrocinou uma política de modernização e racionalização da cafeicultura brasileira com o intuito de aumentar a produtividade e as exportações.

Para tanto foram erradicados, entre as décadas de 1960-1970, cerca de 2 bilhões de cafeeiros tradicionais (variedades Bourbon e Comum), e substituídos pelas variedades (Mundo Novo e Catuaí) de alto rendimento e sensíveis ao uso de insumos químicos e mecânicos. Os novos cultivares foram desenvolvidos pelo Instituto Agromômico de Campinas (IAC), com financiamento de grandes empresas nacionais e multinacionais (Fundação Rockefeller, Shell Mex, Standard Oil, Anderson Clayton, Moinho Santista, Serrana, Manah etc.), dentro do contexto da adoção do paradigma da Revolução Verde (Porto-Gonçalves, 2006), da formação dos complexos agroindustriais (Müller, 1989; Kageyama et al., 1990), e da internalização das indústrias de bens de capital e insumos agrícolas (Sorj, 1980).

A racionalização de parte significativa da agricultura brasileira, naquele período, levou ao aprofundamento da especialização regional, promovendo um deslocamento da produção cafeeira para novas áreas. Ela migra para o sul de Minas Gerais e o cerrado mineiro (Triângulo/Alto Paranaíba) em substituição à vegetação original, às áreas de pastagem e às culturas de subsistência, e deixa, em parte, os tradicionais estados produtores de Paraná e São Paulo (Bacha, 1988). No primeiro, as fortes geadas de 1975, que afetaram 100% dos cafezais, e a expansão da soja, mais rentável, foram as principais causas de sua substituição; no caso paulista, a cafeicultura deu lugar à expansão da laranja e da cana-de-açúcar.

Segundo Silva (1994), o padrão de modernização da cafeicultura brasileira, denominado de modelo tecnológico produtivista (1960-1990), se esgota no final da década de 1980. O ideário do desenvolvimentismo, dominante até então, cede lugar aos ideários da competitividade e da sustentabilidade ambiental (Gorz, 2004; Castillo,

2008b). A cafeicultura moderna, fortemente regulada pelo Estado, paulatinamente é substituída por uma cafeicultura científica globalizada, pautada em uma maior eficiência produtiva, com redução de custos, diferenciação produtiva, uso do marketing e inserção competitiva e ainda mais subordinada aos mercados internacionais.

Cafeicultura científica globalizada e especialização regional produtiva

Com a globalização, a cafeicultura brasileira passou a ter uma referência planetária, incorporando ao discurso e à prática os ideários de competitividade e de sustentabilidade (Castillo, 2008b). A competitividade refere-se à eficiência produtiva e à inserção proeminente da produção nos mercados internacionais. Já a sustentabilidade deriva, no caso da cafeicultura, das exigências de parte dos consumidores dos países centrais com relação à adoção de formas de produção “socialmente justas” e “ambientalmente adequadas” (Souza, 2006).

Os ideários dominantes do atual período induziram a mudanças no paradigma produtivo. A uma cafeicultura moderna, herdeira do paradigma da Revolução Verde e fortemente regulada pelo Estado, sucedeu-se uma cafeicultura científica globalizada, caracterizada por grandes transformações de ordem política e técnica.

As alterações político-normativas resultaram na diminuição da intervenção estatal, com a extinção do Instituto Brasileiro do Café e dos Acordos Internacionais do Café, promovendo a desregulamentação da produção e do mercado cafeeiro. A partir de então, as grandes empresas torrefadoras, sediadas nos países consumidores, estruturaram-se em verdadeiros oligopólios na venda do café processado, em oligopsônios, na compra do grão verde (Daviron; Ponte, 2007). Além da regulação das empresas, os produtores também se tornaram reféns das especulações financeiras, decorrentes da transformação das *commodities* agrícolas em derivativos, o que tem promovido fortes oscilações nos preços (Herreros et al., 2010).

Às alterações de ordem política somam-se também as inovações técnicas, com o intuito de aumentar a produtividade e adequar a produção às exigências dos mercados internacionais. Entre as inovações destacam-se: a produção de cafés diferenciados (expressos, gourmets, orgânico), com rastreamento e origem controlada; o desenvolvimento de novas técnicas de manejo e de variedades resistentes a pragas e doenças, que diminuem o uso de agrotóxicos, com o objetivo de diminuir os custos de produção e atender às exigências dos consumidores dos países importadores; o uso de imagens de satélite e a disseminação de estações climáticas para o zoneamento agroclimático, o monitoramento do clima, e para a previsão de safras; o desenvolvimento da biotecnologia com o Projeto Genoma, a criação de cafeeiros híbridos, a construção do mapa citogenético do café e o uso de marcadores moleculares para identificar o grau de parentesco das plantas; a cafeicultura irrigada, com softwares e equipamentos que otimizam o uso da água e gerenciam a aplicação de fertilizantes e de defensivos; as novas tecnologias e equipamentos para colheita e pós-colheita; a diversificação dos produtos derivados do café (cosméticos, sorvetes, bebidas diversas etc.) e a importância do marketing e da logística.

A emergência da cafeicultura científica globalizada se expressa geograficamente pelo aprofundamento da especialização produtiva regional. As regiões cafeeiras, que naturalmente se diferenciam pelas suas características climáticas e morfológicas – que interferem diretamente na qualidade da bebida –, passaram a se distinguir ainda mais com o desenvolvimento de sistemas técnicos e normativos adaptados às suas particularidades produtivas e fisiográficas.

A cafeicultura científica globalizada exige a reunião de fatores produtivos que conferem competitividade não só às empresas e aos produtores, mas também aos lugares, regiões e territórios (Castillo; Frederico, 2010). A grande densidade técnica e informacional (Santos, 1996), isto é, a presença de sistemas técnicos performantes (Simondon, 1958) e a capacidade de articulação em rede (Dias, 1995; 2005), são atributos essenciais para que as regiões cafeeiras se tornem competitivas.

A análise da cafeicultura permite verificar como os compartimentos regionais não só não morreram com a globalização, mas também como se multiplicaram com a sobreposição e a coexistência de diversos tipos de região. Próximo das regiões competitivas, atreladas à cafeicultura científica globalizada, convivem outros tipos de região, como as “histórico-culturais” e as administrativas.

Em determinadas áreas há uma região morfoclimática, propícia à cafeicultura, se construiu uma região histórica, de forte vínculo de identidade (Haesbaert, 1996) com o cultivo centenário do café. Mais recentemente, muitas dessas regiões, por meio de decisões políticas, foram delimitadas e passaram a receber certificações de origem (Café do Cerrado, Café do Sul de Minas, Café das Matas de Minas etc.), configurando-se como regiões administrativas. Aos recortes mencionados, convivem e se articulam as regiões competitivas do café, que se beneficiam das características físicas, culturais e institucionais herdadas para se inserir de maneira proeminente nos mercados internacionais.

A constituição de regiões competitivas do café

As noções de região e seu ato, a regionalização, são nitidamente polissêmicas (Haesbaert, 2010). De gênese incerta, que remete à Antiguidade clássica, o termo região está ligado fundamentalmente à ideia de que a superfície terrestre é constituída por áreas diferentes entre si (Corrêa, 1987). As diversas formas de compartimentagem da região, sejam elas de cunho natural, histórico-cultural, administrativo ou econômico, são constantemente recriadas, coexistem, se sobrepõem e se articulam a cada momento da divisão territorial do trabalho. Ribeiro (2004) e Côrrea (ibidem) concordam que existem diferentes maneiras de se regionalizar, e que todas elas são meios para conhecer a realidade, de acordo com os objetivos e ações pretendidas. Diante de tal perspectiva, afirmamos, apoiado em Santos (1985), que a região não desapareceu; o que temos de fazer é guardar a ideia e redefini-la à luz do presente.

A noção de região competitiva vincula-se ao processo conjunto de “globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (Santos, 1999, p.16), que ocorre de forma paralela e contraditória. No presente, a exacerbação da especialização regional produtiva caracteriza um tipo de região funcional aos mercados internacionais (Santos, 1985), que reúne uma grande densidade técnica e normativa que lhe confere graus diferenciados de competitividade para determinados produtos e agentes. Para Castillo (2008a), trata-se da expressão geográfica da produção no atual período da globalização.

Para melhor compreender a ideia de região competitiva, demonstrando sua pertinência, coerência e operacionalidade (Silveira, 2000) como instrumento de análise de importantes eventos do atual período, afirmamos que: (a) as regiões competitivas coexistem, se articulam e se sobrepõem a outros tipos de região (Castillo; Frederico, 2010); (b) o conceito possui uma filiação na teoria social crítica e deriva da compreensão de espaço geográfico como uma instância social (Santos, 1996); (c) o termo não tem como objetivo dar sustentação aos ideários de competitividade e de desenvolvimento local propalados na academia e colocados em prática por gestores públicos e empresas (Brandão, 2007); (d) as regiões competitivas são verdadeiros “espaços luminosos” (Santos; Silveira, 2001) que se opõem ao restante da formação socioespacial (Santos, 1977); (e) seus limites são constantemente mutáveis, decorrentes da relação contraditória entre o “tamanho do acontecer” e as “rugosidades” (Silveira, 2003); (f) o objetivo é apreender a região como fato, não como ferramenta, nos termos utilizados por Ribeiro (2004).

As regiões competitivas do café apresentam diferentes graus de competitividade. Ao contrário da maioria das *commodities* agrícolas – cuja produção é padronizada e muito similar entre as regiões –, a cafeicultura possui características distintas de acordo com a região produtora. Entre as principais diferenças destacam-se: a variedade cultivada (Conilon ou Arábica); a qualidade da bebida; o poder distinto dos agentes envolvidos (cooperativas, associações, *tradings*, corretores etc.); a maior ou menor concentração da estrutura fundiária;

a intensidade da mecanização; as técnicas de manejo (cultivo, colheita e pós-colheita); a quantidade de mão de obra utilizada; e a importância da cafeicultura na economia urbana e regional.

O Brasil é o principal produtor mundial de café, com cerca de 30% da produção mundial na safra de 2009-2010 (Conab, 2011); é também o maior exportador, com pouco mais de 30 milhões de sacas embarcadas em 2009. O mercado interno é o segundo maior do mundo, tendo alcançado a marca de 19,1 milhões de sacas consumidas em 2010 (Abic, 2011).

O país é produtor das variedades de café Arábica (*Coffea arabica* L.) e Robusta/Conillon (*Coffea canephora* L.). A primeira variedade caracteriza-se pela produção de cafés mais finos, de maior sabor, com produtividade menor e custos maiores, quando comparada à variedade Robusta. Esta, por sua vez, é utilizada principalmente como matéria-prima para o café solúvel e na composição de *blends*.

Na safra de 2009-2010, o estado de Minas Gerais respondeu por metade da produção (50,3%), seguido pelo Espírito Santo (23,1%), São Paulo (10,3%) e demais estados produtores, tradicionais ou de áreas de fronteira agrícola, como Bahia, Rondônia e Mato Grosso. Entre as principais regiões, o sul de Minas Gerais destaca-se como a maior produtora, com 20% da produção nacional, seguida pelo norte do Espírito Santo (14%), Zona da Mata-MG (11%), Triângulo Mineiro (8%), e outras regiões dos estados do Espírito Santo, São Paulo, Bahia e Rondônia (PAM/IBGE, 2011).

Em uma tentativa de classificação, propomos uma tipologia das regiões cafeeiras: a primeira caracteriza-se pelo predomínio do cultivo da variedade Arábica (cultivares Mundo Novo e Catuaí), da pequena propriedade e da colheita manual, com forte atuação das cooperativas de produtores, responsável pela produção de cafés finos em regiões de relevo ondulado e altitudes acima de 700 m. Entre as regiões que assumem essas características destacam-se o sul de Minas Gerais, a Zona da Mata (MG) e a de Mogiana (SP); a segunda tipologia caracteriza-se também pela produção de café Arábica, mas em propriedades maiores, com o uso intensivo de insumos químicos e mecanização (colheita, tratamentos culturais e irriga-

ção), com forte organização dos produtores em associações, relevo plano e altitudes menores, e entre as principais regiões destacam-se o Triângulo Mineiro e o oeste da Bahia; o último tipo diferencia-se dos anteriores pelo predomínio da produção da variedade Robusta, em pequenas propriedades e com colheita manual, responsável pela produção de cafés de qualidade inferior, mas com maior produtividade, e entre as regiões produtoras destacam-se o norte do Espírito Santo, o sul da Bahia e o leste de Rondônia.

Apesar das singularidades regionais, a produção cafeeira apresenta alguns aspectos comuns, destacadamente: a inserção predominante nos mercados internacionais como *commodity*; a considerável parcela da produção destinada à exportação; a busca por uma logística eficiente de produção; a presença de atividades agrícolas intensivas em capital e tecnologia; a subordinação dos pequenos produtores às grandes empresas torrefadoras, exportadoras e de insumos agrícolas; a constituição de cidades funcionais ao campo moderno (Santos, 1993); e o fato de promover um elevado grau de especialização produtiva em algumas porções do território nacional, expressando uma divisão territorial do trabalho que se afirma como resposta ao imperativo da competitividade.

Considerações finais

Em suma, o aprofundamento da especialização produtiva, mediante a constituição de regiões competitivas agrícolas, é uma das principais expressões da formação socioespacial brasileira no atual período da globalização. Essas regiões, ao mesmo tempo que são competitivas, também se tornam extremamente vulneráveis em virtude da falta de poder sobre a regulação da própria produção. A competitividade e a vulnerabilidade social, econômica e territorial são as duas faces de um mesmo fenômeno.

Os municípios envolvidos na produção tornam-se funcionais à cafeeicultura moderna, aumentando sua vulnerabilidade com relação a determinações políticas distantes (dependência dos agentes

externos e o seu papel no fornecimento de insumos químicos e biotecnológicos, na comercialização, no crédito, no transporte, no armazenamento e na regulação dos preços). Assim como a competitividade, a vulnerabilidade também se expressa territorialmente por meio das formas-conteúdo, que se caracterizam como rugosidades (Santos, 1996), dificultando e encarecendo reconversões produtivas no campo e na cidade. Esse tipo específico de vulnerabilidade foi denominando por Castillo (2008a) de “vulnerabilidade territorial”.

Em uma tentativa de se contrapor à lógica das *commodities* e atenuar a vulnerabilidade econômica, social e territorial, grupos de produtores vêm tentando diferenciar-se qualitativamente em função de especificidades locais. A produção orgânica, a prática do “comércio justo” e os certificados de indicação de procedência e denominação de origem agregam valor à produção e articulam pequenos produtores diretamente aos consumidores finais, eliminando as grandes empresas intermediárias. As novas formas de produzir e comercializar assumem, contraditoriamente, características de uma espécie de *anticommodity*.

Em vez de regiões competitivas, os exemplos anteriores demonstram que o território brasileiro carece de “regiões cooperativas”, que valorizem a diversidade econômica, cultural e geográfica do país e que primem pela complementaridade produtiva regional (Araújo, 2000) e pelo maior dinamismo do mercado interno (Furtado, 1992). No caso da cafeicultura brasileira, devem-se aproveitar a sua qualidade e grande diversidade regional, e promover políticas que aproximem os pequenos produtores do consumidor final, beneficiando-se do fato de o mercado consumidor brasileiro de café ser o segundo maior do mundo e estar em franca expansão.

Como asseveram Daviron e Ponte (2007), os cafeicultores não devem se restringir apenas a vender os atributos materiais do café (sabor, aroma, aparência dos grãos); eles devem agregar valor à produção, comercializando também as peculiaridades simbólicas (o modo de vida dos produtores e trabalhadores, a identidade e história regional, a preservação ambiental e as relações socioeconômicas mais justas) e de prestação de serviços (as atividades turísticas, a

ambiência), como o fazem as grandes empresas torrefadoras e os bares-café.

A diminuição dos intermediários entre os produtores e o consumidor final, a agregação de valor (sobretudo com relação aos atributos simbólicos e de prestação de serviços) e o fortalecimento do mercado interno são fatores imprescindíveis para a sobrevivência e inserção produtiva dos pequenos e médios produtores agropecuários e uma menor vulnerabilidade regional às sucessivas crises da economia mundial.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, T. B. Dinâmica regional brasileira nos anos 1990: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). *Redes-cobrando o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.73-89.
- ARAÚJO FILHO, J. R. O café, riqueza paulista. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n.24, out. 1956.
- ARGOLLO, A. *Arquitetura do café*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 296p.
- BACHA, C. J. C. *Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos*. São Paulo, 1988. 440f. Tese (Doutorado – Economia) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.
- BRANDÃO, C. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Unicamp, 2007. 238p.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998. 322p.
- _____. *Ensaio sobre a formação econômica regional brasileira*. Campinas: Editora Unicamp, 2002. 148p.
- CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Santa Cruz do Sul-RS, 2008. *Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008a.

- CASTILLO, R. Sustentabilidade, globalização e desenvolvimento. In: OLIVEIRA, M. P. et al. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Anpege; Clacso; Faperj; Lamparina, 2008b. p.401-410.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator* (Fortaleza), v.9, n.18, p.17–26, 2010.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1987. 93p.
- DAVIRON, B.; PONTE, S. *Le paradoxe du café*. Paris: Éditions Quae, 2007. 360p.
- DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.141-162.
- _____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p.11-28.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 248p.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87p.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riquezas do possível*. São Paulo: Annablume, 2004. 162p.
- HAESBAERT, R. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. (Orgs.). *Brasil: questões atuais sobre a organização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.362-403.
- _____. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p.
- HERREROS, M. M. A. G. et al. Atividade especulativa dos fundos de investimentos no mercado futuro de commodities agrícolas, 2006-2009. *Revista de Política Agrícola*, ano XIX, n.1, p.24-39, jan.-fev.-mar. 2010.
- KAGEYAMA, A. et al. (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.;

- GASQUES, J. G.; VILLAVERDE, C. *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984. 392p.
- MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989. 149p.
- NETTO, A. D. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. 359p.
- ORTEGAY GASSET, José. *Meditação da técnica*. Rio de Janeiro: Livraria Ibero-Americana Ltda., 1963. 135p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.
- RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). *Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.194-212.
- SAES, S. M. S. *A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café*. São Paulo, 1995. 163f. Tese (Doutorado – Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados. Universidade de São Paulo*, v.2, n.2, p.46-71, maio-ago. 1988.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n.54, p.81-100, 1977.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 132p.
- _____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 190p.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997. 124p.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. *Território*. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999. n.6, p.5-20.

- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.
- SILVA, L. F. *A cafeicultura brasileira no modelo tecnológico produtivista (1960/90)*. Campinas, 1994. 95f. Dissertação (Mestrado – Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. 144p.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Éditions Montaigne; Aubier, 1958. 265p.
- SILVEIRA, M. L. Imperio de la escala, escala del imperio. *Revista Universitária de Geografía, Bahía Blanca*, v.8, ns.1 e 2, p.105-113, 1999.
- _____. Por um conteúdo da reflexão epistemológica da geografia. In: SOUZA, A. J. de; SOUZA, E. B. C. de; JÚNIOR, L. M. (Orgs.). *Paisagem território região: em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIO-ESTE, 2000. p.21-28.
- _____. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, M. A. de. *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.408-416.
- _____. Diferencias regionales en el territorio brasileño: perspectivas diacrónica y sincrónica. *Scripta Nova* (Barcelona), v.XI, 2007.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 152p.
- SOUZA, M. C. M. de. *Cafés sustentáveis e denominação de origem: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários*. São Paulo, 2006. 177f. Tese (Doutorado – Economia) – Faculdade de Economia e Administração.
- TAUNAY, A. de E. *Pequena história do café no Brasil: 1727-1937*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945. 558p.

PAISAGEM E TURISMO NA REGIÃO DAS CUESTAS PAULISTAS

João Carlos Geraldo¹

O turismo vem sendo apontado como uma alternativa para os pequenos proprietários rurais, inserindo o rural no setor de serviços, visando à obtenção de renda extra para além da exploração primária da terra. Ao se definirem alguns parâmetros básicos para a pesquisa, ainda em andamento, procurou-se como diferencial analisar propriedades de porte diferente do de pequenas propriedades familiares, padrão mais usual nesse tipo de estudos de caso.

Em boa parte das propriedades selecionadas para objetos de análise o processo de exploração turística já se encontra consolidado, tendo sido instalado no início da década de 1990 e, em algumas delas, mesmo em período anterior. Seus proprietários optaram pela implantação do turismo como fonte adicional de renda, solução que contribui como fator de preservação de seu patrimônio familiar.

São dez objetos ao todo, espalhados pelos municípios de Araraquara, Brotas, Dourado, Santa Lúcia, São Carlos e Torrinha. A definição de uma categoria que englobasse essas propriedades em uma só unidade de análise apresentou-se como a dificuldade me-

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Docente do Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde – CBS – do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. Membro do Núcleo de Estudos Agrários/IGCE/UNESP-Rio Claro. Contato: jcgeraldo@mmol.com.br

todológica inicial, já que elas não são próximas e nem se poderia considerar as unidades administrativas estaduais fator de agregação, uma vez que estão espalhadas por seis municípios pertencentes a duas Regiões Administrativas e três Regiões de Governo diferentes (Figura 1). Para resolver tal problema optou-se, como fator agregador e de identificação, pela presença da cuesta, mesmo que os municípios de Araraquara e Santa Lúcia estejam situados já no seu reverso. Apesar desse fato, há penetração de fímbrias dessa unidade geomorfológica pelo espaço dos dois municípios, gerando ocupação e paisagens similares às dos demais. A presença de linhas de cuestas, dissimétricas e com diferentes graus de degradação, fornece uma das mais marcantes características paisagísticas da região, já que pela diversidade de altitudes e pela movimentação no relevo possibilitam o surgimento de vales e cachoeiras, além dos morros testemunhos, muitos de grande beleza cênica. Esse fato veio a favorecer a exploração turística, principalmente no segmento dos esportes radicais e de aventura.

Este capítulo não tem como foco a realização de uma análise detalhada das paisagens encontradas na região, mas a exposição da relação entre elas e a exploração turística, quer sejam de origem natural, quer sejam resultantes dos processos históricos de ocupação, já que o recurso paisagístico caracteriza-se como a base da implantação do turismo rural na área. Em paralelo são apresentados alguns resultados preliminares da pesquisa ainda em andamento.

Caracterização geral da área

De acordo com o mapa das unidades geomorfológicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), os municípios pertencem à unidade denominada Patamar Oriental da Bacia do Paraná, limítrofe a leste com a Depressão Periférica Paulista, e a oeste, com a borda do Planalto Central da Bacia do Paraná. Araraquara e Santa Lúcia estão localizados nessa última unidade (Figura 2).



Figura 2 – Unidades de relevo e a localização dos municípios.

Fonte: João Carlos Geraldo (2011).

A implantação da atividade turística em meio rural na região não é uniforme nem teve um cronograma unificado. Uma das propriedades pioneiras a adotar o turismo rural foi a Fazenda Bela Vista, em Dourado, no início dos anos 1980, como alternativa à obtenção de ganhos que a atividade leiteira já não lhe proporcionava (Lattere Assessoria, 2008).

No caso de Brotas, cidade de referência nacional no segmento do turismo de aventura, as atividades tiveram início na primeira metade da década de 1990, decorrentes tanto de algumas iniciativas de moradores locais em relação à conservação ambiental, quanto da necessidade de encontrar alternativas para a situação econômica local, de estagnação. O setor agrícola baseado na pecuária, cultivo de eucalipto e canaviais não conseguia oferecer empregos e fixar a população no campo. Mesmo a população urbana perdia seus jovens para outras localidades, emigrados em busca de melhores condições de escolaridade e/ou de trabalho (Oliveira Junior, 2003).

As características ambientais dos municípios, assentados sobre área de recarga de aquífero, com relevo movimentado de cuestas

e presença de cerrado *lato sensu*, disponibilizavam uma variedade razoável de atrativos e paisagens para o então nascente filão do turismo “ecológico”. Não custa lembrar que, nessa época, as questões ambientais alcançaram a grande mídia, principalmente em decorrência da Eco-92, a conferência das Nações Unidas para discutir questões referentes ao meio ambiente ocorrida no Rio de Janeiro.

No tocante ao aspecto da evolução histórica, os municípios nos quais se localizam as propriedades analisadas se desenvolveram no decorrer da expansão da franja pioneira do café, na segunda metade do século XIX, apesar de já haver alguma ocupação incipiente anterior. Antes da expansão da lavoura cafeeira havia, na região, atividades pastoris e alguma produção canavieira, mas o “ouro verde” as substituiu inexoravelmente, principalmente após a chegada da ferrovia (Monbeig, 1984; Benincasa, 2003).

Segundo o estudo clássico de Monbeig (*ibidem*), as características da cuesta, além de não terem sido um obstáculo sério à ocupação, vieram até mesmo a favorecê-la, já que os patamares do relevo contribuíram para a fixação das povoações em sua marcha rumo à incorporação de novas terras às lavouras cafeeiras.

Com a crise do café na década de 1930, houve direcionamentos para outras culturas, mas, de acordo com Benincasa (2003), somente a partir da década de 1970, com a criação do Programa Proálcool e algumas outras políticas de industrialização, é que parte do prestígio do período cafeeiro começou a ser recuperada na região.

Apesar de alguns municípios, como Araraquara e São Carlos, terem desenvolvido atividades industriais e de serviços, os outros pequenos municípios permaneceram economicamente dependentes da produção agrícola. Quanto à renda com o turismo, Brotas é, provavelmente, o município que mais lucra com a atividade, mas ainda assim tem sua base produtiva na produção agropecuária.

O quadro de relativa estagnação econômica, associado às características fisiográficas, pode ter contribuído para a conservação de parte das paisagens naturais na região, as quais vieram a ser, posteriormente, um dos principais recursos do modelo de turismo implantado. As encostas pedregosas com cachoeiras, não sendo as melhores áre-

as para plantio, e velhas fazendas descapitalizadas que não tiveram condições de modernizar-se, substituindo totalmente o patrimônio arquitetônico por novas instalações, resultaram em um cenário com características excelentes a serem exploradas turisticamente.

As paisagens moldadas pela citricultura já o estão há tempos, principalmente em Araraquara e no seu entorno, uma vez que ali se encontra instalada uma das maiores produtoras de suco concentrado do mundo, a Cutrale. No caso de Brotas, o cultivo comercial da laranja foi introduzido no decorrer da primeira metade da década de 1980, ocupando, no início, as áreas de solos arenosos mais pobres, anteriormente recobertos por cerrado e/ou dedicados à pecuária extensiva (Oliveira Junior, 2003).² De acordo com os dados do Projeto LUPA 2007/2008 (Cati, 2011), o município conta com a quinta maior área de laranjais do estado, sendo que Araraquara e São Carlos ocupam a 35ª e a 37ª posições, respectivamente. Os demais municípios do estado não constam entre os maiores expoentes na produção de citros.

As lavouras de cana-de-açúcar, que já fazem parte da paisagem da região desde o século XVIII, retomam com força nos anos 1970, conforme já foi dito aqui, e, atualmente, dominam a vista, sendo marcante a presença da agroindústria sucroalcooleira em quase toda a área estudada. Em termos estatísticos, Araraquara ocupa a 8ª posição e São Carlos a 26ª entre os municípios com as maiores áreas ocupadas pela cana no estado de São Paulo (Cati, 2011).

Entre os municípios, ocupando a 45ª posição, apenas São Carlos aparece na listagem dos maiores bovinocultores de leite do estado. As áreas recobertas por cerrado e “campos sujos” da região, anteriormente utilizadas para a pecuária, vêm diminuindo de maneira progressiva, senão quase desaparecendo, havendo a transferência da atividade para os estados do Norte e do Centro-Oeste do país. Não é fato incomum produtores rurais locais adquirirem terras nessas regiões e arrendarem suas propriedades paulistas para o plantio de cana-de-açúcar.³

2 Observações empíricas do autor, baseadas em anotações em caderneta de campo e histórico de vida como morador da região.

3 Observações empíricas do autor, baseadas em anotações em caderneta de campo e em histórico de vida como morador da região.

Outra paisagem marcante, no sentido da extensão que ocupa, é a silvicultura de eucalipto e pinus, principalmente para fornecimento de matéria-prima para a indústria de papel e celulose que, desde a década de 1970, tem expandido sua área. Impulsionados pela necessidade de madeira para abastecimento do setor de construção civil, novos plantios de eucalipto vêm ocasionando uma onda de transformação nas paisagens rurais locais. Mesmo propriedades que exploram o turismo têm parcelas de suas terras ocupadas com plantações de eucalipto ou mesmo de cana.⁴ No caso de Torrinha há a presença da indústria de extração de óleo essencial, pela qual o município tem sido conhecido como o pioneiro no Brasil na exploração comercial das folhas de eucalipto para obtenção do produto (*Folha de Torrinha*, 2007).

O difícil momento econômico das décadas de 1980 e 1990 levou à busca de produtos alternativos por parte de proprietários rurais e a exploração turística tem possibilitado incremento nos rendimentos, apesar de nem todos o conseguirem, já que a atividade depende de alguns pré-requisitos para sua implantação, como recursos naturais, paisagísticos e de capital para investimento em instalações e equipamentos. Há atualmente, entre as propriedades estudadas, uma oferta de atrativos diferenciados, como esportes radicais e de aventura, caminhadas e cavalgadas por trilhas, visitas às fazendas históricas, turismo pedagógico, entre outros. No caso brotense, o carro-chefe da atividade tem sido a exploração de trilhas para cachoeiras e esportes ligados às corredeiras do rio Jacaré Pepira. O próprio nome do município está ligado às características hidrográficas nele disponíveis (Oliveira Junior, 2003).

4 Ibidem.



Figura 3 – Linha de cuesta (fundo) com laranjais em primeiro plano, em Brotas (2010).

Foto: João Carlos Geraldo



Figura 4 – Talhões de eucalipto. Em primeiro plano, a sinalização turística rodoviária da SP-225, em Brotas.

Foto: João Carlos Geraldo

Há, no entanto, uma pressão muito grande sobre as paisagens existentes, já que as monoculturas de cana, laranja e a silvicultura têm expandido suas áreas de plantio. Existe o conflito de interesses

entre o *trade* turístico e a agroindústria, cujos produtores estão mais interessados na exploração intensa do território do que na conservação de áreas recobertas por matas e paisagens de valor cênico. Outra questão pertinente relaciona-se às possíveis mudanças no Código Florestal Brasileiro, pois, de acordo com a proposta, pode haver redução nas áreas de Proteção Permanente, favorecendo a descaracterização das paisagens locais.



Figura 5 – Rio Jacaré Pepira, em Brotas. Vista aérea do trecho onde se pratica rafting, com canaviais à esquerda e laranjais à direita da foto.

Foto: Jú de Francisco (2005)

Caracterização das propriedades

Como diferencial para a realização deste estudo de caso intentou-se a análise de propriedades que incorporaram a atividade turística ao seu cotidiano produtivo, mas que apresentam tamanho médio ou grande, diferente do padrão usual do chamado turismo rural, instalado em pequenas propriedades familiares. As características elencadas para essa seleção foram o fato de pertencerem a famílias, não a grupos econômicos ou empresas; estarem, em sua

maioria, em mãos do mesmo grupo familiar há algumas gerações; não se caracterizam como pequenas propriedades familiares produtoras de alimentos; e por estarem localizadas em uma área com características físicas, históricas e socioeconômicas similares. Também influenciou em sua escolha um preconceito, por parte do pesquisador, tanto da região, de maneira geral, quanto por já haver visitado a quase maioria delas, em época anterior à elaboração do projeto.

Quadro 1 – Objetos de estudo e suas características turísticas básicas

Propriedade	Localidade	Produtos oferecidos
Hotel Fazenda Salto Grande	Araraquara	Hospedagem, cavalgadas, trilhas, eventos e convenções.
Fazenda-hotel Areia que Canta	Brotas	Turismo de aventura, ecoturismo, eventos e convenções, hospedagem.
Primavera da Serra		Turismo de aventura, ecoturismo, trilhas para jipe e hospedagem.
Recanto das Cachoeiras		Turismo de aventura, ecoturismo e cavalgadas.
Fazenda Bela Vista	Dourado	Turismo histórico-pedagógico, ecoturismo e de aventuras, cavalgadas, hospedagem.
Santa Clara Eco Resort		Hospedagem, eventos e convenções, ecoturismo e de aventuras, cavalgadas.
Fazenda Pinhal	São Carlos	Turismo histórico-pedagógico (turismo cultural), cavalgadas, trilhas.
Fazenda Santa Maria do Monjolinho		Turismo histórico-pedagógico (turismo cultural), ecoturismo e de aventuras.
Fazenda Atalaia	Santa Lúcia	Turismo histórico-pedagógico (turismo cultural).
Fazenda-hotel Vale Verde	Torrinha	Hospedagem, eventos e convenções, turismo de aventura, trilhas e cavalgadas.

Fonte: *Sites* das propriedades. Organização: João Carlos Geraldo (2011).

Conforme dito anteriormente, essas propriedades não se enquadram no modelo tradicional de turismo rural, principalmente no modelo europeu ou das propriedades da região serrana do Rio Grande do Sul e serras capixabas, praticado em sua maioria por pequenas unidades de produção familiar como forma de incremento de rendimentos. Apesar disso, a maioria delas tem estado nas mãos das mesmas famílias por várias gerações, apesar de haver exceções.

Nem todas essas propriedades contam com a mesma área original, como a Fazenda Pinhal, que surgiu como uma grande sesmaria nos tempos do Império. É o caso do Recanto das Cachoeiras, em Brotas, com apenas 24 ha. Seu tamanho é resultado do parcelamento por questões hereditárias, tendo sido desmembrada da Fazenda Roseira, grande propriedade do período cafeeiro, mas que permanece, ainda que fracionada, nas mãos da mesma família. Outra característica a ser destacada neste caso específico é o fato de a propriedade se sustentar exclusivamente com os rendimentos da atividade turística.

Os Quadros 2 e 3 são uma primeira tentativa de classificação das propriedades em estudo, reunindo-as em duas categorias, em uma aproximação inicial, de acordo com seu ramo de atividade principal e demais produtos turísticos oferecidos.

Quadro 2 – Propriedades que exploram recursos paisagísticos e ambientais

Propriedade	Atrativos/Atividades	Localização
Hotel Fazenda Salto Grande	Hospedagem, cavalgadas, trilhas, eventos e convenções.	Araraquara
Fazenda-hotel Areia que Canta	Turismo de aventura, ecoturismo, eventos e convenções, hospedagem.	Brotas
Primavera da Serra	Turismo de aventura, ecoturismo, trilhas para jipe e hospedagem.	
Recanto das Cachoeiras	Turismo de aventura, ecoturismo e de aventuras, cavalgadas.	

(continua)

(continuação)

Santa Clara Eco-Resort	Hospedagem, eventos e convenções, ecoturismo e de aventuras, cavalgadas.	Dourado
Fazenda-hotel Vale Verde	Hospedagem, eventos e convenções, turismo de aventura, trilhas e cavalgadas.	Torrinha

Fonte: *Sites* das propriedades. Organização: João Carlos Geraldo (2011).

Quadro 3 – Propriedades que exploram recursos paisagísticos, ambientais e histórico-arquitetônicos

Propriedade	Atrativos/Atividades	Localização
Fazenda Bela Vista	Turismo histórico-pedagógico, ecoturismo e de aventuras, cavalgadas, hospedagem.	Dourado
Fazenda Atalaia	Turismo histórico-pedagógico.	Santa Lúcia
Fazenda Pinhal	Turismo histórico-pedagógico, cavalgadas, trilhas e convenções.	São Carlos
Fazenda Santa Maria do Monjolinho	Turismo histórico-pedagógico, ecoturismo e de aventuras.	

Fonte: *Sites* das propriedades. Organização: João Carlos Geraldo (2011).

Como é possível observar, algumas propriedades contam com atrativos e modalidades turísticas diversas, oferecendo vários produtos diferentes, sendo que a única que apresenta estritamente a modalidade de turismo histórico-pedagógico (ou cultural) é a Fazenda Atalaia, em Santa Lúcia.

Por causa de seu patrimônio histórico-arquitetônico representativo do período cafeeiro e muito bem preservado, a Atalaia foi utilizada, em 2002, como cenário para *Esperança*, telenovela de época da Rede Globo de Televisão. Também as fazendas Pinhal e Santa Maria do Monjolinho, em São Carlos, e Bela Vista, em Dourado,

desenvolveram-se no decorrer do mesmo período econômico, oferecendo paisagens histórico-culturais semelhantes, apesar de as características arquitetônicas serem distintas (Benincasa, 2003).

A Fazenda Bela Vista, apesar de não contar com patrimônio histórico tão significativo e bem conservado quanto as demais do Quadro 3, do ponto de vista arquitetônico, pertence a descendentes da família de Washington Luís e foi pioneira na implantação de turismo com hospedagem em meio rural na região, em 1982 (Lattere Assessoria, 2008).

A Fazenda Pinhal teve seu patrimônio tombado em 1981 pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Também foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987 (Carvalhosa, 2005). A Santa Maria do Monjolinho está em processo de tombamento pelo Condephaat e é considerada patrimônio histórico do município de São Carlos pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Artístico e Ambiental de São Carlos (Condephasc).⁵



Figura 6 – Fazenda Atalaia, Santa Lúcia. Casarão com terreiro para secagem do café em primeiro plano.

Foto: João Carlos Geraldo

5 Disponível em: <www.saocarlos.sp.gov.br/>; <<http://ecoviagem.uol.com.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2011.



Figura 7 – Fazenda Pinhal, São Carlos. Detalhe do balcão frontal e escada de acesso ao jardim lateral.

Foto: João Carlos Geraldo

Entre as propriedades analisadas, há outras que apresentam patrimônio arquitetônico do período cafeeiro, porém não estão tão conservadas ou completas, ou já estão, mesmo, bastante modificadas. No caso da Fazenda Salto Grande, não se pratica a modalidade de turismo histórico-pedagógico, apesar de sua sede estar bem conservada. São utilizados como equipamentos turísticos a antiga tulha e o terreiro de café, adaptados para sediar, respectivamente, restaurantes e estacionamento para os visitantes.



Figura 8 – Fazenda Santa Maria do Monjolinho, São Carlos. Fachada.
Foto: João Carlos Geraldo

Em propriedades como a Vale Verde e Primavera da Serra, também foram readaptados antigos equipamentos da época cafeeira, sendo-lhes atribuídos novos usos: tulhas, terreiros e colônias oferecem locais para restaurantes, equipamentos de lazer e hospedagem, respectivamente.



Figura 9 – Primavera da Serra, Brotas. Terreiros de café e tulha adaptados.

Foto: João Carlos Geraldo

Em termos de histórico de uso, a Fazenda Tamanduá (Areia que Canta) tem trajetória diferenciada das demais, já que foi construída por imigrantes italianos, passou por diversas fases produtivas (açúcar, arroz, café, feijão, milho), e, na fase anterior à implantação do turismo rural, foi produtora de leite tipo B.⁶

Pelo fato de não ter pertencido a grandes produtores de café e por ter passado pela produção de diversos produtos agropecuários ao longo do tempo, o patrimônio não apresentava grande interesse arquitetônico. Os equipamentos turísticos instalados, visando atender às necessidades dos visitantes, apresentam características diversas do padrão de construção rural anterior, bem mais singelo.

6 Disponível em: <www.ariaquecanta.com.br>. Acesso em: 3 fev. 2011.



Figura 10 – Santa Clara Eco Resort, Dourado. Lago com tirolesa e deck.

Foto: João Carlos Geraldo

Para a realização de atividades como turismo de aventura e esportes radicais, nas fazendas onde são praticados, foram instalados equipamentos, como trilhas para jipe, circuitos de arvorismo e mirantes, entre outros. Apesar de algumas dessas práticas exigirem alto nível de segurança e emprego de tecnologia, no geral, as estruturas são construídas em estilo rústico, utilizando materiais como madeira, tijolos aparentes e rochas nativas, a fim de se harmonizarem com o entorno rural.



Figura 11 – Recanto das Cachoeiras, em Brotas. Mirante sobre a cuesta.

Foto: João Carlos Geraldo



Figura 12 – Fazenda Bela Vista, em Dourado. Equipamentos para arborismo.

Foto: João Carlos Geraldo

Um fato a ser destacado é que a introdução do conceito de arvo-
rismo no Brasil se deu na região em 2001, em Brotas, sendo difun-
dido por todo o país a partir de então.⁷

Do ponto de vista dos recursos paisagísticos naturais, como já
foi dito aqui, a existência das cuestas gera um relevo movimentado,
com a presença marcante de muitas nascentes, rios e cachoeiras, os
quais são aproveitados para diversas atividades, como rafting, esca-
ladas, banhos, entre outras. As trilhas para caminhada (trekking) e
cavalgadas também fazem uso dessas paisagens de morros e escar-
pas rochosas em seus roteiros, sendo imprescindíveis para o desen-
volvimento do turismo na região.



Figura 13 – Fazenda Bela Vista, em Dourado. Vista a partir do topo da
cuesta.

Foto: João Carlos Geraldo

7 Disponível em: <<http://www.alaya.com.br/a-alaya>>. Acesso em: 7 fev. 2011.



Figura 14 – Relevo ruiforme às margens da rodovia SP-255, em Brotas.

Foto: João Carlos Geraldo



Figura 15 – Recanto das Cachoeiras, em Brotas. Vista a partir do topo da *cuesta*. À esquerda, o restaurante, voltado para a mesma vista.

Foto: Luiz C. Surian

O que se procurou fazer aqui foi uma breve caracterização do potencial paisagístico disponível e sua utilização pelas propriedades, sem que tenha se pretendido esgotar o assunto.

O que motiva um turista a buscar o turismo rural?

Não é o propósito deste texto discutir o que é o rural na atualidade, mas não deixa de ser importante avaliar que rural é esse, procurando pelo turista citadino.

A incorporação do turismo ao mundo rural teria suas origens na prática de se hospedar em áreas rurais devido, principalmente, ao fato de essas propriedades não contarem com equipamentos destinados à função, por conta da baixa densidade de população, mas ainda assim contarem com paisagens atrativas. Essa busca por paisagens do campo teria feito que proprietários abrissem suas fazendas aos visitantes, dando-lhes pouso. Originalmente, essas propriedades foram denominadas *farm houses*, e atualmente recebem o nome de *working farm*, *working ranch*, *guest farm*, *ranch resort*, *lodge resort*, entre outras, sendo a prática ainda comum na Europa, Argentina, Uruguai, Nova Zelândia e mesmo no Brasil (Portuguez, 1998).

Como modalidade, o turismo rural é razoavelmente novo no Brasil, em comparação com outras formas de exploração turística, tendo seu marco inicial no recebimento de visitantes pela fazenda Pedras Brancas, no município de Lages (SC), no ano de 1986. Essa propriedade oferecia pernoite e participação nas lidas cotidianas, para que os visitantes pudessem passar um dia no campo, vivenciando o modo de vida rural. A partir da experiência de Lages, iniciativas de turismo em espaços rurais se implantaram por diversas localidades do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, sendo que neste último, iniciada ainda na década de 1980, inspirou-se no modelo de agroturismo existente no norte da Itália (Selva, 1998; Portuguez, 2001; Rodrigues, 2001).

O espaço rural representa um importante componente na vida das pessoas, mesmo para as que não vivem ou dependam direta-

mente dele, mas que o imaginam como um local sem as atribuições da cidade, mais saudável e renovador das energias despendidas no trabalho e vida urbanos (Weissbach, 2007). De forma direta ou indireta, o rural faz parte do imaginário do cidadão, apresentando-se como um ícone diferente dos do cotidiano urbano.

O olhar do turista, segundo Urry (1996), se direciona para aspectos da paisagem que lhe proporcionem um contato distinto da experiência diária, tanto no campo quanto na cidade. Já para Catai (2005, p.12-13), entre os possíveis motivadores desse olhar voltado para paisagens rurais, estaria uma tentativa de “resgate de vínculos familiares, históricos e culturais”. Seria o reencontro das raízes, dos laços com o campo, rompidos com o êxodo rural, mas ainda presentes na memória pessoal ou nas histórias de família.

Com o crescente grau de urbanização da população mundial, é difícil prever se esse motivador se sustentará nas próximas gerações, essencialmente urbanas e sem laços com o campo. Ou seria o turismo em meio rural exatamente uma forma de “preservação” dessa busca, dessa visão, mista de sentimento saudosista e de idealização da vida no campo?

Os motivos que incentivam as pessoas a sair de seu espaço cotidiano podem ser de ordem diversa, mas, para Krippendorf (1989), a viagem como alívio ao trabalho extenuante é uma necessidade da vida moderna, sendo que a sociedade contemporânea projeta esse descanso para o exterior, criando uma polarização entre o morar e o lazer, evidenciada na fórmula “trabalhar e morar aqui – descansar além” (ibidem, p.41).

A noção de que o contato com a natureza é de alguma forma benéfica ao ser humano e à sua saúde é, para Ulrich (apud Wilson; Kellert, 1993), uma crença bastante espalhada e já velha, de pelo menos dois séculos, sendo que

[...] em vários países, a ideia de que a exposição à natureza propicia bem-estar psicológico, reduz os estresses da vida urbana, e promove saúde física tem feito parte da justificativa para se

proporcionar parques e outras formas nas cidades e preservação de ambientes selvagens para uso público. (ibidem, p.73)

Mas até que ponto a busca de “contato” com a natureza não seria, também, uma projeção do mercado turístico, estando as pessoas despreparadas para essa convivência? Há alguns relatos interessantes de hóspedes de hotéis rurais que não conseguem conviver com o quase silêncio noturno, muito diferente dos ruídos sempre presentes na noite urbana. Ou, por certo receio quanto aos ruídos de insetos e animais noturnos, há visitantes que preferem passar o dia em atividades no campo, mas dormir na cidade.⁸

Outro aspecto interessante a ser destacado é o do modelo de turismo rural encontrado: ainda é cedo, pela falta de dados conclusivos, para afirmar que não exista procura, na região, por um turismo rural nos moldes dos praticados em pequenas propriedades familiares, como no padrão europeu, mas possivelmente os clientes dessas propriedades analisadas não devem participar de lidas produtivas, em uma real interação com as atividades cotidianas do campo.

O que leva pessoas, moradoras de ambiente urbano, a procurar o campo, não é um consenso entre autores. Para Grolleu apud Oliveira (1997, p.3-4) os chamados clientes (turistas) que procuram o turismo rural classificam-se em cinco tipos:

- *Os produtos do êxodo rural*: são os que tiveram de sair do campo em busca de trabalho.
- *Os iniciados*: pessoas que conhecem o campo e que admiram suas características.
- *Os excursionistas*: pessoas que procuram conhecer lugares diferentes, monumentos, construções etc.
- *Os farofeiros*: denominação pejorativa dada à clientela turística que vive próximo ao campo (duas a três horas de ônibus) e que costuma passar o dia em um local de interesse turístico rural, como, por exemplo, um parque ecológico, uma cachoeira, uma represa etc.

8 Obtida junto a funcionários da Fazenda Bela Vista, em 2008.

- *A nova clientela do turismo rural*: formada por profissionais de nível superior, que costumam tirar férias regulares com suas famílias.

De acordo com Catai (2005, p.13) há uma série de motivos pelos quais o público buscaria o turismo rural:

- proximidade com a natureza;
- convívio com diferentes estilos de vida;
- contato com tarefas diárias do campo;
- resgate de vínculos familiares, históricos e culturais;
- mudança de ambiente;
- contato com lugares de beleza natural e cultural;
- qualidade da hospedagem diferenciada e não massificada;
- conhecimento e apreciação da culinária típica;
- contato com atividades de lazer.

Já para Talavera (2000, p.155), há dois grupos típicos de turistas rurais: “o primeiro interessado pelo entorno físico e pelas atividades desportivo-recreativas que aí possam se realizar, e o segundo, atraído pela cultura local propriamente dita”.

Fica explícita, nos dois primeiros autores, a ideia de que pelos menos em uma parcela do público que busca o turismo rural existe certo fundo ou experiência rural pretérita. Esse público procura reatar ou se reaproximar de uma vivência passada da vida no campo, sua própria ou de gerações ascendentes não muito distantes. Já para Talavera (ibidem), pode haver uma atração pelo modo de vida do campo, mas há também um deslocamento em busca de atividades de lazer a ser realizadas em meio não urbano, sem que haja, necessariamente, um passado rural para essas pessoas.

Na óptica de Gonçalo Ribeiro Telles, engenheiro agrônomo e arquiteto paisagista português, falando sobre o turismo rural em Portugal, o mundo urbano

[...] olha para o mundo rural de variadíssimas maneiras: uns com saudades, porque se lembram da sua terra; outros como

um sítio ótimo para se passear e merendar, e outros como algo que é miserável. São as três vistas urbanas.⁹

O turismo rural como estratégia para o produtor rural

Há, segundo Cavaco (2000), uma crise em grande parte do espaço rural do mundo ocidental, gerada pela perda de significado em relação à empregabilidade, obtenção de rendimentos, à satisfação das necessidades familiares básicas e à ocupação do território. A agricultura não tem conseguido competir com a diversificação econômica e a criação de novas oportunidades de trabalho, perdendo, assim, o seu caráter de fixador do homem no campo. Como uma alternativa para esse esvaziamento do campo, principalmente na Europa, estimula-se o turismo como reabilitador dessas áreas agrícolas deprimidas economicamente (Vaccari, 2006).

O turismo rural tornou-se, então, uma estratégia de sobrevivência, sendo adotado como opção por muitas famílias de proprietários rurais como fator de contribuição para a obtenção de maiores rendimentos, acrescentando uma fonte de renda extra às atividades agrícolas já praticadas e sempre dependentes das oscilações de preço e dos mercados. A exploração dos recursos paisagísticos e histórico-culturais do campo pode colaborar com o incremento nos ganhos de suas propriedades, implantando e operando setores de serviços, como os de hospedagem e alimentação, em uma área em que tradicionalmente eles não estavam presentes.

Além do ponto de vista da sobrevivência material dos proprietários, ao desempenhar o papel de atividade que possibilita formas alternativas e/ou complementares na geração de renda para os habitantes do meio rural, a atividade turística pode, também, representar uma forma de resistência e preservação dos valores culturais

9 Entrevista concedida a Luis Chaves e Maria do Rosário Aranha. Pessoas e lugares, *Lisboa, II Série*, n.16, 4-5 jan.-fev. 2004.

e do modo de vida, contribuindo, ainda, para a valorização do território e como fator de proteção e conservação do meio ambiente e do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural (Campanholo; Silva, 2000; Catai, 2005).

Do ponto de vista acadêmico, segundo Weissbach (2007), a partir da década de 1990, a ideia de que o rural seja um mundo voltado exclusivamente para as práticas agrícolas vai sendo abandonada e o espaço rural passa a oferecer possibilidades de emprego e geração de renda mais amplas. Outros bens, não tangíveis, passam a ser valorizados, dando oportunidade a “novas formas de ocupação e obtenção de rendimentos ao trabalhador rural” (ibidem, p.28).

A atividade turística se encaixa, então, no modelo do “novo rural”, proposto por Silva (1997).

Não haveria, então, uma divisão nítida, um corte preciso, separando as paisagens urbanas das rurais. As fronteiras definidas entre elas vão desaparecendo em razão da rapidez nos deslocamentos e da geração constante de novas tecnologias no mundo contemporâneo, misturando e não diferenciando as fronteiras entre os modos ou “estilos” de vida, entre os modos de produzir, morar, vestir-se, alimentar-se.

Considerações finais

Dado o fato de a pesquisa ainda estar em andamento, o que se pode inferir sobre a implantação do turismo rural na região ainda é pouco.

O modelo de turismo praticado nessas propriedades em estudo possivelmente nem possa ser considerado turismo rural, de acordo com os modelos existentes, já que os padrões de atividades e meios de hospedagem não se enquadram no formato de lida com as atividades cotidianas do campo, nem com o padrão simples de recebimento. As instalações hoteleiras, apesar de utilizarem, em parte, as antigas colônias de trabalhadores residentes ou mesmo as casas-sede, são equipadas com serviços e aparelhadas para atender às necessidades e exigências de hóspedes urbanos, acostumados a padrões de exigência diferentes da “vida simples do campo”.

Mesmo essa concepção de vida simplificada, em união com a natureza, também não corresponde, ou satisfaz apenas parcialmente, à realidade do meio rural paulista, em grande parte dominado pelo agronegócio. Esse aspecto, de fato, é um dos mais importantes para a efetivação da pesquisa, já que há uma aparente contradição entre a ocupação voltada para a produção de *commodities* para o mercado global e a conservação dos recursos paisagísticos e naturais, a ser solucionada.

Ainda não estão efetivadas as entrevistas com a demanda, mas o perfil inicial detectado em visitas não é o de um visitante que esteja em busca de realizar atividades “trabalhosas”, mas de um hóspede exigente no tocante a padrões de atendimento e de serviços “urbanos”.

As características do modelo de turismo rural vigente em outras partes do mundo, notadamente o europeu, no qual o visitante se insere no contexto da lida do campo, até o momento não se conseguiram observar nessas propriedades, nas quais são oferecidos lazer, aventura ou história, mas dificilmente a real interação com as atividades cotidianas de uma propriedade rural. Hospedar-se em uma fazenda é estar nela, não necessariamente vivenciá-la como tal. Quanto da realidade cotidiana de uma propriedade rural um turista consegue captar em poucos dias?

Também se observa, de maneira empírica, que nem todos os municípios próximos aos analisados, apesar de disporem de características e recursos físicos e paisagísticos semelhantes, de grande valor para a exploração turística, desenvolveram a atividade ou obtiveram os mesmos resultados com ela. O que leva a refletir sobre o fato de que apenas os recursos paisagísticos naturais e/ou culturais não são suficientes para implantar e desenvolver a atividade turística rural.

Referências bibliográficas

BENINCASA, V. *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara – 1830-1930*. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

- _____. *Fazendas paulistas: arquitetura rural do ciclo cafeeiro*. São Carlos, 2007. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. 2v.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000. (Coleção Turis). p.145-179.
- CARVALHOSA, H. *Fazenda Pinhal: cadernos de receitas e histórias de família*. São Paulo: Terceiro Nome, 2005.
- CATAI, H. Turismo rural: a importância da atividade turística no meio rural. In: CATAI, H. (org.). *O ambiente rural é turístico*. Manual para a elaboração de inventário turístico em propriedades rurais. Ribeirão Preto: Edição dos Autores, 2006. p.9-16.
- CAVACO, C. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000. (Coleção Turis). p.69-94.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- LATTERE ASSESSORIA. *Associação das Fazendas Históricas Paulistas. Plano de Comunicação*. Araraquara: Lattere Assessoria, 2008. 93p.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de A. e Silva. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.
- MONTEIRO, C. A. F. *A dinâmica climática e as chuvas no estado de São Paulo: um estudo geográfico sob forma de atlas*. São Paulo: IGEOG; USP, 1973. 130p.
- OLIVEIRA JUNIOR, A. F. de. *Valoração Econômica da Função Ambiental de Suporte relacionada às atividades de turismo*, Brotas, SP. São Carlos: Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2003. 277 p. Documento em PDF.
- PORTUGUEZ, A. P. Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo. In: LIMA, L. C. (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UEDE, 1998. v.2, p.229-249.

- _____. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.
- RODRIGUES, A. A. B. *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).
- SELVA, V. S. F. Experiências de turismo rural no agreste meridional de Pernambuco. In: LIMA, L. C. (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UEDE, 1998. v.2, p. 250-275.
- SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia* (Belo Horizonte), v.7, n.1, p.43-81, maio 1997.
- TALAVERA, A. S. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. D. P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papi-rus, 2000. p.151-70. (Coleção Turismo).
- ULRICH, R. S. Biophilia, Biophobia, and Natural Landscapes. In: WILSON, E. O.; KELLERT, S. R. (Ed.). *The Biophilia Hypothesis*. Washington: Island Press, 1993. p.73-137.
- URRY, J. *O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1996.
- WEISSBACH, P. R. M. *Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras-RS*. Rio Claro, 2007. 288p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

Referências eletrônicas

- CARVALHO, P. Fazendas que viraram novela. Cenários de “Esperança”, duas propriedades do interior paulista revelam a riqueza criada pelo café. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com>>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- CHAVES, L.; ARANHA, M. R. A paisagem é tudo. Pessoas e lugares. Lisboa, II Série, n.16, 4-5 jan.-fev. 2004. Recuperação do Patrimônio e valorização da paisagem rural. Disponível em: <http://www.leader.pt/PESSOAS_LUGARES.HTM#jpl>. Acesso em: 4 maio 2009. Documento em PDF.

- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI. PROJETO LUPA. Dados consolidados do estado de São Paulo 2007-2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado/DadosEstaduais.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2011.
- Esperança. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-230090,00.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- FOLHA DE TORRINHA, 15 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.epapromocoos.com.br/folhadetorrinha/sobre.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/>. Acesso em: 22 nov. 2008.
- OLIVEIRA, L. H. de. Turismo rural como estratégia para o desenvolvimento do interior do Brasil. In: XXI ENCONTRO DA ANPAD, 1997, Rio das Pedras-RJ. Disponível em: <www.anpad.org.br/enanpad/1997/dwn/enanpad1997-ar-10.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2009. Documento em PDF.
- VACCARI, A. V. O rural revisto como sustentabilidade. Estudo de caso em Gramado e Canela, Rio Grande do Sul, Brasil. Santa Cruz do Sul, 2006. 111p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Documento em PDF. Disponível em: <http://www.dominio-publico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=114030>. Acesso em: 28 fev. 2011.
- <<http://ecoviagem.uol.com.br/noticias/turismo/turismo-cultural/sao-carlos-11822.asp>>. Acesso em: 3 fev. 2011.
- <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EC379214-1641,00.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- <<http://www.alaya.com.br/a-alaya>>. Acesso em: 7 fev. 2011.
- <<http://www.areiaquecanta.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.casadopinhal.org.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.fe8f17d002247c2c53bbcfeae2308ca0/?vgnnextoid=963c6ed1306b0210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>>. Acesso em: 3 fev. 2011.

- <<http://www.fazendaatalaia.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.fazendabelavista.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.fazendahotelvaverde.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.fazendapinhal.com.br/home.htm>> Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.hotelfazendasaltogrande.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.primaveradaserra.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.recantodascachoeirasbrotas.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.santaclaraecoresort.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.santamariamonjolinho.com.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/turismo-pontos-turisticos/115446-atrativos-historico-culturais.html>>. Acesso em: 3 fev. 2011.

PARTE 4
AS DISTINTAS FACES DA PEQUENA
PROPRIEDADE

UM OLHAR SOBRE A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO JAÍBA: NOVOS CONCEITOS DENTRO DE UM VELHO PROJETO

Ana Ivânia Alves Fonseca¹

Lílian Damares de Almeida Silva²

Leonardo Ferreira Gomes³

Genilda do Rosário Alves⁴

Nas últimas décadas, o rural norte-mineiro vem apresentando relativas modificações, tanto na forma quanto no conceito. Nesse contexto, faz-se necessário o estudo dessas novas abordagens no maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina, o Projeto Jaíba. Esse projeto teve sua concepção com as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada na região denominada Mata da Jaíba, entre os rios São Francisco e Verde Grande. Mas foi na década de 1970 que de fato começou a ser implementado. Trata-se de um megaempreendimento que até os dias atuais ainda não trouxe o retorno esperado. De maneira geral, pode-se notar uma contradição; dificilmente há um consenso quando se fala

-
- 1 Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista da Fapemig e coordenadora de projeto do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR. Contato: anaivania@gmail.com
 - 2 Acadêmica do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claro – Unimontes. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR.
 - 3 Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Montes Claro – Unimontes. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR.
 - 4 Professora Especialista do Departamento de Estágios e Práticas Escolares da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR.

de Projeto Jaíba. Contudo, neste texto, abordaremos a inserção da agricultura familiar em tal projeto.

A inserção do Projeto Jaíba no norte de Minas Gerais

A macrorregião norte-mineira, maior região administrativa do estado de Minas Gerais, tem por características marcantes um clima de altas temperaturas, com precipitações irregulares e solo carente de correção, produtividade agrícola baixa e aplicação de técnicas defasadas, com áreas semi-industrializadas ou de nenhuma industrialização. É nesse cenário que se dá a implantação do projeto e, com a atuação do governo, por meio do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, são criadas diversas instituições para atuar na área. Segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasf), o Projeto Jaíba tinha como proposta desenvolver a agricultura de irrigação em uma área de 100 mil ha, consolidando-se, assim, como o maior projeto de irrigação da América Latina. De toda a extensão do projeto, inicialmente 32 mil ha seriam destinados à agricultura familiar. Portanto, a sua conclusão, nos termos descritos, materializaria o desenvolvimento da região, atraindo investimentos e gerando uma boa cota de empregos e renda.

Entretanto, o que se observa é que até os dias atuais o retorno ainda não foi o proposto inicialmente. Dado os cinquenta anos de existência e a enorme soma de recursos aplicados para a sua execução, é importante que façamos uma análise das viabilidades e perspectivas da agricultura familiar nesse projeto. A conjuntura do projeto é que ele foi dividido em quatro etapas, sendo a primeira destinada ao assentamento de colonos⁵ e à agricultura familiar. Já as demais etapas (II, III, IV) seriam destinadas aos médios e grandes empresários. A Etapa I, destinada aos colonos, já está concluída,

5 Os colonos nesta pesquisa são entendidos como agricultores familiares.

pelo menos em termos estruturais: nessa área encontram-se aproximadamente 1.800 famílias assentadas, segundo a Codevasf, mas é possível localizar dentro dela lotes abandonados, arrendados ou alugados. As áreas abandonadas, segundo informações, se dão por falta de aptidão de alguns colonos para a agricultura. Contudo, em entrevista com os colonos e registros de pesquisas sobre esse mesmo tema, pode-se constatar que além do problema da falta de aptidão para lidar com a terra, a maioria dos colonos que abandonaram seus lotes alegou a falta de assistência (técnica, financeira e logística) de órgãos governamentais. Isso aponta para outro problema: o processo seletivo executado pela Fundação Rural Mineira (Ruralminas), que contemplou com lotes de terra desde professores e comerciantes a profissionais liberais, cujo interesse por tal aquisição só pode ser explicado pela atividade especulativa.

Outra problemática se dá com referência ao titular do lote. Este tem um prazo de vinte anos para o pagamento da terra e esta não pode ser vendida, arrendada ou alugada antes da posse definitiva, que se dá após a quitação da dívida com o governo. Observamos que, mesmo já tendo passados os vinte anos para pagamento total das terras, muitos colonos ainda não conseguiram saldar essa dívida, o que gera uma série de irregularidades e ilegalidade, tanto no tocante à venda de lotes como quanto ao seu arrendamento. O arrendamento é comum, e o que mais preocupa na sua frequência é o fato de incidir na Etapa I destinada à agricultura familiar, sendo arrendados dois ou mais lotes vizinhos por médias e grandes empresas em um processo de proletarianização do pequeno produtor, que em concorrência com a grande propriedade e a agroindústria, sucumbe à força do grande capital por não dispor de técnica e estrutura para atingir uma produção competitiva (Kautsky apud Alves, 2009).

Entre os lotes ativos na Etapa I, grande parte não atinge uma produção suficiente para garantir um padrão de vida digno à família que o ocupa, visto a precariedade das moradias que pode ser observada na Figura 1. O projeto previa a construção de casas para os agricultores da Etapa I, o que não ocorreu, porém, durante a sua implantação. Assim, os moradores foram construindo suas mo-

radiais conforme suas condições financeiras permitiam. Algumas têm uma boa estrutura, mas outras se assemelham aos barracos das favelas nos grandes centros, como pudemos observar na moradia do Sr. Rufino, à esquerda na Figura 1. No estágio atual do projeto estão sendo contempladas moradias. Entretanto, percebemos que as mesmas não atendem às famílias, pois são habitações pequenas, com cerca de 21 m², contendo apenas dois cômodos mais um pequeno banheiro e o número de membros por unidade familiar é geralmente de cinco ou mais pessoas. Para essa construção, os moradores contemplados terão de pagar cerca de 12 mil reais. Como pode ser observado na Figura 1 à direita, casa construída pela Codevasf; à esquerda, casa construída pelos agricultores.



Figura 1 – À direita, casa construída pela Codevasf; a esquerda casa construída pelos agricultores.

A inadimplência com os bancos, além das altas contas de água e energia elétrica, geram a insatisfação dos produtores que se veem presos a enormes dívidas. Um sério problema encontrado hoje no Projeto Jaíba é a falta de água potável para consumo humano. As famílias têm utilizado a água dos canais em suas necessidades básicas. A água é fervida e depois utilizada no banho, na higiene dos lares e até mesmo no preparo dos alimentos e para beber. O que é

uma grande contradição, visto que os agricultores têm de pagar três contas de água: uma pela água tratada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), outra pela água dos canais e a terceira pela água dos poços artesianos existentes no projeto. Diante de tal estrutura, é incongruente a falta de água tratada para os agricultores, como se pode perceber na Figura 2.



Figura 2 – Moradora do projeto retirando água do canal para uso doméstico.

A tendência para as monoculturas (principalmente a fruticultura) pode ser fator determinante para as unidades de produção familiar, pois essa atividade tende a atender ao mercado externo ou a metrópoles nacionais em um grau de exigência superior ao mercado local, requerendo do agricultor familiar técnicas e maquinários de que não dispõe. Além disso, há o descarte dos produtos que não atingem o padrão de qualidade esperado e também o problema da perecibilidade. Esses fatores, aliados à produção em grande escala, desestimulam a variedade de produção, que é a mola mestra da agricultura familiar, que tem como uma de suas principais características a diversidade da produção nas pequenas propriedades.

A fruticultura precisa de escoamento e de comercialização rápida, mas a distância em que a área produtiva se encontra dos grandes centros favorece a ação do atravessador, minimizando assim a renda do produtor. Tudo aponta para o favorecimento da grande propriedade, evidentemente priorizada nesse megaprojeto.

Tendo em vista todo o atraso sofrido pelo projeto, já tendo sido gasta a quantia investida de 470 milhões de dólares e estando concretizada apenas a Etapa I e parte da Etapa II, parece previsível o desvirtuamento sofrido na área destinada à agricultura familiar que, de maneira distorcida, é ocupada por médios e grandes produtores, produzindo assim monoculturas como banana, limão, pinha, atemoia etc. A situação em que se encontra a agricultura familiar atualmente no Projeto Jaíba demonstra claramente que a concepção do projeto estava mais preocupada em atender à demanda expansionista do capital por meio da territorialização, deixando em segundo plano o desenvolvimento daquele modelo.

Para Oliveira (2000), o Projeto Jaíba é um investimento para promover o desenvolvimento do norte de Minas, sendo este a execução em última instância de um plano de desenvolvimento macroeconômico concebido nos moldes norte-americanos, onde se criaram os famosos *belts*⁶ ou cinturões. Entretanto, não foram levadas em conta as peculiaridades regionais de uma população praticante de uma agricultura irrigada em pequenos módulos sem apoio técnico constante e apoio financeiro suficiente. Cada agricultor recebeu um lote com área de cinco hectares. Se for obtida uma alta produtividade, coisa a que o agricultor local não está acostumado, então entram todas as implicações citadas anteriormente, como o problema do escoamento da produção e todos os outros entraves. A questão do apoio financeiro é premente, pois a grande dificuldade em manter a produção com qualidade que possa entrar no mercado em con-

6 Essa nomenclatura vem do inglês e denomina extensas faixas de terras agrícolas ocupadas por monocultivo altamente mecanizados nos Estados Unidos, estabelecidos de acordo com as necessidades do mercado consumidor. Os principais são o *Corn Belt* (milho), o *Cotton Belt* (algodão) e o *Wheat Belt* (trigo). O *Sun Belt* (Cinturão do Sol) apresenta principalmente produção de frutas com o uso de irrigação. Esse modelo foi exportado para o Brasil.

corrência com os demais gera inadimplência. Além do problema da evasão na área da agricultura familiar para as grandes empresas, as pessoas têm deixado de produzir para se tornar empregados assalariadas da área empresarial, principalmente os jovens, que cada vez mais procuram as grandes empresas pelo retorno financeiro. Não há incentivo para que permaneçam nos estabelecimentos familiares e ajudem no desenvolvimento destes.

Breve histórico do Projeto Jaíba

Ao fazermos um levantamento histórico da implantação do Projeto Jaíba na região, percebemos a base de sua estrutura em projetos pensados nos Estados Unidos. Segundo Rodrigues (2000), em 1933 foi criada pelo presidente americano J. D. Roosevelt, no vale do rio Tennessee, uma agência de fomento para o planejamento da bacia desse rio. Esse modelo visava integrar ações de políticas agrícolas de água e energia. Com base nesse projeto, essa proposta foi adotada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), com o objetivo de estabelecer as relações econômicas entre os centros e a periferia no âmbito da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, as políticas brasileiras encaminharam-se para a execução de projetos que priorizavam o atendimento de áreas mais pobres do país, com necessidade da presença do Estado, calcada na política do desenvolvimento estatal, dado o momento histórico e político pelo qual passava o país.

Foram criadas algumas superintendências e órgãos de fomento como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), entre outras. Assim, o Brasil passa a fazer parte da política de intervenção na economia. E da premissa de que há uma tendência de quase todos os programas públicos caminharem na direção da “territorialização” das suas ações e, em menor grau, de construir políticas territoriais. Com

isso, na segunda metade da década de 1950, o norte de Minas Gerais passa a fazer parte da área de atuação da Sudene e, posteriormente, da Codevasf.

A dinâmica atual do Projeto Jaíba

Essa região, objeto da ação do Projeto Jaíba, é conhecida pela pobreza que assola a população, pelo clima caracterizado pela distribuição irregular das precipitações e pelo isolamento dos grandes centros. Dessa forma, para sair da estagnação em que se encontra, principalmente na área destinada aos colonos, é necessária a intervenção governamental de maneira mais incisiva, sem a qual a agricultura familiar estará destinada ao fracasso, bem como a área destinada à mesma será redirecionada à fruticultura explorada pelo grande capital privado.

Dada a dimensão do projeto e a área destinada à agricultura familiar, torna-se importante o estudo agricultura familiar na área, pois entendemos que com o Projeto Jaíba houve uma mutação desse grupo, como bem expressa Wanderley:

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. (Wanderley, 2001, p.21)

É com esses ares de novidade que a multifuncionalidade vem contribuir com o estudo da agricultura, possibilitando uma melhor análise do projeto na atualidade. Segundo Soares (2001, p.42), “no conceito de multifuncionalidade identificam-se as seguintes funções-chave da agricultura familiar: contribuição à segurança alimentar, função social, função ambiental e função econômica”. Ainda conforme afirma o autor, a segurança alimentar significa garantir a todos o acesso a alimentos básicos, contribuindo para uma

existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. No que se refere à função ambiental, podemos prever a conservação dos solos e das águas, manejo sustentável da biodiversidade e da produção de biomassa, cujo valor para as gerações presentes e futuras é incalculável. Em relação à função econômica, a agricultura familiar, segundo o estudo do INCRA/FAO 1999 (apud Soares, 2001), apesar de ocupar somente 30,5% da área e receber somente 25,3% do financiamento da produção, ela é responsável por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional (VPB), e nas regiões Norte e Sul, mais de 50% do VPB é produzido em estabelecimentos familiares. Como, de fato, o financiamento rural no Brasil é um indicativo da profunda desigualdade existente no setor, pois este continua sendo privilégio da agricultura patronal, que além de socialmente injusta e concentradora de terra e renda é economicamente ineficiente.

No que diz respeito à função social, sabe-se que o setor patronal rural é um dos piores empregadores do país. Além de desprezeitar os direitos sociais e trabalhistas dos assalariados rurais, segundo Carvalho (2005, p.51), “as grandes unidades são responsáveis por apenas 2,5% dos empregos ou pouco mais de 420 mil postos de trabalho”. No entanto, a agricultura familiar, apesar de representar apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado. Diante disso, observamos a contradição que existe no meio rural brasileiro, pois, mesmo com toda a precariedade à qual está submetido, o agricultor familiar tem sido mais eficiente em todos os aspectos se comparado ao agricultor patronal. Utilizaremos aqui os conceitos da multifuncionalidade mencionados anteriormente para compreender a atualidade da agricultura familiar no Projeto Jaíba. Para tanto, é necessário que alguns pontos sejam elucidados para um melhor entendimento do contexto em que se dá a sua implantação. Constatamos em pesquisas anteriores que a agricultura no empreendimento passa por diversos problemas. Um dos pontos mais críticos colocados por alguns moradores do projeto e em levantamentos feitos nas cidades circunvizinhas de Matias Cardoso, Jaíba, Itacarambi e Manga, é o relacionado ao

grande problema do projeto que se caracterizou na forma de assentamento dos primeiros colonos. Segundo a Codevasf, coube à Fundação Rural Mineira (Ruralminas) a seleção dos assentados. Inicialmente, foi realizado um cadastro no qual puderam se inscrever pessoas de todo o país com experiência na agricultura. O fato de ter experiência na agricultura não foi, porém, condição *sine qua non* para que os colonos fossem assentados.

Segundo relatos orais, várias pessoas assentadas não tinham o menor vínculo com a terra. Isso possibilitou uma retirada de muitos dos assentados no final de dois anos de assentamento. A falta de apoio governamental e o não cultivo da terra começaram a ser um problema para as famílias que foram assentadas. Conforme Araújo et al. (2008), as frentes de assentamento foram implantadas e suas origens eram as mais diversas, tanto no que se refere ao território como às atividades profissionais. Outros problemas são vivenciados pela agricultura familiar e estão relacionados às questões da desorganização social e da baixa participação, que influenciam direta e negativamente a comercialização e o acesso ao crédito. Além do mais, com o passar dos anos, o distanciamento dos governos faz que o modelo até então implantado seja repensado.

Nesse sentido, nos apoiamos em Abramovay (1992). O autor afirma que a agricultura familiar altamente integrada ao mercado é capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder às políticas governamentais. Aquilo que era, antes de tudo, um modo de vida, converteu-se em uma profissão, em uma forma de trabalho, o que vem caracterizando a pluriatividade.⁷ Para esse autor, sendo esse ambiente favorável e contando com o apoio do Estado, a agricultura familiar preencherá uma série de requisitos, entre os quais: fornecer alimentos baratos e de boa qualidade para a sociedade e

7 “[...] refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos” (Schneider, 2003).

reproduzir-se como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural. Nesse sentido, percebemos, no interior do projeto, uma grande desconexão real para o ideal dentro dos parâmetros da multifuncionalidade, pois em nenhum momento o projeto prevê o mercado interno. Uma grande questão é como inserir esse modo de produzir em uma economia agroexportadora, visto que esses trabalhadores não possuem a técnica nem o modelo para essa economia de mercado internacional. Um dos pontos negativos percebidos no projeto é exatamente no escoamento da mercadoria com preços justos para o produtor, pois a figura do atravessador⁸ é facilmente citada pelos agricultores. Foram observadas, no interior do projeto, áreas com produção eficiente. Entretanto, os pequenos produtores têm sua renda comprometida por falta de escoamento e comercialização da mercadoria. Na área de produção de cebola da produtora Ana Amélia, a produção no ano de 2010 não pôde ser escoada por falta de uma logística capaz de atendê-los, resultando em desperdício da produção e na desvalorização da mercadoria, que foi vendida a baixo preço para atravessadores.

O pensamento de Abramovay (1992) fica evidenciado quando expressa que “Se quisermos combater a pobreza, precisamos, em primeiro lugar, permitir a elevação da capacidade de investimento dos mais pobres. Além disso, é necessário melhorar sua inserção em mercados que sejam cada vez mais dinâmicos e competitivos”. O produtor nem sempre é dotado de conhecimentos matemáticos e econômicos. Cada produtor sabe quanto plantou e quanto espera produzir, mas não existe a preocupação em saber a soma dessas produções, e também o interesse em capacitar os produtores

8 A preocupação do atravessador é comprar a mercadoria e não produzi-la. Sua compra está baseada unicamente em obtenção do lucro, quando ele chega em uma propriedade ele já sabe o preço que pode pagar aos produtores, porque ele tem a informação do preço pelo qual vai conseguir vender. Fica sabendo rapidamente quando o preço começa a variar, seja na alta, seja na baixa, e é nessas fases que ele ganha mais. Está em constante contato com seus compradores, busca informações sobre as safras, faz telefonemas, enfim, mantém-se informado. Antes de a colheita começar, ele já sabe as tendências dos preços.

para que eles administrem de forma eficiente o seu estabelecimento. Apesar de o projeto contar com 1.800 famílias na Etapa I, não existe nenhuma escola especializada na área agrícola para atender a essa demanda. Dentro dessas problemáticas, percebemos que os princípios social, econômico e a segurança alimentar, previstos na multifuncionalidade, estão sendo atendidos parcialmente.

Para Rodrigues (2000), o desenvolvimento não é algo espontâneo, dado pela livre evolução das forças de mercado, pela mão invisível. Ele é alcançado via planejamento estatal. Não se podem negar os resultados positivos da mecanização e da irrigação na agricultura, pois estes aumentam a produtividade, protegem ou tornam possível a convivência com as adversidades climáticas, aumentando as oportunidades de emprego e renda. Além desses benefícios, isso propicia um incremento no comércio local, com o estabelecimento de fornecedores de insumos e de equipamentos agrícolas. Possibilita também a implantação da agroindústria para o beneficiamento da produção, pois esta atinge ou poderá atingir a alta produtividade, aumentando o excedente da agricultura familiar ou nas áreas empresariais. Dessa maneira, a agricultura irrigada, seja ela em pequena ou grande escala, não pode ser apontada como um fator negativo, pois eleva o volume da produção por hectare e agrega, em seu entorno, um aumento da composição orgânica do capital. Como afirma Rodrigues (2002), “assim o processo de desenvolvimento regional pressupõe a elevação da escala em que se dá a produção e conseqüentemente a evolução das forças produtivas”. A agricultura irrigada pode contribuir para isso.

Considerações finais

Ao analisarmos o Projeto Jaíba, percebemos que se trata de um projeto pensado em uma época em que as questões ambientais e também a segurança alimentar não eram prioridade. Os estudos realizados apontam para uma distorção da multifuncionalidade na agricultura familiar praticada no Projeto Jaíba. Existem os fatores que comprovam a presença das funções-chave; estas, porém, não

ocorrem em sua totalidade, visto que o projeto foi moldado em um modelo arcaico que não conseguiu acompanhar as mudanças no cenário atual devido à grande demora de sua construção. Para Rodrigues (2000), as maiores dificuldades encontradas pelos produtores estão ligadas ao transporte e armazenamento, preço dos produtos e às altas taxas de juros, bem como às dificuldades para aprovação de crédito, aos valores elevados das tarifas de água e energia (ambas foram revistas, serão implantados relógios noturnos), também ao custo dos insumos fertilizantes e defensivos.

Observa-se que tão somente o acesso à terra e à irrigação não são suficientes para o êxito desse empreendimento. Fatores como tecnologia empregada, sementes de boa qualidade, assistência técnica e eficiente, tratos culturais, financiamento, condições de venda, entre outros, não podem estar ausentes. É necessária uma forte intervenção estatal articulada nos três níveis da administração, no sentido de reestruturar o programa estabelecido para a agricultura familiar, e esse programa deverá ser capaz de dar condições que fixem o pequeno produtor no campo. A agricultura familiar é comprovadamente a que mais emprega mão de obra; sua redução ou falência está intimamente ligada ao aumento de uma massa desempregada ou à formação de um contingente de mão de obra barata no campo ou na cidade.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1992. 275p.
- OLIVEIRA, M. F. M. de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da Sudene. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org.). *Formação econômica e social do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.
- RODRIGUES, L. Formação econômica do norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org.). *Formação econômica e social do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), v.18, n.51, p.99-122, fev. 2003.
- WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 2001. 405p.

Referências eletrônicas

- ALVES, F. D. *Importância das teorias agrárias para a Geografia rural*. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/223/227>>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- ARAUJO, T. C. A. de. et al. *A organização social da agricultura familiar do Projeto Jaíba-MG como desafio para o desenvolvimento local sustentável*. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/333.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

INTEGRAÇÃO AO MERCADO E PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO: ESTRATÉGIAS SOCIOPRODUTIVAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE FAVILA, EM CANGUÇU (RS)

*Lucimára dos Santos de Moura¹
Giancarla Salamoni²*

Em virtude da modernização da agricultura, a partir das décadas de 1960-1970, o meio agrícola do Rio Grande do Sul passou por profundas transformações, o que engloba o município de Canguçu, mais precisamente, a localidade de Favila, foco deste estudo. Os elementos típicos da agricultura familiar, como as ferramentas manuais, a adubação orgânica, a tração animal, entre outros, foram sendo substituídos por novas técnicas e práticas de produção, principalmente tratores, adubos químicos e agrotóxicos. Nesse período, por causa das transformações técnicas e produtivas que ocorreram, muitos agricultores familiares inseriram-se na dinâmica do mercado, pois essa era uma forma de garantir a venda de sua produção.

No entanto, mesmo com a integração ao mercado, a produção para autoconsumo continua sendo uma estratégia de reprodução social entre as unidades familiares. De acordo com Grisa e Schneider (2008), a produção de alimentos para o consumo doméstico faz parte de um

1 Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Integrante do grupo de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – UFPel – e do Núcleo de Estudos Agrários e Culturais – FURG – UCHI – PPGEO.

2 Professora Associada I da Universidade Federal de Pelotas. Professora Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FURG. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/ICH/UFPEL. Contato: gi.salamoni@yahoo.com.br

modo de organizar a produção que caracteriza a sociabilidade e a identidade cultural desses agricultores. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo central demonstrar que em Favila a agricultura familiar passa por um processo de mercantilização da produção, resultado da integração dos agricultores familiares aos complexos agroindustriais, principalmente na produção do fumo e, em menor proporção, na de leite, e que isso gerou modificações nas estratégias de reprodução social das famílias. Pretende-se apresentar, ainda, a organização interna das unidades familiares a partir de elementos sociais, técnicos e de produção, além de identificar as transformações sobre a produção de alimentos a partir da introdução dos cultivos comerciais.

Dessa forma, o que se verifica na localidade em estudo é a produção voltada para o mercado, pois além de os agricultores produzirem para o autoconsumo, eles comercializam parte da produção, penetrando, assim, nessas unidades, nas relações capitalistas de produção que visam fazer parte da sociedade moderna, além de ter acesso a um conjunto de bens materiais e culturais, transformando-se em um produtor e consumidor de mercadorias.

Nesse contexto, os agricultores familiares intensificam o ritmo de trabalho nos produtos que são destinados ao mercado, dando preferência aos “cultivos comerciais”, e se especializam na produção destinada à comercialização. Nesse sentido, a produção de alimentos voltada para o consumo da família e dos animais domésticos fica relegada a segundo plano. Apesar disso, em Favila é possível identificar a produção para o consumo doméstico combinada à produção mercantil, pois essa é uma forma de os agricultores familiares produzirem alimentos para o seu consumo e não precisarem adquirir tais produtos fora das unidades de produção.

A associação da produção mercantil com a produção para autoconsumo

A agricultura no Rio Grande do Sul, ao longo do tempo, tem passado por importantes e profundas transformações. Pode-se di-

zer, então, que a agricultura se redesenha e se reorganiza à medida que novos atores sociais, múltiplos fatores econômicos e políticos se manifestam e transformam a organização socioprodutiva no espaço rural. Entre esses fatores destaca-se, principalmente, a expansão do capital sobre a agricultura, a qual, nas décadas de 1960-1970, encontra-se representada pela modernização da agricultura, ou a chamada “Revolução Verde”, que corresponde à difusão e adoção do “pacote” de insumos industriais, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes e mudas, mecanização, além de créditos, obras de infraestrutura, serviços de extensão e treinamento, além da reorganização dos mercados agrícolas (Ploeg, 2006).

Ainda de acordo com Ploeg (ibidem), a modernização da agricultura implicou o aumento significativo da escala de produção e redução na absorção de trabalho agrícola, além de uma tecnologia dirigida a uma intensificação produtiva que tomou o lugar das formas de intensificação fundamentadas no trabalho.

Silva (1998, p.22) afirma que a modernização da agricultura contribuiu para que “o capital tenha no progresso técnico, que nada mais é do que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria natureza”. A expansão da modernização, principalmente na produção familiar, deu-se inter-relacionada à atuação dos complexos agroindustriais, cooperativas ou redes de comercialização. Dessa forma, a produção está subordinada à obtenção de insumos e créditos ou de fornecimento de matérias-primas. Assim, muito dos agricultores familiares transformaram-se em produtores tecnologicamente modernos, porém, nem por isso perderam suas características de produtores familiares. (Gerardi; Salamoni, 1994).

À medida, porém, que a produção familiar se moderniza e, conseqüentemente, se vincula aos processos de mercantilização da produção, de especialização das atividades e de modernização do processo produtivo, verifica-se uma tendência a privilegiar o movimento de subordinação e negar a validade das pesquisas que reconhecem a importância de um movimento interno à unidade de produção familiar (Wanderley, 2010).

E, conforme Montoya e Guilhoto (2001), a agricultura deixou de ser um setor econômico distinto e passou a se integrar à dinâmica da produção industrial, conhecida como Complexos Agroindustriais (CAIs), que se formaram e se consolidaram na década de 1970.

Nesse sentido, Poltroniéri e Souza (1989) apresentam a organização e a forma de comercialização dos produtores que se integram aos CAIs:

A própria agricultura passou por um processo de redefinição de suas funções, segundo os “modos de produção” desenvolvidos pelo homem; dessa forma, passou a se constituir cada vez mais em um mercado para os produtos industrializados e as alterações na forma de organizar a produção são agora externas ao setor agrícola. (p.47)

O processo de modernização promoveu a integração entre a agricultura e o segmento das indústrias de máquinas e insumos agrícolas e as agroindústrias. Dessa forma, a agricultura familiar adaptou-se a essas novas mudanças e muitos agricultores se integraram aos complexos agroindustriais, por representar uma forma de garantia de venda de sua produção para o mercado.

No entanto, mesmo com a integração, os agricultores familiares não deixaram de produzir os alimentos historicamente cultivados pelas famílias, pois isso essa modalidade representa a preservação da identidade cultural – por meio da manutenção de saberes herdados dos antepassados –, além de significar uma maior autonomia no abastecimento interno das unidades familiares e uma menor dependência em relação ao mercado desses produtos. Dessa forma, percebe-se que mesmo com as transformações que ocorreram com a modernização, estas não produziram uma ruptura total e definitiva com as formas tradicionais de organização dos sistemas agrícolas, baseados na diversificação de produtos para o consumo doméstico combinada com a especialização para o mercado.

Ainda, Gerardi e Salamoni (2004) afirmam que mesmo tendo havido grandes transformações nas unidades produtivas familiares, a questão do caráter familiar do trabalho permanece na agricultura, aliado a determinadas modalidades de produção autônomas do mercado que são estratégias internas do grupo familiar para permanecer como agentes ativos no contexto do espaço rural.

Assim, a produção para o autoconsumo que, conforme Gazolla e Schneider (2007, p.90), é definida como “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”, continua presente na organização interna das unidades produtivas familiares, assim como a produção mercantil, pois foi a forma que essas pessoas encontraram para se reproduzir econômica e socialmente. Já Ortega (1995) define autoconsumo como:

[...] serían las actividades agrícolas de subsistencia o las reparaciones e incluso la construcción de la vivienda, em definitiva, todas aquellas actividades que substituyen o completan el repertorio de necesidades del grupo cuando no pueden ser satisfechas a través del mercado. (ibidem, p.69)

Essa produção para o autoconsumo, também denominada consumo doméstico, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao consumo interno das unidades produtivas, e o que caracteriza a sua permanência é o seu valor de uso e não o valor de troca (Schneider; Grisa, 2008).

Estratégias socioprodutivas da agricultura familiar de Favila, em Canguçu (RS)

O município de Canguçu possuía, em 2006, 52.245 habitantes, e desses, 60,32% residiam no meio rural, de acordo com o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria (ITEPA) (2006). O município

destaca-se na produção de pêssego, milho, feijão, fumo, batata inglesa, soja, leite, além da criação de bovinos, aves, suínos e ovinos.

Canguçu é caracterizado pela presença de propriedades de caráter familiar, nas quais trabalham os membros da família e que, eventualmente, recebem auxílio de terceiros – seja pela ajuda mútua (relações não remuneradas de trabalho), seja pela contratação de trabalhadores assalariados temporários, principalmente nos períodos de safra.

A agricultura familiar de Favila – 1^o subdistrito de Canguçu – caracteriza-se pela produção agrícola diversificada, destacando-se produtos como o fumo, a soja, a cebola, o milho, a ervilha, a batata-inglesa, a batata-doce, o feijão, os hortifrutigranjeiros e o leite, além da criação animal, como bovinos, equinos, aves, suínos e ovinos, mas passa por um processo de transformação devido à integração dos produtores aos complexos agroindustriais. Dessa forma, a produção na localidade em estudo está orientada por uma lógica específica, explicada por Ploeg (2006) da seguinte forma:

[...] uma parte da produção é vendida, a outra pode ser consumida diretamente pela família, e uma terceira parte da produção total poderá alimentar o próximo ciclo de produção: o resultado da coprodução pode fortalecer a base de recursos sobre a qual está fundada (e assim contribuir indiretamente para a criação de uma autonomia ainda maior). O importante é que o processo de produção venha a ser estruturado de tal forma que viabilize a sobrevivência e busque, ao mesmo tempo, uma reprodução ao longo do tempo. (p.22)

Dessa maneira, para compreender o grau de mercantilização da produção em Favila, foram selecionados os principais produtos para o autoconsumo e para a comercialização. A Tabela 1 mostra que os produtos típicos de mercado são o fumo e a soja, comercializados via complexos agroindustriais; 100% das famílias os destinam à comercialização, assim como o leite, que tem venda maior do que para o consumo em 70% das famílias. Dessa forma, o agri-

cultor familiar depende das flutuações e das condições de troca do mercado, não sabendo que remuneração irá obter com a venda da produção, nem os preços de venda e a rentabilidade da produção. Assim, os agricultores ficam à mercê das condições externas às unidades produtivas para definir que rendimento monetário terá para fazer frente ao consumo familiar através da compra desses produtos (Gazolla; Schneider, 2007).

Tabela 1 – Produtos para consumo e para comercialização entre as famílias de Favila, em Canguçu (RS).

Produtos	Consumo (%)	Venda (%)	Total (%)
Fumo	0	100	100
Cebola	80	20	100
Soja	0	100	100
Milho	91,66*	8,34	100
Batata inglesa	100	0	100
Feijão	71,42	28,58	100
Hortifrutigranjeiros	100	0	100
Leite	30	70	100

*Inclui o consumo como alimento direto pelas famílias e o consumo como ração animal.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Os produtos típicos para o consumo das famílias na localidade em estudo são a batata-inglesa e os hortifrutigranjeiros, dos quais 100% da produção são destinados ao consumo imediato das famílias, seguidos pelo milho, com 91,66%, pela cebola, com 80%, e pelo feijão, com 71,42% do autoconsumo. A batata-inglesa, os hortifrutigranjeiros, a cebola e o feijão destinados ao consumo doméstico indicam que se trata de produtos tipicamente utilizados na dieta alimentar do grupo familiar, embora alguns desses alimentos já sejam destinados à venda.

Dessa forma, o agricultor produzindo o próprio alimento passa a ter uma maior autonomia, o que melhora sua renda pelo fato de não precisar comprar no mercado determinados produtos para a sua ali-

mentação, ou seja, reduz a dependência e a subordinação ao mercado, além de garantir a segurança alimentar da família ao longo do processo produtivo anual, por participar de todo o processo produtivo.

A produção do fumo e da soja, que representam os cultivos eminentemente comerciais, faz que as famílias de Favila intensifiquem o ritmo de trabalho, dando preferência a esses cultivos, comercializados exclusivamente pela integração aos complexos agroindustriais. Porém, os produtos para o autoconsumo, como a batata-inglesa, o feijão, a cebola, o milho e os hortifrutigranjeiros assumem a condição de cultivos complementares:

O tempo de trabalho, a mão de obra disponível e os recursos produtivos são reorganizados em função dos cultivos comerciais e estes disputam espaço com o autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementaridade. (Schneider; Grisa, 2008, p.488)

No entanto, mesmo dando preferência aos cultivos comerciais, os agricultores familiares de Favila não deixam de produzir os alimentos para o próprio consumo, conforme foi exposto na Tabela 1, pois essa produção refere-se a uma forma familiar de organizar o sistema agrícola, além de fazer parte de um repertório cultural e de preservação da identidade dos agricultores. A família estabelece estratégias que visam não somente à sobrevivência imediata (em curto prazo), mas também à garantia de reprodução das gerações seguintes.

Nesta mesma direção, Gazolla (2006) afirma que os produtos para autoconsumo são fundamentais para as unidades familiares por propiciarem uma alternativa entre consumo e venda, além de o agricultor possuir uma maior autonomia perante a mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos, pelo fato destes serem produzidos pela própria família.

Além dos cultivos agrícolas típicos para consumo, na localidade da Favila é possível encontrar outros elementos que fazem parte da produção para o consumo doméstico do grupo familiar, relacionados ao criatório animal (Tabela 2).

As aves, os suínos e os ovinos são destinados exclusivamente para o autoconsumo. Os bovinos, além de serem usados como tração animal, servem também para o consumo da própria família; já os equinos são utilizados exclusivamente como força de trabalho, para executar tarefas na produção agrícola, principalmente nos locais onde o terreno é muito íngreme e impossibilita a utilização do trator.

Tabela 2 – Criação animal para consumo entre as famílias de Favila, em Canguçu (RS).

Tipos de criação	Número de famílias	Número total de cabeças
Bovinos	15	121
Equinos	07	07
Aves	15	550
Suínos	13	90
Ovinos	02	09

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

No entanto, mesmo mantendo características dos sistemas agrícolas tradicionais na produção para o autoconsumo, os agricultores familiares estão se modernizando e se especializando em determinados produtos comerciais e, dessa maneira, precisam se adaptar às exigências do mercado em relação à regularidade da oferta e à padronização da produção. Nesse caso, a modernização ocorre, principalmente, através do uso de maquinários e insumos, mais precisamente tratores, adubação química e agrotóxicos. Assim, os elementos característicos da pequena agricultura de caráter familiar, como a enxada, a carroça e a colheita manual estão sendo substituídos por novas práticas e meios de produção (Schneider; Grisa, 2008).

Na Tabela 3 é possível perceber que os agricultores estão passando por um processo de modernização no que se refere à utilização de sementes selecionadas, insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos) e à mecanização. Segundo Ehlers (1999), tal mo-

modernização fundamenta-se na melhoria da produtividade agrícola por meio da substituição de produtos locais ou tradicionais por um conjunto de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais melhoradas, que exigem fertilizantes químicos, agrotóxicos com maior poder biocida e mecanização.

A utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos entre os agricultores ocorre porque, dos quinze entrevistados, quatorze plantam fumo, e esse cultivo exige a utilização de tais insumos. Porém, todos os produtores declararam que não utilizam produtos químicos nos cultivos destinados ao autoconsumo.

Tabela 3 – Elementos da modernização da agricultura de Favila, em Canguçu (RS).

Tipos	Número de famílias que utilizam
Mecânica própria	07
Fertilizantes químicos	15
Fungicidas, inseticidas	14
Herbicida	15
Calcário	15
Sementes e mudas	15

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Nesse contexto, é possível perceber que a modernização atingiu também o universo da agricultura familiar, muito embora não tenha sido adotado por todos os agricultores, o que caracteriza a diversidade de formas de organização socioespacial da produção familiar no agro brasileiro. No entanto, permite afirmar que, apesar da mercantilização da produção e da conseqüente modernização do processo produtivo, não ocorre o desaparecimento da autonomia na mobilização e conversão de recursos econômicos e na utilização de saberes tradicionais no interior das unidades produtivas.

Assim, é possível identificar as estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção e fortalecimento da autonomia e sua par-

ricular interação com o processo de mercantilização e externalização da produção, sobretudo porque essas estratégias podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção do trabalho e na rentabilidade das atividades, a despeito e para além do poder de padronização econômica, social e tecnológica exercido não somente por agentes de fornecimento de insumos e processamento e comercialização de produtos agropecuários, mas, ainda, por diversas agências estatais e cooperativas (Norder, 2006).

Outro aspecto importante referente à agricultura familiar é a forma como a propriedade foi adquirida, pois isso reflete que esse tipo de agricultura, mesmo sendo familiar, pode se desenvolver e se reproduzir social e economicamente. Muitos agricultores conseguiram adquirir sua propriedade através de compra e, em menor proporção, por meio de herança, e permanecer como agricultores familiares (Tabela 4).

No entanto, a propriedade da terra para os agricultores familiares de Favila não significa apenas um “espaço de trabalho e de produção, mas sim um espaço de vida capaz de guardar a memória da família” (Wanderley, 2009, p.173).

Já Paulino e Almeida (2010, p.40) afirmam que “a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada de vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo”.

Portanto, verifica-se que na localidade em estudo, a propriedade se constitui como um espaço de produção a partir de realidades econômicas, sociais e políticas, e também como um espaço de vida que, segundo Wanderley (2010) significa que:

O território é percebido como um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual esta inserida. Trata-se, neste caso, de perceber o território como a inserção espacial da memória coletiva e como uma referência identitária forte. (ibidem, p.232)

Dessa forma, é possível perceber que a família estabelece estratégias que visam, além da sobrevivência imediata do grupo familiar, à garantia de reprodução das próximas gerações. Essa reprodução das gerações futuras é garantida pela sucessão hereditária, conforme explicam Anjos e Caldas (2006):

A sucessão na agricultura familiar envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que, pelo menos, um dos sucessores possa reproduzir a situação original. (p.187)

No que se refere à forma de obtenção das terras entre os agricultores familiares, é possível verificar que quase metade das propriedades foi adquirida somente, por compra, representando 46,66%; já 26,67% foram adquiridas por meio de herança; e 26,67% através de compra combinada com herança.

Tabela 4 – Forma de obtenção das terras entre os agricultores familiares de Favila, em Canguçu (RS).

Categorias	Número de Propriedades	Número de Hectares
Compra	07	143
Herança	04	88
Compra + Herança	04	–

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Desse modo, a agricultura na localidade em estudo caracteriza-se por ser praticada em propriedades de caráter familiar, com média aproximada de 15 ha de dimensão física, sendo calculadas apenas as terras adquiridas por compra ou herança, ou seja, as próprias. Os agricultores plantam nessas terras tanto os produtos que serão destinados à geração de renda (comercialização) quanto os que serão destinados ao consumo doméstico.

Considerações finais

A agricultura do Rio Grande do Sul passou por modificações sociais, produtivas e econômicas a partir dos anos 1970. Essas transformações ocorreram também com os agricultores familiares de Favila, no município de Canguçu-RS, e as suas estratégias de reprodução social passaram a combinar os produtos historicamente produzidos que se destinam ao autoconsumo com os produtos que não são exclusivos para o consumo imediato do grupo familiar; além disso, se integraram aos complexos agroindustriais por meio de determinados produtos, como o fumo, o leite e a soja.

Mesmo assim, os agricultores continuaram cultivando os produtos destinados ao autoconsumo por serem fundamentais para as unidades familiares, pois permitem uma maior autonomia do agricultor diante da comercialização e do próprio consumo de alimentos, além de propiciar uma maior segurança alimentar pelo fato de ele ter participado de todo o processo produtivo. E ainda: os produtores familiares de Favila ficam menos vulneráveis à dependência e à subordinação das empresas e indústrias para as quais vendem parte de sua produção, visto que não dependem exclusivamente delas para comprar os alimentos básicos à sua alimentação, além de preservar a sua identidade.

Assim, é possível evidenciar que a produção para o autoconsumo é de fundamental importância para a manutenção da família, garantindo aos agricultores uma renda não monetária e uma maior estabilidade econômica. Também, a agricultura familiar assume um papel relevante, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos no país, em especial para o consumo familiar.

Referências bibliográficas

ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectiva de um novo paradigma*. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “pa-péis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* (Rio de Janeiro), v.15, 2007.
- GERARDI, L. H. O; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. CHAYANOV. *Geografia* (Rio Claro), v.19, n.2, 1994.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural* (Campinas), v.46, n.2, 2008.
- INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA (ITEPA). BANCO DE DADOS DA ZONA SUL – RS. *Boletim Informativo*, n.17/2006. Pelotas: EDUCAT, 2006.
- MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMÍ-RES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009.
- MONTOYA, M. A.; GUILHOTO, J. J. M. A mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.
- NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- ORTEGA, J. *Sociologia del trabajo, II. El objeto de la sociologia del trabajo: dificultades conceptuales y terminológicas*. Valencia: Tirant lo Branch, 1995.
- PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

- POLTRONIERI, L. C.; SOUZA, R. de C. M. de. Praguicidas na agricultura: abordagem geográfica das atitudes do agricultor rioclareense. *Geografia* (Rio Claro), v.14, n.27, abr. 1989.
- SILVA, J. G. da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

AGROECOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A QUESTÃO DO LIXO DOMÉSTICO E AGRÍCOLA

Lânderson Antória Barros¹

Glauber Sudo Cabana²

Giancarla Salamoni³

Adão José Vital da Costa⁴

O presente capítulo trata sobre a questão do lixo doméstico e agrícola nas colônias Maciel e São Manoel, no distrito de Rincão da Cruz, pertencente ao município de Pelotas-RS, e busca mostrar as alternativas advindas da agroecologia para a gestão do lixo nas propriedades rurais, principalmente no que diz respeito à geração de resíduos orgânicos, à reciclagem e à minimização dos impactos sobre o ambiente. Em relação ao uso de agrotóxicos e à consequente produção de lixo agrícola, demonstra-se que a agroecologia representa um rompimento com a dependência dos insumos externos, sendo um suporte não só para a manutenção da agricultura fami-

1 Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA. Contato: landerson-barros@hotmail.com

2 Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Membro do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA. Contato: glaubercabana@hotmail.com

3 Professora Associada I da Universidade Federal de Pelotas. Professora Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FURG. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/ICH/UFPEL. Contato: gi.salamoni@yahoo.com.br

4 Doutor em Ciências pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Professor assistente da Universidade Federal de Pelotas. Contato: vital.costa@yahoo.com.br

liar, mas também uma importante alternativa para a preservação do ambiente, uma vez que não utiliza produtos tóxicos, o que possibilita ao agricultor fornecer alimentos mais saudáveis e de melhor qualidade tanto para os próprios produtores rurais quanto para os consumidores urbanos.

Essas discussões têm ganhado destaque atualmente em virtude do aumento significativo dos índices de degradação ambiental decorrente do uso dos insumos químicos e da produção de lixo. O descarte em local inapropriado e o desperdício no aproveitamento de resíduos orgânicos e inorgânicos (falta de reciclagem), somados ao uso de agrotóxicos, são os principais temas abordados no trabalho.

A modernização da agricultura brasileira

O espaço agrário brasileiro, a partir da década de 1960, passou por profundas transformações em virtude do processo de modernização da agricultura, também chamado de Revolução Verde. Esse modelo de produção agrícola traçou novos objetivos para a agricultura, os quais interferiram diretamente nas dinâmicas sociais relacionadas ao produtor rural, pois com a modernização ocorreu um aumento na dependência dos produtores em relação aos insumos externos, além de um aumento na concorrência dos produtos, entre outros inúmeros impactos tanto econômicos, sociais, quanto culturais e ambientais.

Essa mudança no modelo produtivo agrícola ocorreu paralelamente à formação e à consolidação dos complexos agroindustriais, fortalecendo o movimento de modernização nas formas de produção e contribuindo para o aumento da dependência econômica do agricultor dos recursos financeiros e dos mercados externos. A reorganização da agricultura brasileira, desse modo, visou somente ao aumento da produtividade, sem levar em conta a sustentabilidade dos recursos naturais.

Juntamente com esse processo, as ações das políticas públicas no sentido de difundir a modernização buscavam auxiliar, principal-

mente, os produtores que possuíam uma produção voltada para a exportação e o fornecimento de matérias-primas para os complexos agroindustriais. Hespanhol (2007) reforça essa ideia afirmando que:

A modernização da agricultura, desencadeada no país nos anos de 1950, tornou-se expressiva principalmente a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), no ano de 1965. O governo federal além de fornecer crédito rural subsidiado aos médios e grandes produtores rurais para investimento, comercialização e custeio da produção realizada em bases técnicas modernas, construiu e modernizou armazéns, apoiou a expansão do cooperativismo empresarial, criou facilidades para a instalação de indústrias químicas e mecânicas e estimulou a implantação e expansão de agroindústrias processadoras de matérias-primas provenientes do campo. (p.274)

Diante de tais premissas, percebe-se que esse modelo de produção agrícola, baseado na modernização e na reorganização do espaço agrário brasileiro, não está diretamente relacionado ao desenvolvimento rural, pois para que se possa considerar que tais transformações o promovêssem, alguns aspectos como infraestrutura, tecnologia e a melhoria do bem-estar dos produtores deveriam estar relacionados às mudanças na base técnica. Pelo contrário, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, só aumentaram as desigualdades socioeconômicas e os desequilíbrios ambientais no espaço agrário brasileiro.

Os benefícios decorrentes da Revolução Verde foram extremamente concentrados por poucos agricultores, visto que a aplicação dos recursos se deu de forma desigual e excludente, favorecendo os grandes proprietários que controlavam grande parte das terras do país. Em contrapartida, tal modelo produtivo foi adotado de forma parcial pelo agricultor de base familiar, que não conseguiu dispor de crédito para modernizar sua produção, visando integrar-se ao mercado urbano-industrial. Logo, muitos produtores rurais que não se adequaram às políticas agrícolas do país deixaram o campo rumo às grandes cidades na busca de novas oportunidades e melhores condições de vida.

Além dos fatores citados anteriormente, o modelo da moderna agricultura também promoveu uma série de impactos ambientais, pois, via de regra, a produção está alicerçada na monocultura, facilitando a proliferação de doenças nas plantas, e para conter tais problemas, são utilizados insumos químicos – os biocidas –, que, além de aumentar em grande escala o custo da produção, agridem diretamente a biodiversidade, empobrecendo o solo, contaminando os recursos hídricos, as cadeias alimentares, os trabalhadores rurais e os consumidores desses produtos.

Além dos problemas citados, diversos estudos comprovaram a grande quantidade de energia utilizada para a produção agrícola convencional ou moderna. A partir da década 1980, o Brasil enfrentou uma grande crise econômica, diminuindo drasticamente os investimentos que financiavam esse processo de modernização na agricultura. Paralelamente, a Revolução Verde passou a sofrer duras críticas por parte dos ambientalistas e dos movimentos sociais, pelo fato de suas práticas gerarem impactos negativos ao ambiente, demonstrando, assim, a insustentabilidade imposta por esse modelo de desenvolvimento da agricultura.

Em contrapartida, para que um sistema agrícola seja sustentável, é necessário que ele tenha efeitos mínimos no ambiente e que preserve a fertilidade do solo, bem como permita a manutenção da biodiversidade e da qualidade das águas e do ar (Darolt, 2002). A organização desse sistema produtivo só se torna viável após um breve estudo sobre o local em que irá ser instalado o agroecossistema, pois até mesmo sistemas agrícolas orgânicos podem ser degradados ao longo do tempo. Nesse sentido, os princípios da agroecologia podem representar uma das alternativas para a construção de práticas sustentáveis na agricultura.

A agroecologia como alternativa à agricultura convencional ou moderna

Segundo Salamoni e Gerardi (2001), em meados dos anos 1980, começaram a surgir os primeiros diagnósticos sobre os resultados

da modernização da agricultura: era chegada a hora de avaliar as décadas de progresso técnico e, paradoxalmente, de fracasso dos projetos de desenvolvimento socioeconômico, e ainda, a deterioração ambiental dos espaços rurais.

Nesse momento, o termo desenvolvimento sustentável começa a ser difundido entre estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. A partir de tais discussões, inicia-se a construção da noção de agricultura sustentável, um sistema que tem por objetivos a manutenção da produção e, ao mesmo tempo, a diminuição dos impactos gerados por essa atividade, tanto no âmbito ambiental quanto nas dimensões social, cultural, econômica e espacial.

Tais preocupações acerca da sustentabilidade agrícola se dão, segundo Ehlers (1999), a partir das constantes pressões da sociedade sobre as políticas governamentais de desenvolvimento que geravam problemas sociais e ambientais, e, principalmente, do agravamento dos problemas ambientais provocados pela agricultura moderna, como erosão, contaminação dos recursos hídricos, e destruição da fauna e da flora.

A partir disso, entende-se por sustentável o sistema produtivo que não comprometa o ecossistema futuro, ou seja, a produção deve ser obtida com base em algumas limitações, buscando reduzir ao máximo os impactos gerados pela atividade, afetando o mínimo possível o ambiente, conservando assim o solo, a água e a biodiversidade dos agroecossistemas locais.

Segundo Sachs (1993), ao planejarmos o desenvolvimento, devemos considerar cinco dimensões de sustentabilidade: social; econômica; ecológica; espacial; e cultural. Esse conceito proposto pelo autor visa ao equilíbrio da relação entre o homem e a natureza, realizando a junção de diversas áreas da ciência na busca de propostas para um desenvolvimento satisfatório, seja em relação aos resultados econômicos, seja tendo em vista os impactos ecológicos, sociais e culturais.

As discussões referentes à sustentabilidade agrícola chamam atenção para a redução de inúmeros problemas decorrentes do processo de modernização da agricultura, indicando a necessidade de reorientar a

produção baseada na monocultura para fortalecer os sistemas de produção de alimentos de base familiar. Em síntese, a sustentabilidade na agricultura pode ser entendida, segundo Salamoni e Gerardi (2001), como a manutenção da produção, sob restrições de conservação da base dos recursos naturais em que está assentada (ou seja, sem degradação), além de obedecer aos critérios de viabilidade econômica e de equidade social na distribuição dos seus benefícios e custos.

Diante dos aspectos observados anteriormente, seguidos da problemática causada pela Revolução Verde, aparecem novas práticas agrícolas que rejeitam os métodos utilizados na agricultura dita “convencional”. Entre tais métodos o paradigma agroecológico surge como uma base epistemológica do conhecimento e aplicabilidade na agricultura, destacando-se por utilizar princípios ecológicos na construção de agroecossistemas sustentáveis. Conforme Gliessman (2001), a agroecologia é uma fusão da agronomia (ciência que estuda especificamente os métodos agrícolas) com a ecologia (ciência que estuda os sistemas naturais em todo o seu âmbito), constituindo uma abordagem interdisciplinar. Para Altieri (2000):

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (p.18)

A agroecologia busca uma aproximação com a natureza dos agroecossistemas, destacando-se no contexto de uma agricultura sustentável, pois busca reduzir os danos das práticas agrícolas ao ambiente e, ao mesmo tempo, fortalecer o produtor rural no que diz respeito à sua autonomia, tanto em relação à dependência de insumos externos quanto ao reconhecimento dos saberes culturais.

A partir desses elementos, percebe-se que a agroecologia pauta suas práticas no equilíbrio das relações do homem e da natureza,

utilizando, segundo Altieri (2000), a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas como princípios para produzir a autorregulação e a sustentabilidade da agricultura. Nesse contexto, a agroecologia parte do estudo de um todo, e não somente de partes, como grande parte das técnicas ditas modernas que buscam um estudo particularizado do cultivo. Segundo Gliessman (2001):

Aprendemos muitos detalhes a partir da especialização e de um foco estreito sobre o rendimento dos componentes cultivados dos sistemas agrícolas, mas é preciso, também, desenvolver formas de compreensão de toda a unidade produtiva agrícola (e todo sistema alimentar) para entendermos plenamente a sustentabilidade agrícola e implementarmos práticas sustentáveis de manejo. (p.440)

A agroecologia parte do debate sobre interdisciplinaridade, pois utiliza os saberes locais e populares juntamente com o conhecimento científico, sendo considerado um paradigma emergente, que valoriza o trabalho do agricultor e todos os conhecimentos que são passados de geração a geração na construção e manejo dos agroecossistemas, ao mesmo tempo que busca alternativas sustentáveis para os inúmeros problemas relacionados ao meio ambiente. Sendo assim, ela ascende no debate acerca do desenvolvimento rural.

Diante disso, a agroecologia e a educação ambiental estão intimamente relacionadas, pois esta última, além de promover a conscientização sobre a importância do consumo de produtos saudáveis, também aborda questões relacionadas à produção e ao consumo conscientes, demonstrando a necessidade de preservação do ecossistema envolvido no processo de produção dos gêneros alimentícios e, concomitantemente, também valoriza a manutenção da agricultura familiar de base ecológica no espaço rural. Dessa forma, a agroecologia firma-se, portanto, com um duplo papel tanto como paradigma científico quanto como movimento político, conforme afirma Gliessman (*ibidem*):

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (p.56)

A agroecologia preconiza o uso de métodos e práticas diferenciadas da Revolução Verde não apenas no que tange às tecnologias ditas modernas e aos insumos químicos, mas também no que se refere à abordagem de aspectos socioeconômicos, demandas de pesquisa e extensão e participação da comunidade local. Essas distinções entre a agroecologia e a Revolução Verde podem ser observadas no Quadro 1, proposto por Altieri (2000):

Quadro 1 – Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da agroecologia.

<i>Características</i>	<i>Revolução Verde</i>	<i>Agroecologia</i>
<i>Técnicas</i>		
<i>Cultivos afetados</i>	Trigo, milho, arroz etc.	Todos os cultivos.
<i>Áreas afetadas</i>	Na sua maioria, áreas plantadas e irrigáveis.	Todas as áreas, especialmente as marginais (dependentes da chuva, encostas em declive).
<i>Sistema de cultivo dominante</i>	Monocultivos geneticamente uniformes.	Policultivos geneticamente heterogêneos.
<i>Insumos predominantes</i>	Agroquímicos, maquinário; alta dependência de insumos externos e de combustível fóssil.	Fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas, corretivos orgânicos; grande dependência de recursos locais renováveis.
<i>Ambientais</i>		
<i>Impactos e riscos à saúde</i>	Nenhum.	Nenhum.
<i>Cultivos deslocados</i>	Na maioria, variedades tradicionais e raças locais.	Nenhum.
<i>Econômicas</i>		
<i>Custos das pesquisas</i>	Relativamente altos.	Relativamente baixos.

(continua)

(continuação)

<i>Necessidades financeiras</i>	Altas. Todos os insumos devem ser adquiridos no mercado.	Baixas. A maioria dos insumos está disponível no local.
<i>Retorno financeiro</i>	Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade da mão de obra.	Médio. Precisa de um determinado período para obter resultados mais significativos. Baixa a média produtividade de mão de obra.
<i>Institucionais</i>		
<i>Desenvolvimento tecnológico</i>	Setor semipúblico, empresas privadas.	Na maioria, empresas públicas; grande envolvimento de ONGs.
<i>Socioculturais</i>		
<i>Capacitações necessárias à pesquisa</i>	Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas.	Ecologia e especializações multidisciplinares.
<i>Participação</i>	Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar os obstáculos à adoção das tecnologias.	Alta. Socialmente ativadora, induz ao envolvimento da comunidade.
<i>Integração cultural</i>	Muito baixa.	Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e de formas locais de organização.

Fonte: Altieri (ibidem, p.34-35).

Portanto, os conceitos adotados pela abordagem agroecológica demonstram que é possível a construção de uma agricultura sustentável com base na recuperação dos saberes populares aliada à valorização dos recursos existentes no interior das unidades produtivas. Ainda, a tomada de consciência dos agricultores sobre a importância da produção de alimentos bons, limpos e justos, pode garantir o processo de transição do método convencional para o agroecológico.

Cabe salientar que a transição pode ser lenta, pois, na maioria das vezes, a terra está contaminada pelos insumos químicos; além disso, as mudanças nas formas de manejo utilizadas nos sistemas agrícolas necessitam de tempo e de auxílio dos serviços de pesquisa

e extensão rural. Por isso, é de grande importância o papel das políticas públicas que incentivem esse tipo de produção e, ao mesmo tempo, promovam um reconhecimento maior da agroecologia e do fortalecimento da agricultura familiar.

A questão do lixo doméstico e agrícola: um estudo de caso

A geração de lixo pode ser considerada uma questão socioambiental, pois além de estar relacionada à saúde pública, uma vez que faz parte do saneamento básico, junto com o tratamento da água e do esgoto, tem repercussões sobre a preservação e/ou conservação dos recursos naturais, principalmente, no que tange aos mananciais hídricos.

Em uma dimensão mais abrangente, sabe-se que o lixo hoje é um dos grandes problemas a ser enfrentado, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde grande parte da população carece de informações e orientações adequadas para a gestão do lixo produzido, nas palavras de Diammond (2005):

Os problemas ambientais que enfrentamos hoje em dia incluem as mesmas oito ameaças que minaram as sociedades do passado e quatro novas ameaças: mudanças climáticas provocadas pelo homem, acúmulo de produtos químicos tóxicos no ambiente, carência de energia e utilização total da capacidade fotossintética do planeta. A maioria dessas 12 ameaças acredita-se, se tornará crítica em âmbito mundial nas próximas décadas: ou resolvemos os problemas até lá, ou os problemas irão minar não apenas à Somália, como também às sociedades do Primeiro Mundo. (p.19 e 22; adaptado)

Em linhas gerais, conforme D'Almeida e Vilhena (2000), a produção de lixo no mundo é subdividida em três categorias: reciclável (30%), degradável (50%), e os 20% restantes, obrigatoriamente, de-

vem ser depositados em locais previamente escolhidos para a construção de aterros sanitários de acordo com a legislação ambiental vigente em cada país.

O lixo reciclável é o “lixo que não é lixo”, ou seja, é o material que não se decompõe, como plástico, metal, vidro, lata etc. Esses resíduos, quando reutilizados, permitem economia de energia (toda aquela consumida na produção) e, depois de comercializados, auxiliam muitas famílias (catadores) na geração de renda. Em algumas cidades brasileiras existem cooperativas de catadores que trabalham exclusivamente com a atividade de reciclagem de lixo. Porém, o problema do lixo poderia ser mais rapidamente resolvido se a população colaborasse com a separação do lixo doméstico, como acontece na maioria dos países desenvolvidos.

Segundo Kiehl (1985), o lixo degradável, que corresponde a cerca de 50% do total do lixo gerado, é destinado à compostagem. O principal subproduto desse tipo de lixo é sua transformação em adubo orgânico, utilizado em hortas agroecológicas e jardins. Os 20% restantes correspondem ao lixo que não tem reutilização. Este é, necessariamente, depositado em aterros sanitários e deve ser recoberto por terra e compactado por máquinas, evitando a contaminação do solo, do lençol freático, a proliferação de insetos etc.

A conservação do ambiente e, conseqüentemente, da qualidade de vida, tem sido uma preocupação da sociedade já há algum tempo. Com isso, intensifica-se a demanda por atividades que estimulem o desenvolvimento de uma consciência ambiental não só ecológica, do ponto de vista da natureza, mas também visando às questões sociais, culturais e econômicas relacionadas à existência do homem. Dessa forma, uma suposta sociedade sustentável pressupõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto ao tipo de valor atribuído à natureza quanto ao uso dos recursos naturais (Amâncio, 2005).

Os problemas causados pelo aquecimento global e o aumento populacional obrigaram o mundo a refletir sobre a necessidade de buscar alternativas que visem à diminuição de tais danos. O cenário é muito preocupante e deve ser levado a sério, pois as conseqüências atingirão a todos, sem distinção.

A modernização da agricultura e o conseqüente desenvolvimento técnico geraram o aumento da degradação ambiental por causa do uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e até mesmo do emprego de maquinário agrícola, sem o manejo adequado e recomendado tecnicamente. Esse conjunto de fatores tem causado grandes danos aos animais, às plantas, às águas e ao próprio homem, chegando a um patamar de insustentabilidade em que tal avanço tecnológico necessita ser repensado de maneira crítica, a fim de garantir, inclusive, a própria manutenção como mediador das relações entre sociedade e natureza.

Sabe-se que somente a educação ambiental não resolverá os complexos problemas ambientais planetários, no entanto, pode influir decisivamente para isso quando forma cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. A partir do despertar da consciência e do conhecimento sobre a problemática global, poderão ocorrer mudanças tanto no sistema de produção quanto no de consumo, que se não têm resultados imediatos, visíveis, também não serão sem efeitos concretos.

A transição da agricultura convencional para a de base agroecológica enquadra-se no rol de alternativas para uma mudança nas relações entre sociedade e natureza, pois além de fornecer alimentos mais saudáveis e de melhor qualidade, ainda ajuda na inclusão social do trabalhador rural e na preservação e conservação das riquezas naturais.

Para estudar o sistema da agricultura, torna-se necessário delimitar as “fronteiras” do que é definido como um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural familiar pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, nas quais o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. Valendo-se de racionalidades socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere ao trabalho familiar, à organização produtiva, às práticas agrícolas e às técnicas utilizadas; portanto, nem todos adotam as mesmas formas de exploração dos ecossistemas, o que resulta em agroecossistemas diversificados.

Para a delimitação da área de estudo, foi utilizada como base cartográfica a divisão distrital do município de Pelotas (RS). Para este capítulo, foi escolhido como área de análise o 8º distrito, denominado Rincão da Cruz, o qual representa a região colonial do referido município, com uma organização do sistema de agricultura tipicamente de base familiar (Figura 1). E, mais especificamente, foram selecionadas duas colônias localizadas nesse distrito: Colônia Maciel e Colônia São Manoel, respectivamente, representativas da produção de pêssego e de fumo.

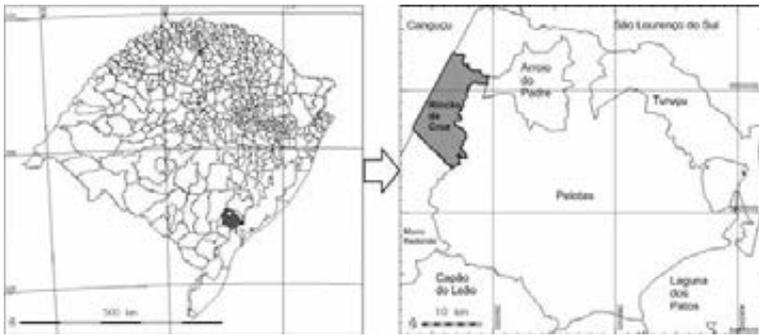


Figura 1 – Localização do município e do distrito do Rincão da Cruz.

Fonte: Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (2009).

Para confrontar a teoria da educação ambiental e da sustentabilidade com as práticas socioprodutivas dos agricultores, realizou-se trabalho de campo no qual foram coletados dados e informações primárias, por meio de entrevistas, nas colônias Maciel (48 propriedades rurais) e São Manoel (43 propriedades rurais) sobre as seguintes questões: destino dos diversos tipos de lixo (lixo doméstico – seco e orgânico; lixo agrícola – embalagens de agrotóxicos) e sobre a lavagem das embalagens de agrotóxicos e dos equipamentos agrícolas utilizados pelos agricultores.

Quando questionados sobre o destino do lixo seco produzido nas suas propriedades, os entrevistados da Colônia Maciel deram as seguintes respostas: 53,19% fazem a coleta seletiva; 34,04% queimam; 2,13% descartam em qualquer lugar; e 10,64% realizam

outras práticas. Já na Colônia São Manoel, 47,37% fazem a coleta seletiva; 40,36% queimam; 8,77% enterram; 1,75% descarta em qualquer lugar; e 1,75% realiza outras práticas de destinação para o lixo reciclável.

Na área onde foi realizada a presente pesquisa, por ser um espaço rural, observa-se que a gestão do lixo apresenta algumas particularidades, como: a deficiência no sistema de coleta do lixo seco ou reciclável, pois o serviço é realizado apenas uma vez por semana nesses locais. Muitos agricultores afirmam ter aderido a esse serviço, executado pelo poder público municipal, na expectativa de colaborar com a preservação da natureza e a manutenção da paisagem, principalmente no que diz respeito aos recursos hídricos (arroyos, sangas e nascentes), pois além do abastecimento de água para o consumo doméstico, estes são utilizados para atividades de turismo no espaço rural.

Ao serem questionados sobre o destino do lixo orgânico produzido nas suas propriedades rurais, na Colônia Maciel os entrevistados deram as seguintes respostas: 57,14% reaproveitam na alimentação animal; 6,12% enterram ou jogam em algum local na própria propriedade; 34,70% usam como adubação; e 2,04% realizam outras práticas. Na Colônia São Manoel, 57,41% reaproveitam na alimentação animal; 25,92% enterram ou jogam em algum local na própria propriedade; e 16,67% usam como adubação.

Em relação ao destino das embalagens de agrotóxicos utilizadas nas suas propriedades, os entrevistados da Colônia Maciel responderam o seguinte: 48,84% entregam para as empresas (fumageiras); 2,32% enterram; 4,65% realizam a queima; 4,65% fazem o descarte em qualquer lugar; 27,91% não utilizam agrotóxicos; e 11,63% entregam para a subprefeitura. Já na Colônia São Manoel, os proprietários deram as seguintes respostas: 35,30% entregam para as empresas (fumageiras); 1,96% reutiliza para outros fins; 5,89% realizam a queima; 19,60% não utilizam agrotóxicos; e 37,25% entregam para a subprefeitura.

Ao analisar a gestão do lixo agrícola nas colônias abordadas (Figura 2), verificou-se que a maioria dos proprietários entrega as em-

balagens de agrotóxicos ou para a subprefeitura ou para as empresas fumageiras; porém, uma pequena parcela, por falta de informação e/ou por descaso, queima, enterra ou as descarta em qualquer lugar da propriedade.



Figura 2 – Lixo agrícola depositado em mata ciliar.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Apesar de estarmos vivendo em uma época na qual a grande maioria da população tem acesso à coleta de lixo, especialmente no caso dos centros urbanos, nas entrevistas percebe-se que uma parte considerável dos moradores da área rural ainda mantém os hábitos de seus antepassados, como enterrar o lixo, queimá-lo, descartá-lo a céu aberto, entre outros.

Durante o trabalho de campo foram encontradas embalagens de agrotóxicos em meio à mata ciliar e em locais onde o lixo é queimado e/ou depositado para ser decomposto naturalmente. Provavelmente essas ações insustentáveis ocorram por causa da falta de informação entre os proprietários rurais, as suas famílias e a instituição escolar sobre a dinâmica dos recursos renováveis e não renováveis,

a fim de que a natureza possa atender às demandas da sociedade, ou seja, às futuras gerações. Cabe ressaltar que, dependendo do material depositado, como plásticos, a natureza pode levar até quatrocentos anos para decompô-lo, portanto, de nada adianta enterrar o lixo se ele não for degradável.

Em contrapartida, encontram-se produtores que reaproveitam o lixo de maneira ecologicamente correta, como é o caso do lixo orgânico, reutilizado por mais da metade dos produtores rurais residentes nas duas colônias analisadas. Nesse caso, os resíduos são usados na alimentação dos animais domésticos e uma parcela significativa também o reutiliza como adubo orgânico, no cultivo de hortaliças e frutas.

Aos entrevistados das colônias Maciel e São Manoel foi perguntado como era feita a lavagem das embalagens dos agrotóxicos utilizadas por eles nas suas respectivas propriedades. Na Colônia Maciel, 75,86% fazem a tríplice lavagem e o reaproveitamento da água na aplicação da lavoura; 6,90% fazem, no máximo, uma lavagem; 17,24% fazem a tríplice lavagem e colocam a água em um local que consideram não representar riscos ambientais. Na Colônia São Manoel, 72,22% fazem a tríplice lavagem e o reaproveitamento da água na aplicação da lavoura; 25,00% fazem a tríplice lavagem e colocam a água em um local que consideram não representar riscos ambientais; e 2,78% não fazem a tríplice lavagem, apenas realizam a queima das embalagens.

Em relação à lavagem das embalagens de agrotóxicos, pode-se perceber nas entrevistas realizadas que a maioria dos produtores rurais executa a tríplice lavagem e reutiliza a água da lavagem na pulverização da lavoura. Porém, uma minoria faz a tríplice lavagem e descarta a água em lugares que acha próprios para depositar a água utilizada, desperdiçando a sobra do produto e podendo contaminar o solo, além do lençol freático e os cursos d'água adjacentes.

Diante disso, percebe-se que a educação ambiental não deve ser feita só em espaços fechados como a sala de aula, mas também a partir de análises *in loco* das práticas sociais. Devem-se identificar os principais problemas da comunidade, traduzindo a linguagem científica para a compreensão de todos, estimulando o pensamento

crítico, transmitindo os conhecimentos necessários e trazendo possibilidades concretas para a solução dos problemas encontrados. Para Reigota (2004):

O conhecimento proporcionado pela ciência e pelas culturas milenares sobre o meio ambiente deve ser democratizado. As pessoas devem ter acesso a ele. Assim, Educação Ambiental não deve transmitir só o conhecimento científico, mas todo tipo de conhecimento que permita uma melhor atuação frente aos problemas ambientais. (p.32)

Considerações finais: teoria *versus* realidade

No recorte territorial estudado, é possível identificar problemas relacionados à sustentabilidade dos recursos hídricos, pois nas colônias Maciel e São Manoel a organização socioespacial da agricultura familiar tem como principais produtos comerciais o fumo e o pêsego, cultivos que utilizam agrotóxicos de maneira intensiva.

Os produtores, na maioria das vezes, não têm preocupações quanto à própria saúde e a da sua família, nem quanto à preservação dos recursos hídricos, pois, por estarem integrados aos complexos agroindustriais, nos quais grandes empresas, como as fumageiras transnacionais, impõem a adoção de pacotes tecnológicos no processo produtivo, retiram a autonomia dos agricultores sobre a utilização dos recursos disponíveis na propriedade, principalmente no que se refere à terra e à água. De acordo com Leff (1998):

O saber ambiental emerge desde um espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetos de conhecimento, e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam à explicação destas disciplinas. (p.124)

O ideário proposto na educação ambiental é que seja utilizado um método participativo e interdisciplinar entre os distintos

campos do conhecimento, inserindo no escopo de estudo as variáveis econômicas, culturais, sociais e ambientais como dimensões constituintes da relação sociedade *versus* natureza. Ao adotar essa perspectiva, busca-se romper com a visão fragmentada da realidade, levando ao entendimento de todos os envolvidos nos processos produtivos a abordagem sistêmica de que o homem e a natureza precisam estabelecer uma relação de reciprocidade, e que a sobrevivência da raça humana depende única e exclusivamente da forma como a natureza é tratada, pois o homem criou uma incrível habilidade de manipulá-la, colocando-se em posição superior à do meio natural, como afirma Milton Santos (2002):

A história das chamadas relações entre sociedades e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição do meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. (ibidem, p.33)

Assim, entende-se que a agroecologia e a educação ambiental estão intimamente relacionadas, pois ambas adotam como eixo norteador as cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, promovendo, assim, uma abordagem muito ampla e que pode ser utilizada em diversos contextos na sociedade, inserindo tais preocupações tanto no âmbito social como ambiental.

Com base nas concepções apresentadas, pode-se perceber que a agroecologia vem se constituindo em um paradigma emergente capaz de contrapor o padrão de produção “convencional”, imposto pela Revolução Verde. Dentro dessa perspectiva, a agroecologia associa-se diretamente às questões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, sendo possível a produção de alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, reduzindo os impactos negativos gerados pela atividade agrícola. O potencial do paradigma agroecológico refere-se tanto às mudanças no cenário produtivo da agricultura quanto à reprodução social dos produtores familiares.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- AZEVEDO, E. de. *Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social*. Florianópolis: Insular, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Vamos cuidar do Brasil. Conferência Nacional do Meio Ambiente, Conferência Infanto-juvenil para o Meio Ambiente*. Brasília: MMA, 2004.
- CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DAROLT, M. *Agricultura orgânica: inventando o futuro*. Londrina: IAPAR, 2002.
- D'ALMEIDA, M. L.; VILHENA, A. *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*. São Paulo: IPT; CEMPRE, 2000.
- DÍAZ, A. P. *Educação ambiental como projetos*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- EHLERS, E. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia, processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- GUTERRES, I. *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.271-287.
- KIEHL, E. J. *Fertilizantes orgânicos*. São Paulo: Ceres, 1985.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1990.

- REIGOTA, M. *Educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- _____. *Desenvolvimento sustentável*. Brasília: IBAMA, 1996. (Série Meio Ambiente em Debate).
- SALAMONI, G.; GERARDI, L. H. O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. M. (Orgs.). *Teoria, técnicas, espaços e atividades: temas da Geografia contemporânea*. Rio Claro: AGETEO, 2001.
- _____. Agroquímica e fumicultura no Rio Grande do Sul. *Geografia* (Rio Claro), v.27, n.2, p.121-130, 2002.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária na década de 90*. Porto Alegre. UFRGS, 2004.

Referência eletrônica

- AMÂNCIO, C. *O porquê da educação ambiental*. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/ADM083.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2010.

REFORMA AGRÁRIA E A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DO ASSENTAMENTO 24 DE NOVEMBRO EM CAPÃO DO LEÃO (RS)

*Veridiana Soares Ribeiro¹
Giancarla Salamoni²*

Ao realizarmos uma análise da questão agrária brasileira, é possível identificar significativas transformações, seja pela adoção de novas técnicas advindas da modernização da agricultura, seja por meio de novas formas de organização do espaço rural, como é o caso da política pública da reforma agrária. Esse processo, que reorganiza as formas de uso e apropriação da terra, também insere no território sujeitos que estavam excluídos do acesso à terra, deflagrando novas dinâmicas produtivas e estratégias de reprodução social.

Em meio à discussão sobre a questão agrária brasileira, torna-se de extrema importância a abordagem do conceito de território, ou seja, a forma como as sociedades rurais foram se apropriando dos territórios e (re)criando diversas e heterogêneas territorialidades. A partir da compreensão do território, podemos analisar essas formas de apropriação, sejam as baseadas na agricultura patronal, sejam as

-
- 1 Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Integrante do grupo Estudos Agrários e Ambientais – LEAA – UFPel. Contato: veridiana_ribeiro@yahoo.com.br
 - 2 Professora Associada I da Universidade Federal de Pelotas. Professora Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FURG. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/ICH/UFPel. Contato: gi.salamoni@yahoo.com.br

baseadas na organização socioprodutiva familiar.³ Nestas últimas, a construção do território representa o lugar de viver, produzir e construir um futuro. Desse modo, o conceito de território para a compreensão da questão agrária brasileira se mostra muito importante, pois, conforme Santos e Silveira (2001, p.20): “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”.

A discussão que permeia esse estudo gira em torno das novas configurações territoriais que a reforma agrária possibilita, ou seja, das novas territorialidades criadas a partir do assentamento rural. Via de regra, um território, anteriormente estruturado pela presença da grande propriedade patronal, fragmenta-se em lotes nos assentamentos formados por famílias organizadas com base na agricultura familiar que ali vão viver, produzir e construir seu futuro no espaço rural.

A reforma agrária aqui é analisada no seu âmbito socioespacial, buscando identificar quem são os sujeitos que personificam a luta pela terra, quais suas origens e trajetórias, como se dão as relações de organização social, econômica, política e cultural nos assentamentos. Trata-se de compreender de que forma esses fatores se constituem em limites ou possibilidades para o desenvolvimento dos territórios reorganizados pelos assentamentos da reforma agrária.

Sendo assim, este trabalho se justifica ao permitir a análise e a compreensão dos territórios reorganizados pela reforma agrária no campo brasileiro, constituídos pelos assentamentos e, a partir disso, estabelecer os limites e as possibilidades do desenvolvimento territorial no assentamento 24 de Novembro, no município de Capão do Leão (RS).

3 De acordo com o relatório da FAO/INCRA (1994), na agricultura familiar, o trabalho e a gestão estão intimamente ligados, apresentam a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, possuem ênfase na diversificação e asseguram ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida. E o trabalho assalariado, no modelo familiar, é complementar. Porém, na agricultura patronal, existe uma completa separação entre gestão e trabalho; trata-se de uma organização centralizada, com ênfase na especialização e em práticas agrícolas padronizáveis. E o trabalho assalariado é predominante.

A busca pela superação das desigualdades sociais no campo e, conseqüentemente, a luta de milhares de agricultores familiares camponeses, representados pelos movimentos sociais do campo, perpassa a questão do território, visto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) é visto como um movimento socioterritorial, conforme afirma Fernandes (2001).

O que deve ser ressaltada aqui é a importância da compreensão do conceito de território para o entendimento dos territórios reorganizados pela reforma agrária. Bem como compreender que esses territórios são múltiplos e que apresentam uma diversidade de territorialidades que são efetivadas, no assentamento, pelos assentados.

Breve histórico do assentamento 24 de Novembro

O assentamento 24 de Novembro, conforme Figura 1, se apresenta como peculiar diante aos demais projetos de reforma agrária, pois a área é de propriedade da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), oficialmente denominada Centro Agropecuário da Palma, conhecido como Fazenda da Palma. Tem área de 1.500 ha, sendo que o assentamento corresponde a apenas 442 desses hectares.

As famílias que constituem o assentamento chegaram ao local em 12 de março de 1992, data estrategicamente planejada pelos agricultores, uma vez que o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, estaria na região para abertura da colheita de arroz, e, dessa forma, a pressão pela reforma agrária teria maior repercussão, tanto na imprensa quanto perante a opinião pública em geral.

As famílias permaneceram acampadas na área por um período de oito meses. Cabe ressaltar que essas famílias já viviam há algum tempo em acampamentos do MST: primeiro no município de Cruz Alta; logo após, acamparam em duas áreas distintas no município de Bagé, de onde vieram, até chegar à Fazenda da Palma em 1992. O acampamento de Bagé era composto por cerca de duzentas famílias de trabalhadores sem-terra, e as 26 famílias que constituíram o assentamento inicialmente foram definidas por sorteio.

Após oito meses acampados na Fazenda da Palma, um contrato de comodato foi estabelecido entre a UFPel e as 26 famílias sorteadas, que formavam a Associação do Assentamento da Palma. De acordo com Wizniewsky (2001):

La opción por el “contrato de comodato” se relaciona con el hecho de la Universidad no tenía la intención de donar al Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), de forma definitiva, las 442 hectares para que se pudiera establecer un asentamiento de responsabilidad estatal. El “contrato de comodato” concede a los asentados el derecho de disfrutar de la tierra, de las estructuras y de los recursos naturales, así como de hacer construcciones y mejorar las estructuras existentes; en definitiva, el asentado tiene libertad en el desarrollo de sus actividades agrícolas y ganaderas. En el término de contrato no parece existir una idea clara de lo que pueda suceder en el futuro, ya que puede ser transformado en asentamiento del INCRA, o bien, tras indemnización por las estructuras construidas, ser designados los asentados otro asentamiento. El “contrato de comodato” se hizo con la asociación de asentados, es decir, en grupo y no de forma individualizada, lo que significa que el comodato fue firmado representando a la colectividad del asentamiento. (p.434)

Percebe-se que tanto para as famílias assentadas quanto para a universidade, assim como para os pesquisadores envolvidos no projeto de assentamento,⁴ o futuro daquelas famílias era indefinido, pois não havia garantias de que o assentamento seria legalizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ou se as famílias deveriam ser assentadas em outra área do estado do Rio Grande do Sul.

4 No contrato de comodato constam determinadas cláusulas a ser cumpridas tanto pela universidade quanto pelas famílias assentadas. Entre as cláusulas relativas à universidade estava o comprometimento de pesquisadores e professores da instituição prestarem assistência às famílias, visando ao desenvolvimento do assentamento.

O contrato de comodato finalizou em 2007; com isso as famílias assentadas viram-se diante de uma situação de indefinição referente às normatizações legais de continuidade no local, como também à elaboração de projetos futuros. Atualmente,⁵ dois anos já se passaram do fim do contrato de comodato e as famílias ainda permanecem no assentamento, onde esperam sua legalização pelo INCRA, pois desde o fim do contrato vêm sofrendo processos jurídicos que têm por objetivo expropriá-las da área ocupada.

Entretanto, não deixam de continuar suas vidas como moradoras efetivas daquele lugar, independentemente do fim do contrato de comodato. Por meio de pesquisa de campo, é possível perceber o forte sentimento de pertencimento ao lugar por parte das famílias assentadas, que, inclusive, relatam não imaginar nem pretender sair do local caso o contrato não seja renovado ou o assentamento não seja legalizado pelo INCRA.

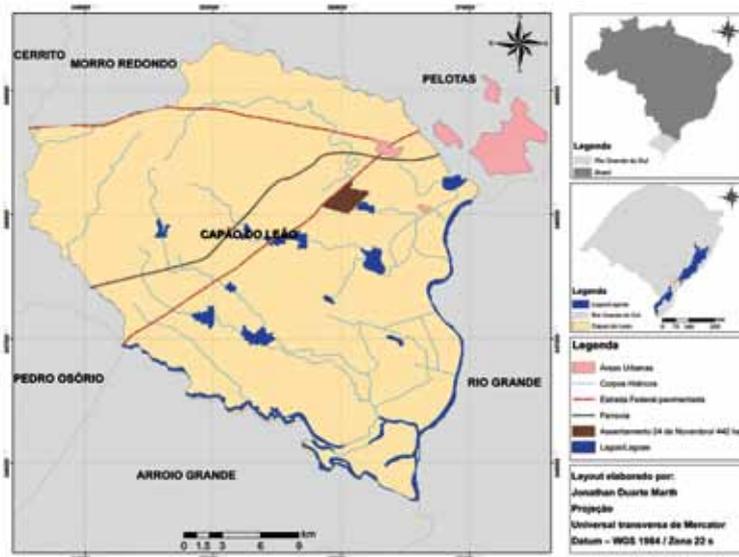


Figura 1 – Mapa de localização do assentamento

Fonte: Adaptado de IBGE (2009) e de Wizniewsky (2001)

5 As informações são referentes ao ano de 2009.

As abordagens sobre o território

O território é um conceito-chave da ciência geográfica, juntamente com os conceitos de espaço, região, paisagem e lugar. É interpretado de diferentes maneiras por autores e correntes geográficas, uma vez que cada um aborda diferentes aspectos, da escala global ou nacional, à escala do local/lugar, porém, em comum, o reconhecimento da existência de múltiplos territórios e territorialidades. De forma geral, o território pode ser considerado a apropriação do espaço por um determinado grupo social, delimitado por relações de poder, como resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço ao longo do tempo, e o controle desse espaço.

Haesbaert (2008) apresenta o ponto de partida para compreensão da noção de território:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (p.19-20)

Compreende-se, assim, que o território pode ser percebido tanto em uma perspectiva material quanto em uma perspectiva simbólica, ficando claro que não há território sem essa dupla dimensão. A perspectiva material é entendida, principalmente, pela representação político-administrativa do espaço, como também econômica, e a perspectiva simbólica é representada pelos valores e significados que os grupos humanos imprimem no espaço, fazendo dele um território.

Ainda reconhecendo a importância da identidade na construção dos territórios, Haesbaert (2007, p.38) diz que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”.

Souza (1995, p.78), por sua vez, enfatiza as relações de poder que envolvem o território. Segundo ele: “o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder”. Mas sobre essas relações de poder considera-se, neste trabalho, principalmente no contexto da reforma agrária, a noção apresentada por Haesbaert (2007):

Numa interpretação de base foucaultiana, o poder se estende por todas as esferas/escalas da sociedade, permitindo também reações de toda ordem, desde os microterritórios de resistência do nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores. (p.37)

Compreende-se, dessa forma, os microterritórios de resistência apresentados por Haesbaert como os territórios (re)organizados pela reforma agrária, ou seja, o próprio assentamento configurado a partir das relações sociais, produtivas e culturais; em outras palavras, as formas de sociabilidade camponesa.

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Na discussão sobre a noção de território, o debate em torno dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização mostra-se imprescindível, principalmente por conta das relações desses processos com a reforma agrária. Haesbaert (ibidem) apresenta uma importante contribuição para a compreensão do sentido da desterritorialização:

Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras

estatais – o território, aí, é, sobretudo, um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. (ibidem, p.35)

Percebe-se que o conceito de território, assim como a noção de desterritorialização, estará sempre associado à dimensão dada ao território em si, seja ela material ou simbólica. Diante disso, a desterritorialização pode ser compreendida como um processo que determinados grupos sociais enfrentam, por razões diversas, de serem deslocados de seus territórios para, em seguida, fixarem-se em outro território, efetivando então a reterritorialização.

Nesse processo da desterritorialização à reterritorialização, territórios flutuantes ou transitórios podem ser construídos por esses grupos sociais. Pode-se compreender a ideia de territórios flutuantes a partir da trajetória da luta pela terra. Nesse caso, considera-se que os trabalhadores sem-terra, ao serem excluídos do processo produtivo, tornam-se desterritorializados da propriedade da terra, mas nem por isso deixam de construir e organizar territórios ao longo dos itinerários da reforma agrária. Pensando desde o momento em que decidem ingressar nos movimentos sociais, na vida nos acampamentos e, posteriormente, na territorialização nos assentamentos de reforma agrária, é possível reconhecer múltiplos territórios vividos por esses trabalhadores sem-terra, territórios flutuantes que foram construídos em cada momento do processo da reforma agrária.

Como já foi mencionado aqui, as famílias do assentamento 24 de Novembro, a fim de concretizar seu acesso à terra, organizaram um primeiro acampamento no município de Cruz Alta. Logo após, novos territórios foram construídos nos dois acampamentos criados no município de Bagé, e, finalmente, as famílias acamparam na atual área do assentamento, na Fazenda da Palma, no município de Capão do Leão. Ao todo, foram quatro anos vivendo em acampamentos do MST, fazendo pressão junto ao Estado pela reforma

agrária. As famílias relatam que a vida nos acampamentos era/é muito difícil, pois viviam/em em precárias condições materiais, mas mantinham/êm o desejo de conquistar um pedaço de terra, superando todas as dificuldades vividas cotidianamente nesses territórios transitórios.

Diante disso evidenciam-se, nos territórios habitados por essas famílias, desde o ingresso no movimento – com o primeiro acampamento – até a efetivação do assentamento, múltiplos territórios que foram construídos por elas em busca da territorialização efetiva no assentamento. Sobre esses múltiplos territórios construídos Souza (1995) afirma que:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte–OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias, territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (p.81)

O autor ainda complementa:

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos [...], podem, [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis, ou mesmo ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (ibidem, p.87; adaptado)

A partir dessa concepção de territórios flutuantes e, consequentemente, dos múltiplos territórios habitados pelos trabalhadores

rurais sem-terra, vem à tona o debate em torno da multiterritorialidade. Esse conceito surge como uma resposta ao conceito de desterritorialização, ou seja, grupos humanos não são necessariamente desterritorializados, mas constroem e vivem multiterritorialidades. Haesbaert (2007) contribui para esse entendimento:

Na verdade, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, “desterritorializando-se”, o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de “multiterritorialização”, seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de “acessar” e exercer influência sobre distintos territórios (via ciberespaço, notadamente). (ibidem, p.49)

Acredita-se que os trabalhadores rurais sem-terra configuram a chamada multiterritorialidade muito mais que uma desterritorialização, pois não necessariamente perdem seus territórios, mas passam a habitar múltiplos territórios em busca da territorialização. Nesse caso, o acesso à terra é o que pode se evidenciar nas histórias de vida das famílias do assentamento 24 de Novembro.

Territorialidades da reforma agrária: a organização do assentamento 24 de Novembro

A partir da compreensão da questão agrária existente em nosso país, da política pública de reforma agrária e da noção de território, percebemos que o último vem sendo transformado a partir dos assentamentos rurais que concretizam o processo de luta pela terra.

É preciso reconhecer, nos territórios reorganizados pela reforma agrária, os múltiplos territórios construídos, as multiterritorialidades manifestadas, como também as relações de poder que existem no interior dos assentamentos, relações essas que efetivam a construção de um território. Para Haesbaert (2004):

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. (p.21)

A partir do pensamento de Haesbaert (ibidem), torna-se evidente a necessidade de adotar a perspectiva dos múltiplos territórios e da multiterritorialidade, em vista da multiplicidade de manifestações que se apresentam nos assentamentos da reforma agrária, seja a partir da diversidade social, cultural e étnica dos sujeitos que compõem o assentamento, seja pelas relações de poder e influência exercidas pelo próprio Estado (Incra) no interior dos assentamentos. De acordo com Leite (2003):

A presença dos assentamentos enquanto unidades territoriais e administrativas, novas referências para as políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que eles são implantados, resultando numa ampliação das demandas de infraestrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal, redimensionando o tema do acesso às políticas públicas. ([s.p.]

No caso do assentamento 24 de Novembro, a Universidade Federal de Pelotas, proprietária da área do assentamento, é responsável por manifestar nesse território outras relações de poder para além das

relações existentes em qualquer outro assentamento de reforma agrária, uma vez que o contrato de comodato foi realizado entre a universidade e as famílias, travando uma relação por vezes conflituosa.

É evidente o fato de que o assentamento introduz no território novas formas, funções, estruturas e processos. Na maioria dos casos, um território voltado para a agricultura capitalista agroexportadora é transformado em um território voltado para a agricultura familiar. No assentamento estudado, um território pertencente a uma universidade pública, que se apresentava improdutivo, e, portanto, não cumpria sua função social, deu lugar a um território voltado para a agricultura familiar camponesa. Buth e Corrêa (2006) esclarecem o significado do assentamento para as famílias sem-terra:

O acesso à terra indica uma reterritorialização, materializando a recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente no que diz respeito às técnicas, modificando as práticas sociais. Assim, os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades. (ibidem, p.154-155; adaptado)

Conforme são assentados, os trabalhadores rurais sem-terra passam por um processo de reterritorialização, o qual prevê a construção de um novo território, formado por sujeitos com diferentes origens e trajetórias de vida. Enfim, a diversidade cultural configura o assentamento a partir da heterogeneidade/alteridade rumo a um projeto coletivo e fundamentado nas identidades territoriais que resultam desse processo; em última análise, das relações entre sociedade e natureza. Para Souza (1995):

a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das

peças estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (ibidem, p.84)

Ainda, sobre o significado da territorialização no assentamento pelas famílias sem-terra, Medeiros (2007) esclarece:

O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço; é, acima de tudo, um processo de produção no espaço que ocorre através da apropriação e uso desse novo espaço pelos assentados. Estes modificam o espaço do assentamento e estabelecem relações com ele marcadas, ao longo do tempo, por mudanças no modo de produzir e de se organizar socialmente. O espaço é transformado. (p.174)

Então, uma vez que os grupos sociais estão territorializados, de acordo com Souza (1995), novas identidades são criadas no assentamento a partir da relação de pertencimento com aquele território conquistado, ou até mesmo a partir da relação de apropriação daquele território onde passaram a viver e produzir. Territorialidades camponesas são construídas no território que anteriormente era um espaço improdutivo. Alves et al. (2007, p.93) afirmam que “[...] o assentamento rural é a territorialização materializada e as relações camponesas, a territorialidade existente e concreta”. Ainda sobre territorialidade, Haesbaert (2004) explica que:

além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (p.21)

O assentamento 24 de Novembro representa a expressão das territorialidades camponesas por meio das diversas estratégias utilizadas pelas famílias para garantir sua reprodução social.

Atualmente, o assentamento apresenta uma organização socioprodutiva baseada na agricultura familiar, em que cada família, em seu lote, produz individualmente. Essa situação não era a mesma no início do assentamento, pois todas as 26 famílias tinham sua produção organizada coletivamente e assim formavam a Associação dos Agricultores da Palma, que por diversos motivos não durou mais do que um período de dois anos. Loner et al. (1996) explicam como se dava essa organização coletiva entre os 1993 e 1994:

Provavelmente, esta situação – excepcional em termos de assentamentos de colonos sem terra – tenha condicionado em muito as expectativas destes colonos quando vieram se estabelecer aqui. Inicialmente, tudo foi pensado para ser feito em termos coletivos e muito até hoje assim continua: por exemplo, a cozinha é coletiva, o que é justificado pelo fato de que haveria menos desperdício, além do que retira um pesado trabalho das costas das mulheres. Existe um projeto de lavanderia coletiva, e um setor de conserto de roupas, também coletivo. Coletiva ainda se pretende que seja a creche, o que liberaria a mãe dos cuidados com as crianças enquanto trabalha. (p.73)

Percebe-se que o projeto coletivo apresentava-se bem organizado e promissor, no sentido de garantir melhores condições de vida às famílias assentadas. Em entrevista, um morador relatou que a associação conseguiu adquirir algumas máquinas e equipamentos agrícolas para facilitar a produção, o que, individualmente, se tornava extremamente difícil, em função da falta de capital necessário para aquisição de tais equipamentos.

Entretanto, por diversos fatores, os projetos individuais de cada família sobressaíram e a organização coletiva do assentamento teve fim. Cabe ressaltar aqui que a própria divisão dos lotes foi feita em função da desagregação da associação, na qual os próprios assentados fizeram a medição da área, distribuindo lotes de mesmo tamanho para cada família – em torno de 20 ha cada um. As primeiras famílias a deixar a associação foram as primeiras a

ocupar os lotes individuais; dessa forma, as famílias que permaneceram até o fim da associação ficaram com os lotes que ainda estavam desocupados.

A produção familiar, em cada lote, apresenta-se de forma diversificada. Entre os principais produtos cultivados no assentamento para a comercialização estão pepino, morango, ovos, mel e leite. Esses produtos são responsáveis pela formação da renda que abastece a propriedade, sobretudo o leite, que, de acordo com todas as famílias entrevistadas, é a principal atividade geradora de renda. Algumas já foram produtoras de fumo, porém, entre as famílias entrevistadas, atualmente nenhuma mantém esse cultivo em seu lote.

Os assentados apresentam certa autonomia em relação à comercialização dos produtos que cultivam, pois são vendidos aos supermercados e comércios atacadistas da região. Alguns produtos, como o morango, é vendido diretamente ao consumidor em feiras livres. Essa situação é propiciada pelo fato de o assentamento estar localizado próximo às áreas urbanas dos municípios de Pelotas e de Capão do Leão.

Cabe ressaltar a importância da organização social dos assentados em torno de projetos associativistas, principalmente para viabilizar a comercialização dos excedentes da produção agrícola. Conforme esclarecem Buth e Corrêa (2006):

Qualquer assentamento, com o simples ato de ser criado, altera as relações de poder local. Mesmo que haja adesão ao modelo produtivista, o assentamento promove um rearranjo do processo produtivo, a produção se diversifica e novas atividades são introduzidas. Além disso, pode-se constituir o associativismo e se formar cooperativas. Esses fatores, em conjunto, afetam a dinâmica do comércio local, a movimentação bancária, a arrecadação municipal, entre outros. (p.163)

Entretanto, a produção de leite está submetida aos Complexos Agroindustriais (CAI's), pois a comercialização é realizada via Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda. (Cosulati). Essa

integração aos CAI's pode representar a perda de autonomia dos agricultores no que diz respeito à comercialização dos produtos, pois a produção deve seguir normas técnicas estabelecidas pela indústria e os valores pagos ao produto, muitas vezes, não cobrem sequer os custos de produção. Além disso, o valor da mão de obra familiar não é contabilizado pelo agricultor no momento da venda do seu produto, porém, a indústria incorpora esse valor ao preço final pago pelo consumidor. Isso representa uma forma de exploração do trabalho do agricultor familiar camponês.

Sobre a criação de animais nos lotes, encontra-se a criação de gado para a produção de leite em todas as famílias pesquisadas. Também em todos os lotes está presente a criação de galinhas caipiras para o consumo da própria família (carne e ovos). E, ainda, a criação de suínos está presente em três das famílias entrevistadas, uma produção que se destina tanto ao autoconsumo quanto à comercialização.

No que diz respeito às máquinas e implementos agrícolas utilizados pelos assentados na produção, todas as famílias entrevistadas utilizam bois e cavalos para auxiliar nas tarefas produtivas, ou seja, fazem uso da tração animal, pois não possuem maquinários próprios. Quando necessitam desses maquinários, como tratores, arados, entre outros, utilizam os equipamentos da prefeitura de Capão do Leão, que aluga o maquinário para os agricultores, cobrando um determinado valor por hora de uso.

Quanto à utilização de fertilizantes, os entrevistados afirmaram que usam adubos orgânicos, uma vez que, além de fornecer alimentos mais saudáveis, não necessitam de recursos financeiros para adquiri-los, pois são produzidos no próprio lote. Alguns assentados ainda utilizam ocasionalmente adubos químicos, inseticidas, herbicidas e fungicidas. Sobre a autonomia no uso dos recursos, Ploeg (2006) complementa:

[...] o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre (e simultaneamente inclui) uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garanti-

da. Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores de uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção. (p.25)

A assistência técnica prestada às famílias é realizada pela Empresa de Assistência Tecnológica e Extensão Rural/RS (Emater) em todos os lotes do assentamento. De acordo com os relatos das famílias, embora no contrato de comodato conste que a assistência técnica a ser prestada às famílias deve ser da UFPel, atualmente isso não ocorre, diferentemente dos primeiros anos logo após a instalação do assentamento.

Assim como a maioria dos trabalhadores rurais sem-terra que formam o MST, os assentados provêm do espaço rural, ou seja, têm suas origens na agricultura familiar. Das sete famílias entrevistadas, apenas duas viviam em ocupações na área urbana antes de ingressar no movimento; as demais trabalhavam na agricultura como parceiras ou meeiras.

Sabe-se que grande parte dos assentamentos existentes no estado do Rio Grande do Sul é formada por famílias provenientes do norte e do noroeste do estado, como pode ser verificado nos assentamentos localizados mais ao sul. E essa situação não é diferente no assentamento 24 de Novembro. Entre os municípios de origem dos assentados pode-se citar: Ronda Alta, Nonoai, Erval Seco, Erechim, Palmitinho, Rodeio Bonito e Seberi.

É unânime entre os assentados o fato de terem ingressado no MST com o desejo de possuir um pedaço de terra para “produzir para si, com os seus, no que lhes pertence” (Wanderley, 1989), ou seja, o projeto de vida camponês. Ainda, entre as famílias que estavam na área urbana antes de acampar na região aqui estudada, o desejo vai mais além de só possuir um pedaço de terra: a vontade delas é de retornar para o campo, de onde foram expulsas pela busca de melhores condições de vida na cidade.

Além de ficarem um período significativo vivendo em “barracos” mesmo estando assentadas, as famílias ficaram um período maior ainda sem luz elétrica. O assentamento passou a ter rede elétrica em todas as propriedades somente a partir de 2002, por meio do programa governamental “Luz para Todos”. Percebe-se, então, a precariedade em que viveram essas famílias em dez anos de assentamento.

Em relação à disponibilidade de água para uso doméstico, os assentados utilizam água retirada de um poço artesiano localizado na área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram feitas várias tentativas de construir poços artesianos para o abastecimento doméstico dos lotes, mas todas sem sucesso, pois a água se apresentava imprópria para o consumo humano. Para des-sedentar os animais domésticos é utilizada água de açudes.

Quanto às características sociais, entre as famílias entrevistadas, o número de filhos é bastante significativo, o que garante a reprodução da agricultura familiar, já que esta depende do trabalho de toda a família. Em apenas duas famílias não havia filhos; em uma delas o assentado vivia sozinho em seu lote; e na outra o casal morava sozinho, sem os filhos.

No que diz respeito à escolaridade, a maioria dos assentados não possui o primeiro grau completo. Contudo, todos os filhos que estão em idade escolar, estão frequentando a escola, e alguns cursam o ensino médio no Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), estabelecimento vinculado à Universidade Federal de Pelotas e voltado para o ensino técnico agrícola. Também há filhos de assentados que frequentam a universidade ou já estão formados em curso superior.

Quanto às relações sociais de trabalho, pode-se dizer que são estritamente familiares. Entretanto, duas famílias afirmaram já ter contratado trabalhador temporário. Uma dessas famílias fez a contratação na época em que produzia fumo, e, em determinados períodos da produção, como é o caso da safra, complementou a mão de obra familiar com trabalho extra. A segunda família realizou a contratação na época em que produzia pepinos para a indústria de conservas e, portanto, necessitava de mão de obra extrafamiliar.

Considerações finais

Considera-se aqui o assentamento como uma forma de reconstruir o espaço rural brasileiro, que historicamente foi marcado pela presença da grande propriedade da terra. Principalmente no sentido de dar oportunidade do acesso à terra a quem foi excluído pelas condições históricas vividas no campo, possibilitando o fortalecimento da agricultura voltada à lógica familiar e à produção de alimentos para o mercado interno.

O assentamento 24 de Novembro do município de Capão do Leão (RS), foco deste trabalho, representa mais um dos assentamentos que permite o acesso à terra por parte de agricultores e agricultoras que, por diversos fatores, foram expropriados de suas terras. O assentamento permitiu, antes de tudo, a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Em relatos, os entrevistados revelam que com a oportunidade de acesso à terra dos conseguem garantir um futuro para os filhos, buscando para estes uma vida digna como agricultores.

Percebe-se que os modos de vida camponeses existentes no assentamento 24 de novembro, resultantes das múltiplas relações que os agricultores assentados estabelecem com o meio, configuram as territorialidades camponesas. O território, que antes configurava uma fazenda improdutiva, deu lugar ao assentamento de muitas famílias que viram ali a oportunidade de garantir o acesso à terra e de reproduzir-se social, econômica e culturalmente.

Diante disso, é necessário reconhecer as transformações na estrutura dos municípios em que os assentamentos inserem os modos de vida e territorialidades camponesas, transformações essas que beneficiam tanto as famílias assentadas quanto a população local, seja ela urbana ou rural.

Fica claro o significado da política de reforma agrária e de construção de territórios em assentamentos rurais em nosso país, ou seja, a efetivação de uma sociedade democrática, que busca garantir os direitos de trabalhadores brasileiros a partir da aplicação das políticas públicas existentes.

Referências bibliográficas

- ALVES, F. D. A.; SILVEIRA, V. C. P.; FERREIRA, E. R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.2, n.4, p.82-97, ago. 2007.
- BUTH, F.; CORRÊA, W. K. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada-RS. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.1, n.2, p.152-172, ago. 2006.
- FAO/INCRA. PROJETO UTF/BRA/036/BRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília: FAO; INCRA, 1994.
- FERNANDES, B. M. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001. 120p.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil, 2004. 400p.
- _____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007. p.33-56.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. (et al.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.19-36.
- LONER, B. et al. O assentamento da palma: a individualização do coletivo. *História em Revista* (Pelotas: Instituto de Ciências Humanas; Núcleo de Documentação Histórica; UFPel), n.2, p.65-83, 1996.
- MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p.168-178.
- PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Ale-

- gre: UFRGS, 2006. p.13-53.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 470p.
- SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.
- WANDERLEY, M. N. B. *Em busca da modernidade social – Uma homenagem a Alexander V. Chayanov*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- WIZNIEWSKY, C. R. F. *Reforma agraria y asentamientos en Brasil: el caso de los asentamientos de reforma agraria en Capão do Leão-RS*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de Córdoba. v.II.

Referências eletrônicas

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2009.
- LEITE, S. *Assentamentos rurais: impactos locais e geração de emprego*.
Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2009.

ESTRATÉGIAS E ORGANIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Ana Ivânia Alves Fonseca¹

Genilda do Rosário Alves²

Eduardo Charles Barbosa Ayres³

Vanessa Fonseca⁴

A agroecologia é uma ciência que resgata o conhecimento agrícola tradicional já desprezado pela agricultura moderna, segundo o qual, em sua prática, é necessário um ser humano mais consciente, com atitudes de coexistência e não de exploração para com a natureza (Altieri, 1989). A agroecologia se apresenta no Brasil como uma forma de resistência contra a devastadora onda modernizadora e contra a expropriação completa dos agricultores (Cannito, 1998). A agricultura familiar de base agroecológica deverá priorizar o resgate da produção de alimentos saudáveis sem comprometer a dinâmica da natureza. É importante repensar um modo de produzir alimentos tendo como princípio o cuidado com todas

-
- 1 Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bolsista da Fapemig e coordenadora de projeto do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR. Contato: anaivania@gmail.com
 - 2 Professora Especialista do Departamento de Estágios e Práticas Escolares da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural – NEPGeR.
 - 3 Agrônomo e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Membro do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar – ICA/UFMG. Bolsista do CNPq.
 - 4 Acadêmica de Zootecnia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar – ICA/UFMG. Bolsista do CNPq.

as formas de vida. A agricultura familiar, aliada à agroecologia, possui o potencial de um desenvolvimento rural mais sustentável e de uma sociedade mais soberana. Este capítulo tem como objetivo fazer as primeiras análises sobre a agroecologia praticada pelas populações tradicionais no norte de Minas Gerais dentro do “Projeto de Pesquisa em Agroecologia: Um Estudo Sobre Agroecologia e a Agricultura Familiar nas Populações Tradicionais do Norte de Minas”, financiado pelo CNPq e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e executado pelo Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Para tanto, entendemos que o melhor método para a investigação será o da *pesquisa-ação*, na qual os esforços se concentram no registro, no entendimento e na perspectiva histórica e atual da comunidade e do seu modo de produção

Agroecologia: uma breve abordagem teórica

A agroecologia consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar sustentável, socialmente justa e viável do ponto de vista econômico. O termo agroecologia começa a ser mais explorado a partir de 1970, mas sua prática é antiga e significa cuidar do ambiente e das pessoas que se ocupam da agricultura. A agroecologia também agrega conhecimentos e saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas. Para Guterres (2006):

A abordagem agroecológica propõe mudanças profundas nos sistemas e nas formas de produção. Na base dessa mudança está a filosofia de se produzir de acordo com as leis e as dinâmicas que regem os ecossistemas – uma produção com e não contra a natureza. Propõe, portanto, novas formas de apropriação dos recursos naturais que devem se materializar em estratégias e tecnologias condizentes com a filosofia-base. (p.92)

Nesse sentido, a agroecologia pode ser vista como uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza, nas quais o que acontece é uma sucessão natural de eventos, permitindo, assim, que haja a fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes químicos e que se cultive sem o uso de agrotóxicos. Primavesi (2008) destaca que deve existir uma junção do fazer agroecológico e do saber tradicional e popular:

A Ecologia se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, bem como as inter-relações entre esses três componentes. Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado. Por essa razão, a Agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais. (p.9)

Sendo assim, a agroecologia tende a depender muito da sabedoria do agricultor familiar desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais. Com o tempo, esse agricultor familiar começa a produzir melhor que a agricultura convencional e ganha autoconfiança. E é assim que ele se dá conta de que é produtor de alimentos junto com a natureza, e que respeita as leis desta e acredita em si mesmo (ibidem).

No entanto, as práticas agroecológicas podem ser entendidas como práticas de resistência da agricultura familiar perante o processo de exclusão no meio rural, bem como da homogeneização das áreas de cultivo. Os sistemas orgânicos de produção agropecuária e industrial são definidos na legislação brasileira, pela Instrução Normativa n.7/99, como aqueles que:

Adotam tecnologias que otimizam o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a autossustentação no tempo e no espaço, a

maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação. (Stringheta; Muniz, 2003, p.16-17)

Em praticamente todo o mundo vem se desenvolvendo uma produção agroecológica. O Brasil está em terceiro lugar nesse *ranking* de produção orgânica. Com destaque para os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, com cerca de 70% dessa produção.

O mercado para esse tipo de produto, porém, ainda é muito restrito, pois atende a um segmento específico de consumidores que se dispõem a pagar mais pelos produtos orgânicos. Os preços dos produtos agroecológicos, geralmente mais elevados, são definidos também em função do que os consumidores estão dispostos a pagar pela qualidade desse tipo de produto.

Apesar da expansão verificada nos últimos tempos, a produção agroecológica ainda ocupa espaços pouco significativos no cenário agropecuário e alimentar no Brasil e no mundo, pois esse tipo de mercado se desenvolve lentamente, embora tenha grande potencial.

Para Lima e Carmo (2006), o valor do produto orgânico pago pelo consumidor brasileiro é considerado um obstáculo ao desenvolvimento da produção agroecológica, e o produtor considera que o preço praticado leva à elitização do consumo e, conseqüentemente, à exclusão do consumidor de menor poder aquisitivo.

Os sistemas agrícolas familiares e a agroecologia

Chapadas e grotas, terra, água e vegetação fazem parte da lógica de uso e ocupação agrícola das populações rurais no Vale do Je-

quitinhonha, no norte de Minas Gerais. Ribeiro (1996) e Galizoni (2007) notaram que o sistema de lavoura praticado nas grotas, ao longo dos anos, pelas populações rurais do Alto Jequitinhonha, baseava-se no sistema de coivara, também chamado de roça de toco, que repõe a fertilidade da terra por meio do pousio florestal.⁵ Segundo Galizoni (ibidem), nesse sistema de cultivar a terra, a família lavradora “prepara um terreno para roçar e realiza o plantio nessa área por 2 a 3 anos; após esse tempo o terreno é posto em ‘descanso para enfaxinar’, e a família então prepara nova gleba para nova roça, e assim ciclicamente”⁶ (ibidem, p.31).

O conhecimento sobre as terras e o sistema agrícola praticado pelos lavradores do Jequitinhonha é ressaltado como uma arte por Ribeiro (1996):

A combinação de todo este conhecimento de meio ambiente é uma técnica, ajustada à terra e planta de formar um produto cultural: a roça de toco. Examinando com cuidado e respeito que merece, pode-se ver que ela não é uma ignorância; é conhecimento, uma pesquisa, uma sabedoria: uma arte. As técnicas de roça criadas pelos lavradores fazem parte do seu notável patrimônio cultural, ao lado do artesanato, folclore, histórias. São produtos mais nobres dessas grotas do Jequitinhonha. (p.31)

Portanto, além do aspecto produtivo, as chapadas e grotas são elementos culturais na vida dos agricultores do Alto Jequitinhonha. Sua importância como fator produtivo é que tudo o que não é produzido na grota, a chapada oferece e vice-versa. A relevância cultural é que o conhecimento e a ocupação desses ambientes se transformam em uma arte de lidar com a natureza, construindo especificidades entre essa população e o ambiente.

5 Sobre pousio florestal, consultar Buserup (1987), Dubois (1996).

6 Os períodos de pousio e uso dos terrenos por lavradores podem variar em função da disponibilidade de áreas com fertilidade natural e o estado de conservação dessas áreas, requerendo períodos mais longos ou mais curtos de pousio (Ribeiro, 1996; Buserup, 1987).

A partir da década de 1970, porém, com os projetos de reflorestamento em larga escala na região, ocorreu um processo de tomada das terras de chapadas das comunidades rurais. Esses projetos apresentaram resultados econômicos insignificantes do ponto vista da geração de emprego e renda para a população local (Calixto, 2006).

A tradicional forma de produção agrícola do Alto Jequitinhonha, baseada na roça de toco e no aproveitamento dos diversos ambientes, viu-se em crise. Primeiro, pela necessidade de reduzir os períodos de pousio; segundo, por ter de dividir as poucas terras férteis das grotas com o gado que descia das chapadas, expulso pelos eucaliptais, ocupando áreas que antes eram para a produção de alimentos, e que agora destinam-se ao cultivo de pastagem, ocasionando pisoteio e degradação do solo; e terceiro, por perder as chapadas que foram historicamente utilizadas como áreas de coleta extrativista (Ribeiro, 1996; Calixto, 2006; Galizoni, 2007).

Além disso, o aumento e a pressão populacional nas áreas de grota exigiam sistemas de cultivo mais intensivos em áreas repartidas e cada vez menores. Esse processo, ao longo dos anos, provocou consequências produtivas sobre a terra, agravando a produção de alimentos para o abastecimento familiar e o comércio.

Nos terrenos dos agricultores familiares do Alto Jequitinhonha, as atividades produtivas são minuciosamente pensadas e alocadas na organização produtiva. A criação de galinhas e porcos tem lugar garantido nos quintais das famílias, pois é atividade que merece atenção constante e fica principalmente aos cuidados da mulher e dos filhos, assim como os pomares. Próxima à casa também está situada a horta caseira, que complementa a alimentação das famílias e está sob a responsabilidade da mulher que determina aumentar ou não o número de canteiros e a variedade de hortaliças, conforme a disponibilidade de água no terreno (Noronha, 2003).

Plantações de milho e de feijão são cultivos de áreas mais férteis, de terrenos planos ou não, mas geralmente localizados próximos às margens dos córregos. A mandioca, a cana e o abacaxi são plantados em áreas predeterminadas pela sua aridez e fertilidade intermediária. Essas são atividades de maior volume de produção

e trabalho, e que ocupam maiores áreas e demandam a mão de obra de toda a família.

O gado, geralmente mais rústico, também faz parte das atividades agrícolas, como fornecedor de leite, ou comumente encontrado como elemento estratégico de reserva monetária e comercialização nos momentos de necessidade da família, seja para fazer um tratamento de saúde, para fazer uma viagem, seja para aumentar o patrimônio; enfim, o gado também compõe o repertório de estratégias de reprodução da agricultura familiar no Alto Jequitinhonha (Noronha, 2003).

As áreas de pastagens, geralmente localizadas em terras de boa a intermediária fertilidade, determinam a quantidade de gado possível de ser criada. Além disso, a escassez de água por aproximadamente oito meses do ano, de março a outubro, que representa o período de seca, é crucial na decisão de ter ou não o gado e em que quantidade.

A época da seca é marcada pela moagem da cana-de-açúcar e pela produção de farinha de mandioca. O processamento dos produtos agrícolas, por exemplo, cana, mandioca e milho, é feito em estrutura particular ou de uso comunitário, gerenciada pela própria comunidade e mantida com recursos advindos da percentagem de produção, retida para consertos na estrutura e no maquinário que processa os produtos.

A farta produção de cachaça, rapadura, farinhas, doces, fubá de milho e outros produtos atribui jornadas de trabalho e ocupação às populações do meio rural no período de entressafra; além disso, essa produção compõe as feiras livres municipais, abastecendo tanto as famílias urbanas quanto as rurais.

As feiras livres fazem parte da cultura local do Alto Jequitinhonha, sendo realizadas principalmente aos sábados. São pontos de convergência e socialização entre a população rural e urbana. Além disso, as feiras livres constituem uma importante alternativa de renda para as famílias rurais.

Ribeiro et al. (2007), analisando as dimensões das feiras livres no Jequitinhonha, percebem que elas têm importante papel

na geração de ocupação para as populações rurais e respondem, em média, por 70% do abastecimento da população urbana. Também influenciam diretamente as vendas no comércio local, que, em alguns setores, chegam a ter um aumento entre 25% e 30% na movimentação financeira, pois as receitas conseguidas pelos feirantes são utilizadas na compra de outros produtos no comércio urbano.

Esse cenário de diversidade e fartura, que se tem nas grotas do Alto do Jequitinhonha, tem estimulado a sociedade e as organizações locais a pensar em propostas viáveis para o meio rural, valorizando o saber tradicional das populações rurais, respeitando a dinâmica de uso e manejo dos recursos naturais pelos agricultores familiares, conservando a biodiversidade e desenvolvendo tecnologias adequadas às condições locais, além de preservar estilos de vida, aliando produção e conservação ambiental.

Saberes e estratégias

A exploração familiar, segundo Lamarche (1993, p.15), “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Ou seja, é uma unidade de trabalho na qual a família participa na produção. Chayanov (1974), em sua análise sobre a organização da unidade doméstica de exploração camponesa, atribui à capacidade de trabalho da família um fator definidor do grau de exploração dos demais fatores de produção: terra e capital.

Algumas peculiaridades sobre a organização da unidade econômica campesina são descritas por Chayanov (*ibidem*):

1. não há distinção entre trabalhador e empresário, que se combinam numa só pessoa;
2. o interesse do camponês como trabalhador prevalece sobre seus interesses como empresário, na hora de arrendar ou vender suas terras;

3. apesar de apresentar baixas rendas de produção em relação às propriedades privadas e de grande extensão, as unidades camponesas absorvem maior quantidade de força de trabalho e reduzem o desemprego sazonal;
4. percebe-se uma relação de quanto menor a área de terra disponível, maior o volume de atividades artesanais para o comércio. (p.30-32)

Dois aspectos são considerados por esse autor estimuladores para que o camponês busque outras atividades fora da agricultura: o primeiro diz respeito à liberação da força de trabalho familiar em períodos de inatividade no trabalho agrícola; o segundo refere-se às situações de mercado mais favoráveis em termos de remuneração para atividades não agrícolas em comparação com atividades agrícolas que levam os camponeses a aproveitarem tal situação.

As estratégias familiares, que quase sempre resultam em estratégia agroecológica, representam as ações desenvolvidas por cada família para assegurar a reprodução e a exploração de suas unidades de produção. Segundo Schultz (1965), além de terra, trabalho e capital, inclui-se no rol de fatores de produção o estado de conhecimento ou técnicas de produção, pois faz parte do capital material, da experiência e dos conhecimentos técnicos de uma comunidade.

Quanto ao saber, Schultz (*ibidem*) classifica de três maneiras diferentes a forma como novos conhecimentos e novas habilidades podem ser adquiridos. A primeira é por meio da tentativa e do erro, um tipo de ensinamento consagrado pelo tempo e adquirido pela experiência; a segunda forma é pelo treinamento no trabalho, em que o aprendizado pode acontecer por meio de empresas, entidades públicas ou ser adquirido pelos próprios agricultores; e o terceiro método de aprendizado é a instrução, considerado pelo autor o mais eficiente a longo prazo, e que é, acima de tudo, um investimento em capital humano.

Estratégias de aprendizado, reprodução e organização interna, por meio da combinação das atividades entre membros da unidade

familiar, são analisadas e descritas por Heredia (1979) da seguinte forma:

As crianças começam a trabalhar no roçado a partir dos 10 anos. De 6 ou 7 anos até os 10 participam de atividades ligadas a casa [...] O pai é quem organiza as atividades a serem feitas no roçado, enquanto a mãe é a encarregada da organização das tarefas que se relacionam com a casa. (p.39)

Segundo Heredia (*ibidem*), o terreno está dividido entre casa e roçado.⁷ A casa inclui o terreiro, e ambos são destinados a atividades específicas das mulheres, como lavar louça, cuidar de aves, porcos e cabras, fazer a higiene das crianças, plantar algumas árvores frutíferas, como bananeiras e mamoeiros. A produção de farinha é atividade dos homens e das mulheres; contudo, negociar e vender produtos na feira são tarefas do homem.

O aprendizado é constante na trajetória de vida das populações rurais, tendo início desde que se assumem as primeiras incumbências no ambiente doméstico, passando-se a incorporar gradativamente atividades de todo o terreno, afinando-se com o ambiente natural em que se vive, relacionando-se o âmbito familiar com o comunitário, passando a exercer atividades de venda e negociação, conhecendo-se, enfim, os recursos naturais de que dispõem e decidindo sobre os cultivos e as criações.

Esse mundo de observação e prática refina a sabedoria de populações que vivem no campo e desenvolvem significados ajustados à sua realidade, dando ciência às atividades do ciclo rural. Trata-se de um sistema de conhecimento que, para Brandão (1986), se revela em um estilo de significação apropriada, que não é padrão, mas que equivale à relação em torno da produção do saber popular, na filtração e incorporação de conhecimentos que modelam as práticas dos

7 O termo roçado serve para designar o conjunto de cultivos adotado pelos agricultores como uma estratégia em função da pequena quantidade de terra disponível, e que, adaptado às condições locais, permite realizar várias colheitas para consumo direto ou venda durante maior período do ano (Heredia, 1979).

lavradores em uma lógica específica que gera sistemas de conduta em dimensões sociais, culturais e políticas, estabelecendo dinâmicas populares de sabedoria e modos de vida peculiares.

No Alto Jequitinhonha e no norte de Minas, a classificação popular sobre os tipos de solo faz dos agricultores que vivem ali grandes conhecedores dos cultivos que melhor se adaptam a seus terrenos. As plantas nativas são excelentes indicadores de fertilidade da terra para os agricultores, além de serem fornecedoras de frutos, lenha, recursos medicinais, madeira para construções rurais, entre outras funções.⁸

Além do aspecto vegetal, as populações rurais dessas regiões aprenderam a avaliar o estado de conservação das terras antes de se decidirem sobre o seu uso. Uma terra pelada é uma terra cansada, uma terra da qual não sai mato, uma terra que não tem vegetação; mesmo sendo uma terra de cultura, é uma terra fraca, onde não convém o plantio.

Decidir sobre as áreas onde se vão plantar cana, milho, mandioca, abacaxi exige apurado conhecimento sobre o ambiente em que as famílias rurais aprenderam a conviver diante da diversidade em suas unidades de produção. Assim, Ribeiro et al. (2005) relatam que:

para ser completo um terreno familiar carece de muitos tipos de terras – alta, baixa, quente, fria, dura, mole, mais barrenta ou arenosa, mais brava ou mais mansa – que são usadas tanto para produzir alimentos diferentes num mesmo ambiente quanto para produzir o mesmo alimento em ambientes diferentes [...]. Consorciavam plantas adaptadas e resistentes, como mandioca e batata-doce no subsolo, feijão-de-arranque, abóbora e feijão-catador no primeiro andar, milho, andu e quiabo no segundo andar. (p.87)

É nesse contexto de ambiente e população que se inserem novos olhares sobre o saber local no exercício da compreensão da lógica cotidiana dos agricultores, dos quais se exigem interpretações cada vez mais cautelosas acerca de intervenções no meio rural.

8 Sobre classificação e uso de plantas no Alto Jequitinhonha, consultar Calixto (2002), Chiodi (2006), Santos (2006).

As migrações também fazem parte do cotidiano dos agricultores dessas regiões, cujo destino é diverso. Alguns migram para a região noroeste de Minas, conhecida por sertão, onde se ocupam em atividades carvoeiras. Outros têm como destino o sul de Minas Gerais, onde trabalham nas colheitas de café. Outros migram para Belo Horizonte, e outros, ainda, para o litoral do Espírito Santo, para trabalhar como vendedores ambulantes. Mas o principal destino desses agricultores são as lavouras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, onde se ocupam durante os meses de abril a dezembro.

Segundo Ribeiro (1993), a terra é um fator que determina as saídas e a permanência dos lavradores. O autor, porém, destaca a astúcia e o jogo de combinações familiares nas decisões de seus membros sobre a migração:

ao final de um período, no começo da idade adulta, a solução de uma série de tramas leva o rapaz a uma decisão. As tramas da terra, da herança, do casamento, do assalariamento, da família, vão sendo resolvidas pelo tempo e circunstâncias. Daí vem a decisão: ir para o corte de cana ou ficar no Jequitinhonha. (ibidem, p.29)

Heredia (1979), Woortmann (1990) e Ribeiro (1993) percebem a migração como parte das práticas de reprodução dos agricultores familiares, e analisaram a migração sazonal,⁹ comum entre alguns membros masculinos das famílias rurais, como uma atividade cuidadosamente planejada, pois ocorre geralmente nos períodos de menos trabalho nas lavouras, o que permite a saída dos membros sem comprometer as atividades produtivas.

A migração definitiva ocorre em função do atual estado de fragmentação em que se encontram os terrenos, que não suportam mais serem repartidos. Para os filhos que ficam, a migração sazonal cumpre papel importante no processo de patrimonialização e per-

9 Quanto aos tipos de migração que ocorrem no Jequitinhonha, podem ser sazonais – quando os agricultores viajam e retornam todos os anos para sua família –, ou podem ser definitivas – quando os trabalhadores mudam para outra região e deixam de ir e vir todos os anos Ribeiro (1993).

manência do agricultor familiar, seja para aquisição de gado, novos terrenos, equipamentos, seja para construção de casa, unidades de beneficiamento e outros (Ribeiro, 1993).

Woortmann (1990) atribui à migração o aprendizado dos trabalhadores rurais sobre inovações agrícolas apreendidas que poderão ou não ser usadas, experimentadas ou adaptadas às suas necessidades quando os trabalhadores retornarem às unidades de produção familiar. Reforça a tradição da posição hierárquica do chefe da família ao introduzir a inovação, porque quase sempre ele é ou foi migrante. Portanto, com relação aos processos técnicos, o autor descreve que “a migração é um aprendizado de processos de trabalho modernos, incorporados, sempre que possível, às práticas produtivas do sitiante” (ibidem, p.51).

Assim, a experiência da migração, seja como aprendizado, descobrindo novas técnicas, seja como patrimonialização, buscando novas fontes de recursos financeiros, faz parte das histórias dos trabalhadores rurais do Alto Jequitinhonha e do norte de Minas Gerais, que aproveitam essas oportunidades, a partir de uma série de combinações, para potencializar e prosperar as atividades em suas unidades de exploração familiar. Além da agricultura e da migração, acrescentam-se os negócios ao mundo dos agricultores.

Os negócios realizados pelos sítiantes mineiros são descritos como catira por Ribeiro e Galizoni (2007), tratando-se da forma de gestão de bens e recursos familiares como uma estratégia significativa na sua patrimonialização:

É uma das instituições mais sólidas do meio rural mineiro. Trata-se da troca de animais por bens de consumo, produtos agrícolas, dinheiro ou pouco de cada e vice-versa [...] em Minas Gerais serve para dispor bens sem serventia, trocar o miúdo pelo remediado e este pelo graúdo, para encorpar, aos poucos, os bens que compõem o patrimônio familiar. (p.69)

A catira é revelada como uma arte particular, de saberes e habilidades específicos nas transações de compra, venda ou troca de

produtos, consolidando relações sociais no meio rural. Percebe-se que vários são os cenários, alicerces e caminhos que reforçam a tradição das ações dos agricultores no ambiente social, econômico e natural no qual estão inseridos e no qual construíram estratégias para se estabelecer.

Portanto, a compreensão das estratégias e da organização dos grupos sociais no meio rural exige a ruptura de preconceitos em relação às comunidades. Achar que a rusticidade significa atraso é manter-se alheio à compreensão da prática do agricultor. A aparente simplicidade na prática agrícola e na vida das populações rurais guarda um conjunto de saberes que deve ser levado em conta na proposição de programas de desenvolvimento para o meio rural.

Pensando o futuro

Assim, Minas Gerais, o Vale do rio Jequitinhonha e o norte de Minas se caracterizam por um mosaico de culturas, marcado pelo processo de ocupação, pelas diferentes características ambientais ao longo do curso dos rios, veredas e chapadas, ofertando e regrando recursos naturais que moldaram estilos de vida peculiares das populações locais, recheados por uma riqueza de saberes e estratégias no convívio com a natureza. É nesse cenário que nos propusemos a realizar nossas pesquisas, das quais apresentamos algumas considerações iniciais, em que o modo de vida e os fazeres agroecológicos são a base para análise e discussão junto às instituições e comunidades tradicionais.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia – As bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. 237p.
- CANUTO, J. C. *Agricultura ecológica em Brasil – Perspectivas socioecológicas*. Córdoba, 1998. 200p. Tese (Doutorado) – Instituto de Socio-

- logía y Estudios Campesinos (ISEC), Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes (ETSIAM).
- BRANDÃO, C. R. *O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular*. 2.ed. Campinas: Papirus, 1986. p.9-38.
- CALIXTO, J. S. *Botica da natureza: conhecimento, uso e regulação de recursos vegetais para a saúde em comunidades rurais do alto Jequitinhonha*. Lavras, 2002. 29p. Monografia (Graduação – Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Lavras.
- _____. *Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no alto Jequitinhonha-MG*. Lavras, 2006. 130p. Dissertação (Mestrado – Administração) – Universidade Federal de Lavras.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. 339p.
- LIMA, J. P.; CARMO, M. S. *Agricultura sustentável e a conversão agroecológica*. Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade* (Campinas), v.1, p.5-19, ago. 1992.
- GALIZONI, F. M. *A terra construída – Família, trabalho, ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 126p.
- GUTERRES, I. *Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 161p.
- LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. In: LAMARCHE, H. (Coord.). Trad. A. M. N. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336p.
- NORONHA, A. G. B. *O tempo de ser, fazer e viver: modo de vida de populações rurais tradicionais no Alto Jequitinhonha-MG*. Lavras, 2003. 140p. Dissertação (Mestrado – Administração) – Universidade Federal de Lavras.
- NORONHA, A. F. B. *Agricultura familiar, extensão rural e sistemas agroflorestais: a experiência do CAV no Alto Jequitinhonha*. Lavras, 2008.

- 109p. Dissertação (Mestrado – Administração) – Universidade Federal de Lavras.
- PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e manejo sadio do solo. *Revista Agrícolas: Experiências em Agroecologia*, v.5, n.3, 2008.
- RIBEIRO, A. E. M. et al. As dimensões das feiras livres. In: RIBEIRO, E. M. (Coord.). *Feiras do Jequitinhonha: mercado, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal de Lavras, 2007. p.113-138.
- RIBEIRO, A. E. M. As invenções de migrantes. *Travessia*, n.18, p.27-30, set.-dez. 1993.
- RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira – negócios e reprodução familiar de sítiantes mineiros. *Revista Brasileira de Ciências Humanas. Novos Estudos*, v.22, n.64, p.65-74, jun. 2007.
- RIBEIRO, E. M. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CEDEFES, 1996. 235p.
- STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. (Eds.). *Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003.
- SCHULTZ, T. W. *A transformação da agricultura tradicional*. Trad. J. C. T. Rocha. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p.46-77; p.165-177.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (Campinas)*, v.7, n.1, p.35-53, jan.-jun. 1990.

Referência eletrônica

- RIBEIRO, A. E. M. et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.7, n.2, p.77-99, nov. 2005. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/ANPURv7_n2.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2011.

REPRODUÇÃO E PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LAJEADO (RS)

Juliana Cristina Franz¹

Carlos Vinícius da Silva Pinto²

Giancarla Salamoni³

Este capítulo propõe uma abordagem das categorias de análise do espaço para a compreensão do espaço no qual a sociedade opera, a fim de compreender a sociedade espacializada. O estudo se especifica na temática da agricultura familiar, analisando a multifuncionalidade do espaço rural.

Partindo dessas premissas, apresenta-se um estudo de caso no município de Lajeado (RS), considerando as suas particularidades para a reprodução e permanência do segmento da agricultura familiar no contexto socioprodutivo na escala do local.

-
- 1 Acadêmica dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Membro do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA. Contato: juliana-franz@gmail.com
 - 2 Acadêmico do curso de Graduação em Geografia pela UFPel. Bolsista do PIBIC/CNPq do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais da Universidade Federal de Pelotas. Contato: carlosv.sp@hotmail.com
 - 3 Professora Associada I da Universidade Federal de Pelotas. Professora Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Geografia – FURG. Coordenadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais – LEAA/ICH/UFPEL. Contato: gi.salamoni@yahoo.com.br

Abordagem geográfica no estudo das várias funções do espaço

A Geografia toma a sociedade como objeto de estudo e, a partir da relação sociedade e natureza, busca compreender a organização socioespacial em diversas escalas de análise, desde a local até a mundial, isto é, estuda o espaço que impõe a sua realidade, na qual a sociedade opera. Assim, como escreve Santos (1985):

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço. (p.49)

A organização espacial ou a sua evolução pode ser compreendida na totalidade por meio da compreensão da relação dialética entre as categorias analíticas do espaço, a saber: forma, função, estrutura e processo. Isso porque sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas assumem novas funções, e acaba se constituindo uma nova organização espacial (Santos, 1985, 2004).

Ainda com base em Santos (2004), a forma é correspondente ao aspecto visível, a aparência do sistema de objetos; a função relaciona-se à atividade ou à tarefa a ser desenvolvida pelo objeto criado, e este possui um aspecto exterior – a forma. Existe uma relação direta entre forma e função, na qual determinada forma é criada para desempenhar uma ou mais funções e, conseqüentemente, não existe função sem uma forma correspondente, e essas duas categorias são responsáveis por espacializar as relações presentes na organização socioespacial.

Entretanto, a análise somente das duas categorias não é suficiente para abarcar a realidade social e histórica. Para tanto, considera-se também a estrutura que se refere à maneira como os objetos estão organizados, e de como estes se inter-relacionam, representando a natureza social e econômica de uma determinada sociedade

em um momento do tempo. Já o processo pode ser definido como uma ação que se realiza continuamente que implica tempo e mudança, sendo uma estrutura em movimento de transformação. E, a partir da análise das quatro categorias analíticas em conjunto, é possível discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (Santos apud Corrêa, 1990).

Na realidade, nenhuma das categorias pode existir separadamente; é a sua utilização combinada que é capaz de nos fornecer um quadro da “totalidade em seu movimento” (Santos, 2004, p.56).

Santos (ibidem) ainda observa que através das categorias na análise do espaço chega-se à imagem da seletividade histórica e geográfica que ocorre na distribuição sobre o espaço, correspondendo às necessidades sociais e às possibilidades em um determinado período histórico. Isso ao mesmo tempo que também é determinada pelas formas já existentes, que já portavam uma funcionalidade específica.

Diante do exposto, e partindo do entendimento das categorias de análise do espaço, busca-se compreender a multifuncionalidade do espaço rural, e suas relações com a agricultura familiar, em um estudo de caso no município de Lajeado (RS).

A agricultura familiar e a multifuncionalidade do espaço

Inicialmente, tomam-se como marco teórico os estudos de Chayanov (1974) para compreender a distribuição dos recursos terra, trabalho e capital no interior das unidades produtivas agrícolas familiares, as quais, segundo o autor, são guiadas por uma racionalidade ou lógica particular (camponesa), o que torna as propriedades familiares um elemento fundamental para o funcionamento da economia e para a organização do espaço nas diferentes escalas (Chayanov apud Gerardi; Salamoni, 1994).

Chayanov parte do princípio de que, para compreender a agricultura familiar, é preciso considerar, além da organização interna, as condições externas nas quais as unidades produtivas estão envol-

vidas, tais como: a comercialização da produção, a expansão urbano-industrial e a modernização dos processos técnico-produtivos.

Desse modo, o agricultor familiar representa um segmento social que estabelece relações específicas com a sociedade que o envolve, pois possui uma elevada coesão social interna e sua organização orienta-se da combinação de elementos como produção, consumo, sociabilidade, herança cultural e ajuda mútua entre os componentes da mesma comunidade rural. Além disso, existe uma dinâmica demográfica familiar envolvida no processo produtivo, na qual as atividades desenvolvidas pelos agricultores visam ao cumprimento das necessidades da família, exigindo o esforço máximo de todos os membros nas tarefas, existindo apenas uma hierarquia familiar em torno do processo produtivo (Salamoni, 1992).

Wanderley (apud Salamoni, 1992), ao considerar a contribuição de Chayanov (*ibidem*) defende que a produção familiar camponesa não representa algo residual e atrasado diante do capitalismo, pois, segundo a autora, é o próprio capital que gera um espaço para a reprodução da produção familiar, que atua nas “brechas” do sistema capitalista e contribui para a expansão de diversos segmentos produtivos – do comércio à indústria. Salamoni ainda explica que:

O que está pressuposto por trás da ideia de M. N. B. Wanderley, é o fato de que a economia não é dual, mas representa um único sistema, onde cada uma das partes está articulada ao todo, servindo, de alguma forma, à expansão do capital, estando a ele, por conseguinte, subordinadas. (*ibidem*, p.141; adaptado)

Medeiros (2007) expõe que as unidades de produção familiar buscam se reproduzir tanto social quanto economicamente, organizando e realizando a produção por meio da força de trabalho familiar. E, ao analisar a modernização agrícola no Brasil, observa ser perceptível o aumento dos índices de produtividade, tanto da terra quanto do trabalho na agricultura. Entretanto, sob a ótica do bem-estar da população, percebe que os resultados econômicos se mos-

tram insuficientes para garantir o desenvolvimento em todas as suas dimensões (social, cultural, econômica, ambiental e territorial).

A expansão do processo de modernização a partir do qual a produção, a comercialização, a transformação e a distribuição estão inter-relacionadas ocorre, principalmente, através da integração da agricultura aos Complexos Agroindustriais (CAI's), às cooperativas ou às redes de comercialização. Nesses casos, a produção familiar está subordinada às demandas do capital urbano-industrial e os agricultores incorporam inovações tecnológicas (químicas, mecânicas e biológicas), mas nem por isso perdem sua característica de produtores familiares (Salamoni, 1992).

Diante disso, a produção familiar sobrevive e se reproduz no interior da economia capitalista de caráter industrial em virtude de duas condições: a primeira, em relação ao produtor estar apto a produzir para o mercado, considerando a propriedade dos seus meios de produção; a segunda, no tocante ao atendimento das necessidades sociais por bens e serviços produzidos pelos agricultores familiares, que apresentam uma demanda expressiva no mercado.

A partir do reconhecimento da importância da agricultura familiar como categoria analítica e social, busca-se estender o estudo em direção à compreensão da multifuncionalidade do espaço rural, considerando as diversas funções desempenhadas por esse segmento social no contexto dos espaços rurais na atualidade.

As dinâmicas de reprodução das famílias rurais representam a diversidade de formas e funções presentes na configuração e na construção social dos territórios nos quais estão inseridas, bem como refletem as múltiplas funções desenvolvidas pela agricultura no contexto socioproductivo local. Assim, torna-se possível observar a partir da perspectiva da sociedade, que estará igualmente envolvida, mediante a perspectiva da multifuncionalidade, quando se tratar de focar a agricultura familiar (Carneiro; Maluf, 2003).

A noção de multifuncionalidade da agricultura surgiu para realçar seu papel para além da produção de alimentos e fibras e para ampliar a noção de agricultor para além da noção econômica e produtiva. A ideia de multifuncionalidade da agricultura já havia sido discutida

na ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mas, foi em 1998 que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ligada à União Europeia, apresentou as bases conceituais e normativas que relacionavam agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável (Watanabe; Schmidt, 2008).

Dessa forma, a agricultura familiar apresenta um cunho multifuncional, primeiro, no sentido de contribuir para a segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade em geral. Isso por meio da produção de autoconsumo e da comercialização dos excedentes para os mercados locais e regionais, e ainda, na dimensão socioeconômica, por meio do emprego da mão de obra familiar nas unidades produtivas, evitando o êxodo e a pobreza rurais.

Além disso, a agricultura familiar desempenha também uma função ambiental, de preservação e conservação dos recursos naturais (água, solo, matas e florestas), e da paisagem rural relacionada às especificidades dos ecossistemas e agroecossistemas em que se localiza.

Conforme se observa no conceito de multifuncionalidade, presente no relatório “Declaration of Agricultural Ministers Committee” da OCDE, apud Soares (2000-2001):

Além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como: conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade socioeconômica em várias áreas rurais [...] A agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos. (ibidem, p.41)

Paralelamente, a permanência de tradições e práticas culturais permite aos agricultores familiares a produção de bens e serviços que valorizam a dimensão territorial do rural, a qual pode ser entendida como expressão da ruralidade local. Ou seja, a manutenção do tecido social e cultural, os modos de vida e as relações com a natureza, a sociabilidade com familiares e vizinhos, e até mesmo a

especificidade na forma de produção de alimentos para o consumo da própria família podem representar uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar.

A agricultura familiar pode ser também considerada multifuncional partindo-se do princípio de que a perspectiva não pode ser apenas produtivista ou econômica, pois a propriedade é ao mesmo tempo um espaço de produção, trabalho, moradia e vida dos agricultores e de suas famílias. Nesse sentido, as propriedades familiares são, simultaneamente, a realização das relações sociais de produção e também dos projetos de vida das famílias – dessa forma, ela é tanto multidimensional quanto multifuncional.

Pode-se considerar, ainda, a multifuncionalidade o conjunto de contribuições da agricultura para o desenvolvimento econômico e social dentro da unidade produtiva agrícola (Carneiro; Maluf, 2003). Além disso, na análise da multifuncionalidade do espaço rural, é preciso considerar outras dimensões relacionadas à agricultura familiar, como o papel das políticas públicas. Segundo Soares (2000-2001):

É bom salientar que grande parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar. O descaso histórico com esse setor da agricultura seja através da falta de financiamento adequado, falta de infraestrutura de produção e comercialização, ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade. (p.44)

Sabourin (2008), ao tratar das políticas públicas relacionadas ao reconhecimento da multifuncionalidade na agricultura familiar, enaltece a importância delas para a continuidade das funções sociais e culturais que se encontram cada vez mais ameaçadas em expressar seus valores de base, isso considerando o “avanço da economia de livre câmbio” (ibidem, p.6). E o mesmo autor alerta que essas experiências foram construídas histórica e socialmente ao longo do

tempo, portanto, devem ser incorporadas aos projetos de desenvolvimento local, sob pena de ver fracassadas as políticas públicas.

Sendo assim, a multifuncionalidade não é só do interesse do agricultor, mas também do coletivo, como argumenta Sabourin (ibidem, p.7): “esses dispositivos asseguram o manejo de recursos que interessam ao mesmo tempo a produção agropecuária para o grupo e funções ambientais, sociais, culturais, e econômicas de interesse público ou coletivo”.

Dessa forma, percebe-se que a função econômica na agricultura familiar não se sedimenta sobre a maximização do lucro, mas no atendimento das necessidades da família (autoconsumo) e na manutenção das potencialidades produtivas sobre o patrimônio familiar, isto é, a terra. Além disso, também é valorizada a dimensão cultural, isso pela pluralidade de valores existentes e que, muitas vezes, podem ser incorporados na geração de bens simbólicos e imateriais presentes no tipo de produção agrícola, ainda no que se refere à manutenção de práticas (alimentação, festas, religião e dialetos) herdadas dos antepassados (Carneiro; Maluf, 2003).

O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura pelo Estado, em suas diversas escalas de governança, não pode perder de vista as práticas não mercantis já assumidas de forma voluntária pelos agricultores, ou seja, a valorização do “tecido social rural e das estruturas locais capazes de assegurar um manejo gratuito e compartilhado desses recursos e manter os valores humanos assim produzidos” (Beduschi; Abramovay, 2003 apud Sabourin, 2008, p.7).

A organização socioespacial do município de Lajeado (RS)

Em vista da importância do segmento da agricultura familiar na agricultura brasileira e das transformações pelas quais vem passando ao longo do tempo, este trabalho busca relacionar o papel de-

sempenhado pela agricultura familiar em um estudo de caso sobre a organização socioespacial do município de Lajeado, no Rio Grande do Sul, e de como os agricultores familiares permanecem ativos no processo produtivo até os dias atuais.

Esse interesse se dá por causa da peculiaridade existente na dinâmica territorial municipal, uma vez que vem ocorrendo uma expansão gradativa do perímetro urbano sobre o espaço rural e, conseqüentemente, interfere nas expressões da ruralidade do referido local, uma vez que a área estritamente rural já se encontra bastante diminuta. Os loteamentos urbanos restringem-se cada vez mais ao perímetro rural, modificando as formas de organização da agricultura, cuja formação histórico-espacial ocorreu fundamentada sobre as bases da agricultura de caráter familiar.

Diante desse contexto, entende-se que o rural precisa ser valorizado pela pluralidade de valores e funções que possui e desempenha, bem como deve-se reconhecer que o segmento da agricultura familiar é um importante ator social no processo de desenvolvimento territorial local. Sendo assim, as expressões da ruralidade, as quais transcendem os limites territoriais da produção agrícola, precisam ser compreendidas no escopo das estratégias de reprodução e manutenção da agricultura familiar.

O município em questão – Lajeado – situa-se na porção centro-leste do estado do Rio Grande do Sul e está inserido na região do Vale do Taquari.

Segundo o Decreto n.40.349, de 11 de outubro de 2000, que estabelece uma regionalização que serve de referência para as estruturas político-administrativas dos órgãos do Poder Executivo, essa divisão regional foi estabelecida tendo em vista:

A necessidade de unificar esforços e adequar procedimentos através da cooperação entre as estruturas administrativas regionais, a fim de racionalizar o uso dos recursos públicos e maximizar os resultados pela ação conjunta e planejada dos órgãos de governo. (Rio Grande do Sul, 2000, p.1)

A localização geográfica do município de Lajeado está entre as coordenadas de 29° 46' de latitude sul e 51° 96' de longitude oeste, abrangendo uma área total de 90,41 km². Essa cidade está inserida no bioma da Mata Atlântica e dista 117 km da capital gaúcha, Porto Alegre (IBGE, 2007).

O espaço rural vem sendo urbanizado por meio de decisões político-administrativas da Câmara de Vereadores, corroboradas pelo Poder Executivo municipal, a fim de regularizar os loteamentos urbanos que já vinham se implantando de maneira irregular nessas áreas, e também como forma de prevenir um crescimento estrutural da cidade de forma mais ordenada (Figura 1). Tendo em vista a densidade populacional do localidade, um dos municípios com uma das maiores densidades demográficas do estado do Rio Grande do Sul segundo o IBGE (ibidem) – 749,71 hab/km² –, o poder público vem regulamentando sistematicamente o ordenamento territorial do município com base na expansão física do perímetro urbano.



Figura 1 – Loteamentos localizados no perímetro de expansão urbana de Lajeado (RS).

Além disso, cabe ressaltar que as medidas adotadas pelo poder público municipal representam uma forma de garantir a integridade do território a partir da transformação dos distritos em bairros urbanos, uma vez que de 1990 a 1996, dez distritos se emanciparam de Lajeado, constituindo sete novos municípios. E, desde 2001, a divisão territorial do município é constituída apenas pelo distrito-sede, que tem uma área territorial bastante restrita, de cerca de 90 km² (IBGE, 2007).

A especulação financeira é outro fator que vem incentivando a urbanização mediante a valorização dos terrenos, o que estimula os agricultores a lotear as suas propriedades. Na área que está sendo urbanizada, é nítida a proximidade entre estabelecimentos rurais com os loteamentos urbanos (Figuras 2 e 3). O espaço estritamente agrícola cada vez perde mais área, por causa do crescimento populacional significativo que vem ocorrendo nos últimos anos e que se torna visível através da análise empírica feita nos bairros urbanos, os quais eram predominantemente formados por estabelecimentos rurais. Atualmente, muitas propriedades rurais são fracionadas em lotes com a finalidade de criação de bairros residenciais para receber a população que migra para o município em busca das oportunidades de trabalho oferecidas pelo polo industrial de Lajeado, com influência no contexto regional do Vale do Taquari.

No município, existe apenas uma localidade denominada rural, por meio de determinação político-administrativa da Câmara Municipal, entretanto, os estabelecimentos rurais continuam desenvolvendo atividades agrícolas no perímetro considerado urbano. Esses estabelecimentos, por sua vez, continuam a pagar o Imposto Territorial Rural (ITR), quando a área excede 1 ha e fica comprovada a existência de atividades agrícolas, conforme previsto no Código Tributário Municipal. Segundo os dados disponíveis no IBGE (ibidem), a estimativa da população para o ano de 2009 no município de Lajeado era de 72.208 habitantes.



Figuras 2 e 3 – Paisagem rural presente na zona urbana de Lajeado (RS).

Na formação do Produto Interno Bruto (PIB) do município de Lajeado, considerando a participação de cada um dos setores da economia apresentado pelo IBGE (ibidem), percebe-se a pequena participação monetária do setor da agropecuária, ou seja, esse setor corresponde a aproximadamente 1,15% na formação do PIB municipal. Já em nível estadual (Rio Grande do Sul), esse mesmo setor corresponde a cerca de 7,075% do PIB do estado.

Essa diminuta parcela de participação da produção agrícola no PIB lajeadense pode ser associada à pequena área ocupada, atualmente, pela agricultura *stricto sensu*, bem como pelo fato de a produção não ser destinada integralmente para a comercialização, mas para o autoconsumo das famílias rurais.

Através do Plano Diretor do Município de Lajeado, que visa ao desenvolvimento integrado da localidade, o município é dividido em zonas de uso do solo urbano. E dentro do perímetro urbano são visíveis as áreas destinadas para o uso, preferencialmente, de atividades agrícolas, conforme pode ser visto no mapa disponibilizado pela prefeitura da cidade (Figura 4).

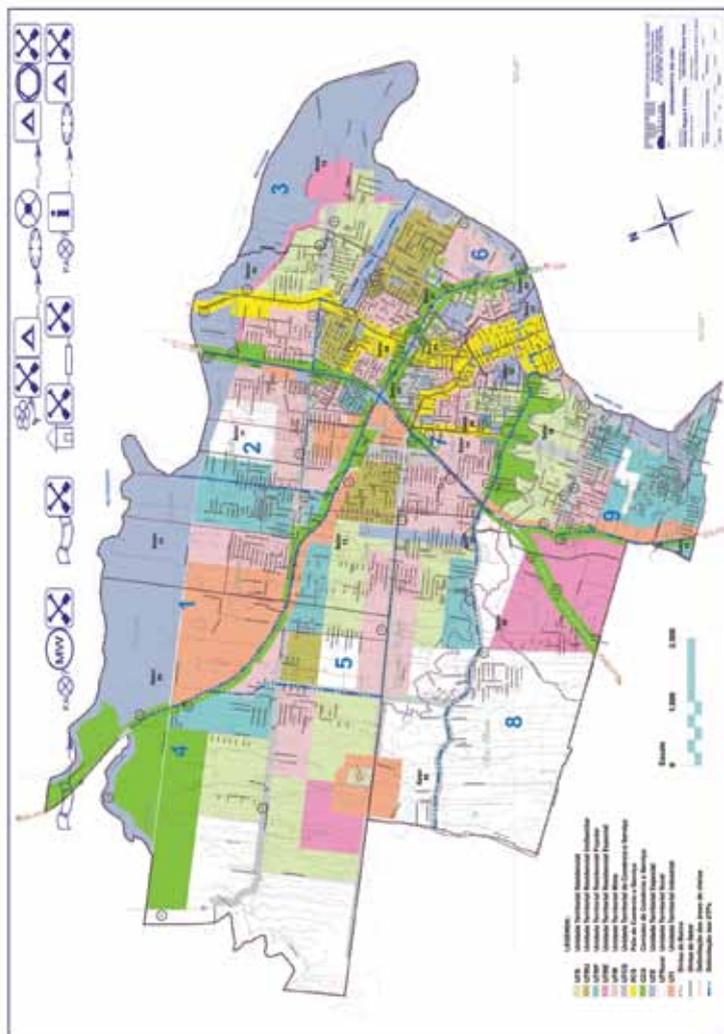


Figura 4 – Zoneamento do solo urbano de Lajeado (RS).

Fonte: Prefeitura Municipal de Lajeado (RS) (2009).

Estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Lajeado: considerações finais preliminares

No contexto brasileiro, a produção familiar na agricultura assume diversas formas e adota diferentes alternativas de reprodução socioespacial no que se refere à produção de alimentos e à geração de empregos, entre outros, bem como na adoção do processo de modernização da agricultura e da integração ao Complexo Agroindustrial.

Sabe-se que a agricultura familiar está envolvida em uma realidade complexa, e que a sua manutenção e funcionalidade ultrapassam a dimensão econômica da geração de renda ou de lucro. Isso porque se apresenta como um modo de vida baseado em diversas estratégias de reprodução social, e que visa a diferentes objetivos, isto é, o objetivo da agricultura familiar não é a acumulação de capital, mas a reprodução familiar e a manutenção da propriedade.

Isso pode ser percebido nas diversas atividades que desempenha no contexto mais amplo do espaço rural, como a função ambiental de preservação dos recursos tanto paisagísticos quanto naturais; a função social em relação ao emprego de mão de obra; a reprodução de práticas culturais e formas particulares de sociabilidade no campo, entre outras.

Por meio deste estudo de caso, busca-se identificar o papel multifuncional desempenhado pela agricultura familiar na organização espacial do município gaúcho de Lajeado. Além disso, ao reconhecer a diversidade de dinâmicas socioprodutivas desse segmento da agricultura, tenta-se compreender as formas de reprodução das famílias rurais, as quais permanecem no contexto rural mesmo diante das peculiaridades do ordenamento territorial encontradas no município.

Em vista da pluralidade de formas de trabalho e de produção desempenhadas por esse segmento na agricultura brasileira e das transformações pelas quais vêm passando ao longo do tempo, seja pela integração com o segmento urbano-industrial, seja pelo processo recente de modernização da agricultura, com a mecanização e o uso de insumos químicos (adubos e agrotóxicos), ou ainda, pelas relações que mantêm com as agroindústrias, responsáveis pelo pro-

cessamento e distribuição do excedente da produção, é que muitas mudanças são percebidas nas dinâmicas de reprodução da agricultura familiar local.

Os agricultores familiares, para se manterem ativos no contexto socioproductivo local, recorrem a outras atividades, podendo ser elas agrícolas ou não, buscando a reprodução biológica e social da família. Por meio da pluriatividade, os agricultores encontram alternativas para complementar a renda familiar exercendo funções não agrícolas fora do estabelecimento, porém, continuam se identificando como agricultores. Nesse caso, a renda extra é investida na própria agricultura, ou pode, ainda, vir a complementar os rendimentos familiares, a fim de manter a família no espaço rural a partir da permanência do patrimônio fundiário – a propriedade da terra. Para os agricultores consolidados economicamente, a pluralidade de funções significa a possibilidade de diversificar os riscos a fim de melhorar o rendimento familiar (Carneiro; Maluf, 2003).

Entre as alternativas de reprodução da agricultura familiar, presentes de maneira significativa no município de Lajeado, estão as agroindústrias familiares, como as de produção de embutidos, “schmier” (geleia), processamento industrial de ovos de galinha e de codorna, entre outras. São perceptíveis as perspectivas de desenvolvimento dessas atividades, sendo uma opção para a permanência dos jovens no meio rural, que, em geral, vão embora em busca de “melhores oportunidades” na cidade. Isso porque os agricultores, na maioria das vezes, se veem ameaçados pela urbanização de áreas antes estritamente rurais.

As relações entre o rural e o urbano também podem ser representadas pela integração da agricultura familiar às agroindústrias, responsáveis pelo armazenamento, processamento industrial e distribuição dos bens processados. Além de o rural se tornar, em grande parte, dependente da indústria a montante, ou seja, através da industrialização da agricultura, a indústria se tornou fornecedora de insumos para as atividades agrícolas, e nessa inter-relação indústria-agricultura-indústria é que se formam os Complexos Agroindustriais (CAI's).

Os CAI's presentes no município representam a principal fonte geradora de renda para as famílias de agricultores integrados.

Salienta-se que duas grandes empresas possuem sede no município, ambas adotam o sistema de integração formal com o agricultor, sendo especializadas no abate de aves e suínos. A presença dessas indústrias estimula a criação de aves e suínos não apenas no município, mas também em escala regional. Além disso, promove a difusão e a adoção da modernização agrícola por meio dos contratos formais de integração produtor-indústria. Os agricultores perdem em parte a sua autonomia sobre o processo socioprodutivo, pois estão submetidos às exigências dos segmentos industriais.

Nos CAI's ocorre, de certa maneira, a subordinação do trabalho agrícola ao capitalismo, além de se reafirmar a interdependência do urbano com o rural e vice-versa. Aqui se caracteriza uma contradição no processo de formação desses complexos, porque ao mesmo tempo que subordinam a agricultura familiar aos ditames do processo urbano-industrial, também proporcionam alternativas para a sua reprodução social como produtores familiares, bem como a possibilidade de permanência no campo.

Em Lajeado, os agricultores familiares integrados aos CAI's permanecem em situação de dependência em dois sentidos, isto é, em relação à empresa fornecedora de insumos e com a indústria de beneficiamento de produtos de origem animal. Esse processo promove a diminuição da autonomia na produção e gestão dos recursos (terra, trabalho e capital) nas propriedades rurais.

Entre as diversas formas de sociabilidade presenciadas no contexto da agricultura familiar no município de Lajeado, pode-se citar a ajuda mútua entre as famílias rurais. E ainda, quanto à questão cultural como forte elemento de coesão social entre os agricultores familiares descendentes de imigrantes alemães, encontra-se o uso do dialeto alemão, bastante presente entre as famílias rurais.

Enfim, com este estudo de caso no município de Lajeado, buscou-se compreender a importância da agricultura familiar na organização socioespacial do município, considerando suas peculiaridades, além de identificar as formas de reprodução social e permanência no espaço rural local.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1990.
- GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. *Geografia* (Rio Claro), v.19, n.2, p.197-208, 1994.
- MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, J. G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.) *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.169-178.
- MÜLLER, G. *Relatório de Pesquisa: o complexo agroindustrial brasileiro*, n.13. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- PERTILE, N. Integrados e não integrados: a agricultura familiar e a produção do espaço no oeste catarinense. *Geografia* (Rio Claro), v.29, n.2, p.241-252, 2004.
- SALAMONI, G. *Produção familiar integrada ao C. A. I. brasileiro: a produção do pêssego no município de Pelotas-RS*. São Paulo, 1992. 463p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
- SANTOS, M. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2004.
- WATANABE, K.; SCHMIDT, C. M. A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local. *Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER*. Rio Branco, p.1-13, jul. 2008.

Referências eletrônicas

- IBGE. *Formação administrativa: Lajeado*, Rio Grande do Sul-RS. [S.I.] [s.n.] [2007?]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/lajeado.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

LAJEADO (Município). *Lei n.2.714, de 31 de dezembro de 1973*. Essa lei disciplina a atividade tributária do município e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal decorrente da tributação. Gabinete do Prefeito, Lajeado-RS, 31 dez. 1973. Disponível em: <http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/codigo_tributario.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. *Localização de Lajeado – Vale do Taquari*. Lajeado, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.lajeadores.com.br/internas.php?conteudo=localizaMapa.php>>. Acesso em: 12 set. 2010.

_____. *Localização privilegiada. Lajeado: set. 2000*. Disponível em: <http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=fisgeo_loc.php>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. *Zoneamento de uso*. Lajeado, 2008. Disponível em: <<http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=downloads.php>>. Acesso em: 12 set. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto n.40.349, de 11 de outubro de 2000*. Estabelece uma divisão territorial como referência para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=3517&hTexto=&Hid_IDNorma=3517>. Acesso em: 10 set. 2010.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido brasileiro. *Tempo da Ciência*, v.15, n.29, 2008. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/jornal/extra/2007_11_21_17_11_54_multifuncionalidade_meio_ambiente_sabourin.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Proposta*, n.87, dez.-fev. 2000-2001. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta87/Adriano_Campolina.PDF>. Acesso em: 2 mar. 2010.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paicas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

1ª edição: 2011

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Kalima Editores

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

ISBN 978-85-7983-224-6



9 788579 832246